**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Cleinton Roberto Perpeto de Souza

# O voto da cor: um racismo estrutural com particularidades na escolha dos negros?

Rio de Janeiro

2015

Cleinton Roberto Perpeto de Souza

# O voto da cor: um racismo estrutural com particularidades na escolha dos negros?

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2015

SOUZA, Cleinton R. P. de.

*O voto da cor*: um racismo estrutural com particularidades na escolha dos negros?

Cleinton Roberto Perpeto de Souza/Rio de Janeiro - RJ.

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - IESP/UERJ, 2015.

Orientador: Dr. Adalberto Moreira Cardoso.

Tese de doutorado – Programa de Pós Graduação em Sociologia/IESP-UERJ, 2015. 253 f.; 29,7 cm.

Referências Bibliográficas: f. 247-252.

1. Teorias do Comportamento Eleitoral. 2. Escolha Racional. 3. Escola de Michigan. 4. Continuum de Cor. 5. Racismo Estrutural. 6. Sociologia Reflexiva. 7. Eleições 2010. 8. Ações Afirmativas. Tese de doutorado. Instituto de Estudos Sociais e Políticos/Universidade do Estado do Rio de Janeiro – IESP/UERJ.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Cleinton Roberto Perpeto de Souza

**O voto da cor: um racismo estrutural com particularidades na escolha dos negros?**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 05 de novembro de 2015.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Maurício Vieira Martins

Universidade Federal Fluminense

_____

Prof. Dr. Arnaldo Lôpo Mont´Alvão

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____

Prof. Dr. Marco Aurélio Santana

Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Prof. Dr. Carlos Antonio Costa Ribeiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Rio de Janeiro

2015

## DEDICATÓRIA

A todos aqueles e aquelas que não tiveram as oportunidades que eu tive.

## AGRADECIMENTOS

Embora esteja todo o trabalho escrito na primeira pessoa do plural, ou de forma mais impessoal, tomo aqui a liberdade de, fazendo uso de uma linguagem mais "intimista", falar da gratidão que devo a um bom número de pessoas, e isso na primeira pessoa do singular. Minha gratidão, em primeiro lugar, é ao Senhor Jesus, pois nele me movo, vivo e existo.

Agradeço também à minha família, gente simples e sem estudo do interior de São Paulo, mas "orgulhosa pelo filho que venceu na vida, estudando na cidade grande". Minha gratidão aos meus professores, grandes incentivadores de toda a busca que consegui empreender.

Agradeço à FAPERJ, pois me proporcionou estudar com uma bolsa que deu todas as condições de busca pelo máximo de mim nesta etapa da vida. Minha gratidão também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pois seus membros acreditaram no meu projeto de pesquisa e concederam-me a vaga e a logística necessárias para o desenvolvimento deste trabalho.

Minha gratidão também aos funcionários do CESOP/UNICAMP, pois de forma muito incentivadora forneceram alguns importantes números para que o aprofundamento das questões que eu buscava se desse.

Minha imensa gratidão ao meu orientador, Adalberto Moreira Cardoso, pois ultrapassou os limites de uma simples orientação, mostrando de forma muito respeitosa as fragilidades de várias partes do material que eu a ele enviava, me instruindo de forma singular, além de ter me ajudado de forma muito generosa num momento em que eu me encontrei em dificuldades no doutorado.

Por último, mas não menos importante, minha gratidão ao povo brasileiro; essa gente brava que levanta cedo, que viaja em veículos lotados, come em marmita fria e "rala" o dia todo, mas que não tem a oportunidade de estudar na universidade pública que até ajudou a construir. Que a vida de alguém como eu – que já trabalhou na lavoura no interior de São Paulo – sirva de motivo de esperança e sorrisos a vocês todos. De coração, muito obrigado.

Ninguém é mais escravo do que aquele que se considera livre sem o ser.

*Goethe*

## RESUMO

SOUZA, Cleinton Roberto Perpeto de. *O voto da cor: um racismo estrutural com particularidades na escolha dos negros?* 2015. 254f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A presente pesquisa se debruça sobre a interface voto/raça, dialogando diretamente com obras que mostraram uma possível diferença entre o voto de brancos e o de não-brancos no Brasil. Atentando para as teorias sobre o comportamento eleitoral, o intuito é articular uma grade de leitura que contemple aspectos psicológicos, sociológicos e econômicos para que se possa explicar a intenção de voto, sendo que o recorte pela cor dos eleitores é o foco principal. Teoricamente, a empreitada se dá vindo do mais geral para o mais particular, uma vez que contempla, num primeiro momento, o comportamento eleitoral de forma mais ampla, recorta, em um segundo momento, para a mesma questão, mas aplicada ao Brasil e, por fim, após o histórico de escolhas eleitorais possivelmente racializadas, aborda a eleição de Dilma Rousseff no Brasil, em 2010, como foco de análise estatística, reservando, também à guisa de conclusão, um espaço para uma análise qualitativa das respostas de tipos de eleitores construídos à luz de variáveis explicativas que intentam justificar as escolhas eleitorais. Problematizando metodologias de pesquisa que apressadamente defendem a existência do voto étnico no Brasil, a presente tese levanta um histórico sobre os momentos eleitorais em que se justificou a presença de tal voto, mas foca o pleito eleitoral de 2010, quando no enfrentamento entre Dilma Rousseff e José Serra não foi possível, à luz de uma regressão logística e da construção de um modelo multivariado para explicar a intenção de voto em Dilma, perceber a racialização do voto no país.



Palavras-chave: Comportamento eleitoral. Escolha racional. Escola de Michigan. Racismo estrutural. Eleições 2010.

## ABSTRACT

SOUZA, Cleinton Roberto Perpeto de. *The vote of color: a structural racism with peculiarities in the choice of black?* 2015. 254f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

This research focuses on the interface vote / race, dialoguing directly with works that showed a possible difference among the votes of whites and non-whites in Brazil. Bringing into light the theories on voting behavior, the aim is to articulate a reading grid that includes psychological, sociological and economical aspects so that we can explain the voting intentions, taking into account that the selection proposed in this study , that is, the color of the voters is our main focus. Theoretically, the undertaking covers from the most general to the most particular factors as it includes, at first, the voting behavior in a more broadly form; it approaches, in a second moment to the same question, however applied to Brazil and, finally, after the electoral background choices possibly racialized, it addresses Dilma Rousseff 's election in Brazil in 2010, focused on statistical analysis, reserving, also by way of conclusion, a space for a qualitative analysis of the responses of the types of voters built in the light of explanatory variables that attempt to justify their electoral choices. Questioning research methodologies that quickly defend the existence of the ethnic vote in Brazil, this thesis raises a background of electoral times that justified the presence of such a vote, but focuses on the election campaign of 2010, when the confrontation between Dilma Rousseff and José Serra was not possible in the light of a logistic regression and the construction of a multivariate model to explain the intention to vote for Dilma, and to realize the racialization of the vote in the country.



Keywords: Electoral behavior. Rational choice. Michigan school. Structural racism. The 2010 election.

# RÉSUMÉ

SOUZA, Cleinton Roberto Perpeto de. *Le vote de la couleur: un racisme structurel avec des particularités dans le choix du noir?* 2015. 254f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Cette recherche porte sur l'interface vote / couler, dialoguer directement avec des œuvres qui ont montré une différence possible entre les blancs de vote et non-Blancs au Brésil. Prêter attention aux théories du comportement de vote, le but est d'articuler une grille de lecture qui comprend des aspects psychologiques, sociologiques et économiques afin que nous puissions expliquer un vote, et la coupe par la couleur des électeurs est l'objectif principal. Théoriquement, le contrat est en termes de recherche déductive, car il comprend, dans un premier temps, le comportement électoral dans son ensemble, des coupures, dans un second temps à la même question, mais appliquée au Brésil et enfin, après l'histoire de choix électoraux éventuellement racialisées, aborde l'élection de Dilma Rousseff au Brésil en 2010, a porté sur l'analyse statistique, en réservant, également en guise de conclusion, un espace pour une analyse qualitative des réponses des types d'électeurs construites à la lumière de variables explicatives qui tentent de justifier les choix électoraux. Questionner les méthodologies de recherche qui défendent rapidement l'existence du vote ethnique au Brésil, cette thèse soulève une histoire des temps électoraux qui ont justifié la présence d'un tel vote, mais se concentre sur la campagne électorale de 2010, lorsque la confrontation entre Dilma Rousseff et José Serra n'a pas été possible à la lumière d'une analyse de régression logistique et la construction d'un modèle explicatif de voter pour Dilma, voir la racialisation du vote dans le pays.

Mots-clés: Comportement electoral. Choix rationnel. École Michigan. Racisme Structurel. Élection de 2010.

## LISTA DE FIGURAS


Figura 1 - Voto em FHC, segundo a cor do eleitor e tipo de município ..... 86.

Figura 2 - Voto em Lula, segundo a cor do eleitor e tipo de município ..... 86.

Figura 3 - Rejeição a FHC, segundo cor do eleitor e tipo de município..... 87.

Figura 4 - Rejeição a Lula, segundo cor do eleitor e tipo de município..... 87.

Figura 5 - Voto em FHC, segundo cor do eleitor, entre homens e mulheres.. 88.

Figura 6 - Voto em Lula, segundo cor do eleitor, entre homens e mulheres....88.

Figura 7 - Rejeição a FHC, segundo cor, entre homens e mulheres .....88.

Figura 8 - Rejeição a Lula, segundo cor, entre homens e mulheres ..... 88.

Figura 9 - Voto em FHC, segundo cor do eleitor, em grupos de idade ..... 90.

Figura 10 - Voto em Lula, segundo cor do eleitor, em grupos de idade ..... 90.

Figura 11 - Rejeição a FHC, segundo cor do eleitor, em grupos de idade ..... 90.

Figura 12 - Rejeição a Lula, segundo cor do eleitor, em grupos de idade ..... 90.

Figura 13 - Voto em FHC, segundo cor do eleitor, por renda familiar ..... 92.

Figura 14 - Voto em Lula, segundo cor do eleitor, por renda familiar ..... 92.

Figura 15 - Rejeição a FHC, segundo cor do eleitor, por renda familiar ..... 92.

Figura 16 - Rejeição a Lula, segundo cor do eleitor, por renda familiar ..... 92.

Figura 17 - Análise CHAID para os preditores hierarquizados de voto em FHC ou Lula ..... 94.

Figura 18 - Quadro de grupos terminais da análise do voto, hierarquizados pelo modelo CHAID ..... 95.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso Luís Inácio Lula da Silva, segundo localização do município e cor do eleitor ..... 86.

Tabela 2 - Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo sexo e cor do eleitor ..... 87.

Tabela 3 - Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo idade e cor do eleitor ..... 89.

Tabela 4 - Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo renda familiar mensal e cor do eleitor ..... 90.

Tabela 5 - Distribuição de médias de intenção de voto por variável ..... 123.

Tabela 6 - Modelo multivariado para a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010 ..... 130.

Tabela 7 - Relação entre nota para o governo Lula e intenção de voto em Dilma: Agora, gostaria de saber que nota, de 0 a 10, o(a) sr(a) daria para a administração do presidente Lula até o momento? ..... 135.

Tabela 8 - Região/cor/voto: Em qual destes candidatos o(a) sr(a) votaria para presidente da república se a eleição fosse hoje? ..... 141.

## LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CESOP - Centro de Estudos de Opinião Pública

FENAPRO - Frente Negra para uma Ação Política de Oposição

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IESP - Instituto de Estudos Sociais e Políticos

IFICS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

IPEAFRO - Instituto de Pesquisas Afro-Brasileiras

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN - Partido da Mobilização Nacional

PPGSD - Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

**SUMÁRIO**


**INTRODUÇÃO** ..... 17

1 **COMPORTAMENTO ELEITORAL** ..... 21
1.1 **O modelo de Downs e a perspectiva economicista da escolha racional** .... 22
1.2 **A Escola de Michigan e a psicologia social** ..... 28
1.3 **Uma leitura conciliadora para Downs e Michigan** ..... 32
1.4 **A perspectiva sociológica** ..... 36
2 **COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL** ..... 42
2.1 **As visões teórica e empírica no caso brasileiro** ..... 45
2.2 **O eleitor sofisticado** ..... 48
2.3 **O olhar antropológico sobre o eleitor não-político** ..... 50
2.4 **A intuição e a ideologia na explicação do voto** ..... 54
3 **O VOTO NEGRO E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO** ..... 60
3.1 **A era Vargas e os negros como plataforma não-reflexiva** ..... 61
3.2 **Os negros e as eleições paulistas de 1982** ..... 66
3.3 **O "socialismo moreno" de Brizola no Rio de Janeiro** ..... 75
3.4 **A interface raça/voto nas eleições de 1994** ..... 82
3.5 **Números da desigualdade racial no Brasil: influência no voto?** ..... 97
4 **DAS POSSÍVEIS DIFERENÇAS RACIAIS E AS ELEIÇÕES 2010** .... 109
4.1 **Indicadores para se compreender a intenção de voto em Dilma** ..... 119
4.2 **Um modelo explicativo para a intenção de se votar em Dilma** ..... 123
4.3 **O modelo multivariado e a derrubada de alguns mitos** ..... 129
4.4 **Uma nota para o governo de Lula** ..... 134
5 **ELEITORES-TIPO E PRINCÍPIOS EXPLICATIVOS PARA O VOTO** ..... 137
5.1 **O negro nordestino de Dilma** ..... 143
5.2 **A branca sulista de Serra** ..... 150
5.3 **O tipo centro-esquerda de Dilma: uma visão progressista?** ..... 161
5.4 **O tipo centro-direita de Serra: uma visão conservadora?** ..... 174
5.5 **Quando os brancos são de Dilma** ..... 190
5.6 **Quando os negros são de Serra** ..... 208
**CONCLUSÃO** ..... 222
**REFERÊNCIAS** ..... 228

## INTRODUÇÃO

Muito já foi escrito acerca do racismo no Brasil. Ainda assim, é interessante notar que a temática continua a gerar controvérsias e lutas acaloradas nas mais variadas esferas da sociedade brasileira, sobretudo quando se trata de levar o tema para a justificação de direitos e políticas de cunho igualitarista, como o são, por exemplo, as chamadas *ações afirmativas*.

O debate sobre as relações raciais traz à tona construtos demasiado ricos para se pensar uma questão que está na ordem do dia há tempos e que acabou por gerar verdadeiras escolas teóricas para se pensar a temática por essas terras. Aquelas que foram chamadas de *Democracia Racial* e *Escola Multiculturalista* ganharam nova roupagem, discursos e adeptos. [1]

Confrontando as duas posições teóricas antagônicas que daí surgiram (*Continuum de Cor* e *Racismo Estrutural*), quanto a questões como identidade negra, ações afirmativas, cotas raciais, acesso aos bens públicos, etc., o presente trabalho pretende lançar nova luz sobre a temática racial, tendo como objeto a interface voto/raça, tão pouco pesquisada por essas terras.

Partindo da premissa de que o racismo brasileiro é mesmo estrutural, isto é, que no Brasil existem "*procedimentos institucionais que produzem desigualdade racial, ainda que nem sempre se possam perceber posturas racistas explícitas*" [2], este trabalho entende que, a partir da tese publicamente aceita de que a genética não pode ser utilizada para ratificar ou refutar questões sociais como o racismo, a temática da desigualdade social oriunda de tal questão pode ser mais ricamente discutida se tal negação da existência do racismo – por conta dos estudos em genética que mostram a inexistência de diferentes raças entre os humanos – for confrontada com os números da desigualdade racial de renda e acesso a bens públicos da nação.

Ainda que *relações raciais* seja já um tema bastante debatido, fomentando posições ideológicas e linhas teóricas bem distintas, é curioso perceber que a interface voto/raça ainda é pouco estudada no Brasil. São pouquíssimas as referências acerca desta interface, o que faz com que este trabalho seja uma contribuição a mais para a literatura acerca de uma temática ainda bem pouco explorada. Neste sentido, por conta

[1] VIEIRA, Vinícius Rodrigues. *Democracia racial, do discurso à realidade*: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras. São Paulo: Paulus, 2008.
[2] JONES, J. M. *Prejudice and Racism*. New York: McGraw-Hill, 1997.

de uma escassez de textos que contemplam mais diretamente a relação raça/voto, esta tese se desenvolverá pelo viés de pesquisa que parte do mais geral para o mais particular, uma vez que contemplará, num primeiro momento, o comportamento eleitoral de forma mais ampla. Seguindo-se a isso, o comportamento eleitoral dos brasileiros ganhará destaque, trazendo, como estudo de caso, e recorte mais delimitado, as eleições presidenciais de 2010, quando, a pedido do Movimento Negro, a variável cor/raça foi incluída numa pesquisa de intenção de voto de um grande e conhecido instituto.

Se num primeiro momento a intenção é contemplar o comportamento eleitoral de uma maneira mais geral, num segundo interessa uma análise da apropriação das teorias sobre o comportamento eleitoral para o caso dos brasileiros – sobretudo o comportamento de negros e negras – e uma análise dos dados de uma pesquisa Ibope de 2010, focando as intenções de brancos e não-brancos, que foi o que instigou o presente trabalho.

Assim, a intenção é construir um modelo explicativo para a intenção de voto em Dilma em 2010, atentando para as variáveis que explicam a intenção de voto dos brancos e não-brancos nas eleições presidenciais daquele ano, intentando perceber também, por intermédio de uma metodologia socioantropológica, com entrevistas e estudos de caso e de percurso histórico de alguns tipos ou perfis de eleitores, as características demarcatórias apresentadas pelos eleitores de Dilma e de Serra, levando-se em conta algumas variáveis já tidas como clássicas, oferecidas pelos dados da pesquisa Ibope que inspirou o presente trabalho.

De modo a explicar sistematicamente, então, os primeiros capítulos se preocupam com as principais teorias e modelos de comportamento eleitoral, contemplando as perspectivas sociológica e psicossociológica, bem como a perspectiva economicista da teoria da escolha racional. Assim, passando pela teoria downsiana, pela contribuição da Escola de Michigan e pelas contribuições que articulam a Psicologia e a Sociologia, o intuito de tais capítulos da tese é explicar o comportamento dos eleitores em relação às candidaturas, sendo que um recorte em nível mais local também se dá, uma vez que é possível encontrar trabalhos importantes que analisam a apropriação das teorias acima citadas para a compreensão do comportamento eleitoral no Brasil.

Na análise dos dados da pesquisa Ibope, via regressão logística, trabalho do quarto capítulo da presente tese, os números que, desagregados, em análises bi e trivariadas, foram os inspiradores deste trabalho, que surgiu após a leitura de uma

reportagem de jornal, são analisados também agregadamente, num modelo multivariado para a explicação da intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010.

Através de uma metodologia socioantropológica no campo de pesquisas, o quinto e último capítulo se preocupa em buscar as explicações de brancos e negros brasileiros acerca de sua intenção de voto, pretendendo, através de entrevistas em profundidade com oito eleitores-tipo, buscar uma dimensão mais qualitativa como contribuição para o estudo da interface voto/raça no Brasil.

Como já mostrado na apresentação da presente pesquisa, e lançando mão de um resumo dos números desagregados[3] que instigaram a confecção deste trabalho, fica aqui apresentada a justificativa de tal investigação, já que chamou a atenção dos analistas políticos o montante de votos "racializados" que se foi, segundo alguns grandes veículos de mídia, possível encontrar nas eleições 2010. À luz de tais números, se construiu inferências para se pensar uma diferenciação do voto entre negros e brancos no país, o que pode, segundo a tese aqui defendida, ser problematizado à luz das explicações oriundas de um modelo multivariado.

Voltando aos números inspiradores da presente tese, fazendo uso da pesquisa Ibope de intenção de voto para o segundo turno das eleições 2010, os dados apresentados pelos jornais da época mostraram que o candidato José Serra (PSDB) tem mais chances entre brancos e amarelos. Dilma Rousseff (PT) vai melhor entre pretos e pardos. Equivalendo a cor da pele à origem étnica, o tucano, como já foi mostrado, ganha por 5 pontos nos caucasianos/orientais, sendo que, entre os negros, a petista leva 15 pontos de vantagem.[4]

Também fomos instados a concluir, à luz dos números da mesma pesquisa, apresentados nos principais jornais, em dados de análises bi e trivariadas, que a preferência de negros por Dilma e de brancos por Serra sobrevive ao controle dos resultados pela renda e escolaridade dos eleitores, pois os números mostravam que os negros que ganham mais e/ou que cursaram mais séries na escola continuam preferindo até 30% mais a candidata do PT, sendo que tal comportamento eleitoral seria bastante diferente dos brancos e amarelos das mesmas faixas de renda e escolaridade, que

[3] Os números são aqui chamados "desagregados", pois, sem fazerem parte de um único modelo explicativo de regressão, serviram para o levantamento de bandeira políticas, como no caso de vários editoriais país afora, sendo um deles o "A cor do voto", do jornal *O Estado de São Paulo*, do dia 18/10/10. Sítio: www.estadao.com.br/noticias/impresso,a-cor-do-voto. Acessado em janeiro de 2011 e março de 2012. É importante lembrar que, até aqui, trabalhos acadêmicos não atentaram para tal material.

[4] Esta pesquisa está registrada no TSE sob o número 35669/2010 e foi realizada entre os dias 11 e 13 de outubro de 2010, às vésperas do segundo turno.

preferem até 44% mais o candidato tucano, segundo as informações dadas. Assim, existiriam fatores que diferenciam a intenção de voto dos dois grupos que vão além das condições socioeconômicas em que vivem, mas a explicação parece não ser a identificação entre eleitores e candidatos da mesma cor, visto que tanto Dilma quanto Serra são brancos e filhos de imigrantes europeus.

A sondagem que o Ibope fez em 2010 fornece pistas e abre caminho para a busca por elementos que possam explicar a clivagem do voto em função da autodeclaração de cor dos eleitores, mas deixa claro que a cor não é o único fator, nem sequer o principal, para a escolha do presidenciável. Focando-se, por exemplo, outras variáveis, percebeu-se que nos segmentos intermediários de *renda* e *escolaridade*, Serra vai melhor do que Dilma entre brancos/amarelos, embora sua vantagem não seja tão grande quanto entre os mais ricos e escolarizados da mesma cor. Já entre os mais pobres (renda até 2 salários mínimos), o tucano apenas empata com a petista no eleitorado branco (45% a 47%), e perde por 20 pontos no negro: 36% a 56%.

Ainda que a cor do eleitor não seja o único e nem o principal fator na explicação da intenção de voto, no entanto, tais números pareciam mostrar que existem pesos e contrapesos que matizam a importância de tal indicador. A fim de problematizar tal tese, à luz de um modelo explicativo construído, busca-se aqui entender as motivações para tais inferências, o que se pode conseguir na articulação entre a metodologia estatística contempladora de uma regressão logística e de entrevistas qualitativas com eleitores-tipo, construídos no intuito de se acessar também uma percepção mais qualitativa do fenômeno.

O desafio, e principal tese a ser defendida, é, à luz de um modelo explicativo da intenção de voto em Dilma, mostrar que a cor/raça dos eleitores, embora possa ter tido peso em eleições passadas, que são analisadas nos capítulos iniciais do presente trabalho, não teve relevância na eleição presidencial de 2010, já que, ao contrário do que leituras apressadas podem fazer crer, o efeito da cor se dá pela mediação de outros indicadores, sendo a preferência pelo PT e a avaliação do governo Lula as principais.

# 1 COMPORTAMENTO ELEITORAL

O advento das democracias modernas trouxe consigo a institucionalização de processos democráticos que fomentaram o interesse pelas razões por conta das quais os eleitores escolhem seus governantes. Como campanhas eleitorais e eleições são permeadas de incertezas, saber como um candidato é escolhido passou a ser de fundamental importância para governantes e governantes em potencial, bem como para analistas políticos e profissionais da política.

Tal como em um dos debates que se estabelece com muita força na teoria sociológica, a teoria política também lança mão da dicotomia agência/estrutura para justificar suas análises do comportamento eleitoral. Assim, a explicação do comportamento eleitoral pode ter um caráter micro – focado na *agência* – trazendo à tona contribuições como as da Psicologia, no intuito de defender que o comportamento eleitoral se baseia na estrutura de personalidade dos indivíduos, fazendo com que a identificação partidária e a participação política sejam frutos de percepções e motivações individuais do eleitor em relação à política e aos partidos. Deste modo, o comportamento eleitoral seria explicado pelo conjunto de crenças de cada indivíduo, independentemente do contexto social onde o mesmo se encontra inserido.

Para uma visão sociológica, no entanto, o comportamento eleitoral é fruto do contexto social de um grupo. Assim, a *estrutura* é que se coloca como responsável principal pelo comportamento dos eleitores. Os grupos sociais, por este foco na estrutura, se expressam através dos partidos políticos com os quais se identificam, tendo a participação política processada através das interações sociais dentro de um específico contexto. Deste modo, os determinantes socioeconômicos e culturais, bem como a estruturação de classes, explicariam as decisões individuais de cada eleitor.

Oferecendo leitura para uma resposta via interface agência/estrutura, porém, a teoria da escolha racional busca uma explicação que surge a partir da leitura economicista das relações do eleitor com os partidos. Por esta leitura, os indivíduos buscam – também na escolha de seus candidatos e partidos – maximizar seus ganhos, votando no partido que eles acreditam que lhes oferecerá mais benefícios que qualquer outro. Deste modo, o pressuposto de que os indivíduos são seres racionais motivados por objetivos bem definidos é o foco da questão, ficando o debate sobre a importância da agência e da estrutura para um segundo plano. O que corrobora a tese de que nem

agência e nem estrutura entram como fatores preponderantes na lógica da escolha racional é o fato de que os ganhos buscados racionalmente podem ser ganhos focados no indivíduo, ao mesmo tempo em que podem ser focados na sociedade, visto que o que alguém chama de *benefício* pode ser fruto de uma valoração baseada no cálculo racional de cada indivíduo, enquanto agência, mas pode também ser fruto de uma valoração construída socialmente, isto é, na estrutura. Mas o foco maior tenderá a ser na agência.

Assim, mesmo não pretendendo esgotar a produção teórica da Ciência Política acerca do assunto, o intuito desta parte do trabalho é rever a controvérsia que se estabeleceu na disputa entre, de um lado, a teoria da escolha racional, que foca mais fatores de tipo micro, e, de outro, as perspectivas sociológica e psicossociológica, que chamam a atenção para determinantes de nível macro para o comportamento eleitoral. [5]

A análise que se segue, então, parte das principais proposições da abordagem econômica da escolha racional, tratando, no entanto, de levantar argumentos que mostram certa fragilidade ou parcialidade da explicação proposta, principalmente se confrontada com alguns dados da realidade, incluindo alguns fatores "não-racionais" que passaram a fazer parte da explicação de determinados comportamentos. Por conta disso, como foi já anteriormente citado, a sequência do trabalho se preocupará com a explicitação de algumas teorias alternativas sobre a participação eleitoral, construídas a partir das abordagens sociológica e psicossociológica. O intuito, deste modo, é discutir a possibilidade de uma sustentação lógica para essas abordagens alternativas, bem como focar o debate sobre sua comprovação frente às evidências empíricas que se apresentam. A busca, assim, é pela afirmação da necessidade de uma articulação teórica complexa, visando de alguma forma os diversos fatores que influenciam o fenômeno do comportamento eleitoral.

## 1.1 O modelo de Downs e a perspectiva economicista da escolha racional

Datada da segunda metade dos anos 1950, a obra *An Economic Theory of Democracy*, de Antony Downs[6], é um marco da entrada do pensamento econômico nas

[5] Sobre as perspectivas aqui trabalhadas, ver Castro, 1992; Almeida, 1998; Radmann, 2001; Moro, 2009.
[6] DOWNS, Antony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

abordagens teórico-metodológicas das Ciências Sociais. Como base para a sustentação de tal aporte, o próprio autor defende que o esforço de sua obra é

> tratar problemas da política com a perspectiva e o instrumental próprios da Economia como disciplina – mais precisamente da microeconomia, empenhada na formulação de uma teoria abstrata e logicamente rigorosa do comportamento com base em certos supostos gerais, destacando o suposto da racionalidade dos agentes. [7]

A tese central da obra de Downs, então, parte da ideia de que os agentes políticos se comportam da mesma forma que os agentes econômicos, buscando maximizar seus interesses pessoais, o que articula mercado e política, fazendo perceber o que Downs chama de um *cálculo realizado por partidos e eleitores em variadas circunstâncias em que se encontram regularmente ao tomar suas decisões*. Deste modo, partindo do pressuposto de que os agentes são sempre mentes racionais nas tomadas de decisões, Antony Downs defende que

> a aplicação da abordagem econômica aos fenômenos convencionalmente percebidos como pertencendo a outros campos (ciência política, sociologia) envolve justamente a suposição de que a economia como disciplina teórica redunda numa teoria de comportamento racional como tal, a qual seria em princípio válida para qualquer comportamento que envolva um problema de eficácia e seja, portanto, passível de ser apreciado em termos de racionalidade: a busca de poder político, status ou prestígio social, não menos do que a de ganhos econômicos ou materiais. [8]

Segundo, então, a teoria de Downs, os eleitores se distribuem num espectro de preferências políticas e ideológicas que vai das posições liberais às mais conservadoras, concernentes às ações de visam mudanças na sua situação de vida, observando-se entre estes indivíduos tendências a votar nos partidos cujas propostas são mais próximas de suas preferências políticas, no que diz respeito aos ganhos que podem trazer nas mudanças acima citadas. Deste modo, uma competição espacial se estabelece, segundo o autor, fazendo com que os partidos busquem estratégias para persuadir o eleitorado com suas propostas, sendo que estas devem ser direcionadas sempre ao maior número possível de eleitores, o que seria apelar para o chamado *eleitor médio*, visto que o grande desafio dos partidos seria o de produzir um discurso capaz de persuadir o maior número possível.

---

[7] *Idem*, p. 12.
8 *Ibidem*, p. 16.

Assim pensando, o que Downs propõe é um método de análise que toma emprestado da teoria econômica a ideia de consumidor racional, reduzindo o interesse de cada agente político a um único objetivo, que visa o meio mais eficiente para alcançar determinado fim, o que poderia, segundo o autor, prever o comportamento político dos atores – indivíduos, grupos de pressão e partidos políticos –, bem como entender o jogo que se estabelece entre eles no âmbito eleitoral. Para Downs, um indivíduo racional se comporta da seguinte maneira:

> (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontando com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si, em ordem de preferência, de tal modo que cada uma é preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras; (3) seu ranking de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. Todos aqueles que tomam decisão racionalmente no nosso modelo – inclusive partidos políticos, grupos de interesse e governos – mostram as mesmas qualidades. [9]

Com o foco na agência, Downs mostra que, na escolha entre dois partidos, o cidadão vota naquele que acredita trazer uma maior *renda de utilidade* (benefícios) durante o período eleitoral, isto é, ele compara as rendas de utilidade que imagina receber com cada partido no poder. A diferença entre essas duas rendas de utilidade esperadas é o chamado *diferencial partidário*. Caso este diferencial seja positivo, o indivíduo vota nos governantes que já estão nos cargos; se for negativo, vota na oposição; e, sendo zero, se abstém. Contudo, como bem defende Moro,

> o cidadão sabe que nem todas as promessas feitas são cumpridas e que deve fazer uma estimativa do que – na realidade – fariam os partidos estando no poder. Porém, um dos partidos já está no poder, obrigando o eleitor a pesar o desempenho da oposição caso estivesse lá. Nessas condições o eleitor compara: (1) duas rendas de utilidade futuras hipotéticas ou (2) uma renda de utilidade presente real e uma presente hipotética. Downs acredita que o eleitor racional opte pela segunda, sobretudo devido à possibilidade de o cálculo ser realizado em vista de uma situação real. [10]

Downs reconhece a existência de um nível de incerteza no modelo e questiona, por exemplo, como será possível julgar a folha de serviços de um partido como boa ou ruim. Mais do que isso; como pode ser julgada boa ou ruim se for igual à da oposição,

[9] DOWNS, *op. cit*., p. 28.
[10] MORO, Eduardo João. A teoria da escolha racional e a explicação do voto. Rio de Janeiro: *Intratextos*, vol. 1, n.1, 2009, p. 12.

algo que é fruto da estratégia política utilizada no sistema de apenas duas possibilidades de escolha. Como, então, esta folha de serviços poderia ser comparada? Para o autor, a avaliação de desempenho é utilizada quando o eleitor julga que ambos os partidos possuem a mesma plataforma política – já que esta é a estratégia num sistema bipartidário, como já acima citado – não sabendo quais serão as mudanças ocorridas caso a oposição vença e, portanto, se seus ganhos aumentarão ou não.

O eleitor neste caso é obrigado a pensar a mudança de maneira geral. Mesmo podendo julgar o partido como bom ou ruim e comparar o desempenho do partido com um desempenho ideal, a questão que surge é: como, por exemplo, uma avaliação com menos de 50% é boa ou má? A resposta de Downs reside em considerar os governos passados. Diante disso, o eleitor cria um padrão a partir da experiência com outros governos, permitindo responder se os participantes do governo se saíram bem ou mal. Assim, o eleitor pode atribuir um valor diferente de zero ao seu diferencial partidário, mesmo que os serviços dos partidos sejam idênticos. Mas esses cálculos trazidos por Downs apresentam dificuldades aos eleitores. No caso do diferencial partidário, como mostra Moro,

> o eleitor deve: (1) analisar todas as fases de ação para descobrir onde os partidos se comportam de modo distinto, (2) analisar como essas diferenças afetam a renda de utilidade, e (3) chegar a um número que mostre o quanto um partido é melhor que o outro. Dessa forma se comportaria um eleitor racional em um mundo com informação completa e sem custos. Entretanto, no mundo real, a incerteza e a falta de informação impedem tal comportamento. Diante disso, o eleitor se baseará nas áreas da atividade governamental onde a diferença entre os partidos é maior – grande o suficiente para ultrapassar seu limiar diferencial partidário. Quando se considera a incerteza no modelo, devem-se considerar também os erros, a informação falsa e a ignorância (embora se suponha que não exista mentira deliberada). [11]

Sendo o sistema multipartidário, como é o caso no Brasil, o eleitor segue regras semelhantes ao bipartidário. No entanto, Downs apresenta algumas especificidades. Uma delas é a do eleitor que prefere o partido A, mas vota em B. Isso se justifica devido a o eleitor imaginar que A não tem chance e, portanto, ele prefere votar em B – que possui chance maior – para evitar a vitória de C, partido que definitivamente ele não quer que vença, explicando a chamada *taxa de rejeição*.

Para explicar tal questão, Downs afirma que inicialmente o eleitor decide qual partido ele crê que lhe trará mais benefícios e posteriormente tenta estimar as chances

[11] MORO, *op. cit*., p. 13.

de este vencer. Caso a preferência seja por A, e este não tenha chance, a escolha parte entre B e C, a fim de "não jogar fora o voto". Portanto, parte importante da decisão do voto depende também das ações dos outros cidadãos, o que coloca em xeque o foco indiscriminado na agência, pois a estrutura também surge como fonte na hora da escolha. Na ausência de informação a respeito do voto dos demais, no entanto, o foco permanece na agência e o eleitor racional, segundo Moro, opta pelo partido de sua preferência, levando em conta também o quão importante é evitar a vitória daquele partido que ele não quer ver no poder. [12]

Segundo a concepção downsiana, apenas estes três atores políticos participam do jogo político-eleitoral em sociedades democráticas: os partidos, os grupos de pressão e os cidadãos individuais, sendo que cada um perseguindo interesses que lhes são próprios. Os partidos visando sempre o poder, os grupos de pressão buscando influenciar na definição de políticas públicas e os cidadãos desejando governos que lhes garantam o que eles consideram como uma boa sociedade, via pacotes de benefícios. Focando o jogo político nos dois principais atores, Oliveira, lendo Downs, defende que

> na sua lógica de votação, o cidadão procuraria identificar, primeiro, qual é o partido que mais lhe beneficiará se ganhar a eleição, depois, tentaria estimar se esse partido tem alguma chance de vencer. Já o governo buscaria maximizar apoio político. Dessa forma, as tentativas do governo de proporcionar o bem-estar para os cidadãos são interpretadas por Downs como sendo invariavelmente motivadas pelo interesse de conquistar os votos. Visto por essa ótica, os partidos formulariam suas propostas políticas visando conquistar as eleições, mais do que se eleger com o objetivo de formular políticas. [13]

Embora o jogo político em Downs contemple pouco o viés ideológico da questão, é importante frisar que seus estudos apontam para o fato de que uma ideologia só se consegue fazer eficiente se conseguir inspirar confiabilidade, o que faz crer que o comportamento e as ações dos agentes podem ser previstos. Assim, aos partidos cabe apresentar um senso de responsabilidade, onde as ações apareçam sempre como coerentes no histórico de ações anteriormente realizadas pelo partido. Deste modo, Downs defende que, para conquistar o poder, os partidos mandatários precisam se mostrar *responsáveis*, enquanto que os partidos desafiantes precisam se mostrar *confiáveis*.

---

[12] *Idem*, p. 14.

[13] OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. *A inevitável visibilidade da cor*: estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta, às prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007, p. 38.

Numa lógica de busca pelo equilíbrio, os partidos deveriam, segundo Downs, construir seus planos de governo sem focar extremos ideológicos, haja vista o fato de existir uma necessidade de não parecer tão rígido perante eleitores que discordam de suas propostas, nem parecer incompetente para organizar interessantes programas políticos que abarquem os interesses de determinados segmentos sociais. Para o autor, a busca por tal equilíbrio faria com que os partidos de sistemas bipartidários buscassem se assemelhar ao máximo ao seu oponente, como já mostrado anteriormente, enquanto que nos sistemas multipartidários os partidos sempre tenderiam a buscar a diferenciação que possuem entre si. Embora o sistema brasileiro seja multipartidário, será interessante notar que na dicotomia PT/PSDB, tão fortalecida pelas últimas eleições no Brasil, e analisada com mais atenção na parte seguinte deste trabalho, a tese de Downs encontra bom lugar.

Naquilo que parece ser uma forte argumentação da teoria da escolha racional, Downs defende que a racionalidade dos partidos busca desencorajar o comportamento racional dos eleitores, via propaganda e retórica política, uma vez que, quanto mais forte for a retórica de um partido em disputa, mais difícil se tornará para o eleitor exercer um comportamento racional. Assim, segundo Downs, os eleitores são encorajados a tomar decisões com bases em outros fatores que não em questões políticas, isto é, nas personalidades de candidatos, nos critérios de votação familiar, na tradição de família, no apego aos herois do partido etc.

Para alguns autores, no entanto, apesar do reconhecimento da resposta de Downs, a mesma não contempla fatores de grande relevância na questão do comportamento eleitoral. Tais autores, alocados, sobretudo, na chamada Escola de Michigan, entendem que o modelo espacial de Downs não considera fatores históricos na análise da competição eleitoral, bem como não dá a devida atenção aos grupos de pressão, o que para tal Escola tem tanta importância quanto os eleitores e os partidos. Além disso, para tais autores, o modelo de Downs é impreciso na conceituação de escolha racional.

## 1.2 A Escola de Michigan e a psicologia social

Revelando inconsistências nos modelos espaciais da teoria da escolha racional, a principal contribuição da Escola de Michigan é a análise do peso de outros fatores na escolha de uma candidatura. Atenta a fatores como personalidade dos políticos, raça, etnicidade, religião e gênero, tal escola contribui para o debate, defendendo a presença de fatores "irracionais" na decisão do voto. Por conta da atenção a tais fatores, a Escola de Michigan acabou por se tornar uma das críticas mais duras ao modelo downsiano, amparando-se nos dados levantados pelo *Survey Research Center*, confeccionado pela Universidade de Michigan entre os anos 1940 e 1950.

Um dos autores de Michigan, Stokes[14], apenas a título de exemplo, apoiando-se na psicologia social, defendia que a teoria downsiana concebia o campo político como um espaço único e de estrutura fixa, sendo que, segundo Oliveira, lendo Stokes e outros membros da Escolha de Michigan, "*não existiam provas empíricas que indicassem que os eleitores e partidos compartilhassem os mesmo espaços e muito menos que comungassem referenciais sobre quais propostas de ações o governo deveria adotar*".[15]

Ao contrário do que defendia Downs, por exemplo, Stokes afirmava que era preciso problematizar a tal racionalidade dos eleitores, uma vez que, segundo os dados dos *surveys* realizados sobre as eleições presidenciais estadunidenses de 1956, a maioria dos eleitores mostrava-se completamente desinteressada e/ou mal informada sobre a vida política, além do fato de que a maioria não possuía opiniões formadas sobre as principais questões da conjuntura política que se lhes apresentavam. As pesquisas de Stokes, publicadas na obra de Campbell, mostravam inclusive que os eleitores não tinham familiaridade com as ações do governo sobre questões como educação, saúde, igualdade racial e outros importantes temas. [16]

Organizando obras que analisavam a temática, Campbell e os pesquisadores de Michigan mostraram que a *identificação partidária* era a principal determinante do voto, tornando-se um fator de orientação em termos cognitivos e afetivos numa escolha eleitoral. Essa identificação – que também será bem vista no modelo explicativo aqui construído, já que o mesmo traz a preferência pelo PT como a variável mais forte – com

[14] STOKES, D. E. Spatial models of party competition. In: CAMPBELL, A. et al. *Elections and the political order*. New York: John Willey and Sons, 1967, pp. 161-179.
[15] OLIVEIRA, *op. cit*., p. 43.
[16] CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

o passar do tempo é transformada em lealdade e ajuda as pessoas na estruturação de suas percepções sobre as questões políticas que lhes apeteciam, ficando os candidatos e as campanhas na responsabilidade de facilitar o processo de escolha na hora em que o votante de encontrasse diante das opções políticas.

Para tais autores, então, a identidade partidária, fortalecida na medida em que a idade do votante avançava, emprestaria o quadro de referências para que a compreensão de questões políticas seja acessada dentro do repertório cognitivo de cada votante. O fortalecimento deste processo – levando em conta uma dimensão mais macro do que a prevista por Downs – aconteceria no reforço dado pela interação do votante com os amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc. É claro que, num processo como este, a classe social teria fundamental importância, chegando Norris a dizer que a influência da classe social no voto seria o maior determinante da lealdade partidária, superando inclusive as identidades de gênero, raça, etnicidade, religião, região e vizinhança, uma vez que a imagem dos partidos derivaria de referenciais e posicionamentos de classes sociais articulados a sentimentos de pertença a outros grupos sociais. [17]

Apesar da força da identidade partidária, no entanto, Nie defende que a partir da década de 1970 os conflitos raciais, os debates sobre a guerra do Vietnã e aumento da criminalidade e do consumo de drogas forçaram os partidos a alterar consideravelmente sua pauta, uma vez que o eleitorado passou a ser bem mais atento às respostas dadas pelos partidos às questões acima do que à anteriormente citada fidelidade partidária. Segundo esse pensar de Nie, a fidelidade partidária deu espaço para que uma volatilidade eleitoral se desse, fomentando uma nova leitura dos apelos dos partidos políticos, então mais atentos às questões de interesse de grupos específicos. Deste modo, mais uma vez foi refutada a leitura de Downs, pois ficou provado que os partidos políticos são instituições bastante suscetíveis às marés que se lhes apresentam, algo não analisado pelo fixo modelo downsiano. [18]

Abrindo espaço para o tema central deste trabalho, a contribuição de Michigan atenta para o fortalecimento de novas identidades, bem como aos novos movimentos sociais, colocou na ordem do dia o pleito dos movimentos dos direitos civis americanos, além do movimento feminista das décadas de 1960 e 1970, possibilitando a emergência do debate sobre identidades de gênero, etnicidade e nacionalismo, e fazendo com que se

[17] NORRIS, P. *Electoral change in Britain since 1945*. Cambridge: Blackwell, 1997.
[18] NIE, N. H. et al. *The changing american voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

pensassem mais detidamente as outras desigualdades sociais que passaram a ter preponderante peso na arena política. Nesta linha de pensar, Oliveira entende que

> este contexto de emergência de comportamentos políticos eleitorais influenciados por identidades de grupo favoreceu para que os eleitores passassem a se orientar mais por considerações 'racionais' que 'sentimentais ou irracionais'. Percebendo que este momento era marcado também pela emergência de campanhas embasadas no uso dos meios de comunicação de massas e das técnicas de *marketing* aplicados à política, outros autores assinalaram que os eleitores neste novo contexto também se tornaram mais suscetíveis aos apelos das campanhas eleitorais, à imagem do candidato e ao desempenho dos mandatários (...) a identidade com o partido passou apenas a ser informada por outros elementos além da classe, como, por exemplo, os interesses do grupo racial, étnico, gênero, etc., aos quais o eleitor também se sente ligado. [19]

As críticas de Stokes acima apresentadas foram bem recebidas por outro expoente da Escola de Michigan, Philip Converse, chegando este a defender a utilidade das noções de *espaço* e de *distância política* da teoria de Downs, mas propondo que o modelo deste seja modificado: o espaço da disputa partidária e da distribuição dos eleitores deveria ser considerado um espaço psicológico. As ordens de preferência partidária poderiam ser definidas em termos de dimensões distintas, sendo que as distâncias entre os partidos poderiam ser percebidas também como diferentes, dependendo do grau de envolvimento político e de informação dos grupos de eleitores considerados. [20]

Atentando para tais propostas de alteração da teoria downsiana, abriu-se caminho para, de uma forma ou de outra, introduzir no modelo original, por um lado, fatores sociais e culturais, e, por outro, fatores psicológicos. Para tornar a teoria mais capaz de explicar a complexidade da realidade, que é o que buscavam os teóricos de Michigan, a proposta é modificá-la, levando em conta os fatores explicativos enfatizados pelas correntes sociológica e psicossociológica, perspectivas às quais este trabalho também pretende dar detida atenção.

Assim, lançando mão da contribuição de Michigan, pode-se entender que, para explicar a direção do voto, não há como excluir variáveis de tipo social, cultural e psicológico. Não seria muito acertado, pois, ignorar fatores macroestruturais, que definem os diferentes contextos nos quais os eleitores vivem, já que o próprio Downs, ao procurar explicar a variação ideológica dos eleitores, suposta na sua distribuição no

[19] NORRIS, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 45.
[20] CONVERSE, P. The problem of party distantes in models of voting change. In: JENNINGS & ZEIGLER. *The electoral process*. New York: Prentice-Hall, 1966.

espaço de concorrência partidária por votos, indica três fatores de suma importância: a heterogeneidade da sociedade, a inevitabilidade do conflito e a incerteza.

Entrando no debate, a fim de analisar as duas contribuições acerca do comportamento eleitoral até aqui apresentadas – a teoria da escolha racional e a perspectiva de Michigan –, Philip Converse mostra como foi criada a controvérsia entre as correntes sociológica e psicossociológica, de um lado, e o enfoque econômico da escolha racional, de outro [21]. Segundo este autor, as duas abordagens diferem no ponto de partida, pois na primeira o modelo é indutivo, e na segunda, dedutivo; mas ambas tendem, até certo ponto, à convergência. Segundo Castro, os investigadores de Michigan tinham mostrado que a preferência partidária, originada no processo de socialização e baseada em tradições familiares, é muito mais importante que os possíveis ganhos da racionalidade econômica, além do fato de a maioria do eleitorado, como já aqui foi citado, ter níveis extremamente baixos de informação política. [22]

Baseado em informações desta natureza, Converse critica o conceito de racionalidade defendido por Downs, qualificando-o como bastante vago. Afirma, ao mesmo tempo, que, se entendemos comportamento racional como aquele que "*maximiza as utilidades percebidas ou esperadas*", este conceito leva a uma tautologia: "*qualquer comportamento em que o ator escolhe se engajar deve maximizar sua utilidade percebida, senão o ator teria feito outra escolha*". [23]

Muitos autores levaram a controvérsia sobre as teorias construídas a partir das perspectivas sociológica e psicossociológica e a proposta da teoria da escolha racional até ao ponto de se concluir que a integração entre as diversas correntes é impossível. Entretanto, a discussão acima leva, segundo Castro, "*à conclusão de que a solução mais rica e promissora envolve a necessidade de uma integração entre as duas abordagens principais, e não à afirmação da exclusividade explicativa de uma delas*". [24]

Fica então claro, à luz das contribuições até aqui apresentadas, que, sem alguma forma de articulação entre as variáveis de tipo macro e as que dizem respeito às características individuais dos eleitores, não é possível sustentar uma teoria suficientemente ampla e complexa do fenômeno eleitoral. Neste sentido, é interessante notar a importância da interface agência/estrutura na tentativa de dar conta do

[21] CONVERSE. P. Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN & POLSLCY. *Handbook of political science*. vol.4. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.
[22] CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992, p. 17.
[23] CONVERSE, 1975, p. 119.
[24] CASTRO, *op. cit*., p. 18.

comportamento dos eleitores. A dificuldade talvez seja a articulação das dimensões, visto não ser de hoje que o imbróglio se estabelece. Embora com tais dificuldades, no entanto, Castro defende que "*é preciso considerar que os atores agem em situações estruturais e ambientais diversas, que condicionam suas visões do mundo, suas opiniões e atitudes para perseguirem esses objetivos*". [25]

O que se vê, pois, é que a teoria da escolha racional falha ao pretender explicar os fenômenos sociais a partir de indivíduos atomizados, autônomos em relação a qualquer condicionamento social. A força da agência só pode ser plenamente entendida se for ao mesmo tempo autônoma e condicionada pela estrutura e seus fatores econômicos e institucionais, visto que, como defende Castro,

> indivíduos com interesses supostamente semelhantes, em contextos diferentes, se comportam politicamente de forma diferente, enquanto contextos sociais semelhantes admitem comportamentos políticos diferentes, dependendo das características individuais que influem sobre as escolhas. [26]

Assim, o desafio consiste em dar conta das condições de autonomia e de determinação das escolhas individuais, o que mostra que a busca pelas perspectivas sociológica e psicossociológica, para a explicação do comportamento eleitoral, se apresenta como algo mais do que relevante.

### 1.3 Uma leitura conciliadora para Downs e Michigan

Numa lógica que busca uma espécie de conciliação entre as duas perspectivas apresentadas, alguns autores problematizam as teses acima analisadas. Deste modo, a tentativa de conciliar teoria política e investigação empírica se coloca como uma das leituras alternativas ao modelo teórico de Downs e à perspectiva empírica de Michigan. Nesta direção, Robertson se coloca a tarefa de entender a organização da mecânica da competição política, defendendo que tal organização se dá na capacidade de se colocar algumas preocupações à categoria de problemas, ao mesmo tempo em que se ignora outras preocupações. [27]

[25] *Idem*, p. 19.
[26] CASTRO, *op. cit.*, p. 19.
[27] ROBERTSON, D. A. *Theory of party competition*. London: John Willey & Sons, 1976.

Para Robertson, Antony Downs e a Escola de Michigan ignoraram a força da persuasão na competição eleitoral, uma vez que não atentaram para aquilo que aquele autor chama de "*pré-requisitos para a propaganda eleitoral numa democracia"*. Atento a tais pré-requisitos, então, o autor os apresenta em três categorias: "*diagnóstico descritivo do estado em que se encontra a sociedade*; *determinação de propostas políticas para melhorar o que está em crítica*; e *definição dos argumentos a serem apresentados em favor ou contra o partido da situação"*. [28]

Assim, seria papel de qualquer campanha mostrar o estado em que se encontra a sociedade, uma vez que isso serviria para indicar os problemas e as ações que seriam da obrigação do novo governo. Deste modo, também ficaria possível limitar as expectativas dos eleitores, pois o futuro que os poderia amedrontar não teria força para tal, já que a argumentação sobre as soluções para os problemas – terceira das categorias de pré-requisitos – teria de ser bastante convincente.

Em termos de expectativas de eleitores e seu uso da razão, indo na contramão da ideia de racionalidade em Downs, Robertson defende que os atores até são racionais e orientados pela busca de atingir fins, só que o voto não seria algo de puramente pragmático, pois existe espaço para o que o autor chama de "irracionalidade" na decisão do voto nos modelos espaciais, já que nos momentos de decisão a força dos apelos à lealdade de gênero, raça, etnia e religião se mostra como papel preponderante nas escolhas dos indivíduos.

Deste modo, Robertson aponta falhas no modelo de Downs, defendendo que este se equivoca na definição do número de tipos de atores numa disputa eleitoral, bem como na compreensão da estrutura institucional do Estado e no entendimento do que de fato constitui uma escolha racional. O nível macro, portanto, ficaria, na leitura de Downs feita por Robertson, praticamente fora da questão do comportamento eleitoral, o que seria para este último um grande equívoco.

Também como crítico da leitura economicista do comportamento eleitoral, Brams apresenta outra maneira de conciliar as contribuições de Downs e Michigan. Para este autor, o modelo downsiano é unidimensional, já que analisa apenas uma dimensão do posicionamento dos partidos e eleitores no continuum de atitudes políticas. Deste modo, defende que o *fator tempo* foi negligenciado, o que impede que a compreensão da urgência ou da demora em um candidato entrar numa disputa se dê. Para Brams, a

[28] *Idem*, p. 18.

inclusão do fator tempo possibilita ao eleitor conhecer os candidatos dissimulados, que usam apelos ambíguos como estratégia para ampliar seu eleitorado, buscando amparo em expressões como: "eu darei cuidadosa atenção a..."; "todas as questões receberão cuidadosa atenção", etc., bem como possibilita ao candidato escolher o melhor momento para entrar numa disputa, já que a escolha do "melhor momento" pode fortalecer a campanha, visto que o candidato tem tempo para se posicionar estrategicamente no espectro esquerda/direita das questões políticas. Ao candidato neófito, no entanto, o tempo surge como fator para que ele entre na disputa o mais rápido possível, no intuito de se fazer conhecido e adquirir a popularidade necessária a um elemento que se quer competitivo. [29]

Reconhecendo a validade da contribuição de Downs, no entanto, Brams defende que tal modelo tem o mérito de apresentar a metáfora do jogo como muito bem aplicada à competição eleitoral, já que o resultado das eleições sempre será fruto das escolhas que os jogadores (partidos, grupos de pressão e eleitores) fizerem. A decisão do voto, nesta análise, sempre será fruto da posição que os candidatos tomarão, pois, como bem defende Oliveira, ao analisar a postura de Brams,

> quando as estratégias dos candidatos revelam-se eficientes, no sentido de avançar sobre temas e questões pertencentes ao campo do outro, forçando a convergência de propostas políticas entre os partidos concorrentes, observa-se a tendência dos eleitores de fazerem suas escolhas baseando-se em 'fatores não-políticos', tais como a personalidade dos candidatos, etnicidade, raça, gênero, etc. (...) vemos assim que algumas 'não-questões' podem se tornar questões políticas e, dessa forma, passar a compor o cálculo do voto do eleitor racional. Entendendo-se por questões políticas aquelas sobre as quais o governo deve atuar, uma vez que interferem na vida dos seus cidadãos. Como Downs, (no entanto) a palavra final desse autor enfatiza que questões políticas prevalecem na decisão do voto, mais do que a imagem do candidato.[30]

À luz do que foi anteriormente apresentado, pode-se perceber que a grande contribuição dos críticos de Downs e Michigan foi transformar uma perspectiva psicológica, com foco unidimensional, e na agência, em uma perspectiva psicossociológica. Perceberam assim, segundo Castro, que a perspectiva psicossociológica, lançando mão de alguns princípios da Sociologia integrados à Psicologia, reconhece que "*os contextos estruturais em que os indivíduos se inserem e*

[29] BRAMS, S. J. *The presidential election game*. New Haven: Yale University Press, 1978.
[30] OLIVEIRA, *op. cit*., p. 47.

*as interações que dão dentro do grupo a que pertencem explicam, em parte, seu comportamento como eleitor*". [31]

Nesta direção também, e analisando a perspectiva da Escola de Michigan, Marcus Figueiredo defende que Philip Converse demonstra empiricamente que os eleitores se distribuem e se relacionam com o mundo político segundo uma conceituação que lhes é peculiar em determinados espaços sociais. Assim, para se compreender a atitude dos eleitores é necessário também focar as inter-relações que fomentam a *cristalização de um sistema de crenças políticas*, ainda que exista uma instabilidade de atitudes frente às questões políticas, o que traz à tona opiniões bastante divergentes num mesmo contexto, bem como diversos graus de conceitualização do mundo político, o que torna, segundo Converse, extremamente difícil prever a atitude de um indivíduo em relação ao voto. [32]

Diante então da dificuldade de se prever a atitude do eleitor, Converse aponta dois caminhos: o estudo do *grau de centralidade* e do *grau de motivação para a política*, como bem apresenta Figueiredo, ao afirmar que

> Converse demonstra que o elemento que, endogenamente, dá maior coerência aos mais diversos níveis de conceitualização é o *grau de centralidade* que os temas da vida pública têm na vida cotidiana do cidadão. A solução está em conjugar os níveis de estruturação dos sistemas de crenças com o *grau de motivação para a política* que os indivíduos desenvolvem. [33]

Deste modo, então, quanto mais central é a posição de um indivíduo num grupo social ou na estrutura da sociedade com um todo, mais ele é informado sobre questões políticas e mais interessado ele se torna por tais questões. Por conta desta posição privilegiada, pois, Castro defende que tal indivíduo é o que mais se interessa pelo desenvolvimento do processo político de um país, bem como o que mais se envolve em campanhas e mais comparece para votar, justificando o estudo dos graus de centralidade e de motivação para a política, uma vez que as questões em torno das quais se dá a disputa política não são igualmente politizadas para todos numa sociedade.

Para Figueiredo, então, conhecer o campo ideológico é necessário, ainda que não suficiente, para explicar e prever o comportamento eleitoral, pois, segundo este

---

[31] CASTRO *apud* RADMANN, Elis Rejane Heinemann. *O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 26.
[32] FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*: democracia e racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.
[33] *Idem*, p. 25.

autor, as democracias modernas, com seus indivíduos movidos por uma forte instabilidade de seus sistemas de crenças, e expressando um baixo teor de respostas ideológicas, dificultam qualquer postura preditiva.

É importante notar, após acessar contribuições como as acima apresentadas, que o que está em xeque é o modelo de Downs, visto que o que os autores buscam é, de uma forma ou de outra, acrescentar elementos ao modelo original, que insistia em demasia em trazer o foco apenas para a postura economicista de uma escolha racional. Deste modo, os elementos psicológicos, sugeridos pela Escola de Michigan, e sociológicos, por autores que a criticaram, são de fundamental importância para o tema, visto que, como foi mostrado, fatores macroestruturais estão também na ordem do dia quando se trata de analisar o comportamento eleitoral de um indivíduo ou grupo, já que, dadas certas condições institucionais, o eleitor identificaria, segundo uma perspectiva sociológica, os meios mais eficazes para a obtenção de seus fins, votando ou não numa direção, e justificando que existem relações entre instituições políticas e leis eleitorais de um lado, e graus de participação eleitoral e escolha partidária, de outro.

## 1.4 A perspectiva sociológica

Lançando mão da ideia anteriormente esboçada, de que fatores institucionais também interferem na decisão de voto de um indivíduo, a perspectiva sociológica defenderá a presença de tais fatores, bem como, utilizando-se do princípio da macroanálise, enfatizará a importância dos determinantes socioeconômicos, culturais e da estrutura de classes na formação das clivagens sociais e na explicação de determinados comportamentos, já que, como defende Castro, "*fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais que se expressam através dos partidos com os quais setores eleitorais se identificam*". [34]

Nesta direção, Figueiredo defende que, ao contrário do que pensavam os autores de Michigan, não são os indivíduos, mas os coletivos sociais que imprimem dinâmica à política, já que o ato individual não é socialmente isolado, mas é aquilo que o autor chama de "agregado de ações". Para Figueiredo, então,

[34] CASTRO, *op. cit*., p. 29.

> as decisões individuais têm que ser compreendidas dentro dos diversos grupos sociais (Lazarsfeld, 1966:299). Elas supõem mudança de atitudes, crenças, ideologias 'em termos de associação com outros membros dos principais grupos de solidariedade que envolvem o eleitor' (Parsons, 1970:19). [35]

É importante lembrar também que, por conta de divergências teórico-metodológicas na análise da estrutura social, tal perspectiva sociológica divide-se em duas vertentes, a fim de contemplar um viés marxista e um não-marxista. Assim, o que se vê é uma vertente que aponta mais os fatores econômicos e a estrutura de classes como responsáveis diretos pelo comportamento eleitoral de um indivíduo, e outra vertente que foca também outras bases para as clivagens sociais, tais como os fatores étnicos, religiosos, regionais, culturais etc. Por ter, então, as relações raciais – com foco no possível voto diferenciado de negros e negras – como tema maior, este trabalho se debruçará mais detidamente sobre a corrente não-marxista, ainda que entenda a classe social e a consciência de classe como fatores também fundamentais na decisão de voto de um indivíduo.

A versão não-marxista, segundo Castro, propõe que a participação política dos indivíduos deva ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela sua inserção em determinados grupos ou categorias. Assim, pela influência que recebe no grupo onde está inserido, o eleitor decide por uma ou outra candidatura, sendo as variáveis explicativas para uma decisão de voto as questões de gênero, idade, escolaridade, condição socioeconômica, participação em associações etc. Por conta disso, Castro defende uma similaridade entre os votos de integrantes de um mesmo contexto, já que, trabalhando e convivendo em ambientes similares, "*as pessoas desenvolvem necessidades e interesses semelhantes, tendem a ver o mundo da mesma maneira e a dar interpretações parecidas a interesses comuns*". [36]

Por esta linha de pensar, então, o voto é fruto de uma interação familiar, religiosa, profissional, de vizinhança ou de amizade, o que faz com que os candidatos, segundo Figueiredo, apresentem propostas discursivas que valorizam características específicas de um grupo, já que "*esses discursos podem ser dirigidos a comunidades específicas, segmentos sociais, classes sociais ou ainda grupos sociais mais genéricos* –

[35] FIGUEIREDO, *op. cit*., p. 42.
[36] CASTRO, *op. cit*., p. 32.

*pobres, classes médias, negros, mulheres, sulinos, nordestinos, ou ainda católicos, umbandistas etc*.". [37]

Embora tal identificação com um determinado discurso possa parecer uma forma de *identificação partidária* de uma comunidade com um partido ou com um político, tese já anteriormente apresentada, Marcus Figueiredo vai diferenciar *identidade política* de *identificação partidária,* ainda que tal autor reconheça que identidades políticas tendem a convergir para identificações partidárias. Analisando sob perspectiva histórica, então, o autor defende que

> a Sociologia oferece uma explicação circular para a decisão do voto: os eleitores têm atitudes clientelísticas e ideológicas e, portanto, votam dessa forma, porque as elites realizam a política pelas vias clientelísticas ou ideológicas. As elites, por sua vez, têm atitudes clientelísticas ou ideológicas e, portanto, realizam a política por essas vias, porque os eleitores têm aquela atitude, e assim sucessivamente. O resultado dessa situação esdrúxula é bem conhecido: as elites não compreendem os eleitores e põem a 'culpa' no estado cultural, quando não no próprio eleitorado. [38]

Pensando assim, e para fugir de tal círculo vicioso, senão falacioso, Figueiredo conclui que a decisão do voto pende para a natureza e densidade da identidade política entre eleitores e candidatos, defendendo este autor que eleitores e candidatos que não têm afinidades – não compartilhando do mesmo espaço social – não se relacionam eleitoralmente, já que a ideia de identidade eleitor/político é uma relação onde, se o discurso eleitoral consegue identificar-se com o meio em que está sendo pronunciado, mostrando-se o candidato participante – ainda que possa sempre haver dissimulações – nos dramas e na compreensão das identidades grupais de gênero, raça, profissional, religiosa e cultural, uma *relação cativa e dialética* entre as partes se estabelece, impedindo que uma subsista sem a outra, e fazendo com que se estabeleça com muita força o tripé eleitor-voto-candidato.

Assim, a perspectiva sociológica de viés não-marxista, em grande parte de orientação funcionalista, contribui de forma singular para a explicação do voto, trazendo um olhar para o nível macro, como é o de Lipset, que, focado na análise da participação eleitoral, descobriu em seus estudos empíricos – inclusive comparando e encontrando grandes similaridades entre países como Estados Unidos, Finlândia, Noruega, Alemanha e outros – que os homens votam mais do que as mulheres, os casados mais

[37] FIGUEIREDO, *op. cit*., p. 56.
[38] FIGUEIREDO, *op. cit*., p. 68.

do que os solteiros, os entre 35 e 55 anos mais do que os mais idosos e os mais jovens, as classes mais altas mais do que as mais baixas, os membros de organizações mais do que os não-membros, além de um recorte profissional, onde os empresários, profissionais liberais e funcionários públicos participam mais do que os menos qualificados, camponeses e trabalhadores em serviços.

Para Lipset, as explicações para tais diferenças de comparecimento e identificação política podem ser divididas em quatro grupos: "1) se os seus interesses forem fortemente afetados pela política do governo; 2) se tiver acesso a informações sobre a relevância das decisões políticas para os seus interesses; 3) se estiver exposto a pressões sociais que exijam o voto; 4) se não for pressionado para votar por diferentes partidos políticos". [39]

Para pensar a escolha do voto, então, vários trabalhos empíricos de perspectiva sociológica, realizados tanto nos Estados Unidos quanto em países europeus, mostraram a relevância na hora do voto de fatores como ocupação, local de residência (rural ou urbana), origem nacional, raça, religião, idade, escolaridade, status socioeconômico, sexo, pertencimento e participação em associações de vários tipos etc.

A conclusão, como não poderia deixar de ser, é que a influência do grupo ao qual pertence o eleitor é importante para explicar sua escolha partidária, já que, se vivem, ou trabalham juntos, os indivíduos votam muito provavelmente nos mesmos candidatos, visto que têm a oportunidade de interagir e compartilhar o mesmo *modus vivendi*, desenvolvendo necessidades e interesses semelhantes, como já foi aqui mostrado.

Para além disso, no entanto, Lazarsfeld defende que, na decisão de votar em determinado partido ou candidato, parece também muito importante para os indivíduos de uma comunidade a influência do "líder de opinião", que é aquele que se comunica com cada eleitor dentro de seu grupo, tendo a palavra deste um peso maior do que os instrumentos formais de campanha política através dos meios de comunicação de massas. [40]

À luz das contribuições de Downs, Michigan e das articulações que posteriormente entraram no debate, é possível inferir, concordando com Converse, cuja tendência é a conciliação dos níveis macro e micro de análise, que comportamentos diferentes se relacionam com graus maiores ou menores de articulação ou estruturação

[39] LIPSET, M. S. *O homem político.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 194.
[40] LAZARSFELD, P. et al. *The people's choice.* New York/London: Columbia University Press, 1965.

ideológica – ou de racionalidade – dependendo do acesso diferenciado, também condicionado pelo contexto socioeconômico e institucional, à informação politicamente relevante.

Como foi já mostrado, estudos apontam a importância dos níveis de informação na forma e direção da participação eleitoral, concluindo eles que maior informação e maior sofisticação política se relacionam com graus maiores de articulação ideológica. Conclui-se, pois, que, a depender da posição social na estrutura, um indivíduo terá mais ou menos informação política, o que o orientará ideologicamente na hora do voto, quando, aliada a condicionantes psicossociais, tal orientação macroestrutural direcionará o eleitor para um lado ou para o outro.

O presente capítulo se preocupou em visitar as contribuições de três linhas teóricas acerca do comportamento eleitoral: a contribuição de viés econômico da chamada teoria da escolha racional, a contribuição psicológica e psicossociológica da Escola de Michigan e a contribuição da visão sociológica, que intenta articular as duas anteriores, focada nas análises de Philip Converse, Mônica Castro e Marcus Figueiredo.

Se para a Teoria da Escolha Racional o eleitor consegue sempre tomar uma decisão quando confrontando com uma gama de alternativas, além de classificar todas essas alternativas, colocando-as num ranking transitivo e sempre escolhendo aquela que fica em primeiro lugar em seu ranking de preferência, bem como tomando sempre a mesma decisão cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas, a perspectiva dos teóricos de Michigan vai noutra direção, defendendo que a escolha é muito mais irracional do que racional, já que em pesquisas feitas por *surveys* nos Estados Unidos identificaram que a maioria dos eleitores mostrava-se completamente desinteressada e mal informada sobre a vida política, além do fato de que a maioria não possuía opiniões formadas sobre as principais questões da conjuntura política que se lhes apresentavam, incluindo as relacionadas à educação, saúde, igualdade racial e outros importantes temas.

Já a visão sociológica, que intenta conciliar as duas anteriores, entende a relevância na hora do voto de fatores como ocupação profissional, local de residência, origem nacional, raça, religião, idade, escolaridade, status socioeconômico, sexo, pertencimento e participação em associações de vários tipos etc.

Assim, a influência do grupo ao qual pertence o eleitor seria de extremada importância para explicar sua escolha partidária, segundo a visão sociológica, já que a convivência faria com que os indivíduos votassem muito provavelmente nos mesmos candidatos, visto que têm a oportunidade de interagir e compartilhar as mesmas

necessidades e interesses, além do fato de existir a influência do chamado "líder de opinião", tão importante para uma comunidade onde o peso dos instrumentos formais de campanha política é menor e não atinge a força da pessoalidade e do eventual carisma da voz do líder a ser ouvido e seguido.

# 2 COMPORTAMENTO ELEITORAL NO BRASIL

É certo que um aporte teórico que funciona bem em um lugar pode não obter o mesmo êxito em outro – sobretudo em se tratando de comparar países centrais no capitalismo globalizado com as chamadas nações periféricas –, dadas as condições díspares das muitas nações e grupos sociais. Ainda assim, é interessante perceber que o arcabouço teórico dos países centrais, oferecido pelas escolas anteriormente citadas, tem encontrado grande aceitação em muitas localidades mundo afora, como é o caso do Brasil.

Ainda que bem aceitas, no entanto, tais teorias e metodologias aparecem diluídas em muitas das análises sobre o comportamento eleitoral entre os brasileiros. Deste modo, mesmo que não as encontremos diretamente citadas, as perspectivas sociológica, psicossociológica e a da escolha racional aparecem – e por vezes até bastante articuladas entre si – nas obras que buscam entender o comportamento eleitoral *tupiniquim*. Nesta direção, Jorge de Almeida oferece uma das mais utilizadas contribuições sobre a temática do comportamento eleitoral por essas terras. [41]

Analisando as eleições de 1994, quando a polarização PT/PSDB – uma das bases para esta pesquisa – se estabelecia, Almeida se preocupa em traçar o perfil ideológico do eleitor brasileiro, bem como em focar o processo de evolução do voto nas pesquisas de opinião, que, ao invés de Serra/Dilma – foco da presente análise – trazia Lula/FHC como principais nomes e propositores de discursos e políticas. A partir da análise de pesquisas quantitativas e qualitativas de intenção de voto em 1994, Almeida defende que os diferentes segmentos sociais impedem que se possa pensar em uma uniformização que anularia as diferentes respostas e maneiras de se pensar a política e a escolha de um candidato.

Naquilo que interessa fortemente a esta pesquisa, o autor defende que sexo, idade, religião, escolaridade, classe social e raça contam muito na hora da escolha de um candidato, assim como já foi possível perceber pelas contribuições que buscam articular a teoria da escolha racional e as perspectivas sociológica e psicossociológica, que impedem uma uniformização na hora da análise.

[41] ALMEIDA, Jorge de. *Como vota o brasileiro*: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994. São Paulo: Xamã, 1998.

Focando a ideia já apresentada de *posição* de um eleitor na estrutura social, que é o que justifica sua participação e seu conhecimento sobre políticas e partidos, Almeida mostra que as mensagens políticas até levam a um maior conhecimento sobre o candidato, no entanto, a adesão a este candidato vai depender da identificação, das necessidades e dos interesses do eleitor.

Como pensar em posição privilegiada na estrutura social é automaticamente falar em uma minoria, Almeida mostra que no Brasil, mesmo com a proximidade de um pleito, 70% dos eleitores não se manifestam e pouco ou nada se interessam por uma disputa. Tanto que o autor demonstra que "*o eleitor menos desinteressado era o de escolaridade superior, renda acima de 10 salários mínimos, do sudeste, mais jovem e homem, ou mulher que trabalha fora*" [42], sendo que a identificação com algum partido era praticamente nula, ficando a maior curiosidade do estudo para o fato de que "*o grande destaque da pesquisa continua sendo a enorme massa daqueles que não têm preferência (63%), ou rejeição (56%) por qualquer partido*". [43]

Outro fator destacado por Almeida em sua análise do comportamento eleitoral dos brasileiros diz respeito à esperança em relação aos anos que viriam. Os dados oferecidos pelo autor mostram que as condições de vida tinham piorado na avaliação dos eleitores em 1994, sendo que tal piora, curiosamente, só acontecia "na casa dos outros". Isto porque o autor mostra que "*70% dos entrevistados admitem que a vida piorou, mas "apenas" 44% admitiram que isso ocorreu com sua própria família, enquanto 46% afirmaram que a vida pessoal e da família melhorou*", mostrando que o otimismo e a esperança de melhoras continuavam a vigorar, ainda que "na casa dos outros" a situação estivesse bem ruim. [44]

Se nas análises de Philip Converse e Marcus Figueiredo, anteriormente apresentadas, o grau de conhecimento de políticas e de conceitos de representação era muito baixo, por conta do distanciamento da maior parte dos eleitores, Almeida vai corroborar tal ideia, defendendo que os eleitores até possuem simpatia ou antipatia por alguns termos, mas que dificilmente isso conta, visto que muitos dos construtos utilizados pelos profissionais da política não têm qualquer significado para grande parte dos eleitores. Tanto isso é verdade que os conceitos de "direita" e "esquerda" quase sempre nada têm a ver com socialismo e capitalismo, mas se relacionam da seguinte

[42] ALMEIDA, *op. cit*., p.33.
[43] *Idem*, p.60.
[44] *Ibid*, p.64.

maneira: "*direita é a coisa direita, a coisa correta e séria*", o que, como é sabido, não se relaciona com um conceito político-ideológico. [45]

Como outra característica do eleitor brasileiro, Almeida mostra que a confiança nas instituições também depende da posição de cada indivíduo na estrutura social, o que faz com que os mais bem posicionados se interessem mais e compareçam mais para votar – haja vista o fato de que acreditam que isso é importante para influenciar em algo que possa lhes trazer benefícios diante das instituições – como também já foi anteriormente citado nas análises de Castro e de outros autores que buscam articular Downs e Michigan.

Se a confiança nas instituições se mostrou pequena entre a maioria, Almeida mostra também que o desinteresse pelas questões políticas é bastante grande, pois, mesmo após as eleições de 1994, 60% dos eleitores entrevistados não tinham maiores informações sobre a disputa, não sublinhavam qualquer qualidade ou defeito de seu candidato preferido, não conheciam as alianças feitas por ele e, em se tratando de um tema caro à época, não tinham ideia do que era a privatização, ainda que já tivessem optado por um dos candidatos. [46]

Interessante é também notar que, ao contrário dos fatores sociais, os eleitores apontavam os fatores econômicos – inflação, custo de vida, preços altos – como os mais carentes de uma resposta da parte do novo presidente. Não fica, portanto, difícil entender a força do então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, na disputa com um candidato que apelava diretamente para os fatores sociais, que era o caso de Luiz Inácio Lula da Silva.

A escolha de um desses dois candidatos estaria então na resposta que eles dariam aos problemas econômicos acima citados, bem como na sua honestidade, no seu conhecimento dos problemas do Brasil e na sua força para combater a corrupção, que foram as três mais citadas "qualidades" importantes de um governante. Entre os critérios mais utilizados pelos eleitores para a busca de tais qualidades aparecem os debates na televisão e no rádio (20,9%), o contato direto com o candidato (16%), os programas do horário eleitoral gratuito (14,7%), os índices de pesquisas de opinião (6,4%) e a indicação de parentes e amigos (5,8%). Por conta disso, Almeida, entendendo que o grau de interesse no horário eleitoral gratuito diz respeito aos mais

[45] ALMEIDA, *op. cit.*, p.66.
[46] *Idem*, p.69.

bem posicionados na estrutura social (embora não utilize esse termo de Converse e Figueiredo), defende que

> a mídia eletrônica é o principal instrumento de campanha (no caso presidencial), mas outras maneiras mais tradicionais como o contato direto e comícios continuam tendo um peso muito significativo, mesmo numa eleição presidencial. No caso de proporcionais e prefeitos, por exemplo, deve ter uma importância ainda maior. [47]

Para além de tais critérios dos eleitores, porém, é importante citar que a análise de Almeida mostra os eleitores quase que totalmente descrentes em relação aos partidos e bem pouco interessados por eleições. Assim, lembrando Robertson, aqui anteriormente citado, a força da campanha e da argumentação, bem como a credibilidade que o candidato conseguir apresentar convincentemente é que vão, junto às conversas informais com parentes, amigos e colegas de trabalho, auxiliar na aceitação da imagem vendida por um candidato.

A chance de sucesso numa campanha, defende Almeida, depende então de o quão exposto está um candidato no cenário político. Para o autor, se o candidato tiver uma imagem considerada positiva diante dos eleitores, será importante para o eleitor estar a par das características da personalidade daquele, bem como estar inteirado acerca dos aspectos da vida pessoal do candidato que está em busca de seu voto.

## 2.1 As visões teórica e empírica no caso brasileiro

Ao lançar mão do aporte oferecido por Philip Converse, o cientista político Marcello Baquero utiliza uma tipologia para analisar o nível de apreensão contextual do sistema político brasileiro. Segundo Baquero, tal tipologia de Converse leva em consideração as seguintes categorias: *ideólogos*, *quase-ideólogos*, *interesse de grupo*, *natureza dos tempos* e *sem conteúdo político*. [48]

Segundo tal categorização, os eleitores ideólogos apresentam um nível mais elevado nas dimensões conceptuais e um amplo alcance nos significados políticos, o que é justificado por sua posição na estrutura social. Os quase-ideólogos abordam a

[47] ALMEIDA, *op. cit*., p.80.
[48] BAQUERO, Marcello. Paradigma de Converse: sistema de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: 1985, vol. 13.

dimensão política de maneira mais periférica, lançando mão de conceitos, mas de forma questionável. Os inseridos na categoria *interesse de grupo* não se utilizam de dimensões mais amplas para a análise de candidatos e partidos, mas entendem que existem conflitos entre dominantes e dominados no âmbito político. Quando se fala daqueles que são ocupantes da categoria *natureza dos tempos*, está se considerando os eleitores que até conseguem realizar algumas considerações políticas, mas as avaliações que apresentam são bastante frágeis em termos argumentativos. Os sem conteúdo político, por sua vez, são aqueles para os quais o cenário político não apresenta qualquer significação.

Baseado nesta categorização de Converse, Baquero analisa o comportamento de eleitores brasileiros e conclui que o grau de informação política e de interesse partidário está diretamente atrelado a um desses níveis de conceptualização política, estando estes atrelados ao nível de informação política, o que sempre será justificado pela posição no sistema social, como já foi aqui mostrado.

Seguindo a abordagem empírica e de nível micro da chamada Escola de Michigan, Baquero entende que os eleitores são motivados por sua avaliação individual e bastante subjetiva quando se trata de analisar a postura administrativa dos governantes. Por conta disso, tal autor entende que os padrões de comportamento eleitoral se baseiam na indiferença e no pragmatismo utilizados por cada indivíduo. Na tentativa de justificar sua tese, Baquero, analisando as eleições municipais de Porto Alegre em 1996, mostra que os eleitores optaram pelos candidatos em detrimento dos partidos políticos. Deste modo, o que importava para os eleitores era se o candidato se encaixava bem nos quesitos honestidade, capacidade administrativa e competência, e não na ideologia apresentada pelos partidos políticos, que é o que teria força para tirar o caráter personalista da escolha.

Como alternativa à contribuição de Baquero, Fábio Wanderley Reis volta a Downs, articulando-o, no entanto, a outros autores, ainda que lançando mão da teoria da escolha racional para explicar o comportamento eleitoral dos brasileiros no período pós-ditadura militar. Nesta direção, Reis entende que a racionalidade apregoada pela teoria downsiana tem como suposto a *intencionalidade do eleitor*, sendo que tal intencionalidade atua no processamento de informações na medida em que o eleitor é estimulado em seu comportamento eleitoral. [49]

[49] REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.6, n.6, 1988.

Não entendendo que de forma estanque as perspectivas anteriormente apresentadas tenham condições de dar as melhores respostas à questão do comportamento eleitoral, Reis mostra que é na articulação entre a teoria da escolha racional e as abordagens sociológica e psicossociológica que se poderá construir um bom arcabouço teórico para responder à demanda que aqui se busca analisar. Nesta direção, o autor defende que

> os principais ingredientes de uma abordagem 'racional' estarão presentes sempre que se admita a característica intencional do comportamento – e estarão presentes, portanto, mesmo em abordagens convencionalmente 'sociológicas', cuja proposição seria impossível fazer sentido, em última análise, na ausência desses ingredientes. [50]

Assim, dialogando com a teoria da escolha racional e na tentativa de responder à perspectiva sociológica, o autor defende que mesmo as normas sociais podem ser transgredidas, visto que o ator pode apresentar um comportamento autônomo, o que daria base para a justificação da aqui já citada visão psicológica da Escola de Michigan, bem como para os articuladores de Downs e tal Escola, cujas obras na perspectiva psicossociológica também foram aqui analisadas. Ao mesmo tempo em que lança mão também da contribuição da Escola de Michigan, Reis, no entanto, não se fia apenas na análise de nível micro dos *surveys* dos autores da mesma, uma vez que, se tais autores entenderam, à luz de seus estudos, que toda a responsabilidade estava no indivíduo, Reis entende que fatores outros podem, e muito, operar neste processo, incluindo-se aí – e com muita força, segundo o autor – a já citada ideia de identificação partidária, sendo que tal identificação pode ser adquirida ou herdada, a independer até das bases econômicas.

Para Radmann, então, algumas obras de Reis buscam integrar a visão psicológica de Michigan a um modelo de "consciência de classe" oriundo da visão sociológica. Assim, defende aquela autora que o modelo de Reis propõe que "*a centralidade de posição social geral não só afeta diretamente a participação política e a eleitoral, mas influi para que o modelo da consciência de classe venha atuar na realidade social*". [51]

Assim, Reis entende que existe um forte vínculo entre situação socioeconômica do eleitor e sua percepção do mundo político, já que a inserção e a participação do

[50] *Idem*, p.30.
[51] RADMANN, *op. cit*., p.73.

indivíduo no processo político seriam proporcionais à sua condição e à sua identidade social. Deste modo, Reis mostra que é nos segmentos sociais de maior poder aquisitivo que se encontrará uma consciência de classe mais desenvolvida e, consequentemente, uma maior participação política, já que tais indivíduos apresentariam uma visão de mundo "mais refinada" para as questões aqui apresentadas. No outro polo, é claro, apareceriam os eleitores com um nível educacional e econômico menor, o que geraria um maior desinteresse pela política, justificando o alto grau de desinformação e indiferença entre a maioria da população, dadas as condições econômicas do povo brasileiro. [52]

É por conta disso que Fábio Wanderley Reis chama a maior parte dos eleitores brasileiros de "eleitores tipo flamengo", já que estes expressam sua participação política como se torcessem por um time de futebol, onde "*estamos no nível de identidades sociais espontâneas e rudimentares que não foram trabalhadas politicamente*", uma vez que são construídas e se processam no contexto de uma *identidade popular*. Embora alguns queiram chamar tais eleitores gratuitamente de 'irracionais', não é disso que Reis fala, no entanto, haja vista focar este autor não uma possível irracionalidade dos eleitores, mas um processo de desinformação que traz como consequência "*um comportamento eleitoral com sentido difuso e cognitivamente precário de uma identidade popular*". Até porque, em se tratando de voto, vários dos critérios de escolha de uma candidatura foram chamados de irracionais, sendo que tal categorização não diz respeito à outra coisa, senão à utilização de abstrações que prescindem de uma maior escolarização e melhor condição econômica para se justificar. [53]

## 2.2 O eleitor sofisticado

Dentre os vários elementos que diferenciam um votante de outro está um aspecto que Radmann e Castro, aqui já citadas, chamam de *sofisticação política*. Para que se possa compreender tal sofisticação, no entanto, as autoras defendem que é preciso que uma rica articulação teórica se dê, fazendo com que se perceba que um mesmo eleitor lança mão de elementos psicológicos, sociológicos e de escolha racional,

[52] REIS, *op. cit.*, p.35.
[53] REIS, *op. cit.*, p.36.

o que aponta para o fato de que seu voto abarca uma grande diversidade de relações possíveis, sendo que a explicação para tal não poderia ser alcançada por um único viés teórico. Nesta direção, Castro entende que

> uma teoria realmente explicativa do voto deve incluir as variáveis macrossociológicas, que compõem os contextos socioeconômicos e institucionais dos indivíduos, aos atributos sociodemográficos dos eleitores, que definem posições específicas na estrutura social e experiências de relações sociais em grupos diversos, e, finalmente, os fatores políticos de nível micro, especialmente a preferência partidária e a sofisticação política. [54]

O mais curioso de tal processo de sofisticação é que ele se estrutura na junção de fatores que são chamados de *racionais* a outros chamados *irracionais* ou *abstratos*. Assim pensando, Castro demonstra que o processo que forma a tal sofisticação política envolve quatro fatores, a saber: a exposição ao horário eleitoral gratuito, o envolvimento com o processo eleitoral, o grau de conhecimento dos candidatos e propostas e o interesse pela política. Baseada num *survey* realizado pelo departamento de Ciência Política da UFMG, Castro defende que o grau de sofisticação política está diretamente ligado ao grau de estruturação ideológica do eleitor. Tanto assim é que a autora entende que "*os eleitores mais sofisticados são aqueles que votam orientados por preferências partidárias baseadas na comparação entre as suas próprias opiniões quanto a issues diversos e as propostas definidas pelos partidos e candidatos*", o que faz com que os outros eleitores, aqueles com baixa sofisticação política, grande maioria do eleitorado brasileiro, na contramão desta dinâmica, sempre se identifiquem com os candidatos, independentemente da preferência partidária. [55]

Para Castro, pois, aquilo que a maioria dos eleitores considera na imagem de um candidato, e de onde tais votantes vão retirar sua decisão de voto, não passa de imagem distorcida e equivocada para um eleitor sofisticado, o que faz com que a defesa dos interesses populares, enxergada nos candidatos pelos eleitores em posição desfavorável na estrutura social, seja vista de outra maneira por aqueles que detêm uma melhor posição. Assim, os eleitores mais sofisticados lançariam mão de uma ideologia política e de uma comparação das propostas dos candidatos com suas opiniões acerca dos diversos *issues* para efetuar a escolha, que, para Castro, seria a escolha mais racional. Embora pareça que Castro quer defender um voto de emoção para as camadas

[54] CASTRO, *op. cit*., p.203.
[55] CASTRO, *op. cit*., p.206.

mais populares e um voto de razão para as camadas mais altas, a autora defende que não é disso que se trata, já que

> para explicar o voto é preciso considerar que os eleitores são ao mesmo tempo autônomos e condicionados, em graus variados, dependendo do contexto em que estão inseridos e de sua posição na estrutura social: é preciso considerar que escolhem, decidem como agir, dentro de circunstâncias que limitam, em grau variado, suas alternativas e percepções da realidade política; é necessário levar em conta as preferências dos indivíduos, seus objetivos, mas sem esquecer que essas preferências variam conforme sua situação na sociedade que produz experiências de vida diferentes, graus variados de participação, informação e interesse pelo processo político. [56]

Por conta de tudo o que foi acima mostrado, a análise de Castro ajuda a compreender que as teorias utilizadas pelos países centrais podem ser aplicadas no Brasil, já que, segundo a autora, não existe nada de peculiar no eleitorado brasileiro, haja vista o fato de que a articulação entre as perspectivas sociológica, psicossociológica e da escolha racional dá conta de explicar o fenômeno do comportamento eleitoral fora e também dentro do país. O que a autora mostra como algo de muita força por aqui, mas que não é também uma particularidade do Brasil, é a grande maioria dos eleitores que se mantêm apáticos em relação às informações políticas e pouco consistentes ideologicamente em relação às questões sobre o tema.

## 2.3 O olhar antropológico sobre o eleitor não-político

O comportamento eleitoral dos brasileiros também foi estudado pelo viés antropológico. Criticando o que entendem ser um *caráter negativo* das abordagens acima citadas, Moacir Palmeira e Márcio Goldmann buscam retirar do foco as questões da possível irracionalidade, da desinformação do eleitorado e da chamada desorganização do sistema político-eleitoral brasileiro[57]. Também nesta direção, Goldmann e Sant´ana afirmam que existem novas formas de inteligibilidade na hora de uma decisão por um candidato, sendo que tal inteligibilidade não leva em conta uma

[56] CASTRO, *op. cit*., p.210.
[57] GOLDMANN, Márcio & Ronaldo Sant´ana. Elementos para uma análise antropológica do voto. In; PALMEIRA, Moacir & GOLDMANN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

visão macroscópica, como a da Sociologia, mas uma microscópica, que é a da Antropologia. Por esta visão, os autores mostram que fatores como simpatia, identificação pessoal, torcida de futebol, autoridade materna e outros de nível micro fazem parte de uma pluralidade de motivações que se envolvem na escolha de um candidato e no ato de votar.

Apresentando um tipo diferente de racionalidade, Goldmann e Sant´ana entendem que existe uma pluralidade de motivações para um eleitor escolher um candidato, tanto que defendem que a escolha de um eleitor transcende ao campo político, mostrando uma rede de forças que coloca em jogo questões que se encontram bem embrenhadas no interior de uma cultura. Por conta disso,

> vota-se, pois, em um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros, muitas vezes, aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou. Mais uma vez, a hierarquização destes aspectos é um processo complexo e dinâmico efetuado sob a influência de múltiplas variáveis. Este ponto talvez possa esclarecer parcialmente o conhecido tema do candidato que "rouba, mas faz": é possível escolhê-lo porque "faz"; é possível igualmente não escolhê-lo porque "rouba"; é possível, enfim, oscilar entre as duas alternativas. [58]

Segundo Goldmann e Sant´ana, ainda, é possível que a aparente desinformação de um eleitor tenha a ver com um distanciamento que o poderá "proteger" no momento em que este quiser se diferenciar do político. Deste modo, o eleitor tem a possibilidade de se eximir de culpas pelos resultados negativos trazidos por um candidato vencedor, colocando a culpa nos demais eleitores, já que ele não se interessa por política e não pode ser responsabilizado pelo fracasso de quem está no governo. Através deste movimento, o eleitor pode "*aparecer a si mesmo e aos demais com um sujeito dotado de consciência crítica, suficientemente afastado dos que decidem de forma equivocada*" [59], sendo que, mesmo nessas circunstâncias, persiste um fio de esperança no eleitorado, sobretudo com a aproximação dos pleitos, visto que, ainda que exista a permanência de um tom depreciativo em relação a todos os políticos, o sistema de valores dos eleitores faz com que as eleições sejam vistas como algo a se participar, pois lhes confere certa importância, uma vez que participam de um processo de grande magnitude.

Concordando com o olhar antropológico de Palmeira, Goldmann e Sant´ana, Nara Magalhães entende que existe um significado cultural da política, o que faz a

[58] *Idem*, p.26.
[59] *Ibid*, p.26.

autora encontrar uma lógica nas escolhas eleitorais, lógica esta que é cultural e de grupo, e que faz surgir aquele que é chamado de *eleitor não-político* [60]. Segundo esta autora, o eleitor é assim chamado porque para ele a política não tem qualquer significado, mudando um pouco de *status* apenas nos momentos de pleitos. Para Magalhães, o eleitor não-político considera que os políticos pertencem a um mundo que não é o seu, um mundo "lá de cima". Ao mesmo tempo em que é "lá de cima", no entanto, não significa que é algo de alto e sublime, mas é até o contrário, segundo a autora, pois se trata de um mundo de pessoas com uma "humanidade perversa", admitindo, no entanto, os eleitores, que, se estivessem no lugar dos políticos, fariam as mesmas coisas de que se envergonham à distância. [61]

Seguindo a visão antropológica, então, Magalhães defende que o eleitor antropológico não-político atenta muito mais para a qualidade das relações, sendo necessário a um analista perceber a visão de mundo, o modelo de construção de identidade e o sistema de valores deste eleitor e de seu grupo social, a fim de compreender a sua opção de voto.

Mais do que uma construção a partir das instituições sociais, então, a política teria de ser enfocada a partir de uma perspectiva cultural de grupo, onde as representações, os símbolos e as significações da representação política no imaginário coletivo teriam de ser considerados de suma importância. De tanta importância que a autora encontrou razão para defender que ser um eleitor não-político não significa não se importar com qualquer aspecto das eleições, visto que, ao aprofundar-se numa entrevista, o eleitor tende a mostrar um interesse não ainda apresentado, o que noutra ocasião já o teria feito ser classificado como "sem qualquer interesse por política", por conta de outras metodologias. Ao mesmo tempo, porém, em que demonstra certo interesse com o aprofundar das entrevistas, o eleitor se assemelha com o de tipo personalista, visto que escolhe seus candidatos pela pessoa e não pelo partido, e sem se importar com o caráter ideológico da polarização direita/esquerda.

Também lançando mão do chamado imaginário coletivo, Magalhães analisa a credibilidade que os políticos têm frente aos eleitores, encontrando uma visão demasiado reducionista da parte dos eleitores não-políticos, pois estes tenderiam sempre a atribuir à política uma conotação negativa, considerando os políticos como "todos

[60] MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. *O povo sabe votar*: uma visão antropológica. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
[61] *Idem*, p.118.

iguais", "farinha do mesmo saco", ideia corroborada pelos próprios partidos, já que, na tentativa de vencer eleições, estes quase sempre optam por ressaltar os lados negativos dos opositores, ao invés de se mostrarem como opção para o descrédito que se estabeleceu.

Assim, através das ofensas mútuas, os partidos acabam por se apresentar como os grandes responsáveis pela ideia de que, no final das contas, "político é tudo igual". [62] Naquilo que se apresenta como uma lógica popular que espalha tal crença, Magalhães defende que "*o conhecimento dos candidatos é também um conhecimento coletivo. Não são os indivíduos isolados, nem tampouco um grupo fechado em si a decidir seu voto. Existe uma referência ao coletivo que ajuda e respalda o ato de conhecer e diferenciar os candidatos*". [63]

Negando a ideia de Michigan, portanto, o olhar antropológico entende, segundo Radmann, que "*o comportamento de um eleitor é respaldado pela 'certeza' de que a opinião emitida por ele não é exclusivamente sua"*, já que "*as opiniões são compartilhadas e construídas numa rede de relacionamentos*". [64]

A ideia de relação clientelista também permeia o comportamento eleitoral brasileiro, uma vez que o eleitor, sobretudo o não-político, descrente da política, foca o chamado "bom candidato", que é aquele que poderá lhe oferecer algum favor, sobretudo fora do período eleitoral. Assim, o contato direto com o candidato faz com que a negociação por favores em troca de voto se torne preponderante na valorização da pessoa e não do partido, justificando a tese de que "*o povo sabe votar. Ele pode não votar de acordo com o que os políticos, os militantes e os intelectuais imaginam que ele devesse votar, mas ele faz escolhas de acordo com sua própria lógica e interesse*" [65], o que faz com que aos candidatos fique a tarefa de usar sua capacidade pessoal de conquista de confiança do eleitorado, investindo numa transmissão de mensagens eficientes no sentido de influenciar as opiniões de uma rede de relacionamentos que engendra em si o imaginário coletivo, que, mesmo que de forma não convencional para os profissionais da política, confirma que o povo sabe muito bem o que significa votar.

[62] MAGALHÃES, *op. cit*., p.114.
[63] *Idem*, p.84.
[64] RADMANN, *apud* MAGALHÃES, *op. cit*., p.92.
[65] MAGALHÃES, *idem*, p.10.

## 2.4 A intuição e a ideologia na explicação do voto

Na contramão da obra de Magalhães, Flávio Silveira propõe uma leitura do comportamento eleitoral brasileiro que entende que o clientelismo e o personalismo já não encontram tanta força. O autor propõe também uma leitura que não foca a identificação partidária, as referências classistas e a posição social na estrutura como fatores preponderantes na hora da explicação do voto no Brasil. Entendendo que ainda existem as relações clientelista e personalista, mas de forma já um tanto enfraquecidas, Silveira mostra que existe um novo tipo de escolha não-racional da parte do eleitor, sendo que por essa tese o autor defende que uma nova lógica de escolha se estabelece, fazendo surgir uma escolha baseada na *sensibilidade* e na *intuição*. [66]

Enquanto o comportamento eleitoral entre os mais bem posicionados na estrutura social continua a ser resultado de escolaridade e renda – algo que não é negado por Silveira – na periferia da hierarquia social, onde a maioria dos eleitores se encontra, a definição do voto aparece de forma "sensível e emocional", o que faz com que suas escolhas sejam vistam como contraditórias, segundo uma lógica política profissional.

A incoerência passa a ser a regra, segundo Silveira, ficando a coerência como uma rara exceção na hora de se escolher um candidato, hora esta em que o que mais conta é a força do marketing eleitoral, tendo em vista a grande expansão da mídia eletrônica, o que justifica uma escolha baseada na imagem vendida pelos candidatos e na relação desta imagem com o eleitor, já que "*a imagem dos candidatos torna-se elemento-chave na decisão do voto. Os programas e as plataformas políticas perdem importância em uma mídia voltada a enfocar principalmente as características de personalidade dos candidatos*" [67]

Deste modo, a decisão do voto é baseada numa intuição que lança mão de elementos da sensibilidade e capacidade de realizar julgamentos segundo emoções, o que forçará os candidatos a buscar atributos simbólicos que valorizam e mobilizam sentimentos e desejos, usando para isso modos bastante estudados de falar, olhar, se expressar e agir.

Como não poderia deixar de ser, este eleitor não-racional é sensibilizado através de apelos e imagens que lhes chegam por intermédio dos meios de comunicação

[66] SILVEIRA, Flávio. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988.
[67] *Idem*, p.248.

de massas, ficando a sensibilidade como responsável pela escolha de candidatos e partidos políticos totalmente distintos em termos ideológicos em um mesmo pleito, o que justifica uma decisão "*imediata e instantânea, que pode ser produto de uma identificação subjetiva, provocada por um pequeno gesto, pelo modo de olhar, pelo modo de defender um ponto de vista, de reagir frente a uma acusação e de transmitir sentimentos*". [68]

Ao mesmo tempo em que se firma imediatamente a relação eleitor/candidato, no entanto, tal relação não é estável, já que, segundo Silveira, é rompida com a mesma velocidade com que é estabelecida, uma vez que tal eleitor é bastante volúvel e, portanto, bastante disponível para ser seduzido por diferentes propostas e pelos apelos simbólicos mais variados, desde que o candidato seja convincente ao buscar aflorar emoções e desejos, expressando isso com a convicção que será reconhecida pelo eleitor como "verdadeira", "autêntica", sem que este deixe de fazer juízos de valor sobre o que é transmitido pelos candidatos, uma vez que tais escolhas políticas intuitivas levam em consideração aquela que, para Silveira é uma *visão moralizante da política*.

Em suas pesquisas, Silveira encontrou aquilo que um candidato deve ter para conquistar o voto de um eleitor não-racional intuitivo: é preciso parecer ser honesto e competente, mostrando sinceridade, inteligência, senso de justiça, ousadia e capacidade de diálogo, além de transmitir sentimentos de segurança, firmeza e tranquilidade na argumentação, sendo que a volatilidade de tal eleitor pode fazer com que tais valores sejam mudados a qualquer momento, o que faz com que se estabeleça uma situação de incerteza na disputa eleitoral, já que fatores políticos de caráter simbólico e moral podem mudar todo o rumo de uma campanha.

Se Silveira entende a ideologia como enfraquecida no Brasil, este não é o caso de André Singer, que, entendendo que a ideologia é uma variável de grande força preditiva, propõe que a mesma seja sistematicamente incorporada aos *surveys* sobre comportamento eleitoral dos brasileiros. Nesta direção, e refutando praticamente todos os autores anteriormente aqui citados, Singer defende, após analisar as eleições presidenciais de 1989 e 1994, que

> tanto em uma como em outra eleição, o eleitor soube, em sua grande maioria, localizar-se no continuum esquerda-direita e esse posicionamento esteve fortemente associado à escolha do candidato em que votar. Quando

[68] SILVEIRA, *op. cit*., p.251.

> comparada a outras variáveis preditivas do voto naquelas ocasiões, a identificação ideológica revelou-se das mais fortes. [69]

Embora reconhecendo ser bem abstrato o conhecimento do eleitor sobre o que significa votar conforme a ideologia direita/esquerda, o autor mostra que o eleitor consegue se autolocalizar, mesmo que de forma pouco estruturada, no continuum ideológico, o que lhe possibilita refletir no seu voto um específico sistema de crenças e valores, ainda que tal eleitor não consiga verbalizar claramente o significado de esquerda e direita. Assim, o autor demonstra que "*o entendimento do que representa essas categorias é intuitivo e não está cognitivamente estruturado*". Ainda que seja uma percepção intuitiva, no entanto, Singer mostra que "*a parcela do eleitorado que se localizou na escala ideológica tendeu a votar coerentemente com o seu autoposicionamento e não de forma indiferenciada*". [70]

Por conta da força preditiva de tal variável, então, Singer se permite defender que a identificação ideológica, entendida como autoposicionamento neste continuum de ideologia, sendo associada à escolha eleitoral, é um dos elementos estruturais que permitem predizer o voto da maioria do eleitorado, uma vez que suas pesquisas mostraram que "*houve uma grande estabilidade ideológica do voto, com os eleitores escolhendo candidatos do mesmo diapasão ideológico ao longo de uma série de pleitos*". [71]

Refutando teses já bem estabelecidas sobre o comportamento eleitoral no Brasil, André Singer defende que o eleitor escolhe o candidato em quem vai votar de acordo com a proximidade deste candidato com a ideologia do partido. Assim, conhecendo a posição do partido, o eleitor também sabe se posicionar ideologicamente, ainda que a verbalização disso não seja a mais elaborada.

De forma categórica, Singer defende que "*o eleitor sabe usar o critério ideológico para distinguir os partidos políticos*", [72] ainda que a identidade ideológica não tenha a mesma força da identidade partidária. Focando eleições onde comprovadamente os mais pobres não escolheram os chamados partidos populares – que é o caso do PT – o que aconteceu em 1989 e 1994, ao analisar a questão da ideologia, Singer se permite defender que os pobres votam mais na direita, por pura

[69] SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EDUSP, 2000.
[70] *Idem*, p.156.
[71] *Ibid*, p.156.
[72] SINGER, *op. cit*., p.142.

falta de escolarização, sendo que os mais escolarizados tenderiam a votar na esquerda, ficando também o grosso do eleitorado na tendência à inclinação para o centro e um tanto à direita. Com pesquisas e inferências construídas a partir das vitórias de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso sobre Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989 e 1994, respectivamente, Singer defende que

> os eleitores pobres tenderam a votar na direita não porque eram pobres, mas sim porque eram menos escolarizados. A escolaridade foi, em suma, um melhor preditor de voto do que a renda (...) o eleitorado converge para o centro com inclinação para a direita. A tendência à direita supera em duas vezes aquela em direção à esquerda, sendo que a proporção de eleitores situados nos vários pontos do espectro foi fortemente estável no período. [73]

À luz da contribuição de André Singer, é possível problematizar as metodologias de pesquisas em curso, atentando para o que Weber chamava de *particularismo histórico*, a fim de que não se pareça uma contradição total o que defenderam os autores já analisados e a tese que agora é apresentada por André Singer, já que Weber defende que "*desde que o conteúdo de um conceito histórico varia com as épocas, convém precisar, cada vez, em que sentido é tomado, sob pena de embaralhar a análise e de se chegar a resultados inconsistentes*". [74]

Buscando as particularidades de 2010, então, a presente tese se lança o desafio de perceber as possíveis aproximações e distâncias teóricas em relação ao que aqui está sendo apresentado e o que de fato ocorreu naquela eleição. Caberá, pois, aos próximos passos deste trabalho buscar uma detida análise de tal pesquisa de intenção de voto, bem como as possíveis explicações para os números de um modelo explicativo que refuta peremptoriamente o voto étnico no Brasil, pelo menos em se tratando do particular embate entre Dilma e Serra.

Doutro modo, uma vez estando correta a afirmação de Singer sobre o voto dos mais pobres, novos problemas de pesquisa se colocam, já dados mostram que um posicionamento radicalmente oposto se deu a partir da primeira vitória de Lula. Assim, o que se poderia perguntar também é: seria a percepção da desigualdade, fomentada também por um racismo estrutural, a responsável maior por uma mudança tão radical em praticamente apenas uma década? Seriam as políticas de cunho igualitarista, atribuídas ao PT as responsáveis por uma mudança tão gritante do comportamento eleitoral e pela migração radical dos votos de um tão grande contingente em um tão

[73] *Idem*, p.135.
[74] Cf. FREUND, Julian. *Sociologia de Max Weber*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 48.

pequeno período histórico? Ou estariam as metodologias de pesquisa enviesadas e o campo ainda demasiado aberto?

Este capítulo preocupou-se em descrever a apropriação de teorias de comportamento eleitoral dos grandes centros de pesquisa por países periféricos como o Brasil. Foi possível aqui perceber que, para além do fato de o grau de conhecimento de políticas e de conceitos de representação ser muito baixo, por conta do distanciamento da maior parte dos eleitores, os eleitores possuem sim simpatia ou antipatia por alguns termos, mas dificilmente isso conta, visto que muitos dos construtos utilizados pelos profissionais da política não têm qualquer significado para grande parte dos eleitores.

Também foi possível travar contato com a tipologia de eleitores de Baquero, onde os mesmos se dividem os *eleitores ideólogos*, que apresentam um nível mais elevado nas dimensões conceptuais e um amplo alcance nos significados políticos, justificado por sua posição na estrutura social. Os quase-ideólogos, que abordam a dimensão política de maneira mais periférica, lançando mão de conceitos, mas de forma questionável. Os eleitores da categoria *interesse de grupo*, que não se utilizam de dimensões mais amplas para a análise de candidatos e partidos, mas entendem que existem conflitos entre dominantes e dominados no âmbito político, os que são ocupantes da categoria *natureza dos tempos*, que são os eleitores que até conseguem realizar algumas considerações políticas, mas as avaliações que apresentam são bastante frágeis em termos argumentativos e os *sem conteúdo político*, que são aqueles para os quais o cenário político não apresenta qualquer significação.

Para além de tal categorização, a apropriação de teorias internacionais no Brasil leva também em consideração leituras bastante localizadas, como a ideia de Fábio Wanderley Reis, que entende que muito do eleitorado brasileiro é composto por eleitores "tipo flamengo", já que estes expressam sua participação política como se torcessem por um time de futebol, uma vez que são construídas e se processam no contexto de uma *identidade popular*. Para além da ideia de irracionalidade dos eleitores, Reis fala não em uma irracionalidade dos eleitores, mas em um processo de desinformação que traz como consequência um comportamento eleitoral com sentido difuso e cognitivamente precário.

Também foi possível perceber que somente na articulação da preferência partidária com variáveis como a raça ou a região, por exemplo, se poderá alcançar a complexidade de uma escolha política, já que tal escolha só poderá ser compreendida em sua completude se o analista atentar para uma sofisticação política que envolve o

eleitor em diferentes questões sociais como sexo, idade, escolaridade, ocupação, raça, religião, participação em associações etc., com outras características políticas que podem ser também muito variadas nos eleitores, que são o caso do interesse em política, da posição na estrutura, da informação política, do envolvimento em eleições etc.

À luz da contribuição da Antropologia, foi também possível acessar curiosidades do eleitorado brasileiro, já que percebeu-se aqui que no Brasil vota-se em um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros, muitas vezes, aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou, mostrando uma hierarquização que pode até justificar o "rouba, mas faz", tão conhecido de alguns discursos populares.

O capítulo se conclui com a tese de que o povo sabe votar, já que mesmo não votando de acordo com o que os políticos, os militantes e os intelectuais imaginam que ele devesse votar, faz escolhas de acordo com sua própria lógica e interesse. Na contramão de uma visão que entende que ideologia partidária não conta tanto, também se apresentou aqui a contribuição bastante discordante, de André Singer, que defende que os eleitores não só conseguem se localizar no espectro direita/esquerda como, em relação aos mais pobres, tenderam a votar na direita por serem menos escolarizados, sendo a escolaridade um melhor preditor de voto do que a renda. A tendência dos menos escolarizados à direita, segundo o autor, supera em duas vezes aquela em direção à esquerda, o que traz à tona a necessidade de se trabalhar pensando o conceito de particularismo histórico weberiano, o que consegue dar conta de disparidades tão grandes em se tratando de comparar as eleições de 1989 e 1994, analisadas por Singer, e a de 2010, quando claramente os mais pobres, já envolvidos por uma escolha anterior por Lula, em 2002 e 2006, tomaram posição radicalmente oposta.

## 3 O VOTO NEGRO E O RACISMO ESTRUTURAL BRASILEIRO

Embora não seja uma literatura vasta, o estudo da interface raça/voto já carrega consigo algumas décadas de história. Entre as possibilidades colocadas, o tema pode remeter à forma como as diferenças raciais são abordadas pela classe política brasileira, ou também às maneiras como as minorias raciais se organizam politicamente.

Desde o final da década de 1960, com Bolívar Lamounier[75], e início dos 1970, com Amaury de Souza[76], as experiências de desigualdades sociais baseadas na raça eram estudadas como fomentadoras de um conjunto de questões envolvendo estrutura racialmente desigual e voto diferenciado no Brasil. Das questões que se colocavam, a primeira buscava descobrir se negros e brancos realmente têm comportamentos políticos diferentes. A segunda, se há um comportamento político coletivo, de solidariedade racial, da parte dos negros e negras, e a terceira, como opera o sistema político para desmobilizar o potencial de tal comportamento político coletivo.

O que se pode perceber, à luz dos estudos das obras sobre a interface voto/raça é que o foco quase sempre esteve na primeira dessas questões, a saber, se há mesmo uma diferenciação entre negros e brancos no comportamento político-eleitoral. A obra de Lamounier se preocupou com a terceira das questões, focando sua atenção no sistema político desmobilizador de potencial comportamento político coletivo. Doutro modo, a obra de Ana Valente focou a segunda questão, ao analisar o comportamento político coletivo e de solidariedade racial de negros e negras[77]. Já a maioria dos estudos, começando com a obra já citada de Amaury de Souza e continuando com Silva e Soares[78], Castro[79], Berquó e Alencastro[80] e Prandi[81] se preocupou com a primeira das questões, buscando saber se existe mesmo um comportamento eleitoral diferenciado da

75 LAMOUNIER, Bolívar. Raça e classe na política brasileira. In; *Cadernos Brasileiros*. Rio de janeiro: Ed.47, 1968, p. 39-50.
[76] SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. Rio de Janeiro: *Revista de Administração de Empresas*, outubro-dezembro/1971, XI: 61-70:63.
[77] VALENTE, Ana Lúcia. *Relações raciais*: os negros e as eleições paulistas de 1982. FFLCH/USP, 1986:13.
78 SILVA, Nelson V. & SOARES, Gláucio. O charme discreto do socialismo moreno. Rio de Janeiro: *Dados*: 1985, 28(2): 253-273.
[79] CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.
[80] BERQUÓ, Elza & ALENCASTRO, Luis F. A emergência do voto negro. *Novos Estudos*, Cebrap, 33: 77-88.
[81] PRANDI, Reginaldo. Voto e raça na eleição de 1994. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 30, p. 61-78, 1996.

parte dos negros, pois, sem a confirmação disso, até a busca por outras questões perderia relevância.

A busca do presente trabalho, então, é seguir as pistas do grupo que defende ter encontrado o chamado voto étnico e, compreendendo como se deu a defesa da diferença entre negros e brancos na questão do comportamento eleitoral para aqueles autores, buscar analisar as razões para o fato de o mesmo não ter se dado em relação a 2010, ainda que uma utilização de análises bi e trivariadas possam ser usadas para, como foi feito aqui, a construção de *perfis de eleitores* que possam mostrar um quadro de referência para se pensar, através de seu percurso histórico, em estudos de caso, as justificativas para se votar em uma ou em outra direção. Para tanto, será necessária antes uma revisão dos estudos da interface voto/raça, começando pela primeira vez em que tal temática ganhou atenção acadêmica por essas terras.

## 3.1 A era Vargas e os negros como plataforma não-reflexiva

Em tentativa, já nos anos 1970, de explicar o voto, recortando pelo viés da raça, Amaury de Souza afirma que existem três aspectos dos estudos das relações raciais que são de fundamental importância para a dimensão política no Brasil: (1) em que medida a experiência de desigualdades raciais por parte de um grupo étnico expressa-se em atitudes e comportamentos políticos diferenciais (se este comportamento diferencial realmente ocorre); (2) sob que condições essa experiência se transmuta em uma solidariedade racial capaz de expressar-se como comportamento político coletivo e (3) como opera o sistema político de uma sociedade multirracial no sentido de desmobilizar o potencial de comportamento político coletivo. [82]

Para Souza, o comportamento eleitoral diferenciado de negros e mulatos no Brasil não é algo novo, uma vez que teria nascido com a emergência do populismo, durante os primeiros anos de democracia liberal, entre 1945 e 1964, quando as categorias *negro* e *povo* eram quase que intercambiáveis. Assim, no intuito de mobilizar as massas, que formavam o grande contingente de mão de obra da época, Vargas lançou mão de forma populista de tal contingente, ao mesmo tempo em que a oposição ao seu

[82] SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. Rio de Janeiro: *Revista de Administração de Empresas*, outubro-dezembro/1971, XI: 61-70:63.

governo ressaltava a correlação negro-povo, atribuindo toda sorte de estereótipos imputados ao negro e ao mulato para um movimento político. [83]

Amaury de Souza não defende a tese de que já havia uma solidariedade racial, uma vez que todas as tentativas de canalizar o voto de tal contingente negro falharam. Ainda assim, o autor mostra que a massa de negros votava de forma diferenciada, pois, mesmo sem atentar para uma solidariedade baseada na raça, "*não votava de forma aleatória, dado que ela compartilhava, mesmo que de forma latente, uma mesma experiência de privação cujo denominador comum era a cor da pele*", fazendo com que a consistência de seu comportamento político se revelasse na sua participação como *povo* durante o Estado Novo e como *seguidores de Vargas* no período seguinte à redemocratização, o que fez com que o voto do negro fosse chamado por Souza de um voto "trabalhista". [84] Segundo o autor,

> Gilberto Freyre interpretou a preferência do negro por Vargas e pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como um produto de seu profundo sentimento de insegurança e de sua busca de um substitutivo para a figura do imperador ou do autocrata da casa grande. Assim, Vargas teria encarnado a figura do patriarca benevolente ao nível do Estado nacional, e o ter sido denominado Pai dos Pobres denotaria não apenas o reconhecimento dos benefícios auferidos pelos trabalhadores urbanos durante o Estado Novo, mas também a dependência essencial do negro e do mulato a líderes paternalistas. [85]

Para Souza, a explicação de Freyre peca pela simplificação excessiva dos processos psicossociológicos envolvidos na identificação de um líder político – o que remete novamente a uma das perspectivas de análise sobre comportamento eleitoral aqui já trabalhadas – uma vez que, segundo Souza, até a emergência da legislação trabalhista de Vargas, a discriminação ocupacional em virtude da raça era de fato notória, com os negros posicionados nas ocupações mais baixas e com menor remuneração, o que fez com que as medidas de proteção trabalhista introduzidas pelo Estado Novo fossem particularmente benéficas para o negro e para o mulato. Dois bons exemplos disso foram o processo de industrialização acelerado por conta da II Guerra Mundial, que multiplicou as oportunidades de emprego, criando uma enorme demanda de mão de obra, e a introdução do salário mínimo, que contribuiu para que se eliminasse

[83] *Idem*, p.64.
[84] SOUZA, 1971:64.
[85] *idem*, p.64.

a sub-remuneração dos trabalhadores de cor, oferecendo-lhes "*certa equidade na competição salarial com os brancos envolvidos nos mesmos níveis ocupacionais*". [86]

Como tal mão de obra de negros e mulatos era pouco qualificada, mas o processo de imigração não trazia na época um contingente tão volumoso de estrangeiros para os postos de trabalho, Souza defende que houve uma abertura para a mobilidade social, fazendo que alguns negros e mulatos chegassem inclusive à classe média, algo antes impensado para a população de cor.

O autor defende, ainda, que a base política do Estado Novo – e posteriormente do PTB – acabou sendo construída sobre a correlação negro/povo, o que fez com que não houvesse para Vargas a necessidade de apelar para um expediente racial, uma vez que aquele governante já tinha conseguido transformar o imenso contingente de negros e mulatos, cidadãos de segunda classe, em um dos principais suportes do Estado Novo, fazendo ao mesmo tempo, porém, com que a integração dos negros e mulatos se desse "*à custa de seu rebaixamento a recipiente de benefícios e favores, sujeito ao poder e à benevolência do branco*"[87]. Por conta disso, Souza entende que

> a passagem de uma situação de "negro da casa" para uma de "pobre" se fez sem solução de continuidade. Pois, como lembrava Simmel, o pobre é classificado como categoria social não em virtude do que ele faz, mas em virtude do que se faz para ele. Por essas razões, o chamar-se a Vargas Pai dos Pobres tinha, para o negro, um significado muito especial e é somente nesta conexão que se pode entender como uma minoria racial responde ativamente a apelos aos "pobres" no momento em que ela experimenta a maior taxa de mobilidade social. [88]

Por conta disso, então, vê-se que a lealdade dos negros a Vargas e ao PTB seria maior do que se esperaria se se considerasse apenas a sua posição social. Assim, o argumento central de Souza defende que a razão para a preferência eleitoral dos negros deveria ser encontrada na ação conjunta de sua posição social e de sua autoimagem, por conta do fato de o autor também defender que os negros e mulatos tendem a se ver como categoria social abaixo do que se esperaria, dada a sua real posição na estrutura social, fator que Jacques D´Adesky vai chamar de "*construção de uma imagem denegada*" ou "*cidadania de segunda categoria*". [89]

---

[86] *Ibid*, p.64. É importante lembrar, no entanto, que pesquisas mais recentes mostram que, mesmo com a introdução do salário mínimo, os negros e negras continuaram a ganhar menos pelas mesmas ocupações profissionais. Os números sobre a desigualdade racial, encontrados em SOUZA (2010), mostram isso.
[87] SOUZA, 1971:65.
[88] *Idem*, p.65.
[89] D´ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

Para além, todavia, do que seria uma constatação do chamado populismo, a contribuição de Souza faz com que se perceba algo de extremamente relevante para a explicação daquela diferenciação do voto entre os negros e brancos brasileiros; seguindo dados de uma pesquisa feita pelo professor Gláucio Soares nos anos 1960, aquele autor mostra que os negros tendem a perceber claramente que sua situação social é desvantajosa em relação à dos brancos.

Na mesma direção, Amaury de Souza mostra que os negros, sendo ou não trabalhadores manuais, tendem a se identificar com as categorias *trabalhador* e *pobre*, o que não acontece com os brancos, pois estes, ao ascenderem à classe média, desvencilham-se rapidamente do construtos que lembram as classes menos favorecidas, sendo que tais construtos continuam a ser usados pelos negros, ainda que ascendam a uma melhor posição na escala social. Por isso, Souza defende que "*no Brasil, o branco pobre é negro, mas o negro rico, ainda que psicologicamente, continua negro*". [90]

À luz de tal assertiva, Souza defende a existência de uma forte percepção da desigualdade, o que se manifesta nos níveis de participação política de uma minoria racial, ainda que haja ascensão social, visto que, para este autor, o negro de classe média, por conta das frustrações oriundas da desigualdade que ele percebe, acaba por manifestar preferência eleitoral por uma organização política que mais se aproxime das aspirações de seu grupo racial. Por essa causa, o autor foca seu argumento central na constatação de que existem "*vários estudos que sugerem que o voto negro é um voto trabalhista por excelência*". [91]

A fim de ancorar em dados empíricos a sua tese, o autor lança mão da mesma pesquisa de Gláucio Soares, mostrando que a dicotomia direita/esquerda já se manifestava para pensar a questão racial nos anos de confronto político entre a UDN e o PTB, que seriam os partidos e ideias que, para os dias atuais – pensando no tema maior deste trabalho – se poderiam representar na polarização PSDB/PT. Deste modo, a diferenciação de votos entre negros e brancos se dava, indicando uma polarização política em função da raça, algo que não aconteceu em 2010, como ficará mostrado nesta pesquisa. Para aquela época, no entanto, lendo os números da pesquisa de Soares analisada por Souza,

[90] SOUZA, 1971:67.
[91] *Idem*, p.67.

> vemos que a maioria dos brancos se classifica como classe média, enquanto que a maioria dos negros se classifica como pobre. Em segundo lugar, no caso dos brancos, classe e identificação de classe influenciam cumulativamente a preferência partidária. Assim, o branco de ocupação manual ou educação primária tende a se identificar como pobre e, consequentemente, a preferir o PTB. O branco de ocupação não manual e educação secundária ou superior tende a se ver como classe média e, portanto, a preferir a UDN (...) os dados mostram que 70% dos negros que se veem como pobres votam ou preferem o PTB, enquanto que apenas 55% dos brancos na mesma situação o fazem. O negro que se visualiza como membro da classe média, não obstante, continua a preferir o PTB, pois menos de 40% nessa categoria veem a UDN como seu partido. [92]

Naquela que é uma tentativa de responder à maior questão posta por este trabalho, Souza entende que existe da parte dos negros uma lealdade política que se dá por conta de os negros que ascendem socialmente não incorporarem – ou rejeitarem parcialmente – os valores políticos da classe média branca. Tanto que o autor é enfático ao defender seus argumentos, afirmando que "*esses dados nos permitem concluir que a diferença de comportamento político entre os negros de classe média se deve à grande mobilidade de negros de origem 'manual', e à rejeição ou incorporação incompleta dos valores políticos da classe média branca*". [93]

Assim, o que está em jogo é a autoimagem que o negro tem de si – imagem de grupo racial desprivilegiado – e um sentimento comum de privação, que, embora não tenha tido força para fomentar uma solidariedade de cunho étnico, fez com que o negro, individualmente, recebesse a "prova" de que é inferior, de que não há mesmo como competir, uma vez que o grupo racial dominante sempre cuidou para que a população negra não viesse a se constituir em um grupo competitivo.

Corroborando tal ideia, Souza inclusive mostra que a falta de competição com os brancos fazia com que se pensasse em uma sociedade sem discriminação racial, pois "*o fato de que o negro não pôde competir, enquanto grupo, por melhores posições sociais deu substância às atitudes de tolerância racial apregoadas pela população branca*". No dizer de Roger Bastide, "*foi precisamente porque o negro não ameaçou o status do branco que este último não desenvolveu medos ou ressentimentos em relação ao homem de cor*". [94]

[92] SOUZA, 1971:69.
[93] *Idem*, p.70.
[94] BASTIDE, *apud* SOUZA, 1971:62.

## 3.2 Os negros e as eleições paulistas de 1982

Os anos 1980 começaram com uma série de trabalhos acadêmicos que pareciam querer recolocar a discussão racial em voga, trazendo o debate sobre uma plataforma eleitoral negra para o centro das discussões sobre a formação de um específico eleitorado na sociedade brasileira.

Assim, alguns estudos buscaram analisar o posicionamento de determinados partidos em relação às demandas do segmento negro, outros analisaram a possível arregimentação político-eleitoral deste segmento racial, e outros, ainda, buscaram estudar o relacionamento de políticos negros com os militantes dos movimentos negros, bem como surgiram também análises sobre o movimento negro como grupo de pressão política.

Todo esse material serviu de base para que a antropóloga Ana Lúcia Valente construísse mais uma contribuição para o debate aqui proposto, levando em consideração, sobretudo, as contribuições de João Batista Borges Pereira, visto que foram os estudos deste autor que mostraram como foi despertado o interesse dos partidos políticos pela questão racial. [95]

Lançando mão de um recorte geográfico que contempla a cidade de São Paulo, bem como de um aporte teórico-metodológico que se utiliza das contribuições da chamada Escola Sociológica Paulista, Valente segue a linha de estudos que tem Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roger Bastide e Fernando Henrique Cardoso como maiores nomes, mas, no intuito de fugir às contribuições demasiadamente quantitativas de tal Escola, compromete-se também com uma visão mais antropológica, no intuito de não lançar para segundo plano os conjuntos de representações e valores que os indivíduos têm de si e do mundo, conjuntos estes que as metodologias mais quantitativas da Sociologia e da Ciência Política não intentam muito contemplar.

Assim, no intuito de contribuir com análises que contemplam discussões sobre a cultura, a identidade cultural e a manipulação da etnicidade, Valente lançou mão de observação participante, análise de históricos de vida e de entrevistas informais, aplicando tal arsenal antropológico em três momentos bem escolhidos: o momento que antecedeu as eleições de 1982, o próprio momento da eleição e o momento que a

[95] VALENTE, Ana Lúcia. *Relações raciais*: os negros e as eleições paulistas de 1982. FFLCH/USP, 1986:13.

sucedeu, buscando contato com grupos negros de reivindicação política, que estavam bastante dispostos a debater a questão racial e a questão política de então.

Deste modo, a autora passou o ano de 1982, começando já em março, participando de conferências de grupos negros e de partidos políticos, sobretudo o PMDB, que estavam interessados em debater as questões de tal grupo étnico, apresentando ao mesmo os programas de governo e as respostas para as demandas de um segmento racial que cada vez mais interessava à forte cúpula peemedebista e também à de outros partidos.

Entendendo São Paulo como o palco onde foram forjadas as mais importantes lutas do Movimento Negro – já que ali foram criados a Frente Negra Brasileira, na década de 1930, e o Movimento Negro Unificado, em 1978 – Valente estuda a relação entre a Frente Negra para uma Ação Política de Oposição (FRENAPO) e alguns partidos, relação que colocou em pauta os pleitos de instituições como o Instituto de Pesquisas Afro-Brasileiras (IPEAFRO) e o Grupo Negro da PUC, que juntos organizaram três congressos sobre a cultura negra para discutir a possível relação negritude/política. [96]

No intuito de ter respostas daqueles que seriam os negros, Ana Lúcia Valente buscou aliar duas fontes de respostas: só seriam considerados negros aqueles que fossem apontados como tais pelos próprios partidos políticos (no caso dos candidatos) e aqueles que se autodeclarassem negros, a independer do comprometimento com a questão racial. Foi essa a maneira que a autora encontrou para fugir àquilo que chama de "*manipulação ideológica da cor*". [97]

Buscando uma possível diferenciação ideológica entre o negro militante e o "negro comum", a autora aplicou questionário semiestruturado com 185 questões, contemplando militantes do Movimento Negro e cidadãos de cor sem qualquer ligação com tal movimento. Percebendo que as mulheres davam respostas bem diferentes das que os homens ofereciam, Valente optou por recortar a pesquisa também por gênero, bem como buscou entrevistar jovens solteiros entre 18 e 25 anos, já que esta era a *coorte* com condições potencialmente mais favoráveis à entrada no Movimento Negro, uma vez que tais indivíduos têm menos compromissos e responsabilidades com a instituição familiar. [98]

[96] VALENTE, 1982:17.
[97] *Idem*, p.19.
[98] *Ibid*. p.20.

A autora também buscou recortar a amostra por escolaridade e renda, já que percebeu que os negros que militavam tinham um nível de escolaridade bem maior, o que, por consequência, os colocava também como detentores de rendas melhores do que os negros fora da militância. Deste modo, a autora entendeu que poderia chegar às respostas para as questões que buscava responder, a saber: existe mesmo um voto étnico no Brasil, isto é, é possível falar-se em uma representação política negra, onde negro vota em negro, ou, pelo menos, vota diferentemente do branco? É possível perceber a existência ou inexistência de padrões de segregação racial, baseando-se nas escolhas dos negros? Quem é negro e vota em negro, vota pensando também em termos de partido, ou apenas na cor do candidato, porque é igual à sua?

Nesta fase, através de questionário para 540 votantes negros e negras, Valente procurou responder a tais questionamentos, ainda que entendendo que os grupos negros têm estratégias diferentes na busca por respostas às suas demandas. Embora haja diferenciação entre os diferentes grupos, no entanto, a autora mostra que, para não haver enfraquecimento diante do inimigo comum, os movimentos negros ideologicamente se apresentavam com um todo unido contra as mesmas mazelas: a discriminação e o preconceito.

Assim, apresentando-se como um grupo unido e único, os negros se mostravam como um contingente bastante interessante de votantes, o que fez com que, numa busca pelos votos de um segmento que parecia bastante relevante em números e bem unificado, "*todos os partidos, independentemente de tendências ideológicas, procuraram atraí-los para os seus quadros. Ao que tudo indica, eles estavam interessados nos eventuais votos que poderiam ser conseguidos no meio negro*". [99]

Para alguns militantes, os partidos desejavam apenas ter os negros como massa de manobra; para outros, porém, a grande luta pelo voto de tal segmento racial significava um avanço de tal grupo étnico, já que a legitimação da cidadania dos negros e negras, denegada desde o processo de escravização dos mesmos, teria de obrigatoriamente passar por uma valoração do que os negros tinham a oferecer. Por isso, apesar das grandes divergências internas dos movimentos negros, a maioria entendeu que seria fundamental ocupar o espaço que estava sendo oferecido pelos partidos, já que as reivindicações específicas de tal segmento racial pareciam depender de tais canais de expressão.

[99] VALENTE, *op. cit.*, p.44.

Por conta disso, de forma entusiasmada, os militantes negros se lançaram à campanha e, segundo Valente, passaram a construir mecanismos ideológicos visando à mobilização de seu segmento racial e defendendo a existência do voto racial e da escolha por candidatos negros comprometidos com a questão racial. Além disso, e por conta do fracionamento imposto pela mudança para o sistema pluripartidário, os movimentos negros optaram pela construção de uma organização suprapartidária, no intuito de que essa organização agisse como um "grupo de pressão", visando à concretização das reivindicações específicas da "comunidade negra", já que a pulverização de candidatos negros em vários partidos poderia enfraquecer o movimento com um todo [100]. Sendo assim,

> no II Encontro Estadual das Entidades Negras foi aprovada a formação do Comitê Unificado de Orientação do Voto Negro, com a função de organizar debates, comícios e outras atividades eleitorais, buscando prioritariamente 'garantir uma participação político-eleitoral ampla e consciente da comunidade negra'. Deveriam participar dessas atividades os partidos considerados de oposição, PT, PDT e PMDB, para que pudessem expor à comunidade negra seus programas, as diferenças entre eles os projetos dos diferentes partidos para a superação do racismo da sociedade brasileira, de forma particular no Estado de São Paulo. [101]

Em busca, pois, do voto de tal segmento racial, vários partidos lançaram candidatos negros, totalizando nas eleições paulistas de 1982 um contingente de 54 candidaturas negras, divididas em: 9 candidatos pelo PDS, 14 pelo PTB, 9 pelo PDT, 13 pelo PMDB e 9 pelo PT. Deste modo, embora a situação daquela época tenha contribuído com 16,7% dos candidatos negros, a oposição abarcou a expressiva cifra de 83,3% dos candidatos, o que alimentou a ideia e crença de que os negros devem atuar politicamente no que seria a oposição aos donos do poder, fazendo lembrar a tese de Amaury de Souza[102], anteriormente aqui citada, de que o voto negro é um voto eminentemente trabalhista, já que, se os candidatos negros estavam na esquerda, entre os chamados partidos populares, é para lá que deveriam seguir os votos das negras e negros brasileiros.

Para referendar tal tese, os resultados das eleições de 1982 são bastante significativos, pois os candidatos negros conseguiram 373.159 votos, sendo que o PDS (partido de situação e chamado "de elite") conseguiu apenas 9, 5% dos votos dados aos

[100] *Idem*, p.46.
[101] VALENTE, *op. cit*., p.47.
[102] SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. Rio de Janeiro: *Revista de Administração de Empresas*, outubro-dezembro/1971, XI: 61-70.

seus candidatos negros, ao passo que o PTB conseguiu 11,2%, o PDT conseguiu 1,3%, o PMDB[103] conseguiu 54,7% e o PT conseguiu obter 23,3%. Assim, é possível explorar a articulação das teses de Amaury de Souza e Ana Lúcia Valente, uma vez que na oposição os candidatos negros obtiveram 90,5% dos votos, enquanto que na situação, obtiveram apenas 9,5%. [104]

Embora tais números possam oferecer bases para que se afirme que os negros deveriam naquele momento histórico atuar politicamente na oposição, nos partidos populares, já que ali teriam mais chances de se elegerem ou verem seus candidatos eleitos, Valente entende que tal inferência não pode ser feita apressadamente, já que tal afirmação não pode se sustentar em bases concretas, mas muito mais na opinião firme do ideário político dos candidatos. A fim de referendar sua tese, a autora entende que o fato de o PMDB ter conseguido praticamente o dobro dos votos do PT com seus candidatos negros mostra que aquele partido soube sensibilizar melhor um contingente oposicionista, mas menos radical, nem sempre inclinado a aceitar propostas tão revolucionárias. [105]

Mesmo com números que parecem expressivos, dos 54 candidatos negros, apenas 2 conseguiram ser eleitos, sendo ambos do PMDB: Benedito Cintra, deputado estadual, e José Maria Rodrigues Alves, vereador. Curiosamente, não tiveram como base eleitoral o segmento racial, visto que suas propostas políticas, segundo Valente, focavam a população em geral, embora Benedito Cintra estivesse ligado à FRENAPO. O candidato, refutando a articulação com a raça, disse que foi eleito para atender aos pobres em geral, já que suas bases de campanha foram as portas de fábricas e as periferias da cidade. [106]

Já José Maria Rodrigues Alves, reconhecidamente negro, teria sido eleito por conta de ser popular nos meios esportivos como jogador de futebol, o Zé Maria, do Corinthians. Sua plataforma política não era racializada, uma vez que o foco de sua campanha foi a ocupação dos espaços vazios da cidade com quadras esportivas para a população. Assim, como Mário Américo, ex-massagista da seleção brasileira de futebol,

[103] É importante lembrar que o PMDB da época era fruto do MDB, um partido eminentemente popular e de oposição, um partido considerado de esquerda mesmo.
[104] *Idem*, p.76.
[105] Lembrando que o PT dos anos 1980 apregoava discursos e práticas considerados bem mais à esquerda.
[106] VALENTE, 1986:77.

José Maria Rodrigues Alves teve um trunfo que dispensava a racialização do voto, que, curiosamente, pareceu não funcionar em 1982. [107]

Por conta do insucesso dos candidatos negros, o Movimento Negro buscou explicações, chegando à conclusão de que: 1) houve vinculação e manipulação dos votos; 2) os candidatos negros não tinham condições financeiras para uma campanha; 3) não havia proposta política clara, por conta da imaturidade e inexperiência dos candidatos; 4) houve boicote feito pelos próprios partidos; 5) existia um elitismo e academicismo do Movimento Negro, além de pouca atuação e trabalho contínuo com a comunidade negra; 6) o desmembramento dos candidatos negros entre os partidos atrapalhou; 7) havia desunião dos grupos negros em torno da questão política; 8) o discurso era demasiadamente específico, em muito desvinculado das questões políticas mais gerais; 9) negro não vota em negro. [108]

Segundo Valente, a vinculação dos votos foi interpretada com uma medida casuística do governo, pretendendo com isso garantir uma vitória expressiva do PDS. Por essa medida, todos os candidatos escolhidos por um eleitor deveriam pertencer ao mesmo partido, caso contrário os votos seriam anulados. Assim, mesmo com os candidatos dos pequenos partidos tentando ensinar o preenchimento da cédula durante a campanha, tais partidos, com pouco dinheiro e pouca penetração no seu eleitorado, não tiveram como evitar um duro golpe da situação.

A manipulação dos votos, por outro lado, também não era impossível de ter acontecido, pois em vários estados tinha ocorrido e São Paulo não teria nada de diferente para ser imune às fraudes. De todo modo, é importante também lembrar que tal movimento não prejudicava apenas os candidatos negros.

A inexperiência e o discurso muito desvinculado das questões mais gerais foram admitidos como empecilhos pelo próprio Movimento Negro – embora a maioria dos candidatos já tivesse participado tanto do Movimento quando de eleições anteriores, o que acabou por mostrar que a inexperiência apontada era mais uma ingenuidade e um desconhecimento do jogo político.

Para além disso tudo, e também para justificar uma das conclusões apontadas pelo Movimento Negro, segundo Valente, "*estudiosos apontam que entre os negros há uma ideia de que os maiores inimigos dos negros são os próprios negros*". Assim, tal

[107] *Idem*, p.78.
[108] *Ibid*., p.79.

crença explicaria a prática política de negro não votar em negro, uma das mais duras conclusões a que chegou o Movimento Negro após o pleito de 1982. [109]

Focando especificamente no candidato que mais lançou mão da questão racial naquela eleição, Ana Lúcia Valente aponta para Milton Barbosa, candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, que, focando reformas estruturais na base da sociedade, acabou por não conquistar um bom número de votos, já que os negros brasileiros, segundo aquela autora, têm receio de um discurso que aponta apenas nessa direção, uma vez que posições "radicais" não encantam a maior parcela do eleitorado negro, visto que estes indivíduos optaram pela *acomodação*, e não pela revolução estrutural, como técnica de conquista social. [110]

Explicando que o "tudo novo" nem sempre é bom, um dos analistas políticos da época, Paulo Sérgio Pinheiro, analisou a derrota do PT, mostrando que esta estava ligada ao fato de este partido querer inovar tudo, "de cabo a rabo", o que não é bem vindo entre a população, nem mesmo entre os mais podres, já que o eleitorado sempre busca um elo entre a inovação e o que já existe, algo que a proposta "totalmente inovadora" do PT não oferecia, tirando qualquer familiaridade do eleitor com algo que ele já conhecia. Racializando ou não o discurso, a eleição de um candidato teria de levar em conta outras variáveis e o peso do discurso apenas racial não era tão grande assim, já que, nos dizeres de Pinheiro,

> o PT de repente se transformou ainda no desaguadouro de todas as bandeiras particularistas e discriminatórias, pretensamente revolucionárias, soterrando reivindicações comuns e abrangentes. De trabalhador só vota em trabalhador, se deslizou por um passo para mulher só vota em mulher, homossexual só vota em homossexual, e outras ilusões. [111]

Por conta de tais resultados, Valente defende que, dentro ou fora da estrutura partidária, a questão negra não pode se resumir a uma discussão de uma causa de natureza apenas racial, já que a complexidade da questão clama por outros níveis de elaboração ideológica, partidária ou não. Por conta disso, a autora defende que é no nível do discurso ideológico que as melhores explicações para o insucesso dos candidatos negros deveriam ser buscadas.

Para além do que foi acima apresentado, não se pode deixar de atentar para a articulação entre escolaridade, renda e raça, pois, segundo a pesquisa de Valente, o

[109] *Ibidem*, p.82.
[110] VALENTE, *op. cit.*, p.83.
[111] PINHEIRO *apud* VALENTE, *op. cit.*, p.83.

maior percentual encontrado em seus dados foi o das pessoas que não conheciam candidatos negros (61,1%). Por conta disso, é possível perceber que os militantes do Movimento Negro não foram capazes de atrair o interesse do "negro comum".

A busca por tal "negro comum", no entanto, pode ser atrapalhada por outra questão; o "branqueamento", já que, embora 85,4% dos entrevistados tenham se declarado como negros, existe uma tendência, sobretudo entre as mulheres, segundo Valente, de os indivíduos buscarem uma autoidentificação e se representarem com nuances que visam ao branqueamento, já que tal técnica se tem mostrado a mais eficaz na busca por aceitação e reconhecimento social na sociedade branca dominante.

Assim, o nível de consciência da questão racial depende de outras variáveis utilizadas, especialmente a escolaridade, já que os indivíduos com condições favoráveis à militância negra seriam os jovens, solteiros e com escolaridade superior e alta renda, o que, em certa medida, reforça um caráter elitista de tal grupo. Ao mesmo tempo, no entanto, é este mesmo grupo que contraria as intenções do Movimento Negro, uma vez que optam por um projeto integracionista, distanciado do "radicalismo" que o Movimento Negro apregoava. [112]

Por conta, então, da técnica de integração racial e acomodação, a caminhada histórica de conquista dos negros se faz valer, ficando o *desconhecido* e *outras maneiras* de encarar a questão como algo que assusta e que distancia os negros dos movimentos que afirmam defender seus interesses. Assim, num universo de 540 negros e negras entrevistados, 76,9% não votaram em candidatos negros, o que referendou a tese de Valente que mostra que negro não vota em negro, bem como a de José Arthur Gianotti, que defende que "*muitos poucos confiam e votam em pessoas iguais a elas próprias*" [113]. Já entre os que votaram em candidatos negros, as explicações foram: identificação racial (29,6%), por serem "bons candidatos" (20,0%) e por conhecerem os candidatos (24,0%), o que demonstra o caráter personalista do voto.

Deste modo, e à guisa de conclusão de sua tese, Valente defende que "*o fato de ser conhecido apresenta-se como um critério que assegura certa margem de segurança ao eleitor. Se pode existir mobilização em torno do voto étnico, sua direção é para o 'conhecido' e o 'não-radical'*". Assim, a autora entende que, embora se possa, à luz de sua pesquisa, inferir que negro não vota em negro, não é possível concluir que o voto étnico não existe. Até porque, a interpretação de seus dados pode ser bastante diferente.

[112] VALENTE, *op. cit.*, p.92.
[113] GIANOTTI *apud* VALENTE, *op. cit.*, p.94.

A autora mostra que 415 negros de sua amostra não votaram em candidatos negros. Dentre eles, 166 (40%) afirmaram que não conheciam tais candidatos e 79 (19%) afirmaram que não tiveram um motivo especial para não terem votado em negro. Deste modo, se somados esses números absolutos aos 125 que votaram em negros, chegar-se-á a uma cifra de 370 indivíduos. Por esta linha de pensar, se um trabalho organizado de orientação do voto negro tivesse sido feito, como era a proposta inicial do Movimento, 65,5% dos negros desta amostra teriam provavelmente votado em candidatos negros. No entanto, como bem mostra Valente, para que isso acontecesse, "*seria necessário que a distância entre militantes e bases fosse diminuída, o que, entre outras coisas, significa que militantes negros deveriam lidar com conceitos mais conhecidos da grande massa negra*". [114]

Sem atingirem a massa negra, alguns desses candidatos negros, entendendo que o PMDB tinha lhes dado uma "rasteira", emigraram para o Rio de Janeiro, com possibilidades de ocuparem posições privilegiadas na estrutura de poder. Isso ocorreu porque, quando eleito governador, Leonel Brizola garantiu o espaço que vinha sendo reivindicado e prometido para os negros, espaço este que já estava expresso no programa do partido. Segundo Valente, os negros do Rio de Janeiro, além de terem conquistado representação parlamentar, como foi o caso de Benedita da Silva, eleita vereadora pelo PT, e Abdias Nascimento, eleito deputado federal pelo PDT, foram indicados para ocupar três secretarias de Estado: Promoção Social, Trabalho e Habitação e Política Militar. [115]

Se a presença nos altos escalões do governo não garantia e não garante a supressão do racismo estrutural da nação, ao menos concordavam os políticos paulistas e cariocas da época, e os de hoje, que tal feito era e é um importantíssimo canal para o atendimento das reivindicações da população negra como um todo. Assim, a participação de negros e negras nas altas esferas do governo fluminense fez mais uma vez voltar à tona a discussão sobre o voto étnico. Com o PDT focando tal temática de forma mais intensa em seu programa de governo, é importante analisar o caso clássico do "socialismo moreno" no Rio de Janeiro, pois não tem como negar que as eleições fluminenses fomentaram um dos textos mais importantes sobre as relações raciais e o voto negro no Brasil.

[114] VALENTE, *op. cit.*, p.96.
[115] *Idem*, p.100.

### 3.3 O "socialismo moreno" de Brizola no Rio de Janeiro

Depois de vinte anos de sistema político fechado no Brasil, as eleições livres para governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados, legislativos estaduais, prefeituras e Câmaras de Vereadores em 1982 trouxeram – além do caso dos negros nas eleições paulistas – um fato que se tornou objeto de curiosidade e pesquisas acadêmicas nas áreas da Ciência Política e da Sociologia Política: a inesperada eleição de Leonel Brizola para o governo do Estado do Rio de Janeiro.

Inesperada porque Brizola vinha de outro estado, o Rio Grande do Sul, e, desconhecido do público fluminense, ocupava uma colocação bastante desconfortável no pleito até um mês antes das eleições, sendo nas intenções de voto superado por Sandra Cavalcanti, Wellington Moreira Franco e Miro Teixeira. Todavia, em apenas um mês, Brizola saltou 25% nas intenções de voto, o que lhe catapultou à liderança nas pesquisas, chegando ele aos antes impensados 40% das intenções dos eleitores do estado fluminense. [116]

Segundo Silva e Soares, a eleição de Brizola se tornou ainda mais curiosa, visto que, sendo o PDT um partido criado "do nada", já que o sistema bipartidário tinha sido substituído pelo multipartidário, numa manobra governamental para enfraquecer a oposição, dificilmente aquele candidato teria chances, uma vez que não contava com o apoio do partido da situação, o PDS – novo nome de partido, a fim de escapar do desgaste da sigla ARENA – e nem da oposição, o PMDB, partido que conseguiu enfurecer a situação, pois apenas colocou um "P" na sigla do Movimento Democrático Brasileiro, o que fez com que a associação com a antiga sigla continuasse muito evidente, coisa que a engenharia política do movimento militar não apreciava. [117]

Dentro do espectro dos 64 municípios do Estado do Rio de Janeiro da época, Brizola variava muito, chegando a ter menos de 2% em 12 municípios e mais de 40% em três, fato que fez aguçar ainda mais a curiosidade dos analistas políticos de então, já que a variância intermunicipal passou a abrir grande espaço para as possíveis explicações do fenômeno Brizola. Cabia, pois, buscar as possíveis explicações para o sucesso eleitoral de um forasteiro oriundo do sul em terras fluminenses.

---

[116] FIGUEIREDO, Marcus et. al. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, mimeo, 1984.

[117] SILVA, Nelson V. & SOARES, Gláucio. O charme discreto do socialismo moreno. Rio de Janeiro: *Dados*: 1985:254.

Foram três as explicações para a eleição de Brizola, o que nos remete às teorias sobre o comportamento eleitoral, já antes aqui analisadas: a primeira explicação – e a que ganhou mais adesão – é a do carisma do candidato, o que remete à irracionalidade de um eleitor emocional, que vota, não atentando para uma escolha racional, como quer Antony Downs, mas corroborando a ideia de uma capacidade superior de um indivíduo, no caso, Leonel Brizola, sobre as respostas emocionais não-racionais de um grande grupo de eleitores, como defendem em tese os antropólogos Goldman e Sant´Ana, já aqui citados, quando abordam o que pode até ser chamado de "*um processo irracional da parte dos eleitores*". [118]

A segunda explicação para a eleição de Leonel Brizola remete ao que foi chamado nas teses sobre o comportamento eleitoral aqui mostradas de "eleitor sofisticado", já que, se "*uma teoria realmente explicativa do voto deve incluir as variáveis macrossociológicas, que compõem os contextos socioeconômicos e institucionais dos indivíduos*", como defende Monica Castro, anteriormente aqui citada, remetendo-se à preferência partidária e à "sofisticação política", é necessário focar a insatisfação dos eleitores naquele processo eleitoral, bem como o descrédito que cercava o governo federal e o estadual, que não conseguiam – aos olhos de um eleitor que por esta tese participa e se preocupa com o destino do seu voto – vencer o fantasma da inflação e nem fazer oposição a um governo acusado de ser mau administrador e representante do fantasma do regime militar, respectivamente. [119]

A terceira explicação do voto em Brizola veio do marxismo ortodoxo, já que este via naquele candidato o representante de uma classe baixa e trabalhadora, ávida por uma resposta dura a um regime de grande exploração. No entanto, a tese marxiana cai por terra, uma vez que outra pesquisa de Gláucio Soares mostrou, para surpresa geral, que na cidade do Rio de Janeiro de 1982 a relação entre a preferência por Brizola e as medidas de *status* socioeconômicos era praticamente nula. [120]

O que se focou, portanto, foi o que anteriormente foi aqui mostrado quando da atenção dada à dicotomia agência/estrutura, visto que as explicações passaram a se situar ou no carisma de Brizola ou nas questões mais estruturais, defendidas por Soares e Silva como mais próximas de uma explicação do fenômeno Brizola, já que os próprios autores afirmaram:

---

[118] GOLDMAN & SANT´ANA, 1996:26.
[119] SILVA & SOARES, *op. cit*., p.255.
[120] SOARES, Gláucio. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

> Não vemos o ato de votar como um traço individual imprevisível, mas como uma relação estrutural previsível. Neste sentido, nossa utilização das variáveis estruturais como previsoras é uma tentativa deliberada de mostrar que o resultado da eleição de 1982 pode ser explicado satisfatoriamente através de teorias estruturais do comportamento eleitoral. [121]

Deste modo, os autores defendem que falar que o eleitor brasileiro é volúvel, imprevisível e sem ligação partidária é tese de autoritários, que não são mais do que elementos ávidos por defender políticas econômicas favorecedoras das elites, já que tais afirmativas são, segundo Soares e Silva, mais resultado do preconceito dos mais bem posicionados socialmente do que de criteriosas pesquisas. Além do mais, o voto em Brizola, apresentando-se como fruto do carisma, não significava um processo de distanciamento do cenário político, mas a confirmação da tese de que "*uma relação carismática seria aquela na qual o voto recebido estaria acima e além do que seria esperado à base do apoio institucional do candidato, particularmente do seu partido*". [122]

É importante também lembrar que o carisma pode ser negativo, uma vez que Carlos Lacerda, também muitíssimo carismático, conseguia exatamente o contrário de Brizola, já que só conseguia apoio maior do que o recebido pelo partido nos estratos mais altos da pirâmide social. Assim, a eleição de Brizola, para além do carisma, parecia ter um ou alguns outros elementos. E é aí que entra o assunto que mais interessa à presente pesquisa, já que o PDT de Brizola foi o partido que – de forma bastante singular e inovadora, embora o apelo já estivesse presente em Vargas, como aqui já foi mostrado – mais enfatizou o tema racial naquelas eleições, já que

> o ponto quatro da plataforma do partido enfatizava 'o compromisso com a população negra'. A ideologia do partido, com uma formação um tanto desconexa, foi apelidada 'socialismo moreno'. Esse socialismo moreno, porém, não trazia em seu bojo qualquer implicação racial ou étnica, sendo simplesmente uma forma de socialismo adaptado ao Brasil, um tipo mais suave de socialismo, em contraposição ao socialismo eurocêntrico, mais duro. Entretanto, o socialismo moreno implicava também uma participação maior de não-brancos, em função de seu próprio caráter não-europeu. Além disso, o PDT fez questão de apresentar vários candidatos não-brancos, inclusive o líder negro mais conhecido do Brasil, Abdias Nascimento, um cantor mulato conhecido, Agnaldo Timóteo, e um cacique indígena, Mario Juruna. [123]

[121] SILVA & SOARES, *op. cit*., p.256.
[122] *Idem*, p.256.
[123] *Ibid*, p.257.

Deste modo, e forçando uma volta à articulação anteriormente citada, contempladora de Michigan e Downs, a escolha dos mulatos, maioria da população do Rio de Janeiro, seria muitíssimo racional, visto que, embora os demais partidos também apelassem para os pobres, despossuídos e trabalhadores, "*votar no PDT seria coerente com o apelo intencional do partido, dadas as escolhas partidárias alternativas que ou não mencionavam o tema étnico ou o tratavam superficialmente*". [124]

No entanto, como anteriormente foi dito, o sistema político multipartidário era bastante recente e, tendo sido o substituto do bipartidarismo, que reinara até então, favorecia o PMDB e o PDS, herdeiros diretos do ARENA e do MDB, o que fazia com que a situação do PDT de Brizola ficasse ainda mais delicada, uma vez que, apesar da força que o carisma do candidato pudesse oferecer na região metropolitana, onde abundavam redes de televisão, rádio e jornais, este partido não possuía uma rede organizacional anterior, o que fazia do PDT um partido muito frágil fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde sua rede organizacional e interpessoal era ainda mais recente e insuficiente, fazendo com que a legenda de Brizola ficasse ainda mais dependente do carisma de seu líder, o que fez com que o PDT fosse visto como "*menos um partido do que um movimento político conduzido principalmente por um homem só*", segundo palavras de Silva e Soares. [125]

Assim, com força na região metropolitana e fraqueza no interior, o foco de Brizola seriam os debates na TV e o bom uso de todas as mídias à sua disposição, no que, como é sabido, ele foi muito bem sucedido. Cabe, no entanto, tentar perceber se o apelo racial teve peso preponderante naquela eleição, o que é a busca maior deste trabalho. Para Amaury de Souza, como foi aqui mostrado, existe uma correlação entre pele escura e voto trabalhista, sendo que tal correlação sobrevive a um recorte classista, visto que, mesmo ascendendo socialmente, os negros e negras continuam se entendendo como pobres e trabalhadores, além de continuarem a preferir os partidos trabalhistas, como era o caso do PDT de Brizola.

Como é sabido, no entanto, tal tese não encontrou grande aceitação entre os teóricos das relações raciais no Brasil, haja vista o fato de a mesma ir de encontro às interpretações mais clássicas, como é a de Gilberto Freyre – defensor de uma assimilação por miscigenação, num processo até positivado e gerador de interpretações que defenderam a conhecida ideia de "democracia racial" – já que o *continuum* de cores

[124] SILVA & SOARES, *op. cit*., p.257.
[125] *Idem*, p.257.

existente no país impediria tanto a bipolarização branco/negro quanto o conflito baseado na consciência racial.

É essa também a posição dos antropólogos Donald Pierson e Marvin Harris[126], que, após publicação de seus trabalhos, que encontraram uma quantidade imensa de denominações populares para a diferenciação da cor da pele, fez com que Harris declarasse, posicionando-se entre os contrários a um racismo estrutural, que "*um momento de reflexão é suficiente para ressaltar o fato de que, sem um método pra distinguir claramente entre um e outro grupo, não pode ocorrer uma discriminação sistemática*". [127]

Se as teses inspiradas por Freyre – que acabaram por fortalecer a ideia de democracia racial – tiveram força por longo tempo e ainda reverberam, também a tese do branqueamento como saída ganhou grande número de adeptos. Para tais adeptos, não seria correto associar pretos e mulatos, pois estes estariam em maior vantagem, já que o caminho para o branqueamento estava já mais encurtado, com grande possibilidade para a mobilidade dos não-brancos menos escuros, o que foi chamada de "*saída de emergência do mulato*". [128]

Embora alguns autores adeptos da ideia de um *continuum de cor* tenham conseguido uma aceitação muito maior do que os adeptos do *racismo estrutural* no Brasil, obras como a de Skidmore e a de Souza vieram para problematizar a questão, uma vez que mostram a existência de estereótipos agressivos partilhados entre os não-brancos – e não apenas entre os pretos – além de problematizarem a "aceitação da cor" por parte dos não-brancos, haja vista ser essa aceitação também uma intenção de "fuga da cor", no intuito de alcançar a "cor certa", a "mais respeitada", a branca, enfim. [129]

Se não é raro ouvir-se acerca do *continuum* que impede a diferenciação, bem como perceber a quase total ignorância acadêmica sobre a "fuga da cor", menos raro ainda é o discurso marxista que reduz toda a questão racial brasileira a um enfrentamento de classes. Nesta direção, Octavio Ianni é enfático ao defender que

> as distinções e divisões entre grupos que são definidos em termos raciais são manifestações que irão expressar, de maneira confusa, a relação de dominação-subordinação que provém originalmente da apropriação do produto do trabalho

[126] PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil*: A study of race contact in Bahia. Chicago: University of Chicago Press, 1942. HARRIS, Marvin. *Patterns of race in the Americas*. New York: Norton, 1964.
[127] HARRIS, *apud* SILVA & SOARES, *op. cit*., p.260.
[128] SILVA & SOARES, *op. cit*., p.260.
[129] SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. SOUZA, Cleinton. *Sim, somos racistas*: análise sociológica do racismo à brasileira. Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 2010.

> da sociedade – e, por esta razão, o produto do próprio homem como agente comercial. A cristalização, em nível das relações sociais, tem o efeito de legitimar as distribuições hierárquicas particulares dos seres humanos. [130]

No intuito de buscar as razões para a convivência sem conflitos entre os espectros de cores no Brasil, no entanto, a UNESCO encontrou o que os adeptos das ideias ratificadoras de uma democracia racial pareciam não ter enxergado: o Brasil não era o paraíso das raças, muito pelo contrário, já que trabalhos financiados por aquele órgão mostraram que o racismo também existia por aqui, sendo que não se apresentava como no caso estadunidense. O racismo no Brasil se mostrava com características deveras diferenciadas, pois era velado, apresentando por isso uma curiosa ausência de conflitos explícitos.

Ainda que a explicação de Florestan Fernandes não tenha conseguido caminhar em direção a uma aceitação do racismo como estrutural, sua tese ao menos conseguiu refutar a visão paradisíaca fomentada por Freyre, já que, focando a questão das classes, defendia que o racismo brasileiro seria superado com a industrialização, visto que o preconceito por conta da cor da pele seria produto de um sistema escravocrata e, por isso, superado facilmente tão logo o negro liberto conquistasse as habilidades de pensar, agir e sentir no meio social, como um liberto, além de passar a ser detentor das capacidades necessárias para o trabalho livre no sistema capitalista[131]. A crise que se estabelece, no entanto, diz respeito aos Estados Unidos, já que, refutando a tese de Fernandes, apresenta seu racismo estrutura, ainda que seja o país mais industrializado do mundo.

Deste modo, as teses sobre o *continuum* de cor, a do branqueamento e a da superação das assimetrias fomentadas pela sociedade de classes não dariam conta de explicar o voto negro no Brasil, já que a existência do *continuum* não se revela através de distâncias socioeconômicas entre os espectros de cores não-brancas, visto que a junção de pretos e pardos na categoria *negros* sempre foi aceita, uma vez que as disparidades sociais entre as duas categorias praticamente inexistem, o que prova que as diferenças na nomenclatura não se configuram em diferenças nas recompensas e nem nas discriminações sofridas.

Se a imensa variedade de rótulos raciais faz pensar em uma dificuldade em se classificar as pessoas em cores, Silva e Soares defendem que "*a vasta maioria dos*

[130] IANNI, Octavio. *Raça e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972:248.
[131] FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: FFLCH/USP, 1964.

*rótulos raciais utilizados pelos brasileiros para indicar sua própria raça descrevem ou categorias estatisticamente pequenas ou se derivam de idiossincrasias individuais e, portanto, não resultam de um fenômeno social com possível significado político*". [132]

Se a diferença que poderia ser fomentadora de um voto diferenciado não se pode encontrar no *continuum* vivenciado no Brasil, então, ao menos se pode ter uma pista acerca de tal diferenciação, caso se olhe com mais atenção para a questão estrutural do racismo por terras *tupiniquins*. Isso porque os números apresentados no final deste capítulo, que aponta dados sobre as desigualdades sociais oriundas da diferenciação de cor, são claros ao mostrar as grandes disparidades de acesso aos serviços e bens públicos da nação, caso o pesquisador entenda que, apesar do caráter aparentemente pacífico das relações raciais brasileiras, a disparidade vem já de longa data, já que, muito antes dos números oferecidos pelo IPEA, que aqui serão apresentados, Silva e Soares mostraram, no início dos anos 1980, que

> enquanto a proporção de pessoas que têm rendas mensais iguais ou maiores do que cinco salários mínimos é de 19% da população branca, ela é de apenas 4% entre a população não-branca. Se se toma o salário mínimo como uma linha de pobreza absoluta, 26% dos brancos ganhavam um salário mínimo ou menos, mas entre os pardos essa proporção era de 40% e entre os negros ela alcançava 47%. Isto não é nenhuma novidade; Silva mostrou que os brancos, os pardos e os negros são claramente diferenciados no Brasil em relação à educação, ocupação e renda. Embora os pardos ocupem uma posição intermediária, eles estão mais próximos dos negros que dos brancos. Obtém-se resultados semelhantes quando se utiliza a "escolaridade funcional", definida operacionalmente como 3 anos de escolaridade ou menos: 32% dos brancos, 45% dos pardos e 54% dos negros eram analfabetos funcionais. [133]

Embora a junção de duas categorias – negros e pardos, na nomenclatura de Silva e Soares – tenha sempre mostrado força estatística, os autores enfatizaram que entre os negros (pretos) a adesão a Brizola não era tão grande quanto entre os pardos e talvez por isso o apelo racial não tenha focado o termo "socialismo negro", mas "socialismo moreno", pois, enquanto não existiram evidências de que os negros (pretos) apoiaram Brizola, visto que uma variância muito grande se deu entre os indivíduos deste espectro de cor, entre os pardos a adesão ao candidato foi em massa, fazendo Silva e Soares afirmarem que "*cada 1% de aumento na proporção de pardos gera um aumento de 18% na porcentagem de voto total dado a Brizola*". [134]

[132] SILVA & SOARES, *op. cit*., p.265.
[133] *Idem*, p.265.
[134] *Ibid*, p.271.

Mesmo defendendo a raça como um fator preponderante na hora da decisão por um voto, Silva e Soares mostram as possíveis razões para que os negros (pretos) não apoiassem Brizola como os pardos o fizeram, visto que o mais natural era este caminho, já que os dois espectros de cor compartilham praticamente os mesmos níveis socioeconômicos. Para responder a tal questão, os autores propõem algumas hipóteses: 1) os negros rejeitavam ter como porta-voz a elite branca da qual era composta a liderança do PDT. 2) os negros poderiam ter se sentido excluídos da plataforma eleitoral do partido, já que o apelo era a um "socialismo moreno" e não a um "socialismo negro". 3) os negros se concentram proporcionalmente fora da área da região metropolitana do Rio de Janeiro, onde, como foi dito, a organização partidária é mais pobre, o acesso é mais difícil, a politização e participação são mais baixas, as taxas de analfabetismo dos negros são mais altas e são poucos os negros registrados, o que faz com que eles não tenham força para influenciar o resultado de uma eleição. 4) a "saída de emergência" socioeconômica dos mulatos poderia resultar em participação, enquanto a imobilidade socioeconômica dos negros resultava em apatia. [135]

Embora não apoiassem Brizola como os pardos, é importante lembrar que ainda assim o voto do segmento negro sempre esteve mais próximo daqueles do que dos brancos. Para Silva e Soares, portanto, para além do carisma de Brizola, o voto dos cidadãos pretos e pardos do estado fluminense representava uma resposta determinada estruturalmente, o que justificou e ainda justifica novas análises sobre a temática, já que a percepção do racismo estrutural *tupiniquim* ainda se mostra bastante controversa.

### 3.4 A interface raça/voto nas eleições de 1994

Embora alguns trabalhos mostrem que desde a Era Vargas, como já foi aqui apresentado, se possa levantar análises sobre uma diferença substancial entre o voto dos negros e o voto dos brancos, a interface negritude/voto nunca recebeu muita atenção. Prova disso é que os trabalhos acadêmicos acerca da temática são escassos e quase sempre o discurso só encontra consenso quando o problema está focado na estratificação social, com atenção em variáveis como renda e escolaridade.

[135] *Ibidem*, p.271.

Todavia, em se tratando do tema maior desta tese, em trabalho mais recente, Reginaldo Prandi defende que "*certamente a raça, ou cor, comporta, em grande medida, efeitos da própria estratificação social, uma vez que a quase totalidade da população negra é pobre*". Então, ainda que o foco para muitos esteja apenas na estratificação social, isolando-se a questão racial, o autor continua seu argumento, defendendo que "*se compararmos brancos e negros igualmente pobres, por exemplo, ambos os grupos podem mostrar resultados diferentes que expressam posições de escolha distintas compartilhadas por cada uma destas populações*". [136]

As afirmações de Prandi foram embasadas numa análise que este autor fez dos dados da pesquisa do *Datafolha* para as eleições presidenciais de 1994. Na ocasião, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva disputavam o pleito e uma diferença entre a escolha dos negros e a dos brancos, para Prandi, parecia existir. Em uma eleição que já contemplava o antagonismo atual entre PT e PSDB, mas com números bem mais encorpados, já que, para além do *survey* que Gláucio Soares confeccionou nos anos 1960, Prandi trabalhou com uma amostra bastante representativa, contemplando um total de 20.993 casos. [137]

Segundo Reginaldo Prandi, os números do Datafolha mostravam uma tendência inversa entre os eleitores de Fernando Henrique e Lula, uma vez que, na medida em que a cor se tornava mais escura, os votos iam mais para Lula e na medida em que a cor se tornava mais clara, os votos iam mais para Fernando Henrique. Deste modo, Fernando Henrique tinha um percentual mais alto entre os brancos e amarelos, perdia um pouco de votos entre os pardos e perdia muito mais entre os pretos.

Para Lula, ao contrário; os votos entre os brancos e amarelos eram em número menor, mas aumentavam entre os pardos e empatavam com os de Fernando Henrique entre os pretos, chegando a superá-lo entre os negros jovens e mais escolarizados, notadamente os pretos, o que fez aquele pesquisador entender que existe uma relação entre escolarização e reforço da diferença racial, já que "*os negros de educação universitária propiciam as maiores taxas de escolha do nome de Lula para presidente: 44%, quando sua média nacional é 23,4%*". [138]

---

[136] PRANDI, Reginaldo. Voto e raça na eleição de 1994. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 30, pp. 61-78, 1996:62.
[137] Tendo sido confeccionada em duas etapas, a pesquisa entrevistou eleitores em todo o país entre os dias 15 e 17 de agosto e no dia 5 de setembro de 1994.
[138] PRANDI, *op. cit*., p.70.

Extraindo variáveis como renda familiar, local de moradia e sexo, Prandi percebeu que a variável raça continuava a apresentar grande relevância, sendo precedida apenas por escolaridade e idade, e estando presente em quase todas as subdivisões feitas pelo autor, o que atestava sua importância para a explicação do voto em 1994, fazendo Prandi afirmar que

> é fácil perceber a interação entre cor, idade e escolaridade. Embora os pardos e pretos votem mais em Lula, este voto fica mais acentuado nas idades jovens e nos níveis de escolaridade elevados, como se a juventude e a alta instrução fossem condições importantes na radicalização desse voto, em Lula, que é contrário ao voto em FHC, tão a gosto do eleitorado branco. [139]

Em números, as taxas de voto em Fernando Henrique Cardoso eram de 44,3% entre os brancos, 42,0% entre os pardos, e 47,3% entre os amarelos. Para Lula da Silva, 21,5% dos votos dos eleitores brancos, 25,0% dos pardos e 27,5% dos pretos. Próxima da taxa dos brancos, 22,3% dos amarelos diziam votar em Lula. O que se vê, pois, como já foi citado, é que o voto em FHC caía ao se passar do voto do branco para o do pardo e deste para o do preto, enquanto que o voto em Lula seguiu tendência exatamente inversa, o que gerou, segundo Prandi, "*um gradiente que dispõe os eleitores nas sequências: amarelos, brancos, pardos e pretos; ou pretos, pardos, brancos e amarelos*". [140]

Embora a ideologia possa ser a explicação para tal fenômeno, Prandi defende que dificilmente os negros votam com a consciência de que escolheram a esquerda. Para este autor, o voto negro é em Lula porque este representa o pobre, o nordestino, o trabalhador sem estudo. Lula seria o *outsider*, em tudo diferente de Fernando Henrique.

Deste modo, as populações negras, denegadas em sua cidadania desde o processo de colonização escravista no Brasil, teriam tido, pelo voto em Lula, a possibilidade de expressar uma dimensão de sua identidade, na qual a discordância e o protesto aparecem como elementos fundamentais, já que se trata de um grupo desde sempre socialmente marginalizado, vivendo em condições de preconceito e discriminação racial, como defende Jacques D´Adesky. [141]

Assim, para Prandi, a candidatura Lula não significava apenas posição ideológica, mas representava especialmente uma escolha por algo fora do comum, algo que contradiz os esquemas correntes na sociedade, por conta do que Prandi defende,

[139] PRANDI, *op. cit*., p.72.
[140] *Idem*, p.73.
[141] D´ADESKY, 2001.

contrapondo Fernando Henrique e Lula, e atentando para as variáveis renda e escolaridade, únicas variáveis que superaram a cor no modelo CHAID [142]:

> Nos diferentes grupos de renda, repete-se o mesmo. Em cada estrato, brancos votam mais em FHC e o rejeitam menos; pardos preferem Lula e pretos escolhem também Lula, aumentando suas taxas. Tem-se o mesmo com respeito à escolaridade. Nos diversos grupos aqui comparados, os patamares das diferenças não chamam muito a atenção. No caso da escolaridade, entretanto, vê-se que as preferências segundo a cor parecem ficar mais marcadas no grupo dos eleitores com escolaridade superior. O voto em Lula cresce muito entre os negros, notadamente os pretos, e a sua rejeição cai muito significativamente. A interação entre escolaridade e cor assim parece atuar no sentido da educação reforçar a diferença racial. Negros de educação universitária propiciam as maiores taxas de escolha do nome de Lula para presidente: 44%, quando sua média nacional é 23,4%. Assim, extraindo-se os efeitos de sexo, idade, localização do município, renda familiar e escolaridade, não há dúvida que persiste um efeito devido a diferenças raciais. [143]

Para facilitar sua análise, Reginaldo Prandi escolheu trabalhar apenas com os eleitores que declararam voto em FHC ou Lula, assim como optou por eliminar algumas categorias raciais, focando sua análise apenas em brancos, pardos e negros. Deste modo, construiu um modelo onde a variável dependente era o voto em FHC ou em Lula, sendo as variáveis independentes o sexo, a escolaridade, a idade, a renda, o tipo de município e a cor do eleitor, passando, então, a trabalhar com 7.897 dos 20.993 casos.

No intuito de corroborar a citação acima, os números do Datafolha oferecem o detalhamento das variáveis que fizeram com que Prandi defendesse que a cor conta na hora da decisão do voto. Analisando os dados da pesquisa daquele instituto, contemplando a relação município/cor, vê-se que, nos diferentes tipos de municípios, a maior preferência entre brancos continua sendo FHC, caindo, porém, entre os pardos e mais ainda entre os pretos, mostrando uma diferença substancial entre os espectros de cores, tanto em termos de voto como na taxa de rejeição.

O contrário acontece com Lula, já que sua preferência, analisando-se tanto a capital quanto a periferia metropolitana ou o interior, sobe ao se passar dos brancos para os pardos e mais ainda destes para os pretos. Também é de se notar que as diferenças, no interior, para FHC são bastante suavizadas, mostrando a localidade com um preditor não tão impactante, como é possível ver na tabela e nos gráficos que seguem.

---

[142] *Chi-squared automatic interaction detector*, devido a Jay Magidson, disponível para o SPSS for Windows versão 6.0.
[143] PRANDI, *op. cit.*, p.74.

Tabela 1

Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso Luís Inácio Lula da Silva, segundo localização do município e cor do eleitor.

| Localização dos Municípios | Cor | Voto | | Rejeição | | Número de casos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | FHC | Lula | FHC | Lula | |
| Capital | branco | 43,7 | 23,3 | 15,4 | 39,7 | 2689 |
| | pardo | 38,4 | 27,7 | 17,5 | 33,5 | 1554 |
| | preto | 30,9 | 27,5 | 19,9 | 29,9 | 459 |
| Outro município da Região Metropolitana | branco | 40,0 | 24,6 | 15,5 | 35,9 | 1369 |
| | pardo | 35,1 | 25,3 | 16,5 | 30,9 | 740 |
| | preto | 25,4 | 32,0 | 19,3 | 23,5 | 217 |
| Interior | branco | 45,1 | 20,2 | 12,2 | 40,6 | 7626 |
| | pardo | 44,5 | 23,8 | 13,3 | 37,2 | 4039 |
| | preto | 44,2 | 24,9 | 14,0 | 30,4 | 880 |

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994).

Figura 1 - Voto em FHC, segundo a cor do eleitor e tipo de município

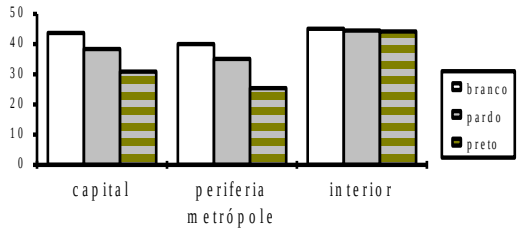



Figura 2 - Voto em Lula, segundo a cor do eleitor e tipo de município

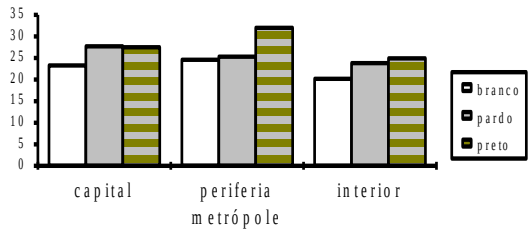


Figura 3 - Rejeição a FHC, segundo a cor do eleitor e tipo de município

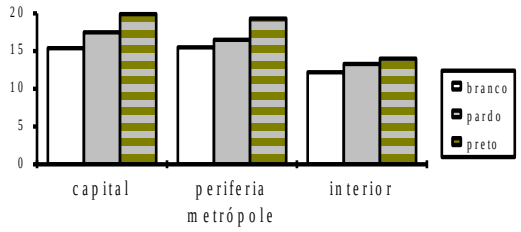
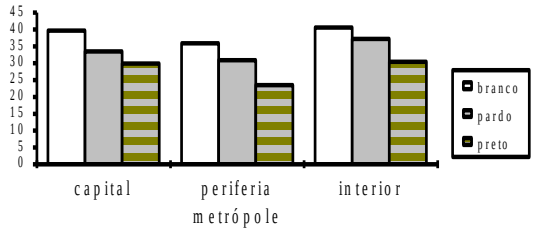



Figura 4 - Rejeição a Lula, segundo a cor do eleitor e tipo de município




Como é possível notar, à luz dos números do Datafolha, e como bem defende Prandi, a tendência entre FHC e Lula aparece de fato de forma inversa, quando se coloca em pauta a questão racial, tanto no quesito votação quanto no quesito rejeição, controlando-se também a questão da localidade de moradia do eleitor, separando-se capital, periferia da região metropolitana e interior.

Levando-se em consideração o sexo do eleitor, também se percebe a mesma tendência inversa entre Lula e FHC, ainda que as mulheres pardas tendam a rejeitar mais FHC do que as pretas. Somadas as duas categorias, no entanto – como fazem os institutos de pesquisa, por conta das similaridades entre os dois espectros de cor – a diferença em relação às brancas é bastante notória, como é possível ver na tabela e nos gráficos que seguem.

Tabela 2

Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo sexo e cor do eleitor.

| Sexo | Cor | Voto | | Rejeição | | Número |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | FHC | Lula | FHC | Lula | de casos |
| Homem | branco | 47,8 | 22,5 | 14,3 | 39,6 | 5715 |
| | pardo | 45,3 | 27,3 | 16,1 | 36,3 | 3353 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Preto | 42,4 | 30,0 | 15,7 | 28,4 | 836 |
| | branco | 40,8 | 20,3 | 12,5 | 40,0 | 5970 |
| Mulher | pardo | 38,1 | 22,3 | 13,1 | 34,7 | 2980 |
| | Preto | 32,2 | 22,7 | 12,5 | 30,4 | 720 |

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Figura 5 - Voto em FHC, segundo a cor do eleitor, entre homens e mulheres

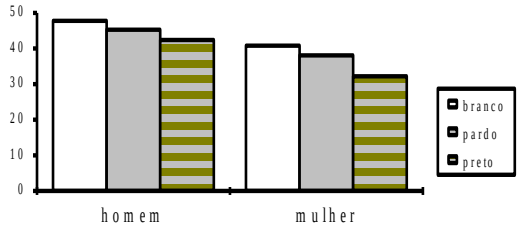



Figura 6 - Voto em Lula, segundo a cor do eleitor, entre homens e mulheres

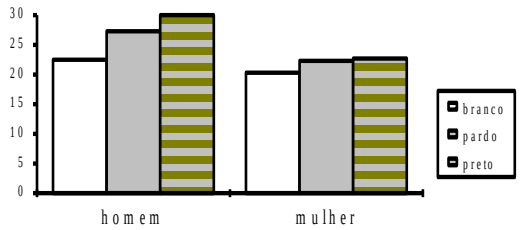



Figura 7 - Rejeição a FHC, segundo a cor do eleitor, entre homens e mulheres

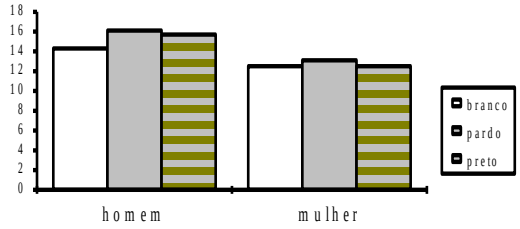
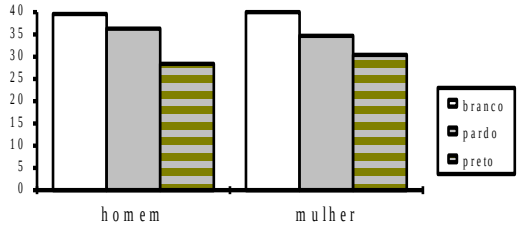



Figura 8 - Rejeição a Lula, segundo a cor do eleitor, entre homens e mulheres



Como preditor com maior relevância para a análise do voto negro em 1994, a idade aparece, ao lado da escolaridade, como uma variável bastante elucidativa, seguindo a tendência geral de clareamento beneficiando FHC e escurecimento beneficiando Lula; do branco para o negro, FHC perde votos entre os mais jovens e os mais velhos, acontecendo exatamente o contrário com Lula.

Quando se analisa a taxa de rejeição, o inverso se dá, com Lula mais rejeitado entre os brancos e diminuindo a rejeição à medida que a cor do votante escurece, acontecendo o contrário com FHC, ainda que para este a taxa de rejeição sofra às vezes uma inversão de posição, o que, todavia, não tem força para negar as tendências mais gerais, como é possível ver na tabela e nos gráficos que seguem.

Tabela 3

Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo idade e cor do eleitor

| Idade | Cor | Voto | | Rejeição | | Número |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | FHC | Lula | FHC | Lula | de casos |
| até 24 | branco | 44,4 | 26,2 | 15,2 | 38,8 | 2259 |
| | pardo | 44,1 | 27,2 | 14,1 | 37,4 | 1398 |
| | preto | 40,0 | 32,1 | 16,8 | 26,5 | 292 |
| 25 a 34 | branco | 41,5 | 25,3 | 15,3 | 37,4 | 3232 |
| | pardo | 40,6 | 27,9 | 17,4 | 35,2 | 1837 |
| | preto | 33,9 | 31,6 | 17,0 | 28,4 | 427 |
| 35 a 44 | branco | 42,6 | 19,8 | 13,4 | 39,7 | 2348 |
| | pardo | 43,7 | 23,0 | 14,4 | 35,1 | 1268 |
| | preto | 39,2 | 26,2 | 13,6 | 31,5 | 310 |
| 45 a 59 | branco | 48,2 | 15,2 | 9,6 | 45,0 | 2026 |
| | pardo | 41,6 | 19,9 | 10,2 | 35,0 | 1102 |
| | preto | 36,5 | 23,3 | 12,8 | 27,4 | 311 |
| | branco | 44,5 | 16,0 | 11,6 | 40,3 | 1426 |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 60 anos ou mais | pardo | 34,4 | 20,1 | 14,4 | 37,6 | 500 |
| | preto | 32,7 | 28,5 | 19,5 | 32,2 | 159 |

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Figura 9 - Voto em FHC, segundo cor do eleitor, em grupos de idade

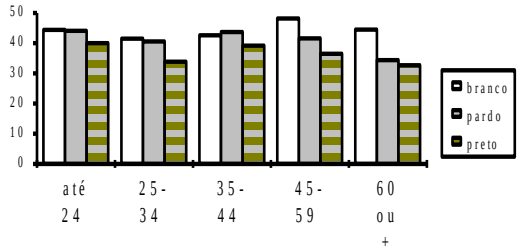



Figura 10 - Voto em Lula, segundo cor do eleitor, em grupos de idade

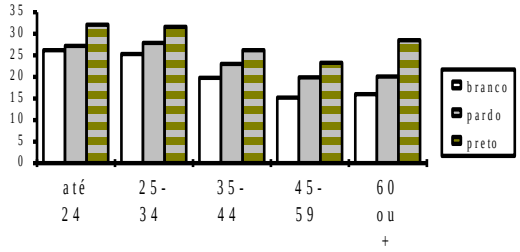



Figura 11 - Rejeição a FHC, segundo cor do eleitor, em grupos de idade

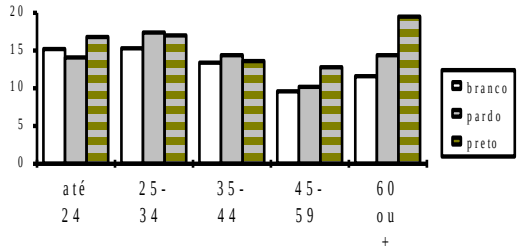
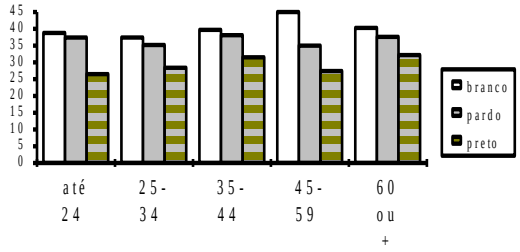



Figura 12 - Rejeição a Lula, segundo cor do eleitor, em grupos de idade



Assim, a idade, a renda e a escolaridade contaram muito na hora do voto em 1994. Se tais variáveis – renda e escolaridade – contam tanto, porém, é notório perceber que tais variáveis não aparecem como refutadoras da categoria cor/raça, já que os números do Datafolha ajudam a corroborar a tese de que "*extraindo-se os efeitos de sexo, idade, localização do município, renda familiar e escolaridade, não há dúvida de que persiste um efeito devido a diferenças raciais*", como é possível ver na tabela e gráficos que abaixo seguem. [144]

Tabela 4

Porcentagem de votos e de rejeição para Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, segundo renda familiar mensal e cor do eleitor

| Renda familiar em salários mínimos | Cor | Voto | | Rejeicão | | Número de casos |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | FHC | Lula | FHC | Lula | |
| Até 2 | branco | 39,1 | 22,4 | 13,8 | 34,9 | 2415 |
| | pardo | 40,8 | 23,3 | 13,2 | 35,9 | 2093 |
| | preto | 33,1 | 26,7 | 11,6 | 28,2 | 497 |
| 2 a 5 | branco | 45,5 | 20,9 | 13,2 | 41,1 | 2709 |
| | pardo | 44,6 | 25,0 | 14,6 | 36,5 | 1431 |
| | preto | 39,3 | 31,0 | 15,4 | 29,1 | 359 |
| 5 a 10 | branco | 47,1 | 22,0 | 13,9 | 41,5 | 2482 |
| | pardo | 46,3 | 27,0 | 19,4 | 37,1 | 889 |
| | preto | 42,0 | 26,1 | 19,0 | 25,8 | 248 |
| 10 a 20 | branco | 47,7 | 22,8 | 13,3 | 44,4 | 1614 |
| | pardo | 46,9 | 25,7 | 16,2 | 41,0 | 543 |
| | preto | 47,7 | 26,1 | 16,5 | 39,1 | 139 |
| Mais de 20 | branco | 52,0 | 22,0 | 13,2 | 42,3 | 984 |
| | pardo | 43,3 | 31,8 | 16,9 | 41,7 | 229 |
| | preto | 39,0 | 33,1 | 26,9 | 21,2 | 41 |

[144] PRANDI, *op. cit*., p.74.

Pesquisa de campo: Datafolha (16 de agosto a 5 de setembro de 1994)

Figura 13 - Voto em FHC, segundo cor do eleitor, por renda familiar

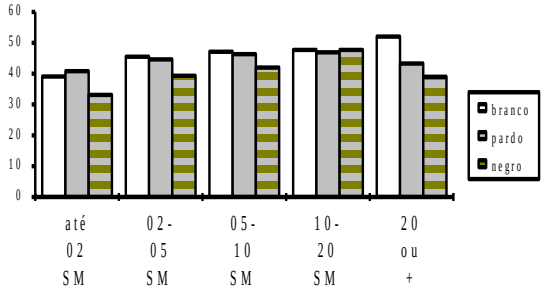



Figura 14 - Voto em Lula, segundo cor do eleitor, por renda familiar

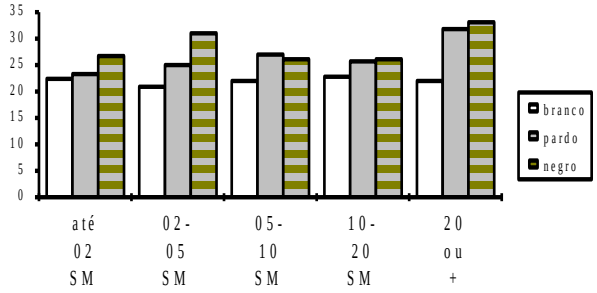



Figura 15 - Rejeição a FHC, segundo cor do eleitor, por renda familiar

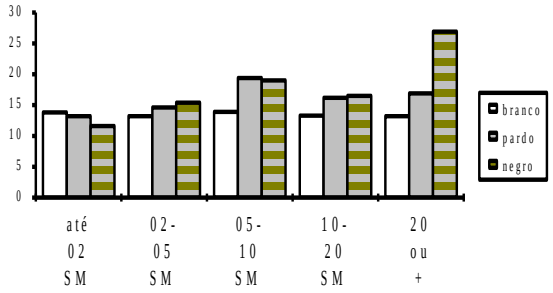
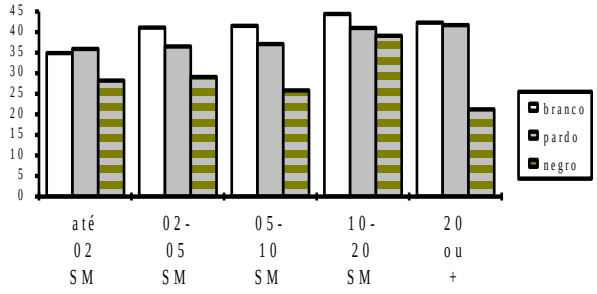



Figura 16 - Rejeição a Lula, segundo cor do eleitor, por renda familiar



À luz dos números apresentados pelo Datafolha, então, foi possível concluir que a cor foi uma variável importante em 1994, pois a linguagem da cor acabou sendo um elemento que teve peso na hora da decisão do voto. Assim, ficando clara a diferença entre o voto dos negros e dos brancos, a independer das muitas variáveis aqui trabalhadas, cabe analisar a força de tais preditores para a tese maior que se apresentava em 1994, a fim de se entender as razões de o mesmo não ter acontecido no pleito de 2010, quando a raça não teve peso explicativo, como é aqui defendido em tese.

Como se percebe no modelo CHAID, utilizado por Reginaldo Prandi a fim de buscar uma possível hierarquização de variáveis, a variável considerada como melhor preditor foi a idade, que apareceu na primeira divisão, gerando três grupos. O grupo de menor idade (até 34 anos) foi subdividido pela escolaridade e dois dos grupos daí resultantes foram, então, divididos por cor. Mesmo com um grande número de casos, o grupo de idade intermediária não foi dividido. No outro extremo, o grupo de maior idade (45 anos ou mais) sofreu o efeito da escolaridade e dos três grupos que daí saíram, o de escolaridade baixa foi dividido por cor, o intermediário por renda familiar e o terceiro não recebeu divisão.

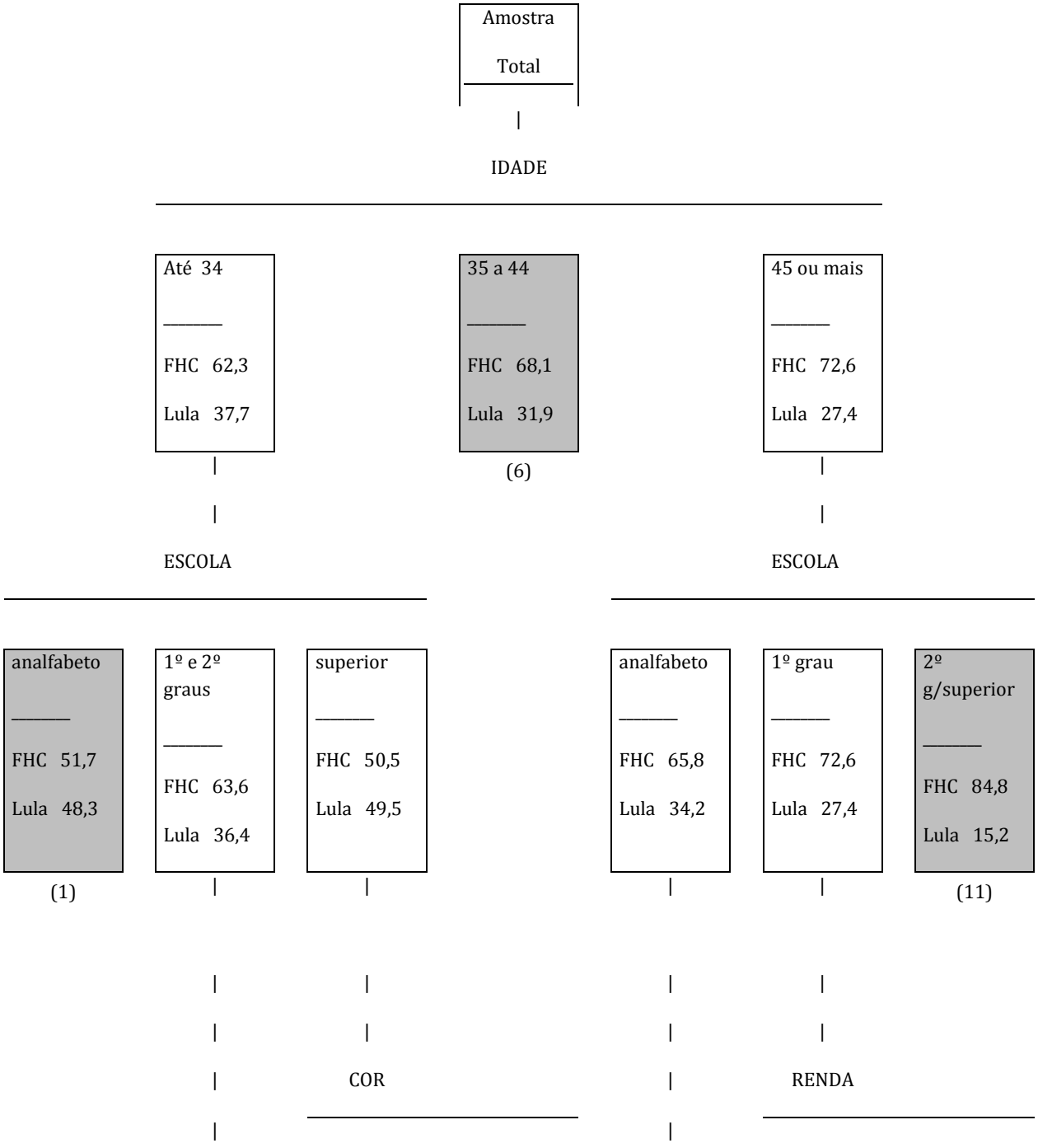
A variável cor, como já foi aqui mostrado, aparece como preditor precedida por idade e escolaridade e, como ela esteve presente em quase todas as divisões no terceiro nível, é possível atestar sua importância na definição do voto para Lula ou para FHC.

Ao se analisar o quadro na ordem crescente de votos em FHC e decrescente de votos em Lula, é possível notar que a mais baixa adesão a FHC acontece entre negros até 34 anos, com curso superior, isto é, jovens negros muito bem escolarizados. Deixando de lado os grupos nos quais o critério cor não compareceu, nota-se que depois daqueles vêm os jovens brancos com curso superior. Em terceiro, pardos e pretos jovens que possuem primeiro ou segundo grau; depois, pardos e pretos analfabetos, com idade superior a 45 anos. Seguem-se, então, os brancos mais jovens possuidores de primeiro e segundo grau e, finalmente, os brancos analfabetos com mais de 45 anos de idade.

À luz dos números acima citados, Prandi defendeu que se pode perceber a interveniência da cor como elemento causal na hora do voto, bem como idade e escolaridade, já que, analisando-se a formação educacional, mesmo que os pardos e pretos já votem mais em Lula, este voto fica ainda mais acentuado nas idades jovens e nos níveis de escolaridade mais elevados. Para Prandi, "*é como se a juventude e a alta*

*instrução fossem condições importantes na radicalização desse voto, em Lula, que é contrário ao voto em FHC, tão a gosto do eleitorado branco*". [145]

Figura 17 - Análise CHAID para os preditores hierarquizados de voto em FHC ou Lula.[146]




[145] *Op. cit.*, p.75.
[146] *Idem*, p.76.

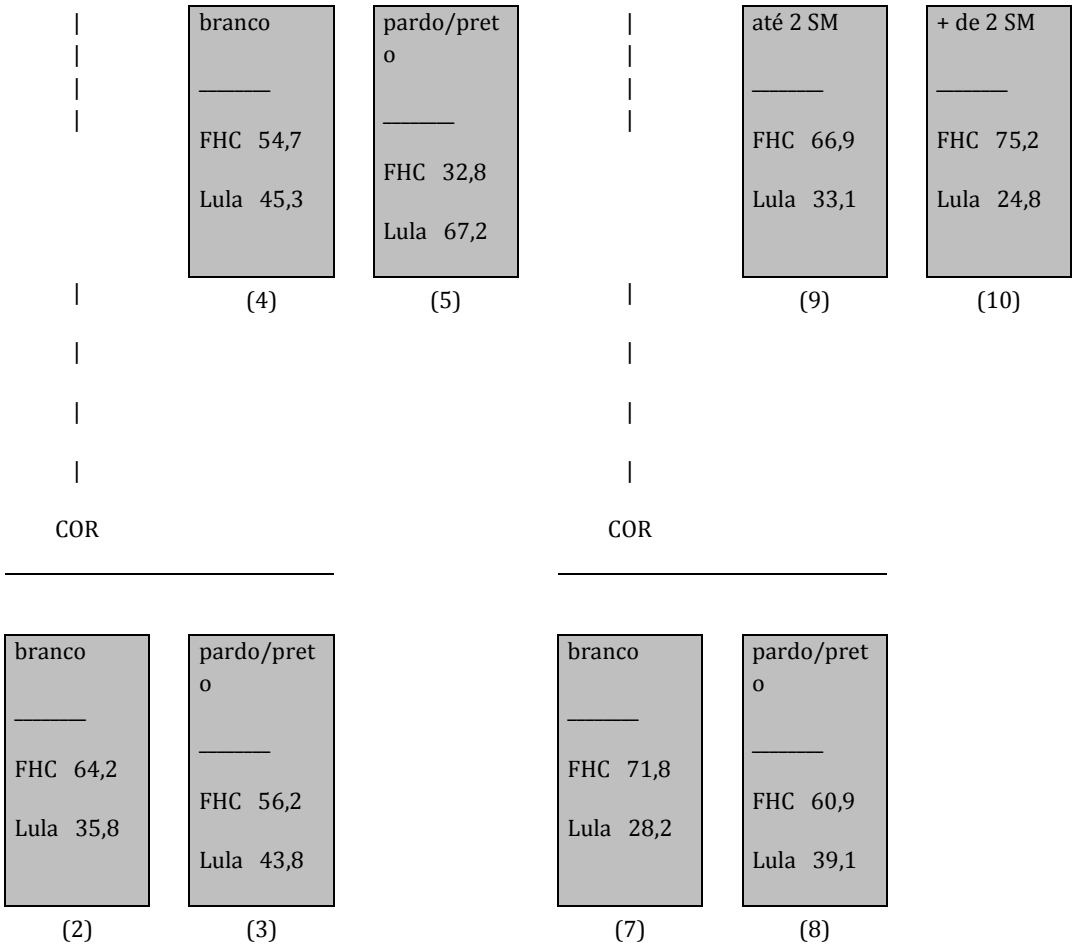



Figura 18 - Quadro de grupos terminais da análise do voto, hierarquizados pelo modelo CHAID.

| Ordem crescente votos em FHC (decrescente para Lula) | nº do grupo terminal | voto em FHC % | voto em Lula % | nº de casos no grupo | características do grupo (categorias dos preditores selecionados) |
|---|---|---|---|---|---|
| 1º | 5 | 32,8 | 67,2 | 61 | *até 34 anos*<br>*curso superior*<br>*pardos e pretos* |
| 2º | 1 | 51,7 | 48,3 | 89 | até 34 anos<br>analfabetos |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 3º | 4 | 54,7 | 45,3 | 254 | *até 34 anos*<br>*curso superior*<br>*brancos* |
| 4º | 3 | 56,2 | 43,8 | 292 | *até 34 anos*<br>*1º ou 2º grau de escola*<br>*pardos e pretos* |
| 5º | 8 | 60,9 | 39,1 | 202 | *45 anos ou mais*<br>*analfabetos*<br>*pardos e pretos* |
| 6º | 2 | 64,2 | 35,8 | 3632 | *até 34 anos*<br>*1º ou 2º grau de escola*<br>*Brancos* |
| 7º | 9 | 66,9 | 33,1 | 432 | renda até 2 SM |
| 8º | 6 | 68,1 | 31,9 | 1500 | 35 a 44 anos |
| 9º | 7 | 71,8 | 28,2 | 163 | *45 anos ou mais*<br>*analfabetos*<br>*brancos* |
| 10º | 10 | 75,2 | 24,8 | 935 | 45 anos ou mais<br>escolaridade 1º grau<br>renda maior que 2 SM |
| 11º | 11 | 84,8 | 15,2 | 337 | 45 anos ou mais<br>escolaridade superior |

Assim, o que se concluiu em 1994 é que, independentemente da variável, o voto negro é mesmo diferenciado, tese que os números do Datafolha referendaram. O que fica de pergunta, todavia, é o que motivaria tal voto diferenciado. Para Prandi, o

voto em Lula pelos pretos e pardos é um voto "no contra", um voto naquele que seria mais igual, um voto no que está mais próximo da maioria, um voto no nordestino, no trabalhador sem tanto estudo, naquele que melhor expressa a dimensão de uma identidade sem muitas possibilidades de protestar contra o estado de coisas vigente. Prandi defende que tal voto em Lula é um voto no contra e no mais igual, pois "*não por outra razão os jovens negros mais escolarizados, ou seja, os que estão naquelas situações sociais que tanto contribuem para o fortalecimento do sentimento étnico, foram nestas eleições os campeões do voto em Lula*". [147]

Para além das percepções de Reginaldo Prandi, no entanto, cabe ao presente trabalho um novo passo, haja vista a necessidade de se atualizar um debate para o qual existem poucos materiais acadêmicos, ainda que tal atualização venha na contramão do que foi percebido em 1994. Mesmo assim, será interessante pensar em números que corroboram um racismo estrutural no país, percebendo também as razões de tais números não serem elementos de conhecimento e debate público, o que justifica a tese de que, ainda que tudo pareça diferente para os negros em relação aos brancos, tais diferenças, não sendo acessadas, não tiveram força para em 2010 se transmutarem em uma diferenciação do voto baseado na raça.

### 3.5 Números da desigualdade racial no Brasil: influência no voto?

A razão de ser do presente trabalho está no fato de que, como já foi mostrado desde a introdução, uma possível diferença na intenção de voto para cargos políticos se estabeleceu em alguns momentos históricos da nação, sendo que tal diferenciação se colocou tendo como motivação a declaração de cor dos entrevistados.

Como anteriormente citado, os negros - conhecidos na junção de pretos e pardos - parecem ter apresentado uma intenção de voto que em muito se diferenciava da intenção dos brancos. Quanto à pesquisa de intenções de voto do Ibope[148] que, a pedido do Movimento Negro, em 2010 incluiu a variável cor/raça em suas entrevistas,

[147] PRANDI, *op. cit.*, p.76.

[148] Como já foi aqui mostrado, as análises bi e trivariadas retiradas da mesma pesquisa fomentaram análises, ainda que não acadêmicas, e um importante artigo jornalístico chamado "A cor do voto", artigo que gerou acalorados debates e controvérsias entre os interessados nas relações raciais no país.

apresentou a maioria da população brasileira[149] (feito que só se consegue na junção de pretos e pardos) com uma tendência a refutar o que veio sendo defendido em termos de voto étnico no Brasil, embora a pesquisa, com foco em análises bi e trivariadas, trouxesse números que mostraram que o candidato José Serra (PSDB) tem mais chances entre brancos e amarelos, sendo que Dilma Rousseff (PT) vai melhor entre pretos e pardos. Equivalendo a cor da pele à origem étnica, o tucano ganharia por 5 pontos nos caucasianos/orientais, sendo que, entre os negros, a petista levaria 15 pontos de vantagem, segundo tais análises.

Os números também mostraram que a preferência de pretos/pardos por Dilma e de brancos/amarelos por Serra sobrevive ao controle dos resultados pela renda e escolaridade dos eleitores, já que mostraram que os negros que ganham mais e/ou que cursaram mais séries na escola continuam votando até 30% mais na candidata do PT, sendo que este comportamento eleitoral é bastante diferente dos brancos e amarelos das mesmas faixas de renda e escolaridade, que votam até 44% mais no candidato tucano, o que mostra que existem fatores que diferenciam o voto dos dois grupos, fatores estes que vão além das condições socioeconômicas em que eles vivem.

Não tendo tal sondagem a intenção de focar apenas a relação cor/voto, já que raça, como antes foi mostrado, não é o principal e nem o único fator na hora de uma decisão, outras variáveis foram testadas, o que fez com que se percebesse, por exemplo, que nos segmentos intermediários de renda e escolaridade, Serra vai melhor do que Dilma entre brancos/amarelos, embora sua vantagem não seja tão grande quanto entre os mais ricos e escolarizados da mesma cor. Já entre os mais pobres (renda até 2 salários mínimos), o tucano apenas empata com a petista no eleitorado branco (45% a 47%), e perde por 20 pontos no negro: 36% a 56%.

Levando-se em consideração os números acima, será importante tentar perceber se tais dados se ligam a uma eventual percepção de diferenças entre brancos e negros no acesso aos bens públicos da nação. Pensando nisso, a partir do momento em que alguém se dispõe a concordar com autores que defendem a importância da esfera do *conhecimento* e também com os teóricos que defendem o *prestígio social*, torna-se

[149] Em sua obra *Raça e política no Brasil urbano* (1971), Amaury de Souza, que já trabalhava com a junção de pretos e pardos na categoria *negros*, apresenta tais negros, todavia, como membros de um grupo menor que o dos brancos e, por isso, sem qualquer condição de competição, o que a junção das categorias feita por vários institutos de pesquisas no Brasil a partir dos anos 1990 fez mudar, já que agora os "negros" são a maioria da população. É possível que o "aumento de negros" tenha se dado pelo fato de o processo de universalização do acesso à escolarização fazer surgir, segundo Souza (2010), uma facilidade maior dos negros para se autodeclararem como tais.

imperativo analisar os números de acesso ao *conhecimento* e ao *reconhecimento*, sinônimos de determinado *status* social. Assim, faz-se pertinente uma busca pelos dados que oferecem a situação de negros e brancos no acesso ao ensino, à saúde e aos postos de liderança no país, postos estes que, como é sabido, são os geradores das melhores rendas.

Uma vez que não se percebia as relações raciais com o auxílio dos números que hoje corroboram a ideia de um racismo estrutural no país, isto é, como não se via que existe uma série de procedimentos institucionais que freiam a ascensão das pessoas de cor, no final da década de 1980 pouco se discutia a necessidade de se implementar uma política específica que visasse inserir a população negra à sociedade que já se entendia democrática. É sabido que o atendimento às comunidades mais desprovidas de serviços era precário e que, em especial, os negros e negras tinham um acesso ainda mais restrito a serviços como educação, saúde e proteção social.

Uma prova disso é que, segundo dados do *IPEA*, apresentados por Luciana Jaccoud[150], em 1987, uma em cada cinco crianças negras não tinha acesso à educação elementar e 63% não tinham acesso à educação média, fazendo com que este segmento da população fosse inserido nas relações de trabalho informais. [151]

Quando visitados os números do acesso à educação por faixa etária e cor/raça entre 1987 (antes da Constituição dita universalista) e 2006, por exemplo, é possível ver que a frequência líquida das crianças negras na escola teve uma melhoria significativa. Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (*PNAD*)/*IBGE* apontam que a proporção de crianças negras entre 7 e 10 anos de idade fora da escola caiu nas últimas duas décadas de 20% para apenas 2%. Apesar da melhoria, porém, percebe-se que houve ainda a manutenção da diferença em relação às crianças brancas. Para a faixa entre 11 e 14 anos, por exemplo, em 2006, 12,6% das crianças negras ainda frequentavam a primeira etapa do ensino fundamental, ao mesmo tempo em que apenas 5,9% das crianças brancas se encontravam nesta situação[152]. É importante, no entanto, dizer que, apesar da disparidade, em 2006 a situação das crianças negras já era bem melhor do que em 1987.

A melhoria que se efetuou na situação das crianças mais novas mostrou uma elevação do número de adolescentes negros nas séries escolares mais elevadas. Para

[150] JACCOUD, Luciana *et alli*. *A construção de uma política de igualdade racial:* uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.
[151] *Idem*, p.225.
[152] JACCOUD, 2009:226.

crianças da faixa etária entre 15 e 17 anos, por exemplo, em 1987 apenas 8% delas chegavam ao ensino médio na idade adequada. Das demais, 27% ainda cursavam o ensino fundamental e 65% já estavam fora da escola, segundo microdados da *PNAD*. Em 2006, no entanto, já havia subido de 8% para 54% a proporção de adolescentes negros no ensino médio na idade adequada[153].

Embora o mais "natural" fosse encontrar mais negros e negras no ensino superior, apenas pelos números acima apresentados, algo inverso se deu: em 1992, a diferença entre a taxa de frequência líquida, no ensino superior, entre brancos e negros era de 5,8; em 2006, esta diferença havia subido para 12,9 pontos. [154]

Apesar disso, porém, e atentando para as chamadas ações afirmativas, é importante que se foque aquela que foi chamada de "radicalização das ações afirmativas", pois tais ações também se tornaram responsáveis por novos números, os quais foram apresentados em 2010. Numa atualização dos dados, segundo pesquisas do *IBGE*, em dez anos a proporção de pessoas negras com 25 anos ou mais que têm ensino superior completo passou de 2,3% para 5,3% em 2009. Entre a população parda, a fatia dos que concluíram a graduação cresceu de 2,3% do total em 1999 para 4,7% em uma década. No caso da população branca, os percentuais foram 9,8% há dez anos e 15% em 2009.

O critério utilizado para a definição da cor das pessoas, como já se sabe, é a autodeclaração de quem responde a pesquisa. Apesar do avanço que agora pode ser mostrado, porém, a diferença entre a escolaridade de brancos e negros é ainda bastante grande; em média, as pessoas brancas com 15 anos ou mais tinham 8,4 anos de estudo em 2009. Para os negros e os pardos, a média foi de 6,7 anos no mesmo ano. O ano de 2009 mostra que os patamares são superiores aos de 1998 para todos os grupos, mas o nível atingido, tanto pela população de cor preta, quanto pela de cor parda, com relação aos anos de estudo, é inferior ao alcançado pelos brancos em 1999, quando era, em média, 7 anos de estudo, segundo informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [155]

Assim, pensando-se em ensino superior e refutando a tese de autores para os quais a situação é pior no ensino básico, os números acima apresentados confirmam que o contrário se dá, pois na base a diferença entre brancos e negros diminuiu, enquanto

[153] *Idem*, p.227.
[154] *Ibid*, p.227.
[155] Pesquisa divulgada pelo IBGE em setembro de 2010.

que no topo, isto é, no ensino superior, a diferença aumentou, só conseguindo diminuição considerável com a instituição do *sistema de cotas*, nada consensual tanto no âmbito acadêmico como nos debates sociais em geral. Para a pesquisadora Luciana Jaccoud, que analisou tais números,

> Políticas sociais sólidas e universais são imprescindíveis para o combate às desigualdades raciais em um país com o histórico de racialização da pobreza, como é o caso do Brasil. No entanto, estas são respostas que precisam ser complementadas por *ações específicas* de eliminação das desigualdades raciais nas várias dimensões da proteção e da promoção do bem-estar social. Nesse sentido, é necessário destacar os processos sociais que estão na origem das desigualdades raciais: a discriminação racial e o racismo que atuam de forma a restringir a igualdade de oportunidades e alimentam a manutenção da população negra nas piores posições da sociedade brasileira. [156]

Outra desigualdade racial claramente encontrada no Brasil é a de acesso à saúde. Tal como na desigualdade racial de acesso à educação, a população negra experimentou melhorias e dificuldades no que toca às políticas de saúde. Desde 1990, quando o Sistema Único de Saúde (*SUS*) foi regulamentado pela Lei 8.080, a população negra contou com uma melhoria no acesso à saúde. Ainda assim, números da *PNAD*, realizada nos anos de 1998 e 2003, mostram que tal melhoria ainda não superou a grande diferença entre brancos e negros neste quesito.

Em 1998, o *SUS* atendeu uma proporção de 13,9 de pessoas brancas e 11,4 de pessoas negras. Em 2003, tais números trouxeram a proporção de 15,5 para brancos e 13,0 para negros. Quando se trata de pessoas que nunca realizaram uma consulta odontológica, em 1998, em relação à população em geral, a proporção de brancos era de 14,2 e a de negros de 24,3. Em 2003, tais proporções foram de 12,0 para brancos e 20,2 para negros, segundo números daqueles levantamentos da *PNAD*, apresentados por Josenilton Silva. [157]

O que se pode ver pelos números das duas pesquisas *PNAD* agora apresentadas é que o acesso à saúde teve uma melhoria, mas continua a trazer diferenças entre os dois espectros de cores em debate – negros e brancos –, fazendo com que se perceba que ainda existe grande diferenciação entre negros e brancos no que diz respeito ao atendimento em saúde, mostrando assim que os procedimentos institucionais que geram desigualdade racial se apresentam de forma muito clara quando se trata de acesso tanto à educação quanto à saúde.

---

[156] JACCOUD, *op. cit.*, p.230.

[157] SILVA, Josenilton *et alli*. A promoção da igualdade racial em 2007 e as políticas universalistas. In; JACCOUD, Luciana (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.

Como não poderia deixar de ser – já que tanto a educação quanto a saúde diferenciam brancos e negros no país – a análise quanto às diferenciações de *renda* também se faz relevante para a compreensão do processo de instauração de algumas políticas públicas no país, uma vez que a renda de uma família ou indivíduo está também ligada à educação que tais pessoas conseguem adquirir, além da capacidade de se manterem saudáveis, com políticas públicas que auxiliem nisso.

Então, se a desigualdade racial de acesso à educação e a de acesso à saúde são problemas sérios a serem enfrentados, também o é a diferenciação de renda, mostrando-se todas essas desigualdades raciais como extremamente nocivas para o desenvolvimento de uma nação que se quer democrática e de direitos.

Contudo, quando se foca o quesito *renda*, percebe-se que a diferença entre as etnias é ainda mais gritante, pois estudos mostram que pretos e pardos – unidos na categoria *negros* pelas enormes similaridades em termos de acesso aos bens públicos da nação – têm menos que a metade da renda domiciliar *per capita* dos brancos, sendo que, segundo o pesquisador do *IPEA* Sergei Soares, "*parte significativa dela não é atribuível a nenhuma medida de mérito ou esforço, sendo puramente resultado de discriminações passadas ou presentes*". [158]

No entanto, e embora exista ainda a desigualdade racial em várias esferas da vida na sociedade brasileira, é inegável que um avanço se deu nos últimos anos, por conta justamente das políticas de distribuição de renda e as chamadas *ações afirmativas*, como já foi aqui citado.

Continuando a pensar em tais políticas e a analisar as diferenças de renda, no período de 2001 a 2007 é possível ver que ¼ da diferença de renda entre brancos e negros foi diminuído. O que quer dizer que há ainda outros ¾ a serem reduzidos, sendo que, se o ritmo de diminuição continuar o mesmo, haverá igualdade racial de renda domiciliar *per capita* em 2029, segundo números da *PNAD*, apresentados por Soares. [159]

O que se pergunta, à luz de tais números sobre renda, é acerca das razões de tal diminuição da diferença de renda entre brancos e negros, pois, se esta diminuição for por conta das políticas de distribuição de renda e das *ações afirmativas* implantadas nos últimos anos, é sinal de que existe também a possibilidade de a equiparação – em importantes quesitos da vida social – acontecer antes de 2029.

---

[158] SOARES, Sergei. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In; THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA, 2008:123.
[159] *Idem*, p.124.

Deste modo, uma questão que se pode colocar é que talvez o fato de ter havido uma redução considerável nas discrepâncias entre brancos e negros no Brasil não seja por conta da diminuição da discriminação racial, mas por programas de distribuição de renda, como é o caso do *Benefício de Prestação Continuada* e do *Bolsa Família*, que acabaram reduzindo a desigualdade geral na nação, mas que atingem mais diretamente a cauda inferior da distribuição de renda no Brasil, justamente onde estão sobre-representados os negros e negras do país.

Analisando o alcance de tais programas, pode ser que se perceba que não houve mobilidade social, mas apenas de renda. Soares entende que em muitos momentos históricos pode ter havido mobilidade de renda sem que isso tenha fomentado mobilidade social, mas tal autor, em pesquisas mais recentes, mostra que já se pode falar também em mobilidade posicional de negros, após algumas políticas de distribuição de renda e as *ações afirmativas.* [160]

O que os estudos de Soares apontam é que houve uma importante diminuição na sobre-representação de negros entre os mais pobres e um ligeiro aumento de sua representação entre os mais ricos. No entanto, o próprio autor admite que, embora do ponto de vista histórico os negros estejam melhorando sua posição social com relativa rapidez, para quem é negro ou tem filhos negros, a velocidade histórica pode ser apresentada como demasiadamente lenta. [161]

Apontando para importantes pesquisas sobre a desigualdade racial, é importante que se mostre também a relevância das políticas de distribuição de renda para o processo de equalização de oportunidades na nação, visto que, apesar de a *PNAD* apontar para a *renda trabalho* como responsável por 75% das rendas das famílias, foi o quesito *outras rendas,* onde se incluem as políticas de transferência de renda, como o *Bolsa Família,* por exemplo, o maior responsável pela equalização que se consegue aos poucos perceber. Nesta direção, Sergei Soares afirma que

> de 1995 a 2007, a razão de Renda do Trabalho se reduz de 2,28 para 2,05. No mesmo período, a razão de Outras Rendas se reduz de 2,53 para 2,03; mais que o dobro. Além disso, já há uma inversão de posições. Até 2005, a Renda do Trabalho era distribuída mais equitativamente do ponto de vista racial que as Outras Rendas. A partir de 2006, no entanto, as Outras Rendas tornam-se mais igualitárias que a Renda do Trabalho. [162]

[160] SOARES, *op. cit*., p.126.
[161] *Idem*, p.127-128.
[162] *Ibid*., p.131.

É importante notar que a maior parte da redução na razão de rendas ocorre devido a políticas sem cunho racial específico, mas que acabam por beneficiar muitos negros e negras, visto que estes estão em sua grande maioria entre os mais pobres, beneficiários do *Bolsa Família*, das aposentadorias rurais indexadas pelo salário mínimo – que ganharam por conta disso um aumento considerável nos últimos anos –, além de serem os negros a maioria dos que recebem um salário mínimo no Regime Geral da Previdência Social, segundo dados do *IPEA*. [163]

O que se pode perceber, então, é que os negros foram os maiores beneficiados por todas as formas de transferência de renda que parecem ter conseguido mudar um pouco o panorama da desigualdade no Brasil. Tal constatação mostra que as ações governamentais, embora sejam apenas uma contrapartida da inexistência de mecanismos sociais que possam contribuir para a eliminação definitiva do racismo, poderiam se colocar como possíveis facilitadoras da escolha de um voto, ainda que o mesmo não tenha se dado em 2010, como defende-se aqui em tese.

Ainda focando o quesito renda, uma atualização dos números confirma que a desigualdade de renda entre as famílias brasileiras caiu entre os anos de 2001 e 2009, o que pode ser visto na pesquisa divulgada em setembro de 2010 pelo *IBGE*[164]. Tal pesquisa mostra que, em 2001, as famílias mais ricas do país contabilizavam uma renda, em média, 24,3 vezes maior do que as famílias mais pobres. Oito anos depois, essa proporção caiu para 17,8. Investigando a formação da renda entre os mais pobres, aquele instituto verificou um aumento expressivo da participação dos programas sociais governamentais, como foi já aqui apontado.

Continuando a pensar em renda, sabe-se que o rendimento de uma família pode ter basicamente três origens: trabalho, pensões e "outras fontes", o que inclui ganhos obtidos por aluguéis, com juros e dividendos, além de programas de transferência de renda. A pesquisa do *IBGE* mostrou que a parcela de "outras fontes" – já aqui conhecidas pelos dados oferecidos por Sergei Soares – que formam o rendimento das famílias mais pobres aumentou de 4,4% do total, em 1999, para 28%, até o ano de 2009. Na média nacional, a maior parte (76,2%) do rendimento familiar advinha do trabalho; outros 18,8%, de rendimentos de aposentadoria e pensão, e apenas 5% do total por "outras fontes". A sondagem do *IBGE* mostrou a persistência de várias formas de desigualdade no país. Com o foco na renda familiar, é importante saber que para os

[163] *Apud* SOARES, *op. cit.*, p.132.
[164] Pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - *IBGE*, em setembro de 2010.

pretos e para os pardos, os rendimentos são pelo menos 20% inferiores aos rendimentos dos brancos. [165]

Analisando a desigualdade racial de renda no país, Rafael Guerreiro Osório[166] defende que a persistência da desigualdade racial de renda no Brasil se deve à interação entre classe/origem social e raça/discriminação racial nos processos de mobilidade, já que para que os negros consigam superar a desvantagem em que foram postos desde o processo de escravidão é preciso que a cada geração eles percorram uma distância muito maior do que a dos brancos, uma vez que, se não conseguirem percorrer tal distância, a desigualdade existente no momento da abolição da escravatura persistirá.

O presente capítulo se ocupou da análise histórica do voto negro e das possíveis plataformas eleitorais de pessoas de cor. Buscando articular os poucos textos acerca da interface voto/raça no Brasil, a análise focou a base para o estudo de tal interface, visitando as questões que se colocavam já nos anos 1960. A primeira delas buscava descobrir se negros e brancos realmente têm comportamentos políticos diferentes. A segunda, se há um comportamento político coletivo, de solidariedade racial, da parte dos negros e negras, e a terceira, como opera o sistema político para desmobilizar o potencial de tal comportamento político coletivo.

Seguindo pesquisa de Amaury de Souza, foi possível perceber que o comportamento eleitoral diferenciado de negros e mulatos no Brasil não é algo novo, uma vez que teria nascido com a emergência do populismo, durante os primeiros anos de democracia liberal, entre 1945 e 1964, quando as categorias *negro* e *povo* eram quase que intercambiáveis, o que teria feito Getúlio Vargas lançar mão de forma populista de tal contingente, ao mesmo tempo em que a oposição ao seu governo ressaltava a correlação negro-povo, atribuindo toda sorte de estereótipos imputados ao negro e ao mulato.

Por causa disso, então, Amaury de Souza entendeu que a passagem de uma situação de "negro da casa" para uma de "pobre" se fez sem solução de continuidade, já que o pobre é classificado como categoria social não em virtude do que ele faz, mas em virtude do que se faz para ele. Por essas razões, o chamar-se a Vargas Pai dos Pobres tinha, para o negro, um significado muito especial e é somente nesta conexão que se

[165] *Apud* Folha de S. Paulo. In; http://www1.folha.uol.com.br/mercado/800327-desigualdade-de-renda-no-pais-caiu-entre-2001-e-2009-aponta-ibge.shtml. Acesso em 17/09/10.
[166] OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Brasília: UnB, 2009.

pode entender como uma minoria racial responde ativamente a apelos aos "pobres" no momento em que ela experimenta a maior taxa de mobilidade social, uma vez que tal contingente teria sido contemplado à custa de seu rebaixamento a recipiente de benefícios e favores, sujeito ao poder e à benevolência do branco.

Na tentativa de fugir a tal rebaixamento, o Movimento Negro buscava ocupar espaços de poder, o que tentou fazer nas eleições paulistas de 1982, estudadas pela antropóloga Ana Lúcia Valente. Segundo a mesma, os negros se mostravam como um contingente bastante interessante de votantes, o que fez com que, numa busca pelos votos de um segmento que parecia bastante relevante em números e bem unificado, todos os partidos, independentemente de tendências ideológicas, procuraram atraí-los para os seus quadros. Ao que tudo indica, eles estavam interessados nos eventuais votos que poderiam ser conseguidos no meio negro.

Como foi mostrado, a tentativa do Movimento Negro fracassou e as razões foram muitas, sendo uma delas o fato de que o partido que mais encampava os pleitos de tal segmento étnico, o PT, não conseguia à época construir um discurso que tivesse alguma identificação com alguns referenciais já conhecidos, tentando mudar tudo radicalmente. Nesta direção, vimos que o "tudo novo" se mostrou negativo, já que um dos analistas políticos da época, Paulo Sérgio Pinheiro, analisou a derrota do PT, mostrando que esta estava ligada ao fato de este partido querer inovar tudo, "de cabo a rabo", o que não é bem vindo entre a população, nem mesmo entre os mais podres, já que o eleitorado sempre busca um elo entre a inovação e o que já existe, algo que a proposta "totalmente inovadora" do PT não oferecia, tirando qualquer familiaridade do eleitor com algo que ele já conhecia.

Racializando ou não o discurso, a eleição de um candidato teria de levar em conta outras variáveis e o peso do discurso apenas racial não era tão grande assim, já que o PT de repente se transformara no desaguadouro de todas as bandeiras particularistas e discriminatórias, pretensamente revolucionárias, soterrando reivindicações comuns, o que se viu no discurso de que trabalhador só vota em trabalhador, mulher só vota em mulher, homossexual só vota em homossexual etc.

A curiosa eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro também chamou a atenção, uma vez que colocou em pauta o "socialismo moreno" de uma plataforma assumidamente racializada. Tal eleição foi, segundo Silva e Soares, inesperada, pois Brizola vinha de outro estado, o Rio Grande do Sul, e, desconhecido do público fluminense, em apenas um mês saltou 25% nas intenções de voto, o que lhe

catapultou à liderança nas pesquisas, chegando ele aos antes impensados 40% das intenções dos eleitores do estado fluminense.

Vimos que foram três as explicações para a eleição de Brizola, o que nos remeteu às teorias sobre o comportamento eleitoral, já antes aqui analisadas: a primeira explicação – e a que ganhou mais adesão – foi a do carisma do candidato, o que remete à irracionalidade de um eleitor emocional, que vota, não atentando para uma escolha racional, como quer Antony Downs, mas corroborando a ideia de uma capacidade superior de um indivíduo sobre as respostas emocionais não-racionais de um grande grupo de eleitores, como defendem em tese os antropólogos Goldman e Sant´Ana, já aqui citados, quando abordam o que pode até ser chamado de um processo irracional da parte dos eleitores.

Também foi possível acessar as contribuições de Reginaldo Prandi acerca das eleições de 1994, onde a polarização PSDB/PT, tão cara à presente pesquisa, se iniciou, trazendo informações como a relação inversa entre Lula e Fernando Henrique quanto à questão da cor e do voto, já que o autor percebeu, via pesquisa Datafolha, que quanto mais escura a pessoa, mais o voto tendeu para Lula, enquanto que quanto mais clara a pessoa, mais o voto tendeu para Fernando Henrique.

Seguindo Prandi, vimos que o voto em FHC cai ao se passar do voto do branco para o do pardo e deste para o do preto, enquanto que o voto em Lula segue tendência exatamente inversa, o que gera, segundo aquele autor, um gradiente que dispõe os eleitores nas sequências: amarelos, brancos, pardos e pretos; ou pretos, pardos, brancos e amarelos. Embora a ideologia possa ser a explicação para tal fenômeno, Prandi defendeu que dificilmente os negros votam com a consciência de que escolheram a esquerda. Para este autor, o voto negro é em Lula porque este representa o pobre, o nordestino, o trabalhador sem estudo. Lula seria o *outsider*, em tudo diferente de Fernando Henrique.

Deste modo, as populações negras, denegadas em sua cidadania desde o processo de colonização escravista no Brasil, teriam tido, pelo voto em Lula, a possibilidade de expressar uma dimensão de sua identidade, na qual a discordância e o protesto aparecem como elementos fundamentais, já que se trata de um grupo desde sempre socialmente marginalizado, vivendo em condições de preconceito e discriminação racial, como defende Jacques D´Adesky.

Ao final do capítulo, pudemos analisar os dados que referendam um racismo estrutural no Brasil, já que as informações do *IPEA* nos levaram à conclusão da

pesquisadora Luciana Jaccoud de que Políticas sociais sólidas e universais são imprescindíveis para o combate às desigualdades raciais em um país com o histórico de racialização da pobreza, como é o caso do Brasil.

Também foi possível acessar a constatação feita por Sergei Soares sobre o fato de ter havido uma redução considerável nas discrepâncias entre brancos e negros no Brasil, mas não por conta da diminuição da discriminação racial, e sim por programas de distribuição de renda, como é o caso do *Benefício de Prestação Continuada* e do *Bolsa Família*, que acabaram reduzindo a desigualdade geral na nação, visto que atingem mais diretamente a cauda inferior da distribuição de renda no Brasil, justamente onde estão sobre-representados os negros e negras do país. A questão que se coloca, pois, é se a vivência de tais desigualdades é percebida e quais as razões para que a mesma não tenha qualquer influência no voto, o que se pode ver na análise acerca do voto étnico nas eleições de 2010, tema do próximo capítulo, bem como nos estudos de casos que concluem a presente pesquisa, e que estão contemplados no capítulo quinto.

## 4 DAS POSSÍVEIS DIFERENÇAS RACIAIS E AS ELEIÇÕES 2010

Antes de se falar sobre a possível diferença de votos entre negros e brancos, é imperativo mostrar que – para além dos números sobre a desigualdade racial – há uma grande controvérsia acerca da polarização entre diferenças raciais ou de cor, visto que vários institutos de pesquisas, a começar pelo IBGE, trabalham com a junção das categorias *pretos* e *pardos* na construção do que se denomina como *negros*, o que não é aceito por todos no mundo acadêmico. Por conta disso, a polarização brancos/não-brancos parece se mostrar mais próxima do que seria o consenso para as diferentes linhas de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. Para além de tal questão, também, é importante lembrar que as categorias *amarelo* e *indígena* quase sempre se apresentam como numericamente pouco relevantes, o que ajuda a lançar luz maior sobre as três categorias com mais integrantes.

É importante que isso seja dito, pois, com maior atenção nas categorias *branco*, *pardo* e *preto*, a base da controvérsia será a mudança de foco para questões de ordem econômica, e não mais racial, visto que alguns autores da Antropologia entram forte no debate, defendendo que o foco para se pensar qualquer tema da desigualdade social brasileira deve ser sempre a condição ou classe social, e nunca a raça à qual uma pessoa pertence[167]. E isso serviria e muito para se pensar em questões como as ações afirmativas, as cotas raciais e até numa possível diferenciação de voto entre negros e brancos, tema maior da presente pesquisa.

Falando-se, então, nesses temas, e em Antropologia, no ano de 2006, os antropólogos Yvonne Maggie e Peter Fry, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lideraram um grupo de 114 intelectuais, artistas, políticos e sindicalistas, elaborando e assinando uma que foi chamada de "Carta Pública ao Congresso Nacional", que se posiciona contra o sistema de cotas para negros (pretos e pardos, os chamados afrodescendentes) ingressarem nas universidades públicas brasileiras.

Em 30 de maio de 2006, a antropóloga Yvonne Maggie deslocou-se do Rio de Janeiro para a capital da República, Brasília, e entregou tal manifesto ao Presidente da Câmara dos Deputados[168]. Tal manifesto foi replicado, numa contestação por meio de

[167] O debate é acalorado, pois a condição social de brancos pobres entra em questão, bem como as possíveis diferenças, sobretudo econômicas, mas também de outras naturezas, entre pretos e pardos.
[168] Cf. http://www.observa.ifcs.ufrj.br/carta/index.htm

outro, favorável às ações afirmativas para negros, assinado por 330 outros intelectuais e militantes antirracismo, dentre os quais Abdias Nascimento e Sueli Carneiro. [169]

O manifesto pró-cotas, cujo título é "Manifesto em favor da lei de cotas e do estatuto da igualdade racial", também foi entregue ao parlamento brasileiro, em 3 de julho de 2006, tornando muito claro um "confronto político" em torno das políticas de cotas. Mas esse confronto social pela aprovação (ou rejeição) de políticas de ações afirmativas para negros, ou para a inclusão (ou manutenção da situação que vigorava) no ensino público superior, não é algo recente. Segundo Sales Augusto dos Santos[170], tal confronto explícito não surgiu de uma hora para outra na sociedade brasileira, pois antes mesmo de Luiz Inácio Lula da Silva, tomar posse como Presidente da República, em 2002, já havia resistência à proposta de cotas para negros do governo que iria começar em janeiro de 2003. Em editorial do dia 11 de novembro de 2002, o jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que

> o racismo é, sem dúvida, uma das graves mazelas que atingem o mundo. E o "racismo cordial" brasileiro não é uma exceção. Ao contrário até, ele conspira para esconder o problema e, dessa forma, eternizá-lo. É mais do que louvável, portanto, o desejo do PT de instituir mecanismos efetivos de combate ao racismo. Mas a proposta de criar cotas para estudantes negros nas universidades públicas, em que pese sua justeza, apresenta tantas dificuldades conceituais e práticas que o bom senso recomendaria reconsiderá-la. (...) *esta Folha é contrária à política de cotas*. Para além dos problemas operacionais que cria, ela tem como pressuposto a noção equivocada de que se combate uma injustiça criando outra. [171]

Também nessa direção, os antropólogos e professores titulares do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Peter Fry e Yvonne Maggie, justificam sua posição contrária às cotas por conta daquilo que entendem como duas importantes razões: a) há uma mestiçagem considerável na sociedade brasileira; e b) o Brasil é um país a-racista. Segundo esses dois antropólogos, essas características da sociedade brasileira são fundamentais para a concretização do ideal de democracia racial no futuro, apesar de eles também acreditarem não ser o Brasil uma democracia racial concreta no presente.

---

[169] Cf. http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml

[170] SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Brasília: UNB, 2007. Tese de doutorado.

[171] *Folha de S. Paulo*, 11 de novembro de 2002, *apud* SALES, 2007.

Os pesquisadores Ricardo Ventura Santos e Marcos Chor Maio[172] também afirmam a miscigenação racial e cultural do Brasil. Segundo eles, "*mesmo estando cada vez mais evidente que o Brasil não é uma democracia racial, como demonstram as estatísticas socioeconômicas, permanece a visão do país como racial e culturalmente híbrido*". Valorizada pela sociedade brasileira, esta percepção sustenta que as diferenças precisas são pouco discerníveis, o que leva, segundo estes autores, à neutralização de identidades raciais bem delimitadas. [173]

Segundo Peter Fry, essa mistura ou mestiçagem é tanto cultural como biológica[174]. Yvonne Maggie[175], na mesma linha, afirma que "*temos uma ideia de nação misturada*", nação da "*fábula das três raças*", sendo a estrutura da nossa sociedade "*baseada em um sistema de valores que não aposta na oposição, mas na complementaridade; no que une, e não no que separa*". [176]

Para Peter Fry[177], Yvonne Maggie[178], ou ainda na obra conjunta de Fry e Maggie[179], a introdução da política de ação afirmativa de cotas para negros nos vestibulares das universidades brasileiras faz necessariamente pressupor um país dividido entre negros e brancos, uma classificação racial bipolar, que não se tem no Brasil. Mais ainda, para eles essa política provocará uma racialização da sociedade brasileira, visto que, segundo esses antropólogos, a política de ação afirmativa

> exige, por definição, a classificação sistemática dos cidadãos em "negros" e "brancos"[180] ou, ainda, "as ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, "negros" e "brancos". [181]

[172] SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"?: raça, biologia, identidades e política na era da genômica. *Revista Mana*, Rio de Janeiro: v. 10, n.1, p. 61-95, abr. 2004.
[173] *Idem*, p.87.
[174] FRY, *op.cit*., 2005:163.
[175] MAGGIE, Yvonne. Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: v. 20, n. 58, p. 5-26, jun. 2005a.
[176] *Idem*, p.6.
[177] 2004, 2005, 2005a e 2005-2006.
[178] 2004, 2005, 2005a e 2006.
[179] FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? *Econômica*: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Dossiê: Ação afirmativa, Niterói, v.6, n 1, p. 153-161, jun. 2004.
[180] FRY, *op.cit*., 2005:34.
[181] MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. O Debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Enfoque*: Revista Eletrônica, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 93-117, 2002. 2002:94-95.

Embora pareça bastante lógica a posição de tais antropólogos, é importante dizer que, em relação à provável bipolarização racial da sociedade brasileira e, consequentemente, um estado de conflitos, um argumento contrário a tal ideia surge de Sales Santos, quando este diz que tais teses de Fry e Maggie são

> afirmações feitas no vazio, sem fidelidade aos fatos, pois esses autores não apresentam fontes ou documentos das mais importantes ou representativas organizações dos Movimentos Sociais Negros em que se afirme que é necessário dividir a sociedade brasileira entre negros e brancos para que seja viável a implementação de ações afirmativas para os negros. [182]

Tal afirmativa defende que os movimentos de negros e negras não tentam provar ou impor um modo bipolar militante de classificação racial, até mesmo porque esses movimentos não negam a existência das categorias indígena e amarela, utilizadas pelo IBGE. Isso porque, mesmo que oficialmente se juntem pretos e pardos, formando a categoria *negros*, a classificação racial brasileira não se restringiria a duas categorias, negros e brancos, como têm afirmado Fry e Maggie. Exceto ignorando estatisticamente os amarelos e indígenas, postura que não é cara à Antropologia, sempre afeita a uma metodologia de nível *micro*.

Vê-se, pois, que na classificação racial do IBGE há cinco categorias de cor/raça (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) e, mesmo com a junção das categorias preto e pardo para formar a categoria *negros*, ainda assim ficariam quatro categorias: branco, negros, amarelo e indígena. Portanto, o país continuaria a ter uma classificação multirracial e não bipolar, como mostram os dois antropólogos supracitados. É bom lembrar também que muitas universidades que aprovaram o sistema de cotas para negros, o aprovaram também para os indígenas, como é o caso da UERJ e da UnB. [183]

Sendo assim, caso fosse procedente dizer que "*as ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto de grupos estanques e não de variadas misturas: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa*", como querem Fry e Maggie, teria-se no Brasil, no mínimo, três categorias raciais: os negros, os indígenas e os brancos (junção dos caucasianos), e não apenas duas categorias, visto que em

[182] SANTOS, 2007, *op.cit*., p.288.
[183] A situação na UnB foi pesquisada por SANTOS, 2007. *Op. cit*., p.289.

algumas universidades públicas brasileiras também há outros tipos de cotas étnico-raciais, como já mostrado.

O que seria, então, a "racialização da sociedade"? Para Peter Fry, a racialização é o reconhecimento da raça na distribuição de justiça e dos bens do Estado ou o reconhecimento da raça como categoria de significação na distribuição de juízos morais ou de bens e privilégios[184]. Na mesma linha de pensar, Yvonne Maggie defende que a racialização é uma política baseada na raça que entroniza marcadores raciais como critérios de distribuição de direitos e estratégias de vida. [185]

O que se pode observar é que, para esses antropólogos, racializar é fazer uso da raça associada diretamente ao Estado ou à distribuição de bens e serviços públicos, o que implica a mediação do Estado. Assim, quando o Estado faz uso da categoria "raça" para distribuir direitos, bens e serviços, ele está racializando e, por conseguinte, praticando o racismo, visto que "*qualquer apelo à racialização seria também uma forma de racismo*" [186]. O que se percebe é que para esses autores a racialização ocorre quando a mão do Estado orienta formalmente suas políticas públicas, utilizando o critério racial para definir quem será beneficiário de tais políticas.

Portanto, se não existir a tal mão do Estado (por intermédio de suas leis), mesmo que haja racismo na sociedade, não há o processo de racialização. O que se pode ver então é que, com tanta controvérsia acerca da questão da racialização, os diferentes modos de pensar continuaram a cogitar uma possibilidade de fortalecer seu argumento.

Nesta direção, especialistas na área da saúde trabalharam em algo que foi lido como uma possível prova biológico-científica das diferenças, em relação à propensão para doenças, entre os grupos étnico-raciais. A psicóloga e doutora em saúde pública Simone Monteiro[187] mostrou que estudos apontam para um maior risco da população negra, em relação à branca, para os agravos crônicos de doenças como a hipertensão arterial, a *diabetes mellitus* e a doença renal terminal. Foram constatações como essas que deram margem para a fundamentação da hipótese da influência do fator genético na determinação de doenças relacionadas a grupos étnico-raciais[188], o que contradiz fortemente a argumentação antropológica de Fry e Maggie.

---

[184] FRY, *op. cit.*, 2005.
[185] MAGGIE, *op. cit.*, 2006.
[186] GRIN, Monica. *Op. cit.*, 2004:337.
[187] MONTEIRO, Simone. Desigualdades em saúde, raça e etnicidade. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.45-56.
[188] MONTEIRO, *op. cit.*, p.46.

Embora exista a refutação a tal tese, visto que vários autores, incluindo Fry, apontam para possíveis falhas de modelos estatísticos utilizados para a apreensão do fenômeno, Monteiro mostra que a anemia falciforme tem maior prevalência nos genes de negros do que nos de brancos e isso a faz entrar em confronto direto com a tese de Peter Fry[189], que defende que a associação entre 'raça negra' e anemia falciforme tem por base uma interpretação biológica da raça, contraposta à formulação da raça construída socialmente. Simone Monteiro, no entanto, vai apontar para uma possibilidade de se responder à questão, utilizando-se das ideias de D.R. Williams, na obra *Race and health*, de 1997, onde o autor sugere

> que as pesquisas explorem como as demandas ambientais combinadas com a suscetibilidade genética e as particularidades comportamentais e psicológicas, aumentam o risco de doenças em grupos expostos a adversidades psicossociais (...) um modelo que visa contemplar tais aspectos, incluindo a análise combinada de: *fatores macro sociais* (ex: condição histórica e econômica, ordem política, códigos legais); *racismo* (ex: a discriminação individual e coletiva); *status social* (ex: etnicidade/raça, gênero); *fatores de risco* (ex: estresse/preconceito racial; hábitos saudáveis); *processos e mecanismos fisiológicos*; e *indicadores de estado de saúde* associados aos aspectos físicos ou mentais. [190]

A autora mostra que estudos sobre as influências apontadas acima já estão em andamento no país, mas aponta, ao mesmo tempo, para o fato de que pesquisas neste sentido deixam de avançar, visto que não há a intenção de se reconhecer a existência do racismo no país, sendo justamente esse reconhecimento o que poderá ajudar no avanço de tais pesquisas, que acabam por ficar bastante limitadas. [191]

É claro que questões econômicas sempre foram entendidas como fomentadoras das diferenças, todavia, Monteiro mostra, seguindo outros pesquisadores e números de importantes agências de pesquisa, como as teses de D.R. Williams, que os segmentos étnicos minoritários, como os negros e negras aqui estudados, têm mais dificuldade de ascensão social quando comparados aos brancos. Todas as dificuldades em relação à saúde, educação, saneamento básico, emprego e habitação são somadas aos efeitos do preconceito racial gerado no cotidiano, fomentando estresse psicológico e baixa

[189] FRY, Peter. As aparências enganam: reflexões sobre "raça" e saúde no Brasil. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.121-136.
[190] *Apud* MONTEIRO, *op. cit.*, p.48.
[191] *Idem*, p.49.

autoestima, e corroborando um "*quadro de falta de equidade social, inclusive em saúde*". [192]

Ao contrário do que entende Peter Fry, Simone Monteiro defende que a categoria 'raça' deve sim ser utilizada nas pesquisas de saúde; principalmente na análise no racismo. No entanto, a autora entende que é preciso cuidado para que não se legitime o conceito biológico de 'raça', para "*produzir inferências incorretas sobre as causas das disparidades 'raciais' na saúde e reforçando o preconceito racial*" [193]. Monteiro, tal como os adeptos do *Racismo Estrutural*, também entende que, do ponto de vista biológico, as 'raças' realmente não existem, mas defende que "*as relações entre etnia/raça e saúde devem ser entendidas a partir de fatores econômicos, históricos e socioculturais, incluindo os efeitos do preconceito étnico-racial na definição dos agravos à saúde*". [194]

Embora admita que os negros e índios sofram com a discriminação étnico-racial, Simone Monteiro afirma que ainda não há um consenso sobre quais os melhores meios para se enfrentar o problema. Para o antropólogo Peter Fry, o enfrentamento deverá se dar com a admissão peremptória de que o Brasil não pode se tornar uma nação *birracial*. Fry defende que a *continuidade de cores* no Brasil deve ser percebida, pois só o fato de as universidades públicas, ao tratarem do *sistema de cotas*, por exemplo, afirmarem o critério da autodeclaração da cor da pele "sob pena de lei" estaria mostrando critérios *objetivos* para tal classificação. Em uma provocação direta, Fry questiona se os "velhos antropólogos" serão chamados para uma verificação e medição de cores de pele e formas de rosto. [195]

Em sua defesa, Peter Fry insiste que estão querendo transformar o Brasil numa nação *birracial* – povo negro *versus* povo branco – mas, na tentativa de refutar isso, acaba por refutar também uma cultura tipicamente negra, visto que, em seu pensar, tanto o candomblé como o samba não se relacionam a negros, mas são parte de uma cultura geral, já que "*frequenta, canta e dança quem quiser*". Defendendo tal argumento, Fry

[192] MONTEIRO, *op. cit*., p.48.
[193] *Idem*, p.51.
[194] *Ibid*., p.53.
[195] FRY, *op. cit*., 2006:123. Ao fazer tal provocação, Peter Fry está aludindo ao método da *Antropometria*. Por tal metodologia de trabalho, os antigos antropólogos mediam os crânios e outras partes do corpo das pessoas, apresentando ulteriormente a tese de que as medidas maiores indicavam as características de um criminoso. Vários autores importantes, como Nina Rodrigues, aderiram a essa tese racista, por meio da qual as medidas faziam dos negros e negras "criminosos em potencial".

mostra que não havendo uma cultura negra especificamente deles[196], não há porque existir qualquer política voltada a este segmento da população, pois "*a pobreza não é monopólio de nenhuma 'raça'*". [197]

Assim, Fry nega qualquer especificidade de negros e negras, tanto em termos culturais quando em termos 'raciais'. Portanto, ao negar a adoção de 'cotas raciais', bate fortemente nos autores que negam o *republicanismo francês* como a melhor forma de se vivenciar um estado de igualdade. Nesse caminhar, Peter Fry recusa fortemente posições como a do economista Ricardo Henriques que defende que o modelo francês não dá conta da desigualdade no país, pois "*é preciso tratar desigualmente os desiguais*", rompendo então com tal matriz republicana, visto que trabalhar como se houvesse o imperativo da igualdade no Brasil – e na França também, pois apesar do modelo político que visa o igualitarismo, o racismo também existe por lá – é uma estratégia bastante cínica. [198]

Ao comentar a citação de Ricardo Henriques, porém, Peter Fry acaba focando o fato de ele assumir a "desigualdade para os desiguais" e o mostra como corajoso e como alguém que "*se distingue de muitos que participam dessa discussão e que protagonizam apenas um ralo debate sobre diferenças estatísticas entre categorias também estatísticas, e o uso escancaradamente ideológico de conceitos como 'cultura negra', 'população afrodescendente', 'doenças etno-raciais' etc.*". [199]

Nessa direção, Fry argumenta que "tratar desigualmente os desiguais" só faz refutar o universalismo, com a busca de políticas sociais para todos em todas as partes, e o *a-racismo* da Constituição de 1988, em favor de um particularismo que, em princípio, não tem fim[200]. Pensando nessa temática do universalismo, mas contrária à postura de Fry, a historiadora Monica Grin[201], doutora em Ciência Política, ao tratar a questão das diferenças entre as etnias e a atitude governamental, diz que a postura do governo brasileiro em relação ao tema ainda é tímida e

[196] Vemos também a necessidade de problematizar tal séria afirmativa, pois esta nega uma cultura negra baseada apenas num "quem quiser frequenta", o que nos pareceu bem frágil.
[197] FRY, *op. cit.*, 2006:127.
[198] *Apud* FRY, 2006:133.
[199] *Idem*, p.134.
[200] *Idem*, p.134.
[201] GRIN, Monica. Políticas públicas e desigualdade racial: do dilema à ação. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.331-344.

> resguarda-se de decisões de caráter mais efetivo quando se trata de combater o que o movimento social vem identificando como desigualdade 'racial'. As críticas que se dirigem ao governo fundamentam-se, em geral, nas assertivas de que ele ainda se vale de princípios universalistas[202] ou mesmo do 'mito da democracia racial', e que tais crenças não permitiriam uma atuação política mais vigorosa de combate a todas as formas de racismo e de desigualdades no Brasil. [203]

Ao apresentar a já citada *ordem republicana francesa*, Monica Grin, embora não se posicione claramente, parece reconhecer a falácia brasileira em relação à "democracia", pois mostra que o que existe por terras *tupiniquins*, e que dá uma ideia de que não há racismo, é um "*pacto tácito respeitado por governos sucessivos*", segundo o qual "*a sociedade brasileira possui a marca da tolerância, da convivência racial sem conflitos, da miscigenação e da democracia racial*" [204]. Levando em consideração, com boa base crítica, o tal "pacto tácito", não há como deixar de atentar para aquilo que defendem pensadores como Yvonne Maggie e Peter Fry, pois a verdadeira igualdade, seguindo o pensar de Ricardo Henriques e Monica Grin, parece não existir por essas terras.

Grin ainda aponta – contradizendo Peter Fry, que acredita que os prejuízos virão apenas agora com uma visão diferencialista entre as etnias – para o fato de que tanto o governo, como vários intelectuais e grande parte da sociedade civil, reconhecem que "*existe discriminação racial no Brasil e que tal fenômeno vem promovendo óbvios prejuízos, sobretudo quanto às oportunidades econômicas e sociais à população negra*". [205]

Monica Grin afirma que as mais recentes análises sociológicas têm revelado um persistente padrão de discriminação racial difuso e velado, que opera em todos os níveis da sociedade brasileira, mais especificamente nas oportunidades do mercado educacional, o que explicaria melhor o estágio atual da desigualdade racial, cujas maiores vítimas seriam os negros. [206]

O pensamento contra o que defende Peter Fry entende que só reconhecendo ser a sociedade brasileira racialmente segmentada, como corrobora Grin, será possível ao governo adotar algumas políticas de reparação. E isso já está acontecendo, sobretudo

[202] A mesma postura universalista e "racialmente democrática", contra a qual vários movimentos antirracismos se colocam, é a defendida por autores como Peter Fry, que foi apresentada logo acima, no presente trabalho.
[203] GRIN, *op. cit.*, p.331.
[204] *Idem*, p.332.
[205] *Ibid*., p.333.
[206] GRIN, *op. cit.*, p.336.

com o sistema de "cotas raciais" nas universidades, contra o qual Fry se coloca radicalmente, assim como Yvonne Maggie. Porém, contra um grupo considerável de intelectuais, o governo brasileiro parece ter já assumido que a tal *democracia racial* e *convivência pacífica* entre as etnias é mesmo uma falácia. O que Grin vai defender é que as formas e estratégias de reparação é que devem ser discutidas, a fim de se "*aplacar desigualdades sociais que resultam da discriminação racial*". [207]

Para referendar tal debate, autores como Grin se ancoram em dados como os da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (*PNAD*), de 1999 – uma década antes daquilo que alguns chamam de "radicalização das ações afirmativas do Governo Lula" – onde os negros (pretos mais pardos[208]) representavam 45% da população brasileira, mas correspondiam a 64% da população pobre e a 69% da população indigente. Já os brancos, representavam 54% da população total, mas apenas 36% dos pobres e 31% dos indigentes. A escolaridade também foi analisada e era de 6,1 anos de estudos para um jovem negro de 25 anos e de 8,4 anos de estudo para jovens brancos da mesma idade. O analfabetismo era a realidade de 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos, sendo de apenas 3% entre os jovens brancos da mesma idade. Na faixa etária entre 7 e 13 anos, 5% dos negros não frequentavam a escola, sendo de apenas 2% a porcentagem de crianças brancas fora da escola na mesma faixa etária. [209]

Também com atenção a esses importantes dados, em *A persistências da raça*[210], Peter Fry, criticando radicalmente a junção de pretos e pardos e defendendo que o gradiente vasto de cores impede que se fale em um racismo forte no Brasil, usa alguns depoimentos de leitores do jornal *O Globo* para afirmar, apresentando também números e análises do *IPEA*, que não é problema o fato de que para todos os brancos brasileiros alcançarem 8 anos de escolaridade seja preciso mais 13 anos, sendo necessários mais 32 anos para que o mesmo aconteça aos pretos. Para ele isso "*já foi resolvido, pois, com o Governo Lula, muito mais pobres e pretos estão terminando o ensino básico, o fundamental e o médio*". [211]

Para pensadores como Ricardo Henriques e Monica Grin, o que se vê é que, embora a genética refute a ideia de raça no quesito biológico, não se pode negar a

[207] *Idem*, p.337.
[208] Como já foi mostrado, autores como Peter Fry e Yvonne Maggie problematizam e discordam da junção de *pretos* e *pardos* na categoria "negros".
[209] Os dados da PNAD apresentados aqui estão contidos no sítio eletrônico daquela instituição, mas foram também utilizados por Monica Grin, e os mesmos números, mas com outro texto, aproveitados aqui para a confecção deste trabalho.
[210] *Op. cit.*, 2005.
[211] *Op. cit.*, p.312.

existência da discriminação pela cor da pele (racismo) na *estrutura* da sociedade brasileira. Segundo esses autores, ao contrário do que pensam Fry, Maggie e outros adeptos do *Continuum de Cor*, o que existe não é uma intenção de tornar o Brasil uma nação *birracial* e desigual, recusando o universalismo da *Constituição Federal*, mas se quer apontar para discrepâncias gritantes na estrutura social brasileira, bem como mostrar que o *universalismo* e a *igualdade* nunca se evidenciaram como realidade em terras *tupiniquins*, chegando Monica Grin a afirmar que "*uma gama de obstáculos como baixa qualidade de vida, dificuldades de acesso à educação e saúde e desemprego atinge muito diretamente, e em maior grau, a população negra deste país*". [212]

O desafio, pois, é tentar captar se tais diferenças e se tais debates acalorados conseguem atingir os que mais deveriam por ele se interessar, a saber, os negros e negras da nação, e se isso, sendo percebido, se transmuta em uma intenção de voto que contemple o partido que mais atenção estiver disposto a dar a um determinado segmento de cor. Assim, a sequência desta pesquisa intenta construir um modelo explicativo para a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010, o que poderá – aliado a pesquisas qualitativas em estudos de caso e percurso histórico de eleitores-tipo – mostrar se e em que medida a percepção do racismo fomenta uma preferência eleitoral.

## 4.1 Indicadores para se compreender a intenção de voto em Dilma

A escolha metodológica para se mensurar as variáveis que buscam explicar a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010 é pelo chamado modelo multivariado. Isso porque, segundo Adalberto Cardoso, "*um modelo multivariado apresenta muitas vantagens, porque permite mensurar o impacto independente de uma variável, num ambiente complexo em que múltiplos determinantes atuam ao mesmo tempo*". [213]

O modelo multivariado para a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010, como se pode ver abaixo, apresenta os efeitos líquidos de cada indicador na intenção de voto na candidata petista, isto é, tem-se através do modelo o quanto a intenção de voto em Dilma aumenta ou diminui em comparação com a categoria escolhida como

[212] GRIN, *op. cit.*, p.342.
[213] CARDOSO, Adalberto Moreira. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, n. 68, p. 302, Maio/Ago. 2013.

referência para cada uma das variáveis, sendo mantidos constantes os efeitos de todos os outros indicadores.

O modelo proposto contempla indicadores de ordem mais estrutural, como o *tamanho do município* e a *região*, por exemplo, mas também leva em consideração indicadores de ordem mais subjetiva, de âmbito individual, tais como a *satisfação com a vida atual*, o *interesse por eleições* e a *preferência pelo PT*.

Fica aqui apresentada a sequência das variáveis, que no modelo respeita os indicadores *sexo*, *idade*, *escolaridade*, *cor*, *religião católica*, *intensidade religiosa*, *região*, *participação em programas sociais*, *satisfação com a vida atual*, *grau de interesse nas eleições*, *nota para o governo Lula*, *tamanho do município*, *preferência pelo PT* e *renda*, bem como em seguida aparecem as motivações para a contemplação de cada um desses indicadores no modelo construído.

Sexo. O modelo toma as mulheres como referência, isto é, mede o efeito de ser homem na probabilidade de se ter a intenção de votar em Dilma Rousseff, por comparação com ser mulher. Espera-se analisar uma possível identificação por gênero, no intuito de se perceber se o fato de ser a primeira mulher a concorrer ao cargo máximo da nação tem alguma influência na intenção de voto do grande contingente feminino da nação, dada a possibilidade de identificação por gênero.

Idade. Vimos que, em relação à eleição presidencial de 1994, analisada aqui por intermédio de obra de Reginaldo Prandi, a probabilidade de se ter intenção de voto no PT – ainda que para aquele momento fosse a intenção de se votar em Lula – varia com a idade, e pretende-se medir a direção do efeito independente desse indicador, já que Prandi percebeu em 1994 que a intenção de voto no PT aumentava conforme a idade do eleitor diminuía, trazendo os eleitores mais jovens como o grupo mais favorável ao Partido dos Trabalhadores, o que provoca a escolha de tal indicador, a fim de se perceber se o mesmo se deu em 2010 – caso a idade apareça como indicador realmente relevante –, o que ajudaria na compreensão de uma intenção de voto no PT que pode ter "se mantido jovem" ou ter "envelhecido".

Escolaridade. Trata-se de um indicador agrupado, que, trazendo o ensino superior como referência, intenta perceber se existe uma relação de quanto mais escolarizado, menor a probabilidade de se optar por Dilma. Espera-se – e apenas se tal indicador apresentar efeito independente estatisticamente significativo – que os menos escolarizados apresentem-se como um contingente maior de eleitores com intenção de voto na candidata petista, no intuito de se confirmar ou não uma permanência histórica

de uma postura eleitoral que, segundo Amaury de Souza, traria o grande contingente de eleitores com pouca formação como mais propenso a um "voto trabalhista".

Cor. Agregou-se a informação da pesquisa Ibope numa variável que distingue brancos e não-brancos. Os brancos são a referência da regressão. Uma vez que o presente trabalho versa sobre o chamado voto étnico, e dadas as contribuições de autores como Amaury de Souza, Nelson Silva e Gláucio Soares, fica aqui a busca por dados que expliquem a probabilidade de pretos e pardos se distanciarem consistentemente da intenção de brancos e amarelos no que diz respeito à escolha eleitoral de 2010.

Religião católica e intensidade da preferência religiosa. Dadas as muitas situações que envolvem o fenômeno religioso, que nos últimos tempos têm permeado os discursos e debates, sobretudo acerca de questões que envolvem a moralidade e os usos e costumes, optou-se por avaliar o peso de ser católico na conformação da preferência eleitoral (por referência às outras possibilidades de respostas, inclusive não ter religião), por ser essa a confissão de maior incidência na população pesquisada. A intensidade da preferência foi mensurada através da frequência com que a pessoa comparece às cerimônias religiosas (na qual 0 quer dizer "nunca" e 5 quer dizer "diariamente").

Região. Como tentativa de controle das diferenças geográficas, a variável região foi incluída no modelo, no intuito de se tentar confirmar a hipótese de que ser da região do ex-presidente Lula, o nordeste, aumentaria consideravelmente as chances de um eleitor ter sua intenção de voto voltada para a sua sucessora, a petista Dilma Rousseff. Tendo o Sul – região de formação política da candidata petista – como referência, o intuito é buscar perceber se de fato se pode justificar a crença de que o Nordeste é "de Lula e Dilma".

Participação em programa social do governo. Dado o debate acerca da possibilidade de programas sociais de distribuição de renda, como o Bolsa Família, serem os maiores responsáveis pelo sucesso eleitoral do PT, a ideia de se contemplar tal variável diz respeito a perceber a força de tais programas sociais na intenção de voto dos eleitores, uma vez que, como disse o próprio ex-presidente petista em cadeia nacional de televisão, se ele é o pai de tais programas, "Dilma é a mãe".

Satisfação com a vida atual. Uma das questões que mais chama a atenção de analistas políticos em situações de reeleição ou de tentativa de se conseguir a manutenção de determinados grupos no poder político na nação é a chamada *transferência direta*. Intenta-se, pois, através de tal indicador, perceber se a satisfação

com a vida que se vivia sob o governo Lula conseguiu se efetivar em um incremento na intenção de voto em Dilma Rousseff.

Grau de interesse nas eleições. Seguindo a tese de Figueiredo e Converse acerca do chamado *grau de centralidade e motivação para a política*, será interessante notar como tal tese se pode ou não justificar, já que a mesma se apresentou na presente pesquisa como bastante rica, uma vez que conseguiu articular as contribuições tanto da chamada Escolha Racional, de Downs, como as da conhecida Escola de Michigan.

Nota para o governo Lula. Como não poderia deixar de ser, e também pensando-se na chamada *transferência direta*, o intuito de tal indicador é buscar perceber em qual medida a nota atribuída pelos eleitores ao governo Lula incrementa intenções de voto em sua sucessora petista, bem como se tal nota tem poder para controlar variáveis de outra natureza, como, por exemplo, a cor dos eleitores, que é a questão que mais interesse ao presente trabalho.

Tamanho do município. Variável fruto do agregado dos moradores do município, a mesma traz os municípios agrupados em faixas de tamanho, como se verá. Espera-se encontrar mais eleitores com intenção de votar em Dilma quanto maiores forem os municípios, na hipótese de que eles oferecem maiores oportunidades de emprego e, também, por se tratar de espaços onde é maior a oferta escolar, o que poderia justificar uma percepção de que a vida está melhor, com o usufruto de tais serviços muito mais perceptível nesses grandes centros, o que justificaria um incremento no número de eleitores com a intenção de votar em Dilma, já que a melhoria estaria se dando sob o governo de Lula, seu padrinho político.

Ter preferência pelo PT. Variável explicativa que contempla a chamada *identificação partidária*, acessada no intuito de se perceber em que medida o eleitor opta apenas pelo candidato, personalizando seu voto, e em que medida o conhecimento e a admiração por um específico partido colabora para a escolha eleitoral, que, no caso em questão, é transmutada na intenção de voto em Dilma Rousseff.

Renda. Tendo como ponto de partida os autores que, como Peter Fry, defendem que muito mais importante do que a desigualdade baseada na cor é a desigualdade baseada na renda, que abarcaria também os brancos pobres – que estariam sendo preteridos quando da racialização da desigualdade –, o intuito de tal variável é perceber como a renda se comportou enquanto indicador de explicação da intenção de voto, esperando-se encontrar uma diferença entre os escores de menores e maiores

rendas, estando os eleitores de maiores mais favoráveis a Serra e os de menores mais favoráveis a Dilma.

### 4.2 Um modelo explicativo para a intenção de se votar em Dilma

A fim de sustentar as hipóteses que descrevem cada uma das variáveis anteriormente citadas, faz-se necessária a análise da distribuição das médias de intenção de voto segundo cada indicador escolhido. Assim, o modelo que segue repete a sequência de variáveis acima apresentadas, no intuito final de se perceber qual o efeito independente de cada um desses indicadores quando tomados em conjunto, visando descobrir se a tendência de distribuição das médias da tabela que segue se sustenta em um modelo multivariado.

De fato, como se vê na distribuição das médias de intenção de voto na tabela 5, Dilma era mesmo mais preferida entre os homens, entre os mais jovens, entre os de menor escolaridade, entre os não-brancos, entre os religiosos católicos, entre os nordestinos, entre os que participam de programas sociais do governo, entre os muito satisfeitos com a vida que então levavam, entre aqueles com alto grau de interesse por eleições, entre os que avaliaram bem o governo de Lula, entre os habitantes dos maiores municípios, entre os que preferem o PT e entre os eleitores com renda mensal de até um salário mínimo. O desafio, pois, é analisar cada um desses indicadores, mostrando sua significância antes de se atentar para o efeito independente de cada um deles quando tomados em conjunto.

Tabela 5: Distribuição de médias de intenção de voto por variável

| | **Indicadores** | **Intenção de voto em Dilma** |
|---|---|---|
| Sexo | 1 Masculino | 54,5 |
| | 2 Feminino | 49,6 |
| Idade | 1 16 e 17 | 57,7 |
| | 2 18 a 24 | 53,1 |
| | 3 25 a 29 | 57,1 |
| | 4 30 a 39 | 49,3 |

| | | |
|---|---|---|
| | 5 40 a 49 | 51,9 |
| | 6 50 a 69 | 51 |
| | 7 70 ou mais | 48,1 |
| Escolaridade | 1 Analfabeto | 67,9 |
| | 2 Sabe ler / escrever, mas não foi a escola | 68,4 |
| | 3 Primário (1º grau) / Fundamental Incompleto | 54,1 |
| | 4 Primário (1º grau) / Fundamental Completo | 51,8 |
| | 5 Ginásio (1º grau) / Fundamental Incompleto | 51,1 |
| | 6 Ginásio (1º grau) / Fundamental Completo | 53,7 |
| | 7 Colegial (2º grau) / Médio Incompleto | 52,4 |
| | 8 Colegial (2º grau) / Médio Completo | 52,4 |
| | 9 Superior Incompleto | 46,8 |
| | 10 Superior Completo | 41,3 |
| Cor | 0 Brancos | 46,7 |
| | 1 Não brancos | 56,8 |
| Religião | 0 Outra ou Nenhuma | 47 |
| | 1 Católica | 54,9 |
| Intensidade da adesão religiosa | Nula | 47,3 |
| | 1 | 51,2 |
| | 2 | 57,4 |
| | 3 | 57,2 |
| | 4 | 50,2 |
| | Muito alta | 51,9 |
| Região | 1 Norte / Centro Oeste | 51,7 |
| | 2 Nordeste | 63,3 |
| | 3 Sudeste | 48,5 |
| | 4 Sul | 42,6 |
| Participa de algum programa social do governo | Não | 47,9 |
| | Sim | 62,7 |
| Satisfação com a vida atual | 1 Muito satisfeito | 56,5 |
| | 2 Satisfeito | 52,7 |
| | 3 Insatisfeito | 41,6 |
| | 4 Muito insatisfeito | 45,7 |
| Grau de interesse na eleição: | 1 Muito interesse | 61,7 |
| | 2 Interesse médio | 53,6 |
| | 3 Pouco interesse | 45,9 |
| | 4 Nenhum interesse | 35,5 |
| Nota para Lula | 0 | 0 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | 1 | | 18,5 |
| | 2 | | 8,3 |
| | 3 | | 4,2 |
| | 4 | | 0 |
| | 5 | | 11,6 |
| | 6 | | 12,3 |
| | 7 | | 32 |
| | 8 | | 47,6 |
| | 9 | | 66,2 |
| | 10 | | 78,3 |
| Porte do Município (nº de habitantes) | 1 | Até 5.000 | 53,6 |
| | 2 | De 5.001 a 10.000 | 47,4 |
| | 3 | De 10.001 a 20.000 | 61,2 |
| | 4 | De 20.001 a 50.000 | 48,5 |
| | 5 | De 50.001 a 100.000 | 59,8 |
| | 6 | De 100.001 a 500.000 | 46,4 |
| | 7 | Mais de 500.000 | 54 |
| Prefere outro partido ou nenhum | | | 40,8 |
| Prefere o PT | | | 90,1 |
| Renda familiar em sal. mínimos | 1 | Mais de 20 | 40 |
| | 2 | Mais de 10 a 20 | 42,5 |
| | 3 | Mais de 5 a 10 | 48,8 |
| | 4 | Mais de 2 a 5 | 49,4 |
| | 5 | Mais de 1 a 2 | 54,9 |
| | 6 | Até 1 | 59,6 |

Fonte: O autor, 2015. [214]

Sexo. Ainda que se pudesse esperar uma identificação de gênero, o que faria com que a primeira mulher a vencer uma eleição presidencial no Brasil tivesse seu eleitorado com o maior contingente de eleitores do sexo feminino, não é o que acontece quando se atenta para a intenção de voto de homens e mulheres em 2010. Acompanhando os dados da tabela 5, percebemos que ser homem oferece em média 54,5% mais chances de se ter a intenção de votar em Dilma, lançando expectativa sobre o efeito independente de tal indicador, quando do momento de ser tomado em conjunto como todos os demais.

Idade. Como a tabela 5 também mostra, é possível inferir que a intenção de voto em Dilma contempla muito mais o público jovem, uma vez que, tomando-se os três escores mais significativos, percebemos que a candidata petista tem mais intenção de voto entre eleitores de 16 e 17 anos, entre 25 a 29 anos e entre 18 a 24 anos. Dado

[214] A partir daqui, as tabelas foram confeccionadas mediante bancos de dados gentilmente disponibilizados pelo Ibope Inteligência e pelo CESOP-UNICAMP.

que a diferença entre os eleitores entre 18 a 24 anos em relação aos de 40 a 49 anos e aos de 50 a 69 anos é muito pequena, é bem provável que o efeito independente da idade seja anulado quando tomado em conjunto, hipótese que a tabela 6 poderá referendar.

Escolaridade. Ser analfabeto ou saber ler e escrever, mas sem nunca ter ido à escola são as categorias que mais se opõem ao ensino superior completo, num indicador que mostra uma relação inversa de intenções, onde quanto maior a escolaridade (superior completo) menor a probabilidade de um eleitor optar por Dilma (apenas 41,3% das intenções de voto neste escore), sendo que quanto menor a escolaridade, maior a possibilidade de as intenções de voto da petista serem aumentadas (68,4% dos que sabem ler e escrever, mas nunca foram à escola e 67,9% dos analfabetos). Deste modo, quando não tomada no conjunto de um modelo multivariado, a escolaridade parece ter efeito significativo para a explicação da intenção de voto em Dilma.

Cor. No tema que é o mais caro à presente pesquisa, a tabela 5 apresenta os eleitores divididos entre brancos e não-brancos, mostrando que quando se trata de eleitores brancos, Dilma tem 46,7% a mais de intenção de voto, sendo que tem tal número aumentado em mais de 10 pontos percentuais quando se trata do eleitorado não-branco, visto que este tem 56,8% a mais de chances de direcionar sua intenção de voto para Dilma. Como a taxa de 10 pontos percentuais podem não se mostrar tão estatisticamente significantes, caberá uma atenção especial a tal variável, a fim de ver como ela se comporta em um modelo onde todos os indicadores são tomados em conjunto.

Religião. Em um país predominantemente católico e com grandes debates acerca de questões morais e da ordem dos costumes – debates que sempre aparecem em um pleito eleitoral – ser católico se mostrou como relevante estatisticamente para explicar a intenção de voto em Dilma (54,9% pretendiam votar em Dilma, quando se trata de católicos, em comparação a outras religiões ou àqueles sem religião, que trazem 40% de intenção de voto na petista), sendo que tão importante quanto a adesão a esta fé foi o grau de intensidade de tal adesão (medido pela frequência aos cultos religiosos), uma vez que em relação à intensidade nula, se o fiel tem frequência às reuniões, tem também mais chances de intencionar votar em Dilma Rousseff.

Região. A tabela 5 mostra que, não sendo tomada no conjunto de variáveis explicativas para o a intenção de voto em Dilma, a região realmente se mostra relevante, opondo radicalmente os moradores do Sul em relação aos do Nordeste. Assim, enquanto

ser do Sul leva as intenções de voto em Dilma a 42,6%, ser do Nordeste eleva a intenção a 63,3%, o que oferece material para análises que colocam a região de Lula como um dos elementos que se apresentam como grandes responsáveis pela intenção de se votar em Dilma, o que será mais à frente testado em modelo multivariado.

Participação em programa social do governo. A tabela 5 mostra que os programas sociais do governo conseguem antagonizar dois grupos: os que participam, que acabam por levar a intenção de voto em Dilma a 62,7%, e os que não participam, entre os quais a taxa é bem menor, a saber, 47,9%. Assim, a ideia de Lula de apresentar "a mãe dos programas sociais" pode ter efeito significativo na hora de se explicar a intenção de voto em Dilma. A inserção de tal indicador no modelo explicativo tomado em conjunto poderá referendar tal tese.

Satisfação com a vida atual. Embora se possa perceber que há uma diferença considerável entre estar *muito satisfeito* com a vida que se leva, o que resulta em 56,5% de chances de um eleitor ter intenção de votar em Dilma, tal indicador poderá perder a condição de efeito estatisticamente significativo, já que, embora antagonize com estar *insatisfeito* com a vida que se leva, que trazia a menor probabilidade de se votar na candidata do PT, 41,6%, não há uma relação radicalmente inversa, o que, se tivesse ocorrido, mostraria o antagonismo maior entre estar *muito satisfeito* (escore que ficou com 56,5%) e estar *muito insatisfeito* (esse escore ficou responsável por resultar em 45,7% de chances de um eleitor ter intenção de voto na petista, sendo que tal porcentagem quebra a lógica que traria uma relação inversa de quanto mais satisfação, mais intenção de voto em Dilma, já que estar "apenas" insatisfeito (41,6%) é o que mais se percebe como antagônico. Como tal lógica de inversão radical não se deu, como vimos na tabela, é provável que o percentual em torno de 10 pontos percentuais a diferenciar os dois extremos talvez não justifique o efeito independente de tal indicador num modelo que tome todos as variáveis em conjunto.

Grau de interesse pela eleição. Se estar satisfeito com a vida que se leva não conseguiu antagonizar os extremos numa relação claramente linear, o mesmo se deu com o grau de interesse pela eleição, visto que, como mostra a tabela 5, quanto mais interesse um eleitor tinha em 2010, maiores as chances de intenção de voto em Dilma Rousseff. Assim, de *muito interesse* a *nenhum interesse* o percentual de intenção de voto na petista vai de 61,7% (muito interesse), a 53,6% (interesse médio), a 45,9% (pouco interesse) a 35,5% (nenhum interesse). Assim, o que se percebe é que, tendo percentuais que chegam nos extremos a diferenciar os eleitores em 25 pontos

percentuais é possível que tal indicador consiga manter seu efeito estatístico independente mesmo se controlado quando de sua inserção no conjunto com as demais variáveis.

Nota para o governo Lula. Embora nas notas mais baixas (entre 1 e 4) não se possa perceber com clareza a força preditiva de tal indicador, quando olhamos para as notas a partir de 5, sobretudo as três mais altas, e as comparamos à mais baixa, conseguimos perceber com muita clareza que avaliar bem o governo Lula significa automaticamente um incremento bastante substancial nas intenções de voto em Dilma Rousseff. Isso porque, se avaliar o governo petista da época com 0 oferecia 0% de incremento na intenção e voto em Dilma, avaliá-lo com as três notas mais altas daria à candidata petista um importante acréscimo de intenções de voto que atingia 47,6% (avaliação do governo Lula com nota 8), 66,2% (avaliação do governo Lula com nota 9) e 78,3% (avaliação do governo Lula com nota 10). Assim, com uma margem que vai de 0% a 78%, muito dificilmente a avaliação positiva do governo Lula em notas deixaria de incrementar intenções substantivas em Dilma, o que alimenta a tese *de transferência direta* quando se trata deste indicador.

Porte do município. Quanto ao porte dos municípios, embora se possa pensar em oportunidades que se abrem em municípios de maior porte, já que as chances de emprego, educação e informação são mais acessíveis, a tabela 5 não mostra efeito tão claro de tal indicador, pelo menos em se tratando de uma relação que pudesse antagonizar radicalmente os menores e os maiores municípios, uma vez que, como se viu, em municípios com mais de 500 mil habitantes, a intenção de voto em Dilma ficou em 54%, sendo que os menores, com até 5 mil habitantes apresentaram probabilidade de 53%, ao passo que os municípios com contingente entre 10 mil e um habitantes até 20 mil habitantes seriam os mais estatisticamente relevantes, já que apresentam intenções de voto na petista na ordem dos 61,2%. Assim, apenas a tomada em conjunto de tais números poderá fazer compreender a real força preditiva do tamanho do município na intenção de voto na candidata do PT.

Preferência pelo PT. Como indicador com maior força preditiva, ter preferência pelo PT como partido leva a intenção de voto em Dilma a 90,1%, contra 40,8% dos eleitores que preferem outro partido ou nenhum. Assim, é esperado que, mesmo tomado em conjunto com outros indicadores, tal variável tenha força preditiva bastante significativa, já que a intenção de voto em Dilma segue uma relação quase que

automática quando se trata de eleitores que preferem o Partido dos Trabalhadores, como mostra a tabela 5.

Renda. A tabela supracitada mostra uma linear e inversa relação entre os que ganham até um salário mínimo mensal e os que ganham mais de 20 salários mínimos, o que tende a mostrar efeito estatístico significante para tal indicador. Como se pode ver pelos números, a intenção de voto em Dilma vai de 40% a 59,6% à medida que o eleitor vai da renda mensal maior do que 20 salários mínimos até a renda mensal de até um salário mínimo. Assim, quando não tomada em conjunto em um modelo multivariado, a renda mostra efeito aparentemente significativo, antagonizando os escores mais distantes em praticamente 20 pontos percentuais, numa relação inversa que respeita a tese de quanto maior o salário, menor a chance de se ter intenção de votar em Dilma; quanto menor o salário, maior a chance de se optar pela candidata petista.

Embora tais dados nos possibilitem a construção, numa metodologia qualitativa, de eleitores-tipo que possam explicar sua intenção de voto, o efeito independente de cada um desses indicadores, tomados agora em conjunto, é que poderá de fato contribuir para a explicação da intenção de voto em Dilma em 2010.

### 4.3 O modelo multivariado e a derrubada de alguns mitos

A tabela 5 nos possibilitou compor uma espécie de eleitor-tipo para a o voto em Dilma. Seguindo os dados de tal tabela, é possível inferir que o eleitorado mais propenso a votar na petista tende para o sexo masculino, é jovem, pouco escolarizado, não-branco, católico, do nordeste, participante de programas sociais, muito satisfeito com a vida que leva, com muito interesse por eleição, avaliando muito bem o governo Lula, morando em grandes metrópoles (mas também em municípios muito pequenos) com preferência partidária pelo PT e com renda mensal de até um salário mínimo.

Não é difícil concordar que existe uma possibilidade de se construir uma tipologia de eleitores de Dilma. Antes, porém, de se empreender o desafio de se construir eleitores-tipo para buscar, em um exercício ilustrativo, algumas justificativas para a intenção de voto em 2010, cabe tomar todas as variáveis acima elencadas em conjunto, num modelo multivariado que possa de fato mostrar o efeito independente de cada indicador. É o que se pretende agora fazer, à luz da tabela 6, que segue.

Tabela 6: Modelo multivariado para a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010

| | Sig. | Efeito líquido (%) |
|---|---|---|
| **Sexo masculino** | 0,003 | 38 |
| **Idade (ref 70 ou mais)** | 0,34 | |
| 16 e 17 | 0,957 | 2,6 |
| 18 a 24 | 0,939 | 2,5 |
| 25 a 29 | 0,571 | 20,1 |
| 30 a 39 | 0,463 | -20,2 |
| 40 a 49 | 0,801 | 8 |
| 50 a 69 | 0,716 | -10,1 |
| **Escolaridade ( ref. Sup. Completo)** | 0,835 | |
| Analfabeto | 0,292 | 43,8 |
| Sabe ler / escrever, mas não foi a escola | 0,957 | -4 |
| Primário (1º grau) / Fundamental Incompleto | 0,856 | -5,2 |
| Primário (1º grau) / Fundamental Completo | 0,769 | -7,3 |
| Ginásio (1º grau) / Fundamental Incompleto | 0,723 | -9,3 |
| Ginásio (1º grau) / Fundamental Completo | 0,449 | 21 |
| Colegial (2º grau) / Médio Incompleto | 0,932 | -2,3 |
| Colegial (2º grau) / Médio Completo | 0,699 | 9,1 |
| Superior Incompleto | 0,677 | 12,1 |
| **Não brancos (ref. brancos)** | 0,611 | 5,9 |
| **Religião católica** | 0,001 | 53,2 |
| **Intensidade da pref. Religiosa** | 0,065 | 6,7 |
| **Região (ref. Sul)** | 0,418 | |
| Norte / Centro Oeste | 0,598 | -9,8 |
| Nordeste | 0,498 | 13,1 |
| Sudeste | 0,4 | 14,4 |
| **Participa de algum programa social do governo** | 0,056 | 26,3 |
| **Satisfação com a vida atual (ref. muito insatisfeito)** | 0,953 | |
| Muito satisfeito | 0,738 | 21,2 |
| Satisfeito | 0,647 | 28,9 |
| Insatisfeito | 0,655 | 29,3 |
| **Grau de interesse nas eleições (ref. Nenhum interesse)** | 0 | |
| Muito interesse | 0 | 121,1 |
| Interesse médio | 0,004 | 64,1 |
| Pouco interesse | 0,221 | 25,7 |
| **Nota para o governo Lula (0 a 10)** | 0 | 80,9 |
| **Tamanho do município** | 0 | |
| Até 5.000 | 0,5 | -28,9 |
| De 5.001 a 10.000 | 0,008 | -44,5 |
| De 10.001 a 20.000 | 0,734 | 7 |
| De 20.001 a 50.000 | 0,001 | -40,4 |
| De 50.001 a 100.000 | 0,096 | 37,8 |
| De 100.001 a 500.000 | 0,027 | -27,8 |
| **Tem preferência pelo PT** | 0 | 763,9 |
| **Renda (Ref.: Menos de 1 Sal. Min.)** | 0,951 | |
| Mais de 20 | 0,485 | -33,400 |
| Mais de 10 a 20 | 0,802 | -8,9 |
| Mais de 5 a 10 | 0,506 | -15,1 |

| | | |
|---|---|---|
| Mais de 2 a 5 | 0,359 | -15,1 |
| Mais de 1 a 2 | 0,428 | -12 |
| Constant | 0,002 | |
| **R2 (Nagelkerke)** | **0,454** | |

Fonte: O autor, 2015.

A primeira coisa que salta imediatamente aos olhos é a anulação da significância estatística das diferenças na intenção de voto segundo renda, escolaridade, região, cor e idade. Mesmo a participação em programas sociais do governo perde importância quando em conjunto com outros indicadores. Assim, por mais apelo midiático e ideológico que possam ter análises que contemplam apenas duas ou três variáveis explicativas, ou as que tomam os indicadores em separado, como fizemos no exercício da tabela 5, o que se pode ver pelo modelo acima é que é apressado afirmar que "nordestino e sem estudo vota em Dilma e no PT" ou que "pessoas com nível superior votam em Serra".

Deste modo, por mais que, quando se constrói uma análise bivariada ou se analisam unicamente as frequências das intenções de voto segundo os atributos selecionados, tomados individualmente, a região Sul consiga se mostrar significativa para se antagonizar ao Nordeste o que justificaria o "nordeste de Dilma" e o "sul de Serra", a regressão logística refuta tais afirmativas, mostrando que região não teve em 2010 um efeito independente estatisticamente significativo para a explicação da intenção de voto em Dilma Rousseff.

Analisando, pois, sistematicamente o modelo, é possível defender um gradiente de indicadores que vão do mais estatisticamente significativo ao menos, no intuito de se explicar a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010. Nesta direção, o modelo mostra que a variável com mais significância para explicar tal intenção de voto é a avaliação do governo Lula. Com significância plena (0,000), cada ponto a mais na escala de 0 a 10 de notas dadas ao governo aumenta, em média, 81% a intenção de voto em Dilma. Essa variável, na verdade, é a principal mediadora dos demais efeitos, isto é, a intenção de voto em Dilma Rousseff, entre os que avaliam muito mal o governo, é baixa não importa a cor, a região, a escolaridade ou a renda. Do mesmo modo, entre os que avaliam muito bem o governo (notas iguais ou acima de 8), a intenção de voto em Dilma é também muito alta, e indiferente aos demais indicadores, inclusive participar ou não de programas sociais do governo e estar ou não satisfeito com a vida atual.

A segunda variável mais importante é a preferência pelo PT, uma vez que os eleitores que preferem o Partido dos Trabalhadores têm quase 8 vezes mais chances de direcionarem seu voto para a candidata indicada por Lula. Logo, o que o modelo sugere é que, nesta eleição, o que mais explicou a intenção de voto em Dilma foi *a transferência direta*, relacionada com a avaliação do governo e a preferência pelo partido no governo, aspecto tão poderoso que anulou a importância de indicadores que, em eleições anteriores, foram relevantes (como a escolaridade, a cor e a renda), como vimos nos capítulos anteriores.

Por conta disso, ao construirmos, no próximo capítulo, uma tipologia de eleitores que possam em seus depoimentos justificar sua intenção de voto, será interessante perceber nas falas dos mesmos a relação direta com aquele que é o segundo maior indicador de intenção de voto em Dilma, a saber, a preferência pelo PT, já que tal variável pode ser analisada por dois vieses, isto é, tanto a *proximidade* quanto a *distância radical* em relação a tal indicador, gerando tanto aquilo que poderia ser chamado de *senso de gratidão*, por conta de benefícios usufruídos atribuídos ao trabalho do partido em questão, quanto o chamado *ódio de classe*, tão a gosto daqueles com propensão à radicalização à direita do seu discurso e prática.

O modelo, como se vê, também mostra que o grau de interesse por eleições é importante indicador explicativo para a intenção de voto em Dilma, já que aqueles para quem, em termos teóricos – segundo Marcus Figueiredo – a política e as questões públicas têm maior *grau de centralidade* (expressa, na pergunta específica, pelo grau de interesse nas eleições de 2010), a intenção de voto em Dilma aumenta em 105%, tendo como referencial a categoria *nenhum interesse*. Ou seja, mesmo controlando pela avaliação do governo e a preferência pelo PT, de impacto mais elevado, ainda assim o interesse pela política apresenta efeito independente importante, e favorável a Dilma, o que permite supor que a administração Lula *politizou* seu eleitorado, tornando-o mais engajado nas questões públicas.

Em busca de uma construção tipológica que se fará mais adiante, pois, tentar apreender de eleitores-tipo o seu grau de engajamento com os processos eleitorais da nação permitirá a investigação dessa hipótese, já que o modelo mostra uma relação direta entre o grau de interesse por política e a intenção de se votar em Dilma. Assim, será interessante apreender da parte dos entrevistados o real interesse em pleitos eleitorais, bem como de que forma esse interesse foi construído, já que pode ser fruto de

um enfrentamento radical, e até ódio classista, ou de uma postura de gratidão, por conta de alguns serviços atribuídos a um determinado partido, como citado acima.

Também foi possível ver a significância de se ser homem para se compreender a intenção de voto em Dilma em 2010, já que ser do sexo masculino aumenta em 33,3% as chances de se preferir a candidata petista, por comparação a ser mulher, numa significância de 0,004, mostrando que o intervalo de confiança para a questão de gênero se mostra também estatisticamente significativo, referendando um recorte que também ajuda na construção de tipos que se dará no capítulo último desta pesquisa.

Munidos de tal informação quanto ao possível recorte por gênero, a presente pesquisa se deu ao trabalho de, assim como será feito em relação à região, só que em análise bivariada, entender que numa análise qualitativa, com estudos de caso e percurso histórico, será imprescindível antagonizar a intenção de voto de eleitores do sexo masculino como mais propensos a Dilma, ficando o voto feminino mais propenso a Serra.

A religião também aparece como indicador de grande valia para a compreensão da intenção de voto em Dilma Além de ser de religião católica aumentar em 53% a intenção de voto em Dilma, cada nível de intensidade da preferência religiosa (que pode ir da pouca intensidade até a muita intensidade, abarcando seis níveis) gera um incremento médio de 7,3% na intenção de voto na candidata petista, num grau de significância que atinge os 0,037. [215]

No que tange ao tamanho do município, a intenção de voto em Dilma cresce à medida que o tamanho do município também cresce em contingente populacional, como mostra o modelo multivariado, trazendo um grau de confiança que fica entre 95% e 100%, e fechando o quadro explicativo dos indicadores que realmente têm efeito estatisticamente significativo para a explicação da intenção do voto em Dilma Rousseff, deixando de lado, como também se pode ver, variáveis bastante conhecidas das pesquisas sociais, tal como escolaridade, região – apesar de esta última se mostrar relevante e importante para a construção de tipos, em análises bivariadas – participação em programas sociais, satisfação com a vida que se leva e, no que mais interessa à presente pesquisa, a cor/raça dos eleitores, que também não aparece como indicador

[215] Fica aqui a confissão de que a variável religião será ignorada na parte qualitativa do presente estudo, dada a imensa dificuldade de se encontrar eleitores que pudessem ser diferenciados quanto à escolha religiosa, uma vez que todos se autodeclaram católicos, impossibilitando qualquer comparação entre os tipos, já que, sendo todos do mesmo reduto religioso, cada um foi responsável por ser uma grade de leitura totalmente diferente para o mesmo fenômeno.

estatisticamente relevante na explicação da intenção de voto em um modelo multivariado.

A fim de que se possa aproveitar o indicador, então, será interessante notar como se apresentam as possíveis diferenças argumentativas de eleitores que, compartilhando o mesmo tema e as mesmas categorias de análise, serão divididos em indivíduos que habitam megalópoles, como é o caso de entrevistados habitantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, assim como eleitores de cidades como Porciúncula, no interior do Rio de Janeiro, com um contingente populacional com menos de 20 mil habitantes.

Lembrando que, tanto para Porciúncula quanto para São Paulo e Rio de Janeiro (sem que se esqueça que há também um eleitor-tipo do Piauí), serão, na construção de eleitores-tipo, entrevistados indivíduos dos dois espectros políticos (PT e PSDB), bem como contemplando os dois gêneros e os dois espectros de cor, como teria de ser para um melhor desenvolvimento da pesquisa, dada a possibilidade de análises comparativas que se possam fazer.

Embora as variáveis *região* e *cor* sejam foco em análises bivariadas para justificar discursos ideológicos inflamados e argumentações de senso comum, bem como para auxiliar na construção de eleitores-tipo na análise qualitativa a ser aqui desenvolvida, o modelo multivariado construído mostra que importa pouco se o eleitor é do nordeste ou do sul, já que o que conta mesmo é se tem preferência pelo PT, se tem interesse por eleições, se avalia bem o governo Lula, se é do sexo masculino, se é religioso católico e se mora em municípios de grande porte, como aqui se viu na tabela 6.

### 4.4 Uma nota para o governo de Lula

Antes de empreendermos a construção dos eleitores-tipo, cabe um exercício ilustrativo para captar, em análise bivariada, o peso da nota para o governo Lula. Isso ajudará a compreender por que essa variável anula o efeito independente das outras. Usaremos para isso a relação entre a nota, a cor e a intenção de voto em Dilma. O que se pode ver é que, pela tabela que segue, mesmo entre os brancos, quanto maior a nota para Lula, maior a proporção de eleitores que pretendem votar em Dilma.

Assim, já é possível inferir, numa articulação entre o modelo multivariado e a presente análise bivariada, que a cor/raça tem sua influência anulada pela nota atribuída ao governo que está no poder, o que gera uma posição sobre o governo sucessor. Então, embora a preferência dos não-brancos continue a ser maior por Dilma, tal diferença não se mostra estatisticamente significativa, o que neutraliza o peso da variável cor na explicação da intenção de voto em 2010.

Tabela 7: Relação entre nota para o governo Lula e intenção de voto em Dilma: Agora, gostaria de saber que nota, de 0 a 10, o(a) sr(a) daria para a administração do presidente Lula até o momento?

| | | | | Vota Serra ou anula ou não sabe | Vota Dilma | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 0 | Não brancos | Nota para governo Lula | 0 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 1 | 75,00% | 25,00% | 100,00% |
| | | | 2 | 75,00% | 25,00% | 100,00% |
| | | | 3 | 88,90% | 11,10% | 100,00% |
| | | | 4 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 5 | 86,40% | 13,60% | 100,00% |
| | | | 6 | 84,60% | 15,40% | 100,00% |
| | | | 7 | 64,90% | 35,10% | 100,00% |
| | | | 8 | 48,70% | 51,30% | 100,00% |
| | | | 9 | 36,90% | 63,10% | 100,00% |
| | | | 10 | 20,90% | 79,10% | 100,00% |
| | | Total | | 42,80% | 57,20% | 100,00% |
| 1 | Brancos | Nota para governo Lula | 0 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 1 | 84,20% | 15,80% | 100,00% |
| | | | 2 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 3 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 4 | 100,00% | | 100,00% |
| | | | 5 | 89,70% | 10,30% | 100,00% |
| | | | 6 | 90,40% | 9,60% | 100,00% |
| | | | 7 | 70,10% | 29,90% | 100,00% |
| | | | 8 | 56,30% | 43,70% | 100,00% |
| | | | 9 | 30,20% | 69,80% | 100,00% |
| | | | 10 | 23,10% | 76,90% | 100,00% |
| | | Total | | 53,00% | 47,00% | 100,00% |

Fonte: O autor, 2015.

Com foco nas notas a partir de 5, vemos que a intenção de voto em Dilma salta de modestos 13,60% para robustos 79,10% entre não-brancos, acontecendo praticamente o mesmo no outro espectro de cor, uma vez que o aumento da nota ao governo catapulta Dilma de modestos 10,30% de intenções de voto para os também bastante robustos 76,90% de intenções. Por conta do aqui exposto, então, fica a tarefa de também buscar da parte dos eleitores-tipo a serem entrevistados a sua avaliação ao governo de Lula.

# 5 ELEITORES-TIPO E PRINCÍPIOS EXPLICATIVOS PARA O VOTO

Vimos que a raça não teve impacto independente para explicar o voto no Brasil em 2010. A cor, como foi possível perceber, esteve sempre com efeito mediado por outras dimensões relevantes, muito especialmente a avaliação do governo. Apesar disso, com base numa análise mais detalhada, elencando algumas variáveis explicativas do modelo aqui anteriormente analisado, houve sim situações determinadas em que o voto negro tendeu mais para Dilma do que para Serra, o que nos ajuda em um exercício ilustrativo que busca, através de uma análise bivariada, encontrar relevância em relação à região nordeste para a explicação da intenção de voto na petista, o que abre espaço para a construção de perfis de eleitores que nos servirão de grade de leitura para a compreensão a intenção de voto no Brasil em 2010.

Com foco na polarização que se deu entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nos últimos anos, o que aqui se pretende, como já esboçado antes, é a construção de perfis bem específicos de votantes, juntando as contribuições de análises bivariadas e o modelo multivariado analisado anteriormente, o que contempla, como foi possível ver, os eleitores com intenção de voto em Dilma aumentando à medida que o tipo tem preferência pelo PT, é do sexo masculino, da região nordeste, sendo não-branco, avaliando bem o governo Lula e mostrando grande interesse pela política e eleições.

Por outro lado, quando se trata do candidato José Serra, podemos perceber que o modelo para a explicação da intenção de voto em Dilma e analises bivariadas – como a que servirá de ilustração a seguir, versando sobre a relação região/cor/voto – deixariam para o candidato tucano uma tipologia de eleitor mais voltada ao sexo feminino, moradora da região sul do país, de cor branca, avaliando mal o governo Lula e, curiosamente, com menor grau de motivação para a política (interesse por eleições).

A pergunta que se coloca, no entanto, é aquela que versa sobre quais seriam as justificativas de pessoas alocadas no centro do espectro político e sem um discurso polarizado, bem como daqueles eleitores que teriam tudo para se encaixar como de Dilma ou de Serra, sendo que, ao contrário das expectativas, optaram pelo candidato que não é o mais "adequado" ao referido eleitor. Nesta direção, a questão que se coloca é ainda mais perspicaz, pois busca respostas daqueles de quem se esperava um

específico voto, mas que apresentaram o voto oposto, inclusive rejeitando veementemente o candidato que lhe seria "o mais óbvio".

Para além de tal construção tipológica, então, é preciso atentar para um possível grupo-controle, onde negros beneficiários de programas sociais escolham o PSDB de Serra, e onde brancos com as "características de eleitores de Serra" optem por Dilma, referendando uma construção que refuta a lógica acima apresentada, o que abre diálogo com a tese de Amaury de Souza, uma vez que, para este – em se tratando de voto negro já durante a chamada Era Vargas, e que pode ser contrastada com a época atual – o negro "*não votava de forma aleatória, dado que ele compartilhava, mesmo que de forma latente, uma mesma experiência de privação cujo denominador comum era a cor da pele*", e o que fazia, segundo o autor, com que a consistência de seu comportamento político se revelasse na sua participação como *povo* durante o Estado Novo e como *seguidores de Vargas* no período seguinte à redemocratização, o que fez com que o voto do negro fosse chamado por Souza de "um voto eminentemente trabalhista". [216]

Se o "voto eminentemente trabalhista", citado por Souza, e a cor da pele como denominador comum a construir uma plataforma eleitoral negra não puderam ser percebidos em 2010, é possível que, ao menos em se tratando e um exercício didático em uma análise bivariada e em estudos de caso, alguns princípios explicativos para tal questão possam vir à lume, o que aponta para uma pesquisa qualitativa, já que quantitativamente tal tese não encontrou lugar em 2010, como foi visto. Desse modo, abrindo espaço para uma nova metodologia de pesquisa, será possível trazer novos elementos para o enfrentamento da tese de Souza, uma vez que, também em termos qualitativos, o grupo-controle tenderá a colocar novas construções acerca do que se viu em relação à interface voto/raça nos anos 1960.

Deste modo, atento ao modelo explicativo da intenção de voto em Dilma em 2010 – e contemplando, apenas por questão didática, algumas características que são variáveis bastante caras nos discursos acerca das relações raciais no Brasil - é preciso analisar as respostas daqueles e daquelas que tenderam mais ao voto no partido da atual presidente, no intuito de se estabelecer um diálogo com as obras anteriormente analisadas, dentre elas a de Amaury de Souza.

[216] SOUZA, 1971, p. 64.

Tendo ficado esclarecida a polarização Dilma/Serra em 2010, com as características típico-ideais possíveis para seus eleitores, o que aconteceu entre os dois polos é que passa a ser o foco da análise, visto que foram estes os indivíduos alocados na categoria *eleitor-médio*, que sempre apresenta muita força no andamento e no resultado de uma eleição. A busca, pois, é pelo chamado "fiel da balança", e no sudeste, espaço onde o voto é numericamente muito significativo e poderá pender para um lado ou para outro, a depender do contexto e do *grau de centralidade* dos eleitores chamados "de centro".

Com olhos, então, para essa importante região, esta pesquisa atentará, após contemplar a relação região/cor/voto, para possíveis tipos de eleitores de Dilma e Serra em dois de seus mais bem sucedidos redutos eleitorais: São Paulo[217], no caso do candidato tucano, e Rio de Janeiro[218], no caso da candidata petista, sendo que, em termos tipológicos, serão buscados indivíduos que fizeram escolhas claras e podem argumentar acerca delas, mas que poderiam ser eleitores tanto de Dilma quanto de Serra, pendendo para um ou outro lado a depender da conjuntura que os cercam, atentando esta pesquisa para as justificativas e motivações de um eleitor que é o mais disputado em uma corrida presidencial, o chamado eleitor "de centro", representante da maioria do eleitorado, o conhecido "eleitor mediano", alvo de qualquer candidato ou partido.

Assim, e apenas por uma questão didática e para manter a construção de senso comum sobre as regiões sul e nordeste entre os perfis de eleitores para a intenção de voto em Dilma e Serra, mas provocando uma "distorção", com intenção de aprofundamento em questões que buscam gerar novos debates, serão entrevistadas duas eleitoras "de centro": uma mulher branca na cidade de São Paulo e uma negra na cidade do Rio de Janeiro, sendo que se tratará de uma paulistana obrigatoriamente beneficiária de um programa social onde os brancos tiveram o maior contingente de participantes, o Minha Casa Minha Vida[219], e de uma negra carioca que não tenha hoje participação como beneficiária em programas sociais do governo federal.

Quanto aos entrevistados do grupo-controle, atentaremos para quatro eleitores a serem também entrevistados em profundidade, a fim de que se possam perceber as

[217] São Paulo é o mais expressivo reduto eleitoral de Serra, visto que seu partido, o PSDB, comanda o estado mais próspero da nação há vinte anos.
[218] O município e o estado do Rio de Janeiro se tornaram uma plataforma eleitoral importante para Dilma, sobretudo com as alianças feitas com o PMDB, que comanda as duas esferas de poder locais.
[219] Fonte: Ibope Inteligência, 2010.

justificativas de um negro e uma negra, beneficiários de programas sociais do governo, mas eleitores de José Serra, e um branco e uma branca com alta escolaridade e bom nível econômico, sendo que eleitores de Dilma. O que se pretende provocar são respostas para as questões: será que os negros beneficiários de programas sociais, mas participantes do grupo-controle e, portanto, eleitores do PSDB, têm as mesmas justificativas da mulher branca, eleitora tipicamente ideal para Serra? E os brancos de alta renda e escolaridade superior, teriam eles as mesmas motivações do negro nordestino, eleitor ideal para se pensar a intenção de voto em Dilma?

Por fim, se a atenção em grande parte da pesquisa social quase sempre foca variáveis como a escolaridade, este capítulo aponta para a necessidade de se atentar para a argumentação de cada eleitor-tipo em relação ao tema, já que, para muitos pesquisadores, a escolaridade aparece como um fator a ser focado sempre, uma vez que muito da desigualdade racial poderá ser explicado pela diferença de acesso à educação, sobretudo a superior, aonde obviamente só se chega se superadas algumas etapas anteriores.

Por conta disso, a escolaridade terá atenção nas entrevistas, parte da análise qualitativa acerca da intenção de escolha eleitoral de alguns indivíduos em 2010, pois, mesmo fora de um modelo explicativo mais abrangente acerca da intenção de voto em Dilma, será interessante trazer às entrevistas o debate acerca de programas governamentais como o Prouni, visto ser pertinente ter a fala de pessoas de grupos sociais muito diferentes sobre a presença de um contingente de significativos 62% de brancos entre a população brasileira que chegam ao ensino superior, contra apenas 35% de negros, sendo 26% de pardos e 9% de pretos.

Também será interessante ter a escolaridade como baliza para os entrevistados, uma vez que no ensino médio a situação se inverte em relação ao ensino superior, já que no médio os números trazem negros em contingente de 52% da população (38% de pardos e 14% de pretos) contra 44% de brancos, o que demonstra que os negros conseguem chegar ao ensino médio, mas não entram em número significativo no ensino universitário, o que lança luz sobre um programa atribuído ao PT.

Assim, em relação aos tipos a serem construídos e analisados e à luz do modelo multivariado anteriormente apresentado e também dos dados apresentados na tabela bivariada que segue, tabela que dá especial atenção à variável *região*, já que existe um forte debate acerca da influência de Lula e da região nordeste na opção por Dilma, caberá, na sequência, a contrastação possível entre tipos de eleitores, no intuito de que

se possa discutir, enfim, algumas hipóteses – e até construir inferências – que justifiquem a pesquisa acerca do voto étnico, ainda que o mesmo não tenha se dado em 2010, como mostramos no capítulo anterior.

Tabela 8: Região/cor/voto: Em qual destes candidatos o(a) sr(a) votaria para presidente da república se a eleição fosse hoje?

| | | | Dilma | Serra | Branco / Nulo | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Brancos | Região | 1 Norte / C. Oeste | 49,60% | 48,20% | 2,20% | 100,00% |
| | | 2 Nordeste | 59,20% | 35,70% | 5,20% | 100,00% |
| | | 3 Sudeste | 47,70% | 46,50% | 5,70% | 100,00% |
| | | 4 Sul | 44,40% | 50,30% | 5,30% | 100,00% |
| | Total | | 48,80% | 46,00% | 5,20% | 100,00% |
| Ñ/brancos | Região | 1 Norte / C. Oeste | 55,60% | 41,00% | 3,40% | 100,00% |
| | | 2 Nordeste | 68,20% | 28,80% | 3,10% | 100,00% |
| | | 3 Sudeste | 55,30% | 36,10% | 8,60% | 100,00% |
| | | 4 Sul | 45,10% | 50,00% | 4,90% | 100,00% |
| | Total | | 59,60% | 35,00% | 5,40% | 100,00% |

Fonte: O autor, 2015.

A tabela 7 confirma que região tem peso, embora isso tenha bem menos força em se tratando do modelo multivariado para a explicação da intenção de voto em Dilma, como foi aqui anteriormente analisado. Assim, com foco apenas na região, como exercício intelectual ilustrativo, desagregando tal variável de um modelo mais complexo, pode-se considerar a região sul como um território tipicamente ideal para o voto em Serra, ao mesmo tempo em que se pode considerar o nordeste como região tipicamente ideal para a intenção de voto em Dilma, uma vez que a candidata não perde nesta região, ficando sempre entre 25 e 40 pontos percentuais de vantagem na intenção de voto, como mostra a tabela acima. Como se pode ver, se a variável *região* mostra Dilma com intenção de voto que a faria vencer as eleições com pontuação expressiva, sobretudo entre não-brancos, também é interessante notar que esta vantagem se torna desvantagem de 5 pontos percentuais, se for o caso de se focar apenas a região sul do Brasil, como se vê também na tabela, fora do modelo multivariado já analisado.

Assim como ser homem aumenta as chances de intenção de voto na candidata petista em 33,3%, o que ajuda enquanto um exercício intelectual na busca por um tipo de eleitor que traz o sexo masculino para ser alocado como ideal na intenção de voto em Dilma, a região nordeste do país, apresentada em análise bivariada, também se apresenta como ideal para que a intenção de voto em Dilma aumente, já que, como

mostra a tabela acima, nenhuma outra região tem mais força para explicar a intenção de voto na candidata petista do que a região de origem de seu mentor político, o ex-presidente Lula, já que tal região oscila em torno 60% e 70% de intenção de voto em Dilma, tanto entre brancos quanto entre não-brancos.

De modo análogo, Serra venceu Dilma em intenções de voto na região sul do país, onde a candidata petista perde tanto entre brancos quanto entre não-brancos, o que nos remete a um eleitor-tipo de Serra que venha de tal região. Assim, seguindo na construção dos tipos a serem entrevistados, se Dilma ficaria com o homem do nordeste, Serra ficaria com a mulher do sul.

Também aproveitando o modelo explicativo, mas dialogando diretamente com a contribuição de Amaury de Souza, que defendeu o voto de cunho trabalhista para os menos favorecidos da nação, e atentando para os debates sobre o voto dos menos escolarizados e menos favorecidos economicamente, surge a ideia de ter um tipo masculino nordestino, de baixa renda mensal e baixa escolaridade – o que completaria a tipologia para a intenção de voto em Dilma –, bem como a ideia de ter um tipo feminino sulista, de alta renda mensal e alta escolaridade – o que referendaria uma ilustração completa da intencionada em votar em Serra.

Tendo a região sudeste o maior colégio eleitoral e com bases muito fortes para ambos os candidatos – São Paulo tendendo mais ao PSDB e o Rio de Janeiro tendendo mais ao PT – a ideia é buscar construir tipos que, alocados ao centro do espectro político, possam oferecer razões a justificar a escolha que fizeram, mas abrindo espaço para uma possível migração de voto, uma vez que, sendo o chamado *eleitor-mediano*, seria o mais disputado em uma eleição e o mais propenso à migração.

Assim, o exercício encontrou a sua razão de ser em duas mulheres que foram então entrevistadas: uma bancária branca de São Paulo – beneficiária de um programa governamental atribuído ao PT, mas eleitora do PSDB – e uma assistente social negra carioca – não-beneficiária de programas governamentais atribuídos ao PT, mas eleitora do mesmo partido. Essa construção do tipo que pode ser chamado "de centro" nos ajudará na compreensão das estratégias utilizadas por analistas políticos na hora de construir suas plataformas e discursos na busca pelo *eleitor-mediano*.

Por fim, no intuito de contemplar um *grupo-controle* que possa dirimir algumas dúvidas acerca da racialização do voto, serão entrevistados quatro cidadãos, sendo dois de cada sexo, divididos em cores, e que refutem em suas escolhas aquilo que seria, em termos de tipologia ilustrativa, o caminho "mais lógico", já que se trata de um

casal de negros beneficiários de programas sociais atribuídos ao governo petista, sendo que eleitores de Serra, bem como um casal de brancos, bem posicionados socialmente e com formação acadêmica, mas eleitores que também refutam o caminho "mais lógico", já que optam pelo PT. A fim de contemplar o modelo explicativo para a intenção de voto em Dilma em 2010, o foco para as entrevistas estará na compreensão das justificativas para algumas das variáveis mais relevantes até aqui percebidas, a saber: *preferência pelo PT*, *nota para o governo Lula*, *sexo* e *região*.

Se obras sérias do passado conseguiram mostrar uma intenção de voto racializada na hora da escolha de um candidato ou partido, nosso intuito, após constatarmos que o mesmo não se deu nas eleições 2010, é buscar as justificativas que os eleitores-tipo dão para suas intenções e escolhas eleitorais, o que obviamente evidenciará a necessidade de diálogo com as outras obras que pesquisaram a interface, voto/raça, já que há que se buscar as razões para as similaridades e diferenças entre as pesquisas de outrora e a que agora se efetua.

Deste modo, pretende-se aqui verificar elementos qualitativos que ajudem na compreensão de por que a desigualdade social baseada na raça, tão clara em termos estruturais, como mostram os números do IPEA e da PNAD, não conseguiu em 2010 se transmutar em uma intenção de voto que claramente antagoniza brancos e não-brancos no Brasil, ainda que, segundo Guimarães, "*são as desigualdades raciais mesmas que passaram a ser objeto de denúncia e motivo de reivindicações políticas, e não apenas o preconceito ou a discriminação*" [220].

## 5.1 O negro nordestino de Dilma

Atentando para as características do perfil de um eleitor de Dilma e do PT, baseado em dados de 2010, chega-se a um *tipo*, que aqui se trata daquele eleitor que, abarcando em si vários dos caracteres dos indivíduos que optam pelo PT, independentemente das circunstâncias, vota no partido e nos candidatos indicados pelo ex-presidente Lula. É esse o caso de José[221], piauiense de 37 anos, com a quarta série primária de escolaridade, autodeclarado pardo e com uma renda mensal em torno de um

[220] GUIMARÃES, *Op. cit.*, p. 137.
[221] Por uma questão de ética de pesquisa, todos os nomes dos entrevistados aqui são fictícios.

salário mínimo, ganhada através de pequenas pinturas e serviços gerais para um prestador de serviços dos *Correios*, na grande São Paulo, para onde migrou em 2013. [222]

Com quase 40 anos, José abarca em si exatamente o que seria o perfil de eleitor de Dilma e do PT, uma vez que teria a "cor padrão" (negro, na junção de pretos e pardos do IBGE), e é nordestino, tendo renda e escolaridade bastante baixas, além de nutrir grande estima pelo ex-presidente Lula, bem como ter preferência pelo PT, principais variáveis para a explicação da intenção de voto em Dilma em 2010. Por conta disso, então, José foi colocado diante das 5 categorias de análise trabalhadas nesta pesquisa, a saber: *Influência familiar*; *comparação entre PT e PSDB*; *percepção do racismo no Brasil e suas implicações em políticas públicas*; *partidos políticos e qualidade de vida oferecida; preferência ou rejeição a uma candidatura*.

Como era de se esperar, o pintor piauiense, por conta talvez da baixa escolaridade, não argumenta muito ao responder as questões propostas. Todavia, é possível perceber uma *racionalidade* que justifica bem a escolha eleitoral, visto sempre aparecer em sua fala a *comparação de pacotes de benefícios* de duas agremiações políticas em debate, justificando a tese de Moro, que, referendando a teoria da escolha racional, de Downs, entende que, na hora do voto, *o eleitor compara duas rendas de utilidade futuras hipotéticas ou uma renda de utilidade presente real e uma presente hipotética*. [223]

Assim, como já foi visto através de Downs, acredita-se que o eleitor racional opte por um cálculo realizado em vista de uma situação real. Diante da urna, então, como foi já mostrado, "*o eleitor se baseará nas áreas da atividade governamental onde a diferença entre os partidos é maior – grande o suficiente para ultrapassar seu limiar diferencial partidário*" [224] – o que, em se tratando da polarização PSDB/PT, e pensando no presente real e no tempo hipotético, anteriormente citados, o faz referendar uma sequência do governo já testado e que para ele deu certo, a saber, o governo petista.

Em se tratando da categoria que abarca percepções sobre o *histórico familiar e a escolha de um candidato* ou partido, percebe-se que a tipologia ideal de votantes de Dilma e do PT não atenta para elogios à meritocracia e ao esforço que a família ou a própria pessoa fez no passado, mas preza por uma influência direta de qualquer governo, influência esta que venha a justificar o sucesso e as conquistas materiais de seu

[222] Entrevista feita em janeiro de 2015.
[223] MORO, Eduardo João. A teoria da escolha racional e a explicação do voto. Rio de Janeiro: *Intratextos*, vol. 1, n.1, 2009.
[224] *Idem*, p. 12-13.

grupo, valorizando a personificação da escolha do candidato, mas justificando tal escolha em ações efetivamente experimentadas, o tal *presente real*, em detrimento, por exemplo, de conceitos como "preparo" e "currículo" do candidato.

Nesta direção, José, eleitor de Dilma em 2010, e também em 2014, não atribui à sua família qualquer responsabilidade sobre suas escolhas eleitorais e, respondendo sobre se percebe essa influência em seu voto, afirma: "*não, a gente vota em quem a gente acha que vi dar certo. E envolvimento com política não temos nenhum, não. Eu não tenho preferência e nem eles (a família). Sou um eleitor e voto em quem acho que devo votar*" [225]. Atentando para tal resposta, é importante notar o forte vínculo familiar antes experimentado, pois, embora não perceba influência direta da família, a escolha por uma candidatura acaba sendo na mesma direção, já que "*a família toda vota naquele mesmo candidato, é mais ou menos isso aí*". [226]

É curioso perceber que não há uma *fidelidade partidária* ainda colocada em questão, o que inclusive o faz categoricamente afirmar que nem ele e nem a família têm preferência em termos de partido. Todavia, é interessante voltar a Downs, já que em sua teoria da escolha racional os eleitores são encorajados a tomar decisões com bases em outros fatores que não em questões políticas, isto é, nas personalidades de candidatos, nos critérios de votação familiar, na tradição de família, que é o que parece balizar a escolha do pintor piauiense.

Embora pareça extremamente contraditório, José – que deixou a família no Piauí há pouco tempo e tem grande apreço pelo que aprendeu com os pais, sobretudo sobre "*o respeito que se deve ter com os outros, sem brigar, sem maltratar*" – consegue se colocar como o responsável pela escolha, mas reconhece que pode haver *um pouco de influência*, porque *toda a família vota no mesmo candidato*. Ainda assim, nota-se que a escolha não é feita porque há um histórico familiar que aponta na direção de um tempo em que a vida era melhor, mas para uma percepção familiar de que as coisas melhoraram com um determinado governo, o petista, isto é, o *real presente* é o que conta, deixando o mérito pessoal e a epopeia familiar, bem como o preparo e o currículo do candidato como critérios sem qualquer peso.

Por outro lado, é importante voltar à articulação teórica que contempla Downs e a Escola de Michigan, já que, segundo Figueiredo, o voto é fruto de uma interação familiar, religiosa, profissional, de vizinhança ou de amizade, o que faz com que os

[225] Áudio em 04'20''.
[226] Áudio em 04'45''.

candidatos, segundo o mesmo autor, apresentem propostas discursivas que valorizam características específicas de um grupo, já que "*esses discursos podem ser dirigidos a comunidades específicas, segmentos sociais, classes sociais ou ainda grupos sociais mais genéricos – pobres, classes médias, negros, mulheres, sulinos, nordestinos, ou ainda católicos, umbandistas, etc.*". [227]

Já quando colocado em relação à outra importante categoria, diante da possibilidade de comparar os dois governos, o de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e o de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, José, apesar de ter idade suficiente para ter lembranças sobre o governo de FHC, esclarece:

> eu lembro do Lula pra cá; do Fernando Henrique eu sei pouca coisa, não tenho muito entendimento pra isso. Mas eu lembro dele ter o real, que tá dando certo, e que está aí até hoje. E o Lula fez algumas coisas no nordeste que a gente gostou também, teve algum benefício lá que ajudou e foi importante. [228]

É de se notar que o plano real é lembrado por qualquer entrevistado adulto que seja instado a sobre tal época falar, mas, no caso do eleitor-tipo de Dilma, o real, que "tá dando certo e que está aí até hoje", não é percebido como um benefício para o nordestino especificamente, o que parece fazer dele apenas uma lembrança.

Atentando, pois, para algo que precisaria atingir muito especificamente ao nordeste, segundo o pensar do pintor José, Lula teria feito muito mais do que Fernando Henrique, já que, na fala enfática do pintor piauiense,

> Bolsa Família, Luz Para Todos, tudo o Lula que fez! (...) o governo do Lula é melhor! (...) porque naquela época, ele (FHC) não fez essas coisas que poderiam ser feitas antes. Sei lá, sem divulgar esses benefícios como Bolsa Família, ele não deu; Bolsa Escola pras crianças ele não fez e o Lula fez. [229]

Assim, justificando a escolha por Lula e o PT, José diz que sente a influência do partido na sua vida e na de sua família e cidade, já que "*a influência vem por essas coisas aí; do Bolsa Família, do Luz Para Todos e do Bolsa Escola*". Embora o programa Bolsa Escola tenha sido política do governo FHC, na fala de José, "*é tudo o Lula que fez*", percepção que justifica a comparação de pacotes de benefícios a referendar a chamada escolha racional, teorizada por Antony Downs. [230]

---

[227] FIGUEIREDO, *op. cit*., p. 56.
[228] Áudio em 05'00''.
[229] Áudio em 05'20''.
[230] DOWNS, *op. cit*., p. 25.

Quanto à categoria *percepção do racismo no Brasil e suas implicações em políticas públicas*, José afirma que há racismo no Brasil, "*por incrível que pareça*". A expressão que chama a atenção se justifica nas respostas seguintes à entrevista, já que para ele nem precisaria ter cotas, pois "era pra ser igual".

Assim, a fim de defender a tese de que existe racismo "por incrível que pareça", José narra episódios vivenciados junto a bancos, quando sempre enfrenta problemas com o travamento de portas, "*tendo de retirar até o cinto*", por conta de ser pardo ou de estar mal arrumado, já que, por sua percepção, "*quem não é pardo e está bem arrumadinho passa direto*". Embora reconheça que não estar arrumadinho também prejudica, José não deixa de atribuir tais eventos ao fato de ser pardo – negro, na classificação do IBGE, que entende os pardos, enquanto afrodescendentes, como negros. Para o pintor piauiense, portanto, a cor também conta.

Buscando a ideia de que "*era pra ser igual*", José, ao ser confrontado sobre as ações afirmativas, incluindo cotas raciais, posiciona-se contrariamente, visto que "*não tinha que facilitar, tinha que ser igual; a cor da pele não quer dizer nada*". [231]

Assim, o piauiense, defensor dos programas sociais que beneficiam, segundo ele, de forma bastante significativa o povo do nordeste, se coloca contrário às cotas raciais, que ele afirma saber o que significam, já que "*ouviu falar no jornal*", sendo enfático ao dizer: "*não, não concordo, pois devia ser tudo igual*". [232]

Uma vez que os programas sociais parecem balizar as convicções de José, foi importante buscar a percepção dele acerca da autoria de cada um dos programas em questão. Assim, o pintor foi instado a reconhecer a "paternidade" de programas como Prouni, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e cotas raciais, questão que o fez afirmar: "*os outros eu não sei, mas o Bolsa Família eu tenho certeza que é do PT. Prouni e cota para negros, não tenho conhecimento*". [233]

Para um cidadão que só conseguiu chegar à quarta série primária, é de se entender a distância em relação ao programa educacional de nível superior denominado Prouni, Universidade Para Todos, todavia, é interessante perceber a certeza e a aprovação acerca de programas como o Bolsa Família, o Luz Para Todos e o Bolsa Escola, que, embora tenha sido criado no governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, é atribuído com convicção ao trabalho ulterior do PT de Lula.

[231] Áudio em 07'35''.
[232] Áudio em 09'05''.
[233] Áudio em 09'30''.

Assim, ainda que confunda a autoria de programas sociais, José os utiliza para justificar sua escolha eleitoral, afirmando categoricamente que "*depois do PT, do Lula, melhorou um pouco. Eu acho que a escola melhorou pras criança, tem uns par de coisa que melhorou. O Bolsa Escola, as criança não tinha escola, agora já tem*". [234]

É preciso analisar o que faz com que o sentimento de pertencimento a um determinado projeto político se estabeleça, pois, se as crianças não tinham escola e agora, depois do Lula e do PT, com o Bolsa Escola, já têm, interessa analisar as razões dessa afirmativa, questionando acerca do que teria acontecido com a "paternidade" política que deveria ser encontrada em Fernando Henrique Cardoso e seu PSDB, pelo menos em se tratando do exemplo agora trabalhado, o programa Bolsa Escola.

Embora se possa pensar em uma ignorância por conta da pouca escolaridade do entrevistado, cabe uma análise mais aprofundada sobre as razões das respostas, já que em pergunta que parecia exigir bastante acesso à informação formação, quando se tratou de comparar PT e PSDB em termos de conservadorismo e progressismo em programas e posturas, José se mostrou muito convicto ao defender que "*o PT é mais progressista, pois ele é mais favorável às minorias*". Na mesma direção de tal afirmativa, sendo instado a se posicionar em termos de respeito e fomento aos direitos de grupos como gays, lésbicas, transexuais, incluindo neste bojo o tema da união homoafetiva, o pintor piauiense não teve problemas em se dizer favorável a tais direitos, visto que sua visão "*é também mais progressista, mais próxima da do PT*", o que justifica sua intenção de voto, já que, como mostrou o modelo explicativo para a intenção de voto em Dilma em 2010, ter preferência pelo PT aumenta em quase 800% as chances de intenção de voto na candidata petista. [235]

José, tal como os outros tipos acessados, foi colocado diante dos dados que, na junção de análises bi e trivariadas e de um modelo explicativo da intenção de voto em Dilma, permearam a presente pesquisa. Assim, soube que a intenção de voto em Dilma Rousseff em 2010 pendeu mais para homens, negros – pretos e pardos, assim como ele – nordestinos, de escolaridade e salários mais modestos, também como ele. Do mesmo modo, foi informado de que José Serra tem mais chances entre mulheres, do sul do país, brancas, com altos salários e bem formadas.

Em posse de tais informações, José arrisca que isso se deu "*por causa das coisas que ele (o ex-presidente Lula) fez; a Bolsa Família, Luz Para Todos; e a gente*

[234] Áudio em 10'25''.
[235] Áudio em 12'03''.

*que é de lá tem o conhecimento disso, e no sul não tem muito benefício a eles*". Nesta direção, perguntado se achava se o sul não recebia benefícios do governo, o pintor respondeu que "*foi feito mais no nordeste e que eles sabem mais, por isso votamos na Dilma*" (o povo do sul) "*pode até ter o conhecimento* (do que foi feito no nordeste), *só que foi feito no nordeste, e não no sul; por isso preferiram votar no Serra*". [236]

Ao ser perguntado sobre o que pensava das mulheres terem preferido um homem e os homens terem preferido uma mulher, José disse que "*pode ser que uma mulher não tenha fé que uma outra mulher possa governar bem. E nós homens tivemos mais confiança nela*". [237]

Votando por mais confiança em uma mulher, mas obviamente seguindo o *presente real* oferecido por Lula, José e sua família repetem o que seria óbvio em termos de escolha racional de uma candidatura. Todavia, ao se pensar em rejeição a uma determinada candidatura, o piauiense apresenta uma variável também importante na teoria do comportamento eleitoral, já que "*votaria em qualquer outro candidato, desde que fosse do mesmo partido*", o que referenda a principal variável explicativa para a intenção de voto em Dilma em 2010.

Pensando desta maneira, José justifica sua escolha enquanto perfil ideal de eleitor de Dilma, ainda que oferecendo observações que problematizam sua alocação em uma determinada categoria de análise, já que a radicalidade que se esperaria no discurso de um eleitor-tipo, radicalidade que será vista no caso de Maria, uma advogada branca, curitibana, eleitora de Serra, não se expressa do mesmo modo na fala do pintor nordestino, que não traz em si o chamado *ódio de classe*. Em termos de escolha e rejeição, portanto, o que se poderá ver é que Maria *não votaria de jeito nenhum em um candidato do PT*, sendo que José *votaria em qualquer outro candidato, desde que fosse do PT*.

A sutil diferença entre estes dois perfis ideais, de quem se esperaria o mesmo tipo de resposta, é que José, muito mais argumentativo, embora muito menos escolarizado, não fecha as portas de forma aparentemente não-reflexiva (como o faz Maria, a próxima entrevistada), que é contra "*tudo o que está aí*", mas se dispõe até a mudar de candidato, votando inclusive no PSDB de Serra. Para isso, no entanto, o PT deveria praticamente "deixar de ser o PT", pois teria de cortar todos os programas

[236] Áudio em 13'20''.
[237] Áudio em 14'40''.

sociais que criou, permitir que a passagem de ônibus aumentasse muito e várias vezes no ano e a inflação muito alta voltasse.

Justificando sua possível migração de voto, José afirma que "*se tivesse inflação demais, como era antes, que subia todo dia, a passagem de ônibus subisse duas ou três vezes no ano e cortassem os benefícios que fizeram, aí votaria sim no PSDB, pois às vez ele fazia outra coisa*"[238]. Deste modo, podemos afirmar que os perfis ideais entrevistados aqui se assemelham e oferecem razões para a alocação feita, já que não mudariam de partido de modo algum e, se isso pudesse algum dia acontecer, só se daria se o partido não fosse mais o mesmo partido, pelo menos nos tipos de ação política.

## 5.2 A branca sulista de Serra

Para que se pudesse contemplar os resultados obtidos através dos dados até aqui trabalhados, a grade de leitura que abarcaria a tipologia do votante em José Serra e no PSDB precisaria, contemplando o modelo explicativo e a análise bivariada focando a região, como já foi mostrado, ter como *sujeito de análise* uma mulher da região sul do Brasil, com escolaridade de nível superior, salário mensal considerado renda alta (no caso presente é superior a cinco mil reais) e que se autodeclarasse branca, já que a atenção maior deste trabalho, como já ficou esclarecido, versa sobre o possível "voto étnico".

Maria tem 40 anos, é advogada em uma grande empresa na cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, tem graduação e mestrado na área jurídica, ganha mais do que cinco mil reais mensais, se autodeclara branca e foi eleitora de José Serra em 2010, continuando posteriormente a escolher candidatos do PSDB. [239]

Articulando a relação entre o *histórico familiar e escolha de um candidato* ou partido, percebe-se que a perfil de votantes de Serra e do PSDB preza por um elogio à meritocracia e ao esforço que a família ou a própria pessoa fez no passado, sem que uma influência direta de qualquer governo venha a justificar o sucesso e as conquistas materiais de tal grupo de pessoas, bem como valoriza a personificação da escolha do candidato, justificando tal escolha através de conceitos como "preparo" e "currículo".

[238] Áudio em 16'05''.
[239] Entrevista feita em agosto de 2014.

Deste modo, o que se vê é uma lembrança do esforço dos pais para a educação dos filhos, sem que qualquer intervenção do Estado seja lembrada no intuito de auxiliar tal empreitada, o que faz o votante optar, quando diante de uma urna, não pela intervenção do poder público em seu histórico de vida, mas por uma escolha que para ele se mostra bastante racional, já que é baseada na qualidade do "*currículo do candidato*", bem como no "preparo" deste.

Assim, a escolha de Maria, eleitora de Serra e do PSDB, se dá numa relação inversa de valores em relação aos vistos no piauiense José, já que é uma relação na qual se percebe uma fraca presença do Estado, o que poderá justificar uma leitura mais liberal da vida, junto a uma presença forte da família, o que referenda o "elogio ao mérito", já que não foi o Estado, mas a família e o esforço pessoal que fizeram o indivíduo chegar aonde chegou, tendo reservado um espaço para uma epopeia familiar, justificadora das conquistas individuais.

Assim, no intuito de responder à categoria de análise *histórico familiar e preferência político-partidária*, Maria narra a saga de um pai que não conseguiu chegar ao ensino superior, mas tudo fez para que os três filhos chegassem, formando um em Administração, uma em Economia e a mais velha, Maria, em Direito. A relação sucesso/participação do Estado nunca aparece, mas há uma breve citação acerca da mãe, professora aposentada, que, apesar de não indicar preferência partidária, indicava algumas escolhas "*não de partido, mas é... de algumas pessoas como referência, por circunstâncias que foram favoráveis; a minha mãe enquanto professora tinha algumas preferências de pessoas que olharam pela educação*". [240]

Embora não atrele a sua preferência partidária a qualquer transmissão de ideias pela família, a questão do mérito aparece fortemente no discurso de Maria, o que se confirma na narrativa da luta familiar para que os três filhos conseguissem ter o ensino superior, algo que o pai infelizmente não conseguiu realizar em si mesmo.

> Os meus pais lutaram muito para nos educar; eles trabalhavam, basicamente, e o foco era pra que nós estudássemos. Nós três estudávamos em faculdades particulares; teve uma época que coincidiu que nós três estávamos na faculdade, né? Então eles deixavam todo o resto e o foco deles era esse, eles viverem por nós, assim, e o ideal de vida deles era que nós estudássemos; nos

[240] Embora a história apresente alguns partidos, sobretudo de esquerda, como o PT, atrelados à luta pela educação, e quase sempre vistos com bons olhos pela classe dos professores, nenhum partido é mencionado, mas apenas "referências de algumas pessoas que olharam pela educação". É perceptível a intenção de desatrelar qualquer referência a um partido logo de início, com a fala "não de partido". Áudio em 06'30''.

> formarmos numa faculdade para estarmos habilitados para o mercado de trabalho e para a vida, né?
> Eu fiz direito, né? Me formei, trabalhei em escritório de advocacia e, frustrada com o judiciário, com o contencioso judicial de protesto de justiça... mas recentemente eu mudei pra empresa; hoje em dia eu trabalho em uma empresa, que tem o dia-a-dia um pouco diferente. Já tive a ideia de dar aula, pra isso fui fazer mestrado, né? Mas dei aula em uma pequena universidade, ainda quando cursava o mestrado, porque eu precisava de algumas horas, mas não me identifiquei, sobretudo por causa do desrespeito de aluno-professor, então, terminei o mestrado, mas por ora não pretendo voltar a dar aula. [241]

Antes de prosseguir na análise da entrevista com a eleitora-tipo de José Serra e do PSDB, é necessário relembrar as contribuições das teorias de comportamento eleitoral, visto que é o acesso a tal material, articulado às categorias de análise aqui confeccionadas, o que fará com que se chegue à ratificação ou não do que foi construído, no intuito de explicar a decisão de um eleitor diante de uma urna.

Assim, cabe relembrar a contribuição da Teoria da Escolha Racional, de Antony Downs e seus seguidores, bem como as contribuições da Escola de Michigan e a tentativa de articulação dessas duas fontes, já que a Sociologia e a Psicologia também contribuíram para a explicação do voto. Nesta linha de pensar, a racionalidade do eleitor se apresentaria, segundo Moro, de modo a ter um cálculo do que já se tem e do que se poderá ter. Por tal lógica,

> o cidadão sabe que nem todas as promessas feitas são cumpridas e que deve fazer uma estimativa do que – na realidade – fariam os partidos estando no poder. Porém, um dos partidos já está no poder, obrigando o eleitor a pesar o desempenho da oposição caso estivesse lá. Nessas condições o eleitor compara: (1) duas rendas de utilidade futuras hipotéticas ou (2) uma renda de utilidade presente real e uma presente hipotética. Downs acredita que o eleitor racional opte pela segunda, sobretudo devido à possibilidade de o cálculo ser realizado em vista de uma situação real. [242]

No que respeita à nossa entrevistada, é interessante notar que em relação à advogada do sul do país a ideia de Downs, trabalhada por Moro, não consegue se efetivar como explicação, já que, em se tratando de comparar duas *rendas de utilidade*, o real e o hipotético se misturam, haja vista o fato de que a situação foi oposição daquilo que a advogada quer ver voltar a ser situação, uma vez que defende uma volta do PSDB, algo já experimentado, e não hipotético, chegando ao poder.

Doutro modo, a advogada, eleitora de Serra, não traz à memória qualquer menção a fatos ou políticas que possam ser motivo para que o governo do PSDB

[241] Áudio em 05’50’’.
[242] MORO, Eduardo João. A teoria da escolha racional e a explicação do voto. Rio de Janeiro: *Intratextos*, vol. 1, n.1, 2009, p. 12.

pudesse ser comparado, em números ou eventos, ao atual, do PT, o que leva a justificativa da escolha para outras paragens. Embora não haja memória dos feitos do PSDB, a volta de tal partido não se daria por conta de uma comparação com o governo atual, do PT – e nem de um partido outro, que só tivesse renda hipotética para ser calculada, o que não é o caso do PSDB –, uma vez que as motivações de Maria parecem ser outras, "não-racionais", não acessíveis via comparação de rendas de utilidades, sejam elas presentes, passadas ou hipotéticas, como quer Downs e seus seguidores.

Justificando para além do aporte teórico acima citado, Maria atrela sua opção pelo PSDB de uma forma que, embora se apresente como bastante razoável, traz consigo uma aversão ao PT, algo que não se consegue à primeira vista justificar. Negando que haja qualquer influência de sua família na escolha de candidatos ou partidos, a advogada, apresentando-se como alguém que escolhe "*por currículo, formação e propostas do candidato*", justifica seu voto do seguinte modo:

> Eu diria que, que... no atual cenário, o meu primeiro critério é pra escolher os candidatos é que não seja ninguém que está aí... de que é a situação que o nosso país se encontra... nessa eleição, pra essa eleição quando eu vou pesquisar os candidatos, se é do PT, eu estou excluindo, mas assim, não foi uma coisa que aconteceu assim no longo dos anos, sabe? No atual momento, no atual cenário, nesse primeiro momento, meu primeiro critério foi esse, de olhar o partido pra essa exclusão, já de cara; nem pesquiso, nem olho, e nem quero saber. [243]

"Nem olhar", "nem querer saber" e "excluir já de cara" são frases que não se podem justificar num primeiro momento e é preciso ir mais fundo na análise dos ditos de Maria, já que uma escolha racional, baseada no viés da Economia, careceria de contribuições de outras disciplinas para poder se efetivar como a mais acertada. Isso explica o aporte teórico citado nas primeiras partes deste trabalho, onde contribuições dos campos da Sociologia e da Psicologia são contempladas. [244]

Uma vez que não é raro ouvir a frase "isso que está aí", referindo-se ao PT, é interessante provocar uma possível comparação, a fim de que se perceba os possíveis pontos de convergência e divergência entre os dois modelos aqui analisados, a saber, o governo do PSDB e o do PT.

Para tanto, a categoria *comparações entre os governos FHC e Lula, PSDB e PT* foi colocada diante da entrevistada, que, lançando mão de apenas um elemento de

[243] Áudio em 09'10''.
[244] ROBERTSON, 1976; NIE, 1979; NORRIS, 1997.

um dos governos, a estabilidade conseguida com o Plano Real, ratificou a recusa a "tudo o que está aí" do seguinte modo, ao analisar as contribuições dos dois governos em questão:

> Do Fernando Henrique é... a estabilidade é... quero dizer... ele fez bastante coisa ou pelo menos engatou bastante coisa, é... Foi um governo ao meu ver, bastante coerente no que ele fez, ele não pôde colher todos os frutos; muitos desses frutos foram colhidos depois, e o presidente Lula levou o crédito. Bom alguém como Lula ter chegado no poder é sem dúvida nenhuma um grande feito, é... não tenho nada assim de pontual, talvez o erro tenha sido a reeleição dele que se estendeu demais. [245]

Ao falar que escolhe qualquer um, mas tendo como primeiro critério a exclusão do PT, a advogada justifica a fala acima, uma vez que qualquer feito do governo Lula desaparece completamente, tendo este apenas o papel de "*colher os frutos do que Fernando Henrique plantou*", embora a chegada o líder petista ao topo do poder seja "*sem dúvida nenhuma, um grande feito*".

Embora preze pela valoração negativa de Lula e positiva de FHC, é interessante perceber que a busca por informações que poderiam justificar uma escolha racional desaparece, haja vista o fato de nada poder ser comparado em termos de projetos, mas tudo em termos de personificação do voto, ainda que com lacunas a se considerar, uma vez que a crítica à uma "*reeleição que se estendeu demais*", sendo que durou o mesmo tempo da de Fernando Henrique Cardoso, o grande responsável pelo processo de reeleição, acaba por não encontrar justificável espaço, o que em termos teóricos nos faz atentar para questões como o chamado "ódio de classe", bem como para a contribuição antropológica para a explicação do voto. [246]

Com um foco no perfil de formação do candidato, mas distanciando-se de uma escolha racional, no sentido de Downs, Maria não compara pacotes de benefícios, mas foca noutro elemento, que prefere chamar de "*formação, currículo e preparo*", mas que pode ocultar outras razões, o que pode ser visto no depoimento que segue, ao continuar Maria comparando os dois líderes:

> Então... o Fernando Henrique eu diria que foi mais profissional, como eu posso dizer... ele foi com mais segurança, já o Lula houve muita aposta é... muita... como posso dizer... ele teve que fazer muitos acordos, muitas

[245] Áudio em 10'30''.
[246] GOLDMANN, Márcio & Ronaldo Sant´ana. Elementos para uma análise antropológica do voto. In; PALMEIRA, Moacir & GOLDMANN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

> convenções pra conseguir alcançar as coisas. Eu acredito em linha gerais em quem tem formação, em quem tem experiência, assim, é muito nobre alguém como o Lula ter chegado no poder ao meu ver, mas acho que precisa mais do que isso, que ele não tem, o Fernando Henrique tinha e ele não tem, pra conseguir ter uma visão maior, uma visão de conjunto, precisa ter mais respaldo, precisa ter uma formação, uma carreira, jogo de cintura também, não só fazer apenas construções, construções, casas, dar o peixe pra pessoa; ele precisa ensinar a pescar e não dar o peixe pra pessoa, eu sempre digo isso. [247]

Ainda que não consiga colocar os dois pacotes de benefícios diante de si, o que poderia ajudar na explicação da intenção de voto, Maria consegue justificar seu voto por outros meios, que, em um primeiro momento, parece ser o valor meritocrático de um diploma e um currículo, o que traz "o que o outro não tem", uma vez que "*é preciso ter formação e carreira, e não apenas fazer construções e construções, dando o peixe ao invés de ensinar a pescar*".

Nesta direção, se a justificativa da escolha puder ser mensurada de forma clara, a fim de que não seja encontrada em pré-noções sem base empírica, uma possível influência na forma de pensar talvez seja um espólio interessante da parte dos partidos políticos para o eleitor. Assim, respondendo sobre a possível influência de algum partido na sua forma de pensar, e negando que o PSDB e o PT possam ter qualquer coisa em comum, Maria busca comparar as possíveis influências de forma bastante assertiva.

> Olha é... assim... o de destaque é a segurança, o jeito que o Fernando Henrique conduziu de uma maneira mais sólida, mas... como eu posso dizer, podendo ser mais assertivo. Já o Lula esse desenrolar aí, na verdade, esse resultado é o que está trazendo as consequências, né? De condutas, decisões tomadas, nada melhor que a forma possível, talvez eu não esteja sendo, assim, muito pontual no que eu estou falando pra você, porque eu não acompanhei de perto, sabe, os dois governos, te confesso. Também agora, nesse momento que eu tenho 40 anos e tenho um filho de 3 anos de idade que eu estou mais interessada, assim...do que pela política... desde que meu filho nasceu, um pouquinho, sei lá, mas, eu não estou mais acompanhando de perto, agora como eu tenho ele, eu estou pensando nele, no que será pro futuro dele... porque algumas coisas tem como consertar a curto prazo, outras não tem conserto ou vai demorar muito, e tudo tem consequências, né? Boas ou ruins, enfim; eu me preocupo agora com o futuro do meu filho, o que vai ser pra ele, né? Infelizmente, no momento, as situações são as piores possíveis, né? [248]

Se não se pode mensurar de forma clara uma escolha que se quer racional, mas que em termos teóricos é "irracional", movida a paixão e explicada mais pelo arsenal

[247] Áudio em 12'30''.
[248] Áudio em 15'30''.

teórico da antropologia, é preciso lançar mão de instrumentos que possam auxiliar na explicação do discurso apresentado, o que faz relevante a contribuição da chamada Análise do Discurso, já que esta "*envolve a reflexão acerca das condições de produção dos textos analisados, as quais o situam em um contexto histórico-ideológico mais amplo*", sendo que a metodologia em questão "*busca desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, não se tratando nem de uma teoria descritiva, nem explicativa, mas com o intuito de constituir uma proposta crítica que problematiza as formas de reflexão*". [249]

Na tentativa, pois, de problematizar as formas de reflexão que, eivadas pelo contexto no qual se produzem, levam às escolhas que, embora se entendam bastante racionais, não conseguem articular pacotes de benefícios que as justifiquem, será interessante observar a forma como Maria apreende o tema maior deste trabalho, as relações raciais no Brasil e a escolha de uma candidatura.

Assim, procurando desvendar os mecanismos de dominação que se escondem sob a linguagem, e isso em relação à categoria *relações raciais e identificação com um projeto político*, é curioso perceber a forma como o tema racismo é tratado, bem como a maneira de pensar as saídas oferecidas para um imbróglio que é reconhecido como existente, mas que não consegue apoio político da parte de um grupo que entende que "*há racismo, sim, mas todos são iguais e não precisa ter qualquer atenção diferenciada a um grupo ou outro*". Justificando tal tese, Maria afirma categoricamente que a mídia prova dia após dia que o racismo "está aí", mas, para além do preparo e da capacidade de um indivíduo, a advogada entende que "*o negro também pode chegar, desde que haja esforço*", argumento defendido pelos dois *tipos* de votantes em Serra aqui apresentados.

> (o racismo) Existe! É o tratamento entre as pessoas, vários destaques pela mídia... acho que sempre existiu, e tende a continuar existindo em menor escala e com mais consciência das pessoas, né?' (cotas) "eu sou contra. Eu acho que isso por si só é um preconceito. Não é a cor que define o esforço da pessoa, a capacidade dela, não é a cor que define isso! Sou contra! Acho que todos devem ter direitos iguais, independente da cor, raça ou religião, enfim'. (cotas variadas, como para índios, e incluindo as chamadas sociais, para os mais pobres) É. Eu não sou a favor, não. [250]

[249] ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio:* do movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1993, p. 25.
[250] Áudio em 17'00''.

Ao falar de programas sociais que contemplam mais um grupo (os negros) do que outro (os brancos), Maria os atribui ao PT, defendendo que "*o Bolsa Família, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida e as cotas, raciais e sociais, são apenas tentativas de manutenção do poder*". [251]

Algo que se percebe no discurso de Maria é que, embora haja grande distância do que se chama uma escolha racional, pregada por várias matrizes teóricas do comportamento eleitoral, visto parecer haver uma lógica que entende como negativa "tudo o que está aí", mesmo que não seja possível mensurar em números os impactos do que "o que está aí" gerou ou gera, a curitibana consegue elencar alguns elementos de ordem econômica a justificarem sua intenção de voto. Assim, na possibilidade de analisar os benefícios e malefícios de cada partido para a sua vida, a advogada foi colocada diante da possibilidade de falar sobre uma melhora ou piora da condição de sua vida, a depender de qual partido estava no governo. Nesta direção, Maria foi bastante enfática:

> Não sei dizer. Minha família não é partidária, voltada pra esse ou aquele partido; vejo que em geral mais vale o candidato do que o partido. Agora, o que fizeram aí, que a gente está vendo os resultados, algumas pessoas estão indo à frente e dizendo que 'agora eu sou contra o PT, independente do candidato que seja' (se houve alguma diferença ou não) É... o PT nos colocou em crise, né?, nessa recessão toda aí... o custo de vida, né?, mudou bastante, esse ultimo governo está sendo ruim, traumático, pra gente, pra mim, né? Você não tem o mesmo poder de compra, você não tem estabilidade, falta uma porção de coisas. [252]

Negando, então, a questão da fidelidade partidária e pessoalizando a sua escolha, Maria atribui a pessoas que estão indo à frente e dizendo "agora sou contra o PT", que colocou o país em recessão, contra tudo o que está aí, a independer do candidato apresentado. As frases "o que fizeram aí", "o que está aí" e, sobretudo, "algumas pessoas estão indo à frente e dizendo agora eu sou contra o PT" parecem indicar uma direção para a compreensão do voto de Maria, um voto mais de ódio de classe do que de qualquer outro matiz, indo muito além do que a escolha racional e as leituras posteriores conseguiram captar. [253]

Se encontrar os responsáveis por cunhar o termo "tudo que está aí" é difícil, também é difícil captar a relação do eleitorado conservador em se tratando de direitos de

[251] Áudio em 19'50''.
[252] Áudio em 21'00''.
[253] É importante lembrar que a entrevista foi feita em meados de 2014, quando a situação econômica era bastante estável e não havia motivo claro para a fala de Maria, algo que viria a acontecer em 2015.

minorias, assim como foi visto na questão da relação com o racismo no país. Quando o tema versa sobre a postura progressista ou conservadora que poderia diferenciar um partido do outro, Maria diz não entender muito o que significa conservadorismo e progressismo, defendendo o que chama de "livre-arbítrio de cada um", sobretudo quando se trata de temas como união civil de homossexuais. Ainda que tenha negado que a família lhe possa influenciar na escolha de uma candidatura, é interessante notar a presença da família nas respostas sobre um tema que é bastante diferenciador quando se trata de pensar as diferenças entre PSDB e PT e que tem pautado as escolhas eleitorais.

> (Se a família influencia alguma coisa) Acredito que sim. Porque eu venho de uma educação tradicional, tradicionalíssima. Então, um dos pilares é... da formação dos seres humanos, que foi me passado pelo meu pai e pela minha mãe é a família, a figura da mãe, a figura do pai e a forma de criar os seus filhos. Uma formação diferente, pra mim, que tenho uma educação tradicionalíssima, não entra, eu não consigo, sabe? Pra mim não serve, mas não tenho problema nenhum em relação a pessoas que formam uma família diferente, com dois homens ou duas mulheres, até que venham a ter uma criança adotada. Eu acho complicado isso, sabe? Eu não sou contra e nem... como eu vou dizer... no meu conceito isso não cabe... eu acho que tem repercussões perante a sociedade, agora... esses conceitos todos estão se modificando, está em uma fase de transição. Pra mim não serve, como eu te disse, mas eu não discrimino quem seja assim e queira ter uma família, e ter esses outros moldes que tem por ai, da forma que está acontecendo. [254]

Atentando, então, para as pautas de cada candidato em 2010, o que a faz se posicionar num espectro bem conservador, como assumido na fala acima, Maria também busca explicar o fato de José Serra e o PSDB terem mais a simpatia de eleitores brancos, mais escolarizados e do sul e sudeste do país, sendo que Dilma Rousseff e o PT conseguem mais intenções de voto entre os mais pobres e nordestinos, sobretudo os menos escolarizados. Para a eleitora do sul do país,

> é a linguagem que eles utilizam, sabe? O Serra eu vi como uma pessoa que não tinha uma empatia e você tinha que ter um pouco mais de conhecimento para entender o que ele dizia, aonde ele queria chegar com o que ele dizia. Já a Dilma, não; ela até o que dizem dela e do Lula, né? Eles conseguem falar de forma que as pessoas entendem, não precisa de um pré-conhecimento, é... talvez pra pessoas mais simples não tenham disposição pra escutar o Serra ou uma outra pessoa, porque não se identificam com ele, se identificam com o Lula, que veio lá, é uma pessoa muito simples, que veio muito de baixo e chegou aonde chegou, e agora, a Dilma do lado dele é a imagem e semelhança dele, as pessoas vão lá e *tingem*... se não conseguem ouvir o outro, por exemplo, o Serra, aí não conseguem entender... pode ser por causa da linguagem ou a origem mais humilde, mas se ela não entende, ela pelo menos tenta entender e muitas vezes entendem o que eles dizem, e as pessoas mais simples não têm a disposição pra escutar outra pessoa, porque já partem

[254] Áudio em 24'10''.

> da ideia que não vão entender ou porque o outro não serve, porque não compartilha da sua realidade simples. [255]

Assim como entende que não há na maior parte dos eleitores de Dilma a disposição necessária para estudar ou trabalhar, Maria entende que não há também uma disposição para ouvir uma pessoa, pois "*não têm um pré-conhecimento e já partem da ideia de que não vão entender, ou porque o outro não serve, porque não compartilha da sua realidade simples*".

Sem conseguir diferenciar Dilma e Serra no quesito "origem", Maria atribui a Dilma uma característica que é de Lula, pois entende que "*os mais pobres, se a pessoa não tem uma origem humilde, não querem nem ouvir o que a pessoa tem a dizer*". A partir dessa diferenciação, a advogada justifica a rejeição a Dilma, dizendo que "*pelo resultado do governo da Dilma, essa questão, essa crise gigante que está aí, tudo revirado, tudo desorganizado, nada funcionando, e pior do que isso, está bem ruim a curto prazo*". [256]

A fim de justificar sua rejeição, para além de acreditar que "*nada está funcionando e a crise é gigante*", mesmo sendo em meados de 2014, quando a crise econômica de 2015 anda não tinha chegado ao país, Maria é instada a elencar quais elementos a fariam mudar seu voto, trocando Serra por Dilma. Confirmando a força da das variáveis *preferência pelo PT* e *nota para o governo Lula*, do modelo explicativo aqui anteriormente apresentado, a resposta da advogada curitibana é enfática: "*Nada! Não me identifiquei com o governo do Lula, então, não votaria na Dilma de maneira nenhuma!*". [257]

Quando trazidos novamente à conversa a obrigatoriedade da contrapartida do Bolsa Família de se ter a criança na escola e a carteira de vacinação em dia – o que fez o Brasil diminuir consideravelmente a mortalidade infantil – a advogada continua em sua tese, afirmando que "*isso aí acaba causando um problema, faz com que a família tenha cada vez mais filhos, pra ter direito a essa tal de Bolsa Família, né?*". Após ser informada de que o Bolsa Família atinge mais aos negros e o Prouni mais aos brancos, Maria sentencia:

---

[255] Áudio em 26'50''.
[256] Áudio em 30'25''.
[257] Áudio em 31'40''. É importante perceber que a fala de Maria, para além de ser ela mulher branca e do sul, com alta renda e escolaridade, referenda o modelo explicativo do voto em Dilma, uma vez que a não identificação com o governo Lula é a justificativa maior da eleitora de Serra.

> Eu sou a favor do Prouni, eu concordo, é um programa que dá acesso a pessoas ao ensino superior, né? Eu acho que é o caminho, acho que está certo, eu concordo com ele. Agora, o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família, poderia ser dado um incentivo, mas não da maneira que é feito, simplesmente dado, eles precisavam fazer algo pra estar merecendo isso aí. E não só simplesmente, não só por ter filhos, pela sua condição social, ter acesso a esses programas. Que a pessoa ter uma condição social determinada ou não, ter acesso a uma renda poderia ser acesso ao Bolsa Família ou Minha Casa Minha Vida, mas não só isso, deveria ser pedido mais pra essas pessoas, pra não cair naquela coisa de que "eu tenho minha casa própria e vou receber meu Bolsa Família, então não vou fazer mais nada da minha vida, né? Não preciso trabalhar, não preciso estudar, não preciso de mais nada, aí eu fico o dia inteiro sem fazer nada, e tudo certo"! Só que por outro lado tem alguém que paga essa conta e que trabalha pra isso, que tem que cumprir horário no seu trabalho e que... que tem que se organizar pra pagar suas contas, que paga imposto de renda, isso daí não vem do nada, se tem gente que não faz nada, tem gente que faz e tem que fazer muito mais pra pagar essa conta, não há um equilíbrio muito grande sem custo. [258]

A fim de concluir a análise do pensamento político de Maria, uma mulher branca e bem posicionada socialmente no sul do país, cabe dizer que em relação às cinco categorias de análises colocadas em 14 questões qualitativas, a advogada de 40 anos leva, sim, uma carga importante de uma criação tradicional ("tradicionalíssima", como ela mesma prefere dizer) de sua família, não se fundamenta em dados para diferenciar os governos do PSDB e do PT, mas insiste em refutar "tudo o que está aí", pois "a recessão é gigante e não há poder de compra", o que não era fato em meados de 2014.

A entrevistada entende o racismo como existente, mas não concorda com qualquer política de cunho igualitário, pois "seria preconceito", considera que a vida piorou muito, mas não consegue mensurar isso para além da crítica a "tudo o que está aí", entende que o Lula chegar ao poder foi um grande feito, mas que "o problema foi a reeleição dele que durou demais", e não concorda com o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, pois estes programas não contemplam o mérito dos beneficiários.

Maria apoia o Prouni, programa de universalização do ensino superior, mas que tem sido contemplador de um contingente de brancos muito maior, ficando o Bolsa Família com os negros e negras da nação, que, "*como não se esforçam, não conseguem alcançar*". Quando a questão versa sobre os direitos das chamadas minorias, a advogada coloca-se como "*alguém que respeita o livre-arbítrio de cada um*", mas ao mesmo tempo entende que "*o casamento deve ser entre pessoas que possam formar seres humanos*", o que não acontece com os casais gays, que ela entende que "*poderiam estar*

[258] Áudio em 35'20''.

*juntos, mas é preferível que não adotem uma criança, pois isso não seria bom, pois teria repercussões perante a sociedade*". [259]

## 5.3 O tipo centro-esquerda de Dilma: uma visão mais progressista?

À medida que as eleições passam e uma tendência surge, defendendo, numa retórica reacionária e reducionista, que "todos os partidos e políticos são iguais", surge a pergunta que busca responder se tal postura reducionista seria a responsável pelo eleitor que aqui será chamado de *eleitor de centro*, que é aquele que não está no campo dos indecisos; ele historicamente vota numa direção, mas, a depender de contingências de um pleito e de *fatos políticos* que possam ser construídos pelos candidatos e partidos, pode mudar a direção do seu voto, até escolhendo o candidato que lhe seria adversário.

Ao contrário de ser uma pessoa sem informação e que por isso entende que "não há diferença entre os candidatos e partidos", tal eleitor conhece bem as diferenças entre as agremiações, mas abre-se para aquilo para o que o eleitor-tipo mais radical não se abre, a saber, para possíveis chances de mudança do voto, permeadas pelas campanhas na televisão e rádio, pelos debates políticos e pelo noticiário sobre uma disputa eleitoral.

Esse perfil é extremamente importante, haja vista o fato de que parte dele a maior possibilidade de se decidir um pleito, pois seu voto não é radicalizado e tende sempre ao centro, o que confirma a grande importância dos debates e do marketing eleitoral sobre cada candidato e proposta, uma vez que a busca é pelo chamado "eleitor médio", o tipo *de centro* mesmo. Sem focar o eleitorado que pode ser dividido em: negro, masculino, pouco escolarizado, de baixa renda e do nordeste do país, ou branco, feminino, superescolarizado, com alta renda e do sul do Brasil, a luta mais árdua, como é possível perceber, sempre será pelo eleitorado que é de um, mas que bem poderia ser de outro candidato, como será mostrado à luz da entrevista de uma eleitora tipo *de centro*.

É para analisar essa tendência ao centro, o eleitor mediano, que aqui se apresenta Raquel, eleitora de Dilma em 2010, e que continua votando no PT, negra

[259] Áudio em 25'00''.

(autodeclarada parda, a mais favorável à candidatura petista) e residente na cidade do Rio de Janeiro, terreno há muito favorável ao PT, quando se trata da polarização com o PSDB, cujo terreno mais favorável é São Paulo. Raquel tem 28 anos, tem graduação completa em Serviço Social e é moradora do Morro do São Carlos, no bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. [260]

Raquel vive sozinha em um morro carioca e, mesmo fazendo um elogio à família, reconhece que a unidade familiar nunca foi algo tão forte, o que a faz afirmar que, embora tenha contato com a parte da família de sua mãe, não se relaciona com a parte paterna, que é do Mato Grosso do Sul, chegando ela a afirmar que não tem quase nenhum contato, e isso desde criança.

Se uma forma de pensar a preferência partidária está atrelada ao que se constrói em família desde os primeiros anos de vida, Raquel mostra que o vínculo familiar não tem tanta força em seu meio, chegando a dizer que toda a sua preferência política e partidária veio na época da faculdade de Serviço Social, ao contrário da eleitora-tipo de Serra, que atribui à família um papel preponderante na sua construção política. Na contramão disso, Raquel afirma:

> A minha questão política veio na época da faculdade. E parando pra pensar agora aqui, é... eu não consigo identificar alguma coisa que aponte essa questão política na minha família, não, cara. Eu não consigo lembrar. Eu não me identifiquei até hoje com a minha família nessa questão partidária. Não tem influência da minha família. Eu tenho um lado ideológico partindo pra esquerda, partindo pra minha categoria profissional, e do meu entendimento durante a formação que eu tenho profissional, tá? Atualmente tenho me interessado mais pelo PT, mas há uns dois anos tenho conversado com um pessoal do PSOL. Mas o meu hoje, estou mais tendenciosa para o PT, que é o Partido dos Trabalhadores. Nas ultimas eleições votei na Dilma, mas pra prefeitura do Rio votei PSOL. [261]

O que se poderá perceber pelo discurso do *tipo de centro*, matriz para se pensar o eleitorado negro do PT, é que a família não tem poder de influência na hora do voto, já que, diferentemente do eleitorado branco do PSDB, que, como será percebe aqui, segue uma indicação familiar (por conta de uma época que foi boa para a família, ainda que sob ditadura militar, como se verá num dos tipos), o eleitorado negro não tem no passado uma referência positiva em termos políticos (o que lança luz sobre referências mais atualizadas, haja vista a experiência de acesso diferenciado após algumas ações

[260] Entrevista feita em agosto de 2014.
[261] Áudio em 05’00’’.

governamentais), o que o faz votar consoante percepções de ganhos do presente, como é possível ver pelo depoimento de Raquel, a assistente social carioca.

Confirmando a tese de Converse, corroborada por Figueiredo, de que "*os eleitores se distribuem e se relacionam com o mundo político segundo uma conceituação que lhes é peculiar em determinados espaços sociais*"[262], é possível ver na fala de Raquel a ratificação da ideia de que para se compreender a atitude dos eleitores é necessário também focar as inter-relações que fomentam "*a cristalização de um sistema de crenças políticas*", ainda que exista uma instabilidade de atitudes frente às questões políticas, o que traz à tona opiniões bastante divergentes num mesmo contexto, bem como diversos graus de conceitualização do mundo político, tornando, segundo Converse, extremamente difícil prever a atitude de um indivíduo em relação ao voto, o que abre espaço para a migração, tese aqui defendida para o eleitor tipo *de centro*. [263]

Diante então da dificuldade de se prever a atitude do eleitor, Converse, como já aqui foi mostrado, apontou dois caminhos: o estudo do *grau de centralidade* e do *grau de motivação para a política*, como bem apresenta Figueiredo, ao afirmar que

> Converse demonstra que o elemento que, endogenamente, dá maior coerência aos mais diversos níveis de conceitualização é o *grau de centralidade* que os temas da vida pública têm na vida cotidiana do cidadão. A solução está em conjugar os níveis de estruturação dos sistemas de crenças com o *grau de motivação para a política* que os indivíduos desenvolvem. [264]

Deste modo, como aqui já se mostrou, quanto mais central é a posição de um indivíduo num grupo social ou na estrutura da sociedade com um todo, mais ele é informado sobre questões políticas e mais interessado ele se torna em tais questões. Para Figueiredo, pois, conhecer o campo ideológico é necessário, mas não o suficiente, para explicar e prever o comportamento eleitoral, já que, segundo este autor, as democracias modernas, com seus indivíduos movidos por uma forte instabilidade de seus sistemas de crenças, e expressando um baixo teor de respostas ideológicas, dificultam qualquer postura preditiva. [265]

Não com foco na predição, mas atentando para a *posição do indivíduo na estrutura social*, é interessante notar a percepção que Raquel tem dos dois governos,

---

[262] FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*: democracia e racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.
[263] FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*: democracia e racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.
[264] *Idem*, p. 25.
[265] FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 26-28.

Fernando Henrique Cardoso e Lula, o que ajuda na compreensão da tese de Converse e Figueiredo, já que a assistente social carioca se mostra totalmente alijada do alcance das políticas de FHC, ainda que por conta a pouca idade que tinha à época, mas totalmente inserida nas políticas do governo do PT, o que a faz lembrar-se de Fernando Henrique apenas pelo processo de privatização, mas se apresenta como grande conhecedora das políticas do PT de Lula e Dilma, bem como justifica sua fala concluindo que é assistente social na área do saneamento básico, incluída num programa governamental do Partido dos Trabalhadores, como se vê na fala que segue.

> Cara, FHC, o que me remete, assim, porque eu não sei muita, muita coisa, mas o FHC são as privatizações pra colocar aí pra você, é o que eu saberia falar pouco, até mais porque eu lembro que na época eu conheci pessoas, eu era um pouco mais nova também, na verdade. Do governo (Lula), a abertura nas questões através de concurso, de universidades, programas, de PROUNI, benefícios governamentais, porque aí eu tenho uma questão particular de categoria, porque na verdade a gente tem grande debate na categoria, eu sou assistente social, essa categoria defende assistente social diante do trabalho na assistência frente a essa demanda desses benefícios aí, esses sociais, que são governamentais. Mas também eu não trabalho com assistência, eu trabalho na área de saneamento básico, mas dentro de um programa do governo, que é o PAC. [266]

Se Raquel consegue afastar radicalmente os governos do PSDB de Fernando Henrique e o PT de Lula e Dilma, lembrando apenas de um aspecto, e negativo (as privatizações) de um, e uma série de aspectos positivos de outro (benefícios sociais da era PT), o mesmo acontece quando a assistente social é instada a mostrar em quais aspectos os dois governos se assemelham e em quais se diferenciam. Neste momento, sem citar elementos que possam comparar os dois governos, Raquel lista o que de bom reconhece nos governos do PT, deixando de lado a comparação pedida, já que diz não se lembrar do que fez FHC.

> Eu sinceramente eu não sei te falar, mas de diferencial penso eu que no governo da Dilma deram mais oportunidade de emprego e também a questão da inclusão, né? Do governo do Lula, teve inclusão social, entrega de cesta básica, bolsa de estudo... pra mim, falar do governo, eu não sei falar muito; é bem artificial mesmo, eu não tenho muita leitura nesse aspecto político, mas no governo do Lula, esse é o diferencial, acesso às universidades, bem mais, o próprio benefício, embora a gente construa e marque como categoria, entra algumas questões interessantes, é um pouco do que eu disse na questão anterior, pra mais assim, no governo da Dilma e do Lula (...) Bom, FHC, puxando na minha memória, eu não sei nenhuma questão muito pesada, eu não recordo também, até porque os meus pais eram funcionários do estado, mas assim nunca rolou, questão de emprego, de privatização, não rolou, eu

[266] Áudio em 07’35’’.

> não tenho muita noção. No governo de quando eu tinha mais de dezoito anos, governo Lula, eu creio que, por exemplo, a minha irmã estava numa construção, e estava grávida de novo, o marido dela estava 'mancando' e a família estava meio que uma situação difícil e ela teve de sair do trabalho e teve de pleitear o Bolsa Família, e ela tem, bom, partiu de mim também, porque o meu trabalho é um trabalho de condicionalidade de um ministério que foi criado para essa questão, e é o Ministério das Cidades. Eu, como sou moradora, eu voto no PT, a gente nasceu vendo o tráfico local e hoje a gente vê outra coisa, de uma forma maquiada, porque a gente continua vendo o tráfico de drogas, porém, a gente não vê o armamento. Uma coisa que veio também a partir desse governo, com o PT eu consegui enxergar melhor com a minha família do que com o FHC. Como minha família nunca foi politizada, eu nunca tive uma leitura disso, após os dezoito anos eu pude ver melhor, pois agora vejo que são coisas que me afetam diretamente, eu não tinha parado pra pensar dessa forma. [267]

O que se pode perceber, ao se comparar os tipos de eleitores de Dilma e Serra, do PT e do PSDB, aqui acessados, é que há uma relação de parceria fomentadora da intenção de voto que muda da família para o próprio governo, enquanto parceiro/beneficiador. A relação familiar é fraca, quando se trata dos eleitores petistas, e forte, quando se trata dos peessedebistas. Assim, pode-se inferir que a *centralidade política* se coloca como categoria de extremada importância, já que, pelo menos em se tratando de eleitores tipo *de centro*, o voto de negros e negras, mais à esquerda, diz respeito a uma posição privilegiada na estrutura social, que gera interesse por eleições, o que corrobora a tese de Marcus Figueiredo sobre tal categoria de análise do comportamento político, como já se viu aqui anteriormente.

O assunto central do presente trabalho é a questão racial no Brasil e sua possível influência no voto. Assim, pensar relações raciais é aqui colocado como algo que tem tudo para distanciar os pensamentos dos cidadãos, à medida que o espectro de cor vai fazendo-os diferentes entre si. Sendo Raquel uma negra de um morro tradicional do Rio de Janeiro, é interessante notar a percepção do racismo e as argumentações acerca do tema. Ao ser questionada sobre a existência de racismo no Brasil e se isso já a afetou, a assistente social carioca surpreende com uma visão demasiado estrutural do racismo brasileiro.

> Sim, na minha opinião existe racismo. E ainda muito latente, eu vejo isso. Eu posso dar meu exemplo, como exemplo pessoal, dois até. Exemplo do dia-a-dia, eu sinto que a partir do medo, desse medo, que são coisas até colocadas na gente na sociedade e como missão de dinheiro e como mulher quando eu ando sozinha a noite na rua, se eu vejo um cara vindo na minha direção e se ele for negro na minha mente eu penso automaticamente penso em alguma coisa ruim, embora a minha mente pensa primeiramente em alguma coisa

[267] Áudio em 10'15''.

> ruim, seja um assaltante, enfim, eu também tenho esse outro lado eu paro e falo: 'Caramba, e se fosse um cara, sei lá, branco?', enfim. E também senti quando eu... eu sempre quis um cabelo cacheado,e o meu cabelo não é, ele é um cabelo crespo e tal, e eu sempre vi o meu cabelo feio, nunca assumi meu cabelo, sempre vi com perplexidade, isso antes de rolar essa tendência que tem hoje. Eu senti que quando eu alisei o meu cabelo as pessoas me olharam de outra forma, me olharam com seriedade, isso foi uma coisa que eu percebi, no sentido de como eu tenho cargo de condenação, eu senti já essa mudança na época que eu já tinha esse cargo de condenação, isso fez sentido pra mim. E outra questão e que eu tenho amigos muito próximos que são negros, na minha família tem muitos negros e o que acontece, a gente vê essa questão dos tons da pele, da cor da pele, enfim, influenciar sim na questão de trato, pra mim essa é uma questão também é muito delicada, eu mesma... porque existe esta miscigenação, isso não é uma questão muito clara pra mim, eu me considero negra, mas eu coloco como pardo, se eu colocar negro, o cara vai olhar pra mim e vai dizer: 'você não é negra, você é branquinha'; essa é uma questão muito delicada. [268]

É notória a construção social do padrão de beleza na fala de Raquel, justificando a tese de Jacques D´Adesky, quando este afirma que é o padrão caucasiano que conta como superior e "o mais certo". Pela tese deste autor, existe uma cor certa para o errado e uma cor certa para o certo[269]. Uma cor certa para o feio e uma cor certa para o bonito. A fala de Raquel referenda o dito de D´Adesky, uma vez que o medo de assalto existe, mas existe *mesmo*, se o cara que vem no escuro for negro. Do mesmo modo, existe o cabelo feio, que no caso é o natural de Raquel, já que é crespo e não consegue o respeito conseguido pelo alisado, que a fez se sentir bela, respeitada e tratada com seriedade, como mostra a fala acima.

Também é necessário notar no depoimento de Raquel a dificuldade dela em se entender em sua cor, já que a mesma confessa ser negra, mas se apresenta como parda, pois outros poderão a achar "branquinha", recusando-lhe a condição de negra. Não são poucas as teses defensoras de um *continuum de cor* que impediria que se soubesse quem é negro e quem não é no Brasil. Em trabalho anterior, o autor da presente tese[270] analisa as diferenças de argumentação entre as linhas de pensamento sobre relações raciais no Brasil, mostrando as razões de se "escolher ser pardo", mesmo entendendo que se é negro, como fez e faz Raquel em seu cotidiano. A fim de provocar uma resposta ainda mais contundente sobre o tema, Raquel foi instada a responder se é "branquinha" ou não.

[268] Áudio em 16'20''.
[269] D´ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
[270] SOUZA, Cleinton. *Sim, somos racistas*: análise sociológica do racismo à brasileira. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGSD/UFF, 2011.

> Não! Pra mim existe essa miscigenação, sabe?! Pra mim é... pra mim é... Eu não consigo... eu é... eu confesso que é estranho, eu estou falando isso aqui no Brasil, eu falo que eu sou parda, não sei, não sei se você está me entendendo, porque a gente tem essa mistura, esse histórico dessa miscigenação, enfim. Mas existe muito desses padrões que tem que colocar e normalmente em concurso eu coloco, eu não pleiteio vaga, porque... exatamente por essa questão, de chegar na hora e falarem isso pra mim. E aí voltando à questão, eu vejo que em determinadas situações que eu fui tratada completamente diferente do jeito de uma pessoa que tem a cor negra, assim vamos dizer. E isso a questão da vestimenta, do jeito de se portar, eu penso que não é apenas a questão da cor, também essa questão da pose. Eu nunca... eu nunca passei por nenhuma coisa pesada, do tipo: "Caramba, eu fui vítima", mas a questão foi mais essa do meu cabelo. Assim, é o que ficou claro pra mim, foi essa questão do meu cabelo. (*Você acredita que foi mais respeitada no cargo por causa disso?)* Exatamente! Exatamente! Exatamente! Eu senti que sim. [271]

A partir do momento em que uma pessoa percebe uma versão estrutural do racismo, sobretudo em se tratando de uma pessoa negra, será interessante analisar seu posicionamento, sobretudo em relação a temas como ações afirmativas e cotas raciais, elementos caros ao presente estudo. Embora pudesse ser automática a resposta favorável às cotas raciais, por ser negra e pelas experiências vividas e trazidas em narrativas bastante elucidativas até aqui, não é o que acontece com Raquel, a assistente social carioca entrevistada. A dificuldade em se apresentar como negra a faz titubear entre ser favorável ou ser contra as cotas. Enquanto eleitora de centro-esquerda, será interessante notar se sua posição poderá pender para um lado ou para o outro, na hora do voto, a depender de circunstâncias bastante peculiares a um determinado pleito, como já foi mostrado. Justificando o "desconforto" com o tema, Raquel se coloca diante do que para ela é um tema bastante difícil.

> É delicada a questão. Eu sempre tento, eu não tenho uma opinião fechada e nem formada em relação a isso. Eu penso que historicamente, a gente disponha esse fato é... atingidos por muitas coisas, porque historicamente a gente vê, né? Que... que... isso envolve até hoje, mas é... é porque pra mim, como eu falei anteriormente, essa questão, eu não tenho nada formado, nessa questão de... é... a essa miscigenação você se considera negra, mas *não pode colocar negro lá* (grifo meu) na opçãozinha lá e parará, isso eu estou falando do meu tom de pele. A minha mãe era negra, a mãe tinha a cor da pele bem mais escura que o meu, e o meu pai tinha a cor da pele bem clara; branco, enfim. Embora a minha avó paterna é índia, é índia mesmo, e a minha avó materna é portuguesa mesmo, enfim, eu tenho a cor mais clara, mas eu penso que "não", assim o que eu te falaria hoje, eu, eu diria que "não" , eu acho que isso subjulga, eu não sei, não, não desmerece, mas assim eu acho que é muito tardio, é como se fosse um pedido de desculpa bastante tardio pra, pra, não é segregação também, mas eu não sou tão a favor, mas também não sou completamente contra, porque eu mesma trabalho numa empresa e fiz concurso por cota e, enfim, eu creio que não sou completamente a favor, não.

[271] Áudio em 18'35''.

> Eu sei que tenho uma colega na equipe como tinha cota de negros ela entrou na cota, né? Ficou em primeiro lugar, separadamente, e tá com a gente; ela é uma excelentíssima profissional. [272]

Na dúvida entre ser contra ou a favor das cotas raciais, Raquel defende que a questão *"é muito tardia, fruto de movimentos sociais que nos trouxeram até aqui*", mas não saberia se posicionar, já que viveu de uma forma que chega a chamar de "*um mundo ideal, uma coisa mais utópica, que talvez tenha muito a ver com a família*". A questão das cotas, portanto, não a atinge tanto, já que a assistente social se entende como diferente em relação à vivência da igualdade. Para a assistente social carioca, o fato de ter um quarto próprio e brinquedos com os quais podia brincar sem problemas com a irmã a fazia experimentar uma igualdade que não careceria de interferência externa. Todavia, a própria Raquel admite:

> mesmo sendo aqui no morro, a gente tinha tudo, a gente tinha um quarto pra gente dormir e a gente tinha brinquedo, e do lado da nossa casa tinham crianças que não tinham nenhum brinquedo. Eu cresci vendo uma certa igualdade, embora quando eu vi outros, como eu, vi que não é bem assim. Nem todos são iguais; essa coisa das cotas facilita, em certo sentido. [273]

A dificuldade em se admitir negra, por conta de uma possível discordância alheia acerca de sua cor, junto a uma qualidade de vida um pouco melhor do que os vizinhos de morro fez Raquel titubear na hora de pleitear e defender cotas raciais, já que existiu sempre um receio de que a pudessem considerar "branquinha e bem de vida", o que em sua opinião não poderia ser característica de quem é beneficiário de cotas raciais. Nesta direção, a percepção da questão racial brasileira na fala da assistente social elucida algo que pode ser a postura também de muitos outros negros e negras que não pleiteiam a condição de cotistas, uma vez que, atentando para um *continuum de cor* na nação, não conseguem afirmar categoricamente que são negros:

> Embora eu tenha estudado numa escola do estado, em que faziam os três anos do Ensino Médio da escola, eu não tive professor de física e isso me ferrou no vestibular, entendeu?! Mas ai entra a questão, eu não me lembro se existia cota, mas se tivesse o que iria colocar eu ali? Eu marcaria negro? E se eu marcasse negro, quando eu me apresentasse, como seria isso? Então eu tenho algumas questões em relação a isso, assim... (*Mas você acha que eles poderiam barrar?).* É. Entendeu? E se dissessem pra mim: "Você colocou que é negra, mas você é branquinha". Porque eu já ouvi, não nesse sentido de cota, mas as pessoas falavam: "Ah, mas você é branquinha e num sei o quê". E hoje eu estou bem mais morena do que quando eu era criança. Mas eu... eu

[272] Áudio em 21'55''.
[273] Áudio em 26'00''.

> sei lá... eu já ouvi muito dessas coisas assim... está tudo muito torto, mas assim, são essas minhas observações, é o que está na minha memória e que eu passei (...) essa leitura de enxergar é por conta do meu acesso à universidade e foi um acesso como uma pessoa que não entrou em uma faculdade pública porque não teve condições de estudar legal durante o Ensino Médio né?, e foi bolsista PROUNI, um programa de período integral, numa faculdade particular, entendeu? Mas eu não sou a favor e não sou contra cotas; é que hoje em dia a democracia é, né? Enfim, a pessoa tem a opção de seguir o que ela acredita e o que ela vê, enfim. [274]

Como se pode ver, embora Raquel tenha sido beneficiária de um programa governamental, o Prouni, não é automático o seu apoio ao sistema de cotas e nem é ela uma entusiasta do governo petista, ainda que em sua opinião o PT seja o responsável por programas como o Bolsa Família, do qual sua irmã é beneficiária desde a gravidez, o Prouni, que a própria assistente social acessou para se formar, e outros como o Minha Casa Minha Vida, que também é do conhecimento de tal profissional, que inclusive trabalha em uma grande obra do PAC, outro programa que Raquel entende ser atribuído ao Partido dos Trabalhadores.

Assim, ainda que tenha sido alvo de programas sociais que ela defende ser de iniciativa do PT, já que foi "*por conta da gestão deles; eles estavam no poder quando iniciaram esses programas, esses programas de governo*", o voto de Raquel parece não estar apenas ligado a tal iniciativa governamental, mas está atrelado a outras questões. A fim de elucidar o que de fato motiva a assistente social na hora do voto, em se tratando da polarização PSDB/PT, foi interessante questioná-la acerca da qualidade de vida, para melhor ou para pior, a depender de qual partido estava no poder.

> Eu acho que... como eu falei, PSDB eu não tenho tanta leitura de realidade, não tenho tanto conhecimento, eu não me lembro de tanta coisa. Mas... eu não lembro mesmo, mas nesses últimos anos, penso eu que a questão do trabalho me favoreceu, porque na minha família como um todo, vamos lá... a gente... quando se fala de favorecer no trabalho eu falo por mim, porque eu sou órfã e quando eles faleceram eu estava logo no inicio, me desenvolvendo... não houve... eles não foram nessa questão que eu me lembre de favorecimento ou de desfavorecimento... Pra mim uma coisa... Algo bom pra mim como profissional é porque deu uma porta de trabalho dentro de um programa de governo que é o PAC, então abriu essa porta (...) eu nunca tive acesso a benefícios como estes porque eles têm condicionalidade, enfim, porque eu não tive ainda, então eu penso nessa questão do trabalho, né? No trabalho... porque tem também essa questão do acesso da universidade, vamos lembrar que eu fui bolsista também, tá? [275]

[274] Áudio em 28'50''.
[275] Áudio em 43'50''.

É importante notar que, enquanto eleitora tipo *de centro*, mas pendendo à esquerda, Raquel, assim como o caso de uma bancária paulistana (Aline, cuja entrevista será analisada a seguir), também *de centro*, mas pendendo à direita, votante em Serra, não há tanta lembrança do governo PSDB, embora no caso de Raquel nem mesmo a tão comentada estabilização da economia apareça, o que, como era de se esperar, a diferencia muito de uma eleitora-tipo do PSDB, caso da advogada Maria.

Embora haja diferenças entre as duas eleitoras que aqui se apresentam como *tipos de centro*, no entanto, é importante notar que uma racionalidade mais distanciada da paixão as motiva e as aproxima, já que as duas eleitoras, parte do grupo de eleitores responsáveis pelo maior contingente de votos, lugar do "eleitor médio" e do sudeste, corroboram a tese de escolha racional, de Antony Downs, embora a racionalidade tenha sido construída e seja justificada de forma diferente em cada uma delas, haja vista a *relação familiar* e a *intervenção estatal* na vida cotidiana, variáveis que serão de grande valia para a explicação das diferenças na escolha dos perfis de eleitores que muito influenciaram aquela eleição.

Sendo o foco deste trabalho o comportamento eleitoral consoante a cor/raça dos indivíduos, é interessante notar que a escolha racional de Raquel pode bem ser analisada à luz da contribuição de Mônica Castro, uma vez que a escolha racional lida por tal autora contempla de forma muito peculiar os eleitores que se alocam na tipologia *de centro*, como é o caso da assistente social carioca aqui apresentada.

Nesta direção, Castro mostra que a defesa dos interesses populares, enxergada nos candidatos pelos eleitores em posição desfavorável na estrutura social, é vista de outra maneira por aqueles que detêm uma melhor posição. Por conta disso, os eleitores mais sofisticados lançariam mão de uma ideologia política e de uma comparação das propostas dos candidatos com suas opiniões acerca dos diversos *issues* para efetuar a escolha, que, para Castro, seria a escolha mais racional. Embora pareça que Castro quer defender um voto de emoção para as camadas mais populares, que é o caso tanto de José quanto de Raquel, e um voto de razão para as camadas mais altas, a autora defende que não é disso que se trata, já que defende a tese de que

> para explicar o voto é preciso considerar que os eleitores são ao mesmo tempo autônomos e condicionados, em graus variados, dependendo do contexto em que estão inseridos e de sua posição na estrutura social: é preciso considerar que escolhem, decidem como agir, dentro de circunstâncias que limitam, em grau variado, suas alternativas e percepções da realidade política; é necessário levar em conta as preferências dos

> indivíduos, seus objetivos, mas sem esquecer que essas preferências variam conforme sua situação na sociedade que produz experiências de vida diferentes, graus variados de participação, informação e interesse pelo processo político. [276]

Acompanhando o pensamento e a argumentação de Raquel, expostos acima, é possível notar, então, que não se trata de uma eleitora de tipo "sofisticado", como é apresentado na teoria de Castro, mas, mesmo assim, trata-se de alguém que consegue enxergar no pacote de benefícios oferecido por um determinado partido (Prouni, PAC e Bolsa Família, que Raquel entende serem obras do PT) a razão para direcionar seu voto, ainda que o entusiasmo não seja como o de um eleitor-tipo mais definido, como José.

Naquilo que pode explicar o fato de Raquel não ser um tipo mais radicalizado e, portanto, ser alguém muito disputada, já que, eleitora *tipo mediano*, se acredita que pode mudar seu voto a depender das circunstâncias, decidindo uma eleição, quando perguntada sobre as possíveis diferenças entre PT e PSDB, em se tratando de ser um partido progressista ou conservador, a assistente social analisa:

> Eu acho que... será que a gente não tem essa visão de PT por conta do histórico.. do surgimento do partido? Eu tenho essa visão... O histórico do surgimento, essa coisa assim de status naquele momento e aí a figura do Lula mais uma vez, né? Talvez, eu não sei.... eu só estou falando assim, do pouco que eu fiz... a minha intenção é só uma indagação mesmo... ele tem essa coisa de uma história de luta e tem falado dessa coisa do progressista, enfim... eu não sei, eu não sei (...) Eu acho que talvez hoje o PSDB não seja tão conservador, penso que tem outros partidos que são bem mais conservadores, é... com aquela coisa mais sigilosa e mais doutrinária. Ah, sei lá, essa é minha opinião (...) agora sobre os Direitos Humanos, é um caráter progressista do PT, mas a dúvida que eu tenho é quando a gente fala da bancada religiosa é, eu não sei quais são os partidos, eu até desconfio, enfim... eu não sei se existe um número significativo de políticos com essa bancada que são do PSDB, eu não sei... então, aí, se forem, penso eu que a gente pode notar uma veia conservadora, mas aí é que tá, eu não sei... eu não sei... a maioria, eu não sei, não sei se tem número significativo, não sei dos partidos que têm essa questão mais religiosa, enfim, eu realmente não tenho muita leitura. [277]

Não diferenciando tanto os dois partidos em questão, Raquel abre espaço para aquilo que se percebe na postura do eleitor *tipo de centro*, o que faz surgir a dúvida sobre quais aspectos de uma candidatura a poderiam fazer mudar a direção do seu voto. Assim, a assistente social foi colocada diante de alguns dados, no intuito de que ela própria tentasse explicar as motivações dos eleitores de Dilma e Serra em 2010.

---

[276] CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992, p. 210.
[277] Áudio em 48'00''.

Ao ser informada de que as mulheres tendem mais a optarem por Serra, apesar da possibilidade de identificação de gênero com Dilma, Raquel repete o tempo todo que não sabe a razão disso, sugerindo apenas que há uma questão masculina no nordeste e que o Lula e os programas sociais talvez sejam os maiores responsáveis por esta escolha, bem como há uma relação direta das mulheres com a saúde, o que remeteria a um ex-ministro dessa pasta, que é o caso de Serra. Assim, a jovem carioca entende que

> pensando no masculino, nessa maioria que votou em Dilma, é... homens que trabalham e que são de alguma forma, talvez a partir de suas esposas, ou na afeição da região nordeste, são beneficiados pelos programas que vieram do governo Lula. Já no Serra, você falou que foi no sul, mulheres com nível alto de escolaridade, né? Eu não sei, eu não sei, eu não sei, é até uma coisa bem interessante nessa pergunta. Mas o que me remete aos eleitores de Dilma é... essa questão do nordeste, homens e... eu não sei se você tem esses dados ou não sei se esses dados estão com você, nessa questão do trabalho ou não, eu acredito que eles são beneficiados direta ou indiretamente por esses benefícios governamentais, penso eu, penso eu muito artificialmente. Mas no Serra eu não sei, talvez pela ligação dele de gestão da saúde, eu não sei, eu não sei, cara; o sul está meio distante pra mim, pra mim é quase outro país. [278]

Enquanto mulher e também muito mais preocupada com a saúde do que os homens, como têm mostrado vários estudos acerca do cuidado de si, Raquel aponta pistas para o eleitorado feminino de Serra. Todavia, embora se mostre interessante a "masculinização do nordeste", é importante lembrar que são muitas as mulheres responsáveis pela casa e pelos filhos, sendo inclusive as titulares em termos de programas governamentais de distribuição de renda, como é o caso do Bolsa Família, o que poderia ter força para um imenso eleitorado feminino do PT no nordeste.

Ao ser enfim confrontada com a última questão sobre a eleição de 2010, falando dos elementos e as justificativas para não votar de jeito nenhum num dos dois e das razões – ou ações do candidato escolhido – que a fariam mudar o voto para o candidato que foi rejeitado, Raquel, referendando as variáveis *preferência pelo PT* e *nota para o governo Lula*, admite ter votado em Dilma e diz: "*porque eu não queria, eu não sei, não me interessa o Serra, e assim... eu gosto, eu tenho uma simpatia pelo governo Lula, Dilma, eu tenho assim... e como eu falei e repito eu não entendo muito disso*". [279]

Aliando a simpatia pelos governos do PT aos programas sociais já mencionados e usufruídos por Raquel ou por membros de sua família, é possível

[278] Áudio em 54'20''.
[279] Áudio em 58'00''.

construir uma tipologia que não radicaliza a sua escolha, como é o caso da advogada curitibana eleitora de Serra, mas a justifica consoante um histórico de vida que a faz afirmar que "*de alguma forma esses programas* (sociais, atribuídos ao governo petista)*... eu penso que eles dão uma visibilidade maior às causas sociais*". [280]

Justificando a rejeição a Serra, Raquel traz o afeto como algo a justificar a já citada "simpatia pelo governo Lula e Dilma". Assim, referenda a rejeição ao candidato do PSDB de forma bastante peculiar, dizendo que "*não tem uma identificação política, não tenho afeição, não... não me passa confiança... nem pensei... preferia anular. Até diante do histórico do partido, também*". [281]

Assim, dizendo que, *"*se tivesse de votar em Serra, eu anularia", a assistente social carioca, ainda que não seja um tipo mais radical, como aqui está sendo pensado, radicaliza a justificativa, lançando mão de uma identificação com sua classe de trabalho, o serviço social, que, como ela mesma defende, é muito voltado à esquerda do espectro político. Deste modo, a fala de Raquel destoa da próxima entrevistada, Aline, uma bancária paulistana, também *tipo de centro*, uma vez que, enquanto Aline, como se verá a seguir, confessa que poderia mudar seu voto, escolhendo Dilma, a depender de "escorregões" cometidos por Serra, a flexibilidade de Raquel só a permite anular o voto, como se pode ver na fala que encerra esta entrevista.

> O que eu ouço falar e o que eu vejo é também, muito por conta da categoria que eu me incluo, que é completamente voltada pra esquerda, é... eu não tenho muita identificação pra eu me desligar... eu... eu não sei... eu não tenho interesse em saber tanto assim, sabe?... até então, né? na verdade a gente vai ter de fazer uma leitura sobre jogos políticos e políticas (...) porque essas coisas da privatização ficaram bem marcadas em mim, talvez uma das únicas coisas... mas, sei lá, que privatizaria uma Petrobrás da vida é... saúde... privada, esquecendo completamente que a constitucional dela de que é... qual a palavra agora? Eu me esqueci... eu esqueci a palavra agora (...) esquecendo o caráter complementar constitucional, enfim, eu acho que essas coisas mais voltadas pro bem-estar da população, né? eu não sei.. sei lá, acho que mais na questão de saúde é... assimilamento... não sei... (*Então se ela fizesse isso, isso te faria votar no Serra?)* Não, eu não votaria em nenhum dos dois (*Não tem nada ela pudesse fazer que fizesse você mudar seu candidato, mudar seu voto e você votar no Serra?).* Não voto, eu não voto, até porque eu não falo o que eu não sei, muito menos voto em quem eu não conheço, é... a minha questão é muito crua, assim, eu... eu meio que assim, pelas marés da minha categoria, que é mais voltada pra esquerda, entendeu? Como você me perguntou várias vezes essa questão de como eu cheguei aqui, eu não sei, eu não tenho muita leitura sobre governo, eu não tenho, entendeu? Eu não sei, não está aparente

[280] Áudio em 58'40''. A articulação teórica entre Downs e Michigan se pode também perceber aqui, já que a fala traz à baila as obras de Robertson, 1976; Nie, 1979; Norris, 1997; e Figueiredo, 1991.
[281] Áudio em 1.02'20''. Lembrando aqui o foco da interpretação antropológica de Goldman e Sant´ana, 1996.

> da minha história, quero dizer, tá, até que tá, mas eu ainda não identifiquei. [282]

Como é possível ver, benefícios sociais, identificação partidária, afeto, identificação profissional com determinado espectro político e uma forte e negativa lembrança acerca do processo de privatização, perpetrado pelo PSDB, impediram qualquer possibilidade de Raquel admitir uma migração de voto, ainda que a escolha possa ser deixar de votar em seu candidato, ficando tal *tipo de centro* com a opção de anular o voto.

## 5.4 O tipo centro-direita de Serra: uma visão conservadora?

Se um perfil de eleitor de José Serra foi chamado de "ideal", porque, independentemente das circunstâncias e argumentos, o voto iria sempre para o mesmo candidato, o *tipo de centro* é aquele que, como já dito, ainda que declare seu voto num candidato, é muitíssimo disputado, pois, sendo o "eleitor mediano", entende-se também que ele poderá mudar de opinião, a depender de alguns rumos tomados pela campanha ou por algumas posturas apresentadas pelo candidato e partido de sua preferência, ainda que, no caso de Raquel, como foi mostrado anteriormente, abandone seu candidato, mas sem optar pelo adversário direto, por conta da tradição de esquerda da categoria profissional que escolheu.

O curioso desta tipologia é que ela é a principal responsável pelo resultado de uma eleição, sobretudo uma eleição polarizada, como as que estão acontecendo no Brasil desde a construção de uma arena de embates para PT e PSDB, uma vez que se trata do eleitor-médio, do qual se pode esperar o que não se consegue fazer com um eleitor-tipo mais polarizado, já que, se é quase impossível que este mude de ideia e candidato, isso é bastante razoável para o eleitor que, mesmo com uma preferência político-partidária clara e histórica, não tem uma opinião radicalmente fechada diante de um específico pleito e, por isso mesmo, tem o poder de mudar os rumos de uma eleição; é este o eleitor *tipo de centro*, um eleitor flexível, o "eleitor mediano".

[282] Áudio em 1.04'00''.

Como foi visto no material trabalhado para a construção dos tipos aqui analisados, o embate por votos colocou Dilma, em uma análise bivariada, em imensa vantagem na região nordeste e Serra com uma pequena vantagem na região sul. Nestas regiões, seguindo o modelo explicativo acrescido por um recorte apenas por região e cor, pode-se afirmar a presença de um contingente importante de eleitores do tipo "ideal", já que a consolidação do voto estava bastante clara e definida, praticamente sem chances de mudanças, mostrando vitória acachapante de Dilma no nordeste e vitória com boa margem de distância para Serra no sul.

Já em se tratando do maior colégio eleitoral do país, composto por eleitores da região sudeste, onde se encontra uma polarização que favorece mais a Serra, em São Paulo, reduto eleitoral do PSDB, e a Dilma, no Rio de Janeiro, reduto mais favorável ao PT, será interessante acessar os chamados eleitores "de centro" desta região, já que nela o voto não está radicalizado e o eleitor-mediano tem de ser disputado voto a voto, o que em tese poderia fazer com que existisse a possibilidade de uma migração (simples abandono do candidato escolhido, ou até escolha do adversário direto), a depender das circunstâncias a serem apresentadas.

Assim, coube a esta pesquisa, que busca entender as razões para se defender a identificação étnica na questão do voto, ainda que a mesma não tenha se dado em 2010, dar foco à variável cor/raça na análise da escolha de dois *perfis* da região sudeste – mesmo que apenas em caráter ilustrativo e para contemplar análises bi e trivariadas – ligando uma eleitora ao candidato José Serra, no maior colégio eleitoral deste candidato, o estado de São Paulo, quase tão favorável quanto a região sul.

É nesta justificativa que aparece a eleitora Aline, votante de Serra em 2010, de cor branca (a mais favorável ao candidato em uma análise bivariada) e residente em São Paulo, terreno há muito favorável ao PSDB, no intuito de perceber quais elementos justificam um voto e uma possível migração de voto, algo que, como é sabido, em muito interessa aos políticos e analistas políticos envolvidos em qualquer pleito.

É aqui, pois, que entra Aline, 29 anos, bancária em uma agência do Banco do Brasil na cidade de São Paulo, autodeclarada branca e com escolaridade de nível superior completa; eleitora de José Serra em 2010, e continuando a escolher candidatos do PSDB posteriormente. [283]

[283] Entrevista feita em julho de 2014.

Articulando a relação entre o *histórico familiar e escolha de um candidato* ou partido, percebe-se neste perfil de votantes de Serra e do PSDB uma continuidade do elogio à meritocracia e ao esforço que a família ou a própria pessoa fez no passado, sendo que tal argumentação passa por critérios que seriam, segundo algumas teorias do comportamento eleitoral, tidos como mais "racionais", uma vez que, ao contrário da advogada Maria, do sul do Brasil, Aline encontra em sua justificativa de voto elementos que faziam de sua família "*melhor de vida na época da ditadura, e do (Paulo) Maluf, do que hoje*", o que justifica a chamada escolha racional, já que a comparação de "pacotes de benefícios" se dá com bastante clareza no discurso de tal eleitora, justificando autores que analisaram a chamada Escolha Racional. [284]

Uma característica importante ao se comparar a tipologia *de centro* em relação à tipologia *ideal* está no fato de como é vivida a história familiar e a admissão de que este é um fator preponderante na escolha de um candidato ou partido. Se a advogada Maria não lançava mão de um experiente familiar, focando toda a sua justificativa na crítica ferrenha "a tudo o que está aí", mostrando um imediatismo nas decisões, a bancária Aline admite a forte influência da família e do passado nas escolhas de agora.

Assim, a presença do discurso meritocrático é mais branda e a personalização do voto se dá de forma diferenciada, ainda que continue a existir. Afinal, é de Aline o reconhecimento de uma intervenção positiva de Paulo Maluf na vida de sua família, ainda que o critério de "currículo" tenha vindo a ser problematizado ulteriormente, mesmo pelo pai de Aline, que "*votava no Maluf, mas foi mudando ao longo do tempo*".

O discurso radicalmente contrário à presença do estado na vida das famílias, algo muito observado na fala de Maria, é negado na fala de Aline, já que sua família via na ditadura militar uma influência positiva, uma vez que "*foi a época em que o pai e a família estiveram melhor de vida*", justificando, em relação à ditadura militar, a postura favorável do pai da bancária paulistana, que justifica:

> O meu pai aposentou por problema de saúde e isso foi bastante marcante, ele estava bem na vida profissional, enquanto jovem. E depois ele se aposentou e as coisas foram ficando só piores, na parte financeira. Depois da aposentadoria dele a situação foi ficando um pouco pior. A época que ele estava bem financeiramente era a época da ditadura. Não que ele fosse favorável à ditadura, isso sempre influenciava de uma certa maneira. É... não sei o que mais (...) eu sempre fui muito critica, sempre gostei muito de discutir, e eu sempre conversei muito com meu pai sobre política, tive muito diálogo. Eu lembro bem que estava no colegial, e eu tive uma professora no colegial que ela era totalmente petista e tentava fazer a nossa cabeça a

[284] DOWNS, 1999; REIS, 1988; RADMANN, 2001.

> qualquer custo, e eu brincava com ela: "eu não sei quem vai me convencer, se vai ser você ou meu pai". Porque em casa era o contrário, meu pai era Malufista, votava no Maluf e foi mudando um pouco de opinião ao longo do tempo. A gente sempre conversou, discutiu política, e eu gosto bastante. Eu falo que é difícil a gente ir contra porque é uma coisa meio interna. Eu passei anos e anos ouvindo que aquilo era o certo. Uma influência que eu vejo bem, meu pai era contra a Folha de São Paulo, por exemplo. Em casa a gente não lia a Folha de São Paulo. Ele não era contra totalmente, mas ele não gostava da Folha e era a favor do Estadão, que a gente sempre leu. Eu assinava o jornal e era o Estadão em casa. O Estadão, conhecidamente, é mais claro pra direita. Então são coisas indiretas que você vai lendo, vai vendo, e isso acaba ficando um pouco mais evidente. Assim, não sei justificar. Na época que eu estava na faculdade eu era um pouco mais contra tudo, não queria votar em ninguém, e depois em 2010 eu já estava achando que o governo do Lula foi bom, teve ganhos, mas que teve alguns problemas e estava na hora de mudar. Não votei no Lula na primeira eleição, mas na segunda eu já era um pouco mais favorável. Quando ele saiu, eu já achei que não dava mais. Já tinha que mudar, e eu acho que assim, o voto no Serra vai mais não no sentido de ser a favor do Serra, mas de ser contra e querer alguma mudança. [285]

O que se percebe na comparação entre a fala de Maria e a de Aline é que existem mesmo razões para uma ser do tipo "ideal" e a outra "de centro", já que, no ato de comparar pacotes de benefícios, Aline consegue enxergar que "*o governo Lula foi bom, teve ganhos, mas teve alguns problemas*", que é algo impensado para um eleitor-tipo mais radicalizado, como Maria, que não se vê mudando de posição em hipótese alguma, já que é "contra tudo o que está aí".

Se a advogada Maria não reconhece qualquer influência em suas escolhas eleitorais tanto na família quanto no meio social de onde veio, incluindo-se aí "*um casamento com um filósofo que tinha muitos amigos intelectuais que discutiam política o tempo todo*", Aline entende que a influência de sua família é direta e marcante, justificada até na postura do pai de "proibir" a leitura de um jornal, entendendo que o mesmo não era tão agradável, por não ser tão conservador quanto o de sua preferência.

Deste modo, vê-se com clareza a relevância do pensamento de Castro que defende que "*indivíduos com interesses supostamente semelhantes, em contextos diferentes, se comportam politicamente de forma diferente, enquanto contextos sociais semelhantes admitem comportamentos políticos diferentes, dependendo das características individuais que influem sobre as escolhas*" [286]. Assim, o desafio consiste mesmo em dar conta das condições de autonomia e de determinação das escolhas individuais, justificando, como já foi aqui mostrado, a relevância das perspectivas sociológica e psicossociológica para a explicação do comportamento eleitoral.

[285] Áudio em 03'48''.
[286] CASTRO, *op. cit.*, p. 19.

A flexibilidade da bancária Aline é clara ao iniciar uma comparação entre dois tipos de governo e a possível relação destes com temas como a corrupção. Nesta direção, Aline compara pacotes e entende que até "*a corrupção do PSDB é diferente*", já que é com menos "voracidade". Nesta direção, a jovem defende:

> Não é que eu ache que o Serra ia ser *muito* melhor que a Dilma, mas eu ainda achava que ia ser melhor que a Dilma. Porque tem essa questão da corrupção, que eu acho que está bem escancarada. Não que no PSDB não tenha, acho que teve e a gente está vendo esses escândalos em São Paulo, de licitações, eu acho que isso tem e sempre teve. Mas eu acho, assim, talvez com menos voracidade. [287]

Se, de acordo com os autores da Escola de Michigan, aspectos psicossociológicos devem ser levados em conta na análise do eleitor-tipo mais radical, personificado na advogada Maria, que não consegue fugir muito ao "contra tudo o que está aí", o mesmo pode ser deixado um pouco de lado na análise da fala da bancária Aline, já que este tipo flexível oferece quantidade muito substancial de material para a comparação de duas ideias sobre governos. Ainda assim, é possível perceber a justificativa para o posicionamento da bancária como tipo *de centro*, mas, ainda assim, conservador e com foco, vez por outra, no "mérito e currículo". Quando perguntada sobre o que a influência familiar vinda do passado a faria fazer hoje numa eleição, Aline é categórica ao dizer:

> Eu ainda escolheria o PSDB. Eu não conheço a história do Aécio (Neves, senador pelo PSDB, que disputaria a presidência contra o PT de Dilma Rousseff no final de 2014), eu não sei exatamente qual que é a proposta dele e a história dele, mas eu sou um pouco mais favorável às propostas do que eu tinha visto. Não sei, acho que agora na eleição eu vou ter que ver quais são as propostas atuais e decidir. Assim, eu não sei medir o tamanho da influência da família, é meio interna, meio subjetiva. A gente acha que é bom porque acha que é bom, não tem uma explicação muito lógica pra isso. Mas ao mesmo tempo eu acho que o PT teve coisas boas, tem algumas ideias que são relevantes, são muito válidas, mas que eu não acho que do PSDB seja totalmente diferente. O que me passa a impressão, e eu sei que pode discordar bastante de mim, mas isso não vem ao caso, assim, de maior qualificação, da equipe mais bem preparada, da equipe mais bem qualificada. Eu trabalho em banco, e eu vejo isso de perto, na questão de sindicatos, e eu vejo muito a questão de indicação. Fulana está naquele cargo porque é amiga de alguém, e não porque ela é realmente qualificada. E eu acho que no PT tem muito essa questão do companheiro: "Ah, ele é meu companheiro, e eu vou colocar ele aqui porque ele é meu companheiro" e não porque a pessoa é boa tecnicamente. (*Você acha que isso é atrelado a um partido específico?)* Não, mas eu acho que no PT tem mais. No partido de esquerda em geral tem

[287] Áudio em 12'15''.

> mais do que no de direita... não que não tenha no de direita, eu acho que tem em qualquer um, mas acho que tem mais, é mais visível, no da esquerda. [288]

Se Aline defende que o "companheirismo" está mais ligada aos partidos de esquerda, concordando com a questão do preparo técnico e o bom currículo, defendidos pela advogada Maria, o ato de comparar os governos do PSDB e o do PT traz uma flexibilização que mais uma vez justifica a postura de tipo *de centro*, uma vez que Aline consegue enxergar benefícios nos dois governos, inclusive defendendo que os maiores benefícios deixados pelo governo do PT dizem respeito ao pagamento da dívida externa e ao programa de distribuição de renda Bolsa Família, veementemente criticado por sua colega de espectro político, a advogada curitibana Maria. Nesta direção, Aline defende assim os momentos mais marcantes dos dois governos aqui analisados:

> Eu acho assim, que não foi no governo do FHC, mas a estabilização da moeda, né? Acho que estabilização da inflação veio depois do Real, acho que isso foi bastante marcante, sem dúvida, acho que foi fundamental. E um pouco dessa internacionalização do país. Só pra você entender um pouco do que eu estou falando, eu trabalho com comércio exterior hoje, e aí eu acho que foi bastante importante essa divulgação do país no exterior, essas coisas que a gente ainda brincava que era 'viajando Henrique Cardoso', tudo, e eu acho que teve algum resultado, pois sem o capital externo no país seria mais difícil de estabilização, e esse controle de inflação, sem dúvida; eu vivi pouco a época da inflação, mas eu vivi, e pensar hoje no que a gente consegue fazer, com certeza a gente não conseguiria no passado com a inflação, e eu acho isso bastante importante, e eu considero isso. No governo Lula eu acho que o que foi importante... não sei se o pagamento da dívida se foi na Dilma ou no Lula, mas é uma coisa que me chama bastante a atenção é o pagamento da dívida e a gente ter bastante reserva, assim, economicamente, né?... acho que foi o Bolsa Família, por exemplo, eu acho que foi bastante importante essa transferência de renda, porém, eu acho que deveria ser feito de uma outra maneira, como com um prazo pra acabar ou algum outro foco, pois hoje a gente vê um monte de gente que não trabalha e vive disso... tá bom... a pessoa não é obrigada a trabalhar, mas então por que os outros trabalham, já que não é pra todo mundo? Então, teria de ter algum projeto de continuidade. Mas acho que foi uma coisa importante essa transferência de renda. [289]

Não recusando programas sociais, mas defendendo-os com um tempo de validade, Aline critica o modo como a política é desenvolvida, mas não a política em si. Deste modo, defendendo a relevância do Bolsa Família, a bancária paulistana o entende como fundamental, mas com um prazo para terminar, que, nas palavras dela, seriam oito anos, pois "*é o tempo bom pra melhorar um pouco a educação, melhorar um pouco o*

[288] Áudio em 13'15''.
[289] Áudio em 19'15''. Lembrando que o momento econômico aqui elogiado por Aline foi o mesmo criticado por Maria, que dizia já em meados de 2014, que está tudo um caos, inflação gritante e poder de compra perdido, o que não se mostrava real naquela época, tal como mostra o depoimento de Aline.

*serviço de saúde, não precisa tão mais do que oito anos pra isso. Acho que deveria dar a transferência de dinheiro durante um período, visando uma melhoria de vida, sair da miséria, da pobreza imediata*". [290]

Naquilo que mais justificaria a sua condição de *tipo de centro*, Aline entende que não há diferenças substanciais entre PSDB e PT, apesar de enxergar tais diferenças "*na ideologia, ainda que na prática seja tudo a mesma coisa*". Nesta direção, a bancária entende que "*tem uma certa proximidade; os dois tiveram uma visão capitalista, os dois tiveram a preocupação com investidores externos, os dois tiveram preocupação de vender um pais pro exterior como um pais viável pra investimento, mas isso foi mais visto no governo do Lula*". [291]

Em um dos temas em que o PT pretende se distanciar do PSDB, a privatização, Aline entende que os dois vão na mesma direção, pois o partido de Lula não teria investido em tal empreitada simplesmente por não haver interesses políticos, já que no final das contas, segundo a bancária, "*o PT seguiu o mesmo caminho do PSDB*". Ainda que seja favorável às privatizações, a visão de um eleitor com perfil de centro se distancia muito da do eleitor-tipo mais radicalizado, já que uma argumentação que se pretende bastante lógica toma conta do debate, fazendo Aline defende que "*existe o que pode e o que não pode privatizar*". Assim, a bancária defende:

> Eu acho que tem setores da economia que se você privatizar vai ser muito; pode ter um ganho, mas pensando em uma ideologia, é muito difícil. Por exemplo, você vai privatizar uma Petrobrás da vida, eu acho que o governo vai perder muito com essa privatização; por mais que diga que vai ter um ganho na administração, você está abrindo mão de um bem muito precioso pro país. E assim, a mesmo modo o banco, você vai privatizar uma Caixa Econômica da vida, quem vai bancar os projetos sociais? Porque um banco privatizado tem que ter lucros, quem que vai dar lucro? Aí o governo terá que desembolsar muito mais pra dar lucro pra aquele banco e não apenas pra bancar a manutenção dele. Nesse sentido, a privatização em alguns pontos é muito complicada. A Vale foi privatizada; eu não sei se a Vale, como assim, está trazendo grandes problemas para o país a privatização dela. Acho que não era tão estratégico, apesar de ser uma grande empresa mineradora, que possivelmente trazia muitos lucros pro país, não foi oneroso... mas não prejudicou. Eu acho que a Petrobrás com o acordo que fez agora mal feito, com uma compra mal feita, vai prejudicar muito mais do que uma Vale privatizada. [292]

É difícil afirmar categoricamente as motivações de Aline, mas é possível encontrar pistas que justifiquem sua posição na tipologia aqui construída, pois,

[290] Áudio em 23'00''.
[291] Áudio em 27'30''.
[292] Áudio em 31'00''.

respondendo sobre as possíveis influências dos dois governos analisados, a justificativa da bancária surpreende, já que a influência do governo FHC foi tão forte que a fez querer estudar Ciências Sociais, já que via em Fernando Henrique Cardoso um homem de visão, de conhecimento sobre o Brasil, que estudava o país, embora hoje, se diga "*arrependida de algumas coisas que ele falou, pelo fato de ele ser uma pessoa pública e eu era uma adolescente sem conhecimento a fundo da política, e isso influenciou bastante. Eu fui estudar Ciências Sociais porque eu queria entender, conhecer, saber como que era*". [293]

Se Fernando Henrique leva Aline a fazer um curso universitário, a dita influência de Lula também é bastante personalizada, uma vez que a bancária de São Paulo levanta um histórico interessante da passagem daquele operário pelo governo, apontando diferenças importantes em relação a FHC, além de justificar uma visão paulistana e peessedebista que, na opinião dela, é limitada e traz o sudeste e São Paulo como o centro de tudo, o que seria um grave erro.

> Eu não sei dizer do governo Lula; nunca parei pra pensar no governo Lula, mas eu acho que ele trouxe coisas que eu não imaginava; trouxe à tona algumas situações como, por exemplo, essa questão que no começo do Lula ser eleito, todo mundo desesperado dizendo: 'Ah, Lula vai ser eleito e o mundo vai acabar, então o país vai virar comunista'. A gente que tá no Brasil já sabia que isso não ia acontecer e no fim não aconteceu nada mesmo. Acho que teve pouco de proximidade, porque quando o Lula entrou no governo foi quando eu comecei a trabalhar e estudar, então eu comecei a ver as coisas de outra forma, pois antes eu tinha uma visão mais de estudante e tendo uma visão ideológica; na faculdade eu comecei a ter contato com mais coisas ideológicas mesmo, e ouvi coisas até boas do governo Lula e um pouco da prática do governo. Eu trabalhava no banco e o governo do Fernando Henrique não tinha dado aumento nos últimos 6 anos, e o Lula foi e deu aumento. Então, assim, algumas coisas melhoraram e influenciou, e na área econômica teve um crescimento legal, eu particularmente tive um crescimento econômico de sair do meu primeiro emprego e melhorar no emprego, vem a casa própria, foi quando eu consegui a casa própria[294]. Se eu for pensar em momento pessoal, foram momentos em que eu tive bons ganhos em termos pessoais, e o governo influenciou de ter uma estabilidade econômica e as coisas não iam mudar de uma hora pra outra. Eu acho que no governo Lula influenciou na gente pensar na visão dos mais pobres. Porque a gente tem uma visão limitada, exemplo, estamos em São Paulo a maior cidade do Brasil, tendo uma vida muito fácil e temos acesso a tudo, aí de repente vem à tona, o Brasil não é só isso, e a gente começa a pensar em outros setores. Lembra que o país não é São Paulo, eu acho que o PSDB tem um pouco disso, tem o país como a região sudeste, e, pra quem é do sudeste,

[293] Áudio em 33'00''. Mais uma vez é possível ver aspectos da interpretação antropológica, proposta por Goldman e Sant´ana, 1996.

[294] Vale o registro de que a bancária Aline é beneficiária do Minha Casa Minha Vida, programa onde a maioria dos beneficiários é branca, como já foi aqui mostrado.

> isso é muito bom e isso funciona, mas eu não sei como é pra quem está em Manaus, como funciona isso. [295]

Como se pode ver, fazendo uma análise da comparação dos pacotes de benefícios entre os dois governos e de uma reflexão de si mesma e do entorno, existem elementos que justificariam uma migração de voto, a depender de quais posturas fossem tomadas pelos candidatos em plena disputa eleitoral, o que faz Aline referendar algumas obras de Reis, que buscam integrar a visão psicológica de Michigan a um modelo de "consciência de classe" oriundo da visão sociológica. Assim, como defende Radmann, em obra aqui já contemplada, analisando o trabalho teórico de Reis, "*a centralidade de posição social geral não só afeta diretamente a participação política e a eleitoral, mas influi para que o modelo da consciência de classe venha atuar na realidade social*". [296]

Uma vez que o foco principal deste trabalho é a possível relação entre o voto e a cor ou raça, é interessante notar diferenças sutis entre o pensamento de um eleitor-tipo mais radical e polarizado e um tipo *de centro*. Isso porque, ao contrário da advogada Maria, a bancária Aline percebe a categoria *Relações raciais e identificação do projeto político de um governo* com um olhar que, diferentemente da curitibana Maria, não vê o racismo no outro, mas o assume também para si, o que talvez explique uma postura mais flexível em relação a assuntos como cotas raciais, por exemplo. Ao falar sobre a existência ou não do racismo no Brasil, Aline defende:

> Sim, eu acho que tem um racismo velado, porque ninguém assume; o racista é sempre o outro, nunca sou eu. Mas eu tenho um pouco disso do 'racista é sempre o outro' até que traz isso pra sua família, eu acho que assim 'eu não sou racista, eu não sou racista', mas você, branco, casaria com um negro? Você, negro, casaria com um branco? Então eu acho que, assim, quando chega pra dentro da sua família, pega mais, assim, o meu pai sempre foi muito preconceituoso, mas, assim, não teria nenhum problema ser negro, contanto que estivesse ele aqui e o negro ali, e eu sempre dizia que ia arrumar um namorado bem negão e eu arrumei um namorado e casei com um loiro de olhos azuis, assim, até que ponto eu não sou racista? Às vezes sou racista inconscientemente, eu não quero ser racista, mas se eu parar pra pensar: Ah, realmente eu estou sendo racista! Ah, realmente eu estou agindo errado, mas assim, quando você vê, você já fez, já discriminou. [297]

A atitude de se colocar como racista diferencia radicalmente Aline de Maria, uma vez que a advogada curitibana não titubeia ao defender, como já foi aqui visto, que "*o racismo existe e tende a continuar existindo em menor escala*". Se vai continuar

[295] Áudio em 35'00'.
[296] RADMANN, *op. cit.*, p. 73.
[297] Áudio em 41'40''.

existindo, mas em menor escala, justifica a postura de Maria, que não poderia ser favorável às cotas raciais, já que tal política não teria razão de ter lugar em uma sociedade onde o racismo existiria cada vez mais "*em menor escala*".

Como já foi visto, a advogada curitibana chega a dizer sobre as cotas que "*isso por si só é um preconceito. Não é a cor que define o esforço da pessoa, a capacidade dela, não é a cor que define isso*". Já Aline, partindo noutra direção, afirma-se favorável às cotas, embora apresente ressalvas quanto à implantação destas, como se verá. A fim de justificar tal postura, então, a bancária paulistana levanta uma argumentação que é também a de grande parte dos defensores das cotas raciais, já que se trata de perceber a ausência de negros nos espaços e posições de destaque, os espaços "dos brancos".

> Eu sou casada com um loiro de olhos azuis. Acho que seria mais difícil eu casar com um negro, acho que por um ambiente que eu vivia não tenha muito negro, ser um ambiente diferente, não sei, assim, acho que mais por uma questão de meio mesmo, por não ter muito contato, não sou uma pessoa que tenha convivência com muitos negros, não por escolha própria, como "ah, porque você é negro não vai na minha casa", mas, assim, simplesmente as escolas que eu estudei não têm negros, no meu local de trabalho não tem negros e acho que isso é um exemplo de como o Brasil é preconceituoso, porque é um concurso público e não tem negros em altos cargos e em baixos cargos você tem poucos negros, e quando um negro chega num cargo melhor, tem que ficar provando pro branco que é melhor, e eu não sei até que ponto a minha escolha está vinculada a isso. [298]

É interessante notar que a percepção de Aline, um *tipo de centro*, que até poderia mudar seu voto, por conta de algumas circunstâncias, em muito se diferencia da postura da advogada Maria, que, sendo contra "tudo o que está aí" e veementemente contra as cotas, não compartilha da percepção de sua colega de cor e voto, justamente por ser, como já foi mostrado e defendido em tese, um eleitor-tipo polarizado, mais radical.

Ainda que não se possa falar de uma postura de rejeição aos negros na fala das entrevistadas eleitoras de Serra, é curioso que a postura do pai de Aline, para quem o ideal é "eu fico aqui e o negro ali", se assemelha à postura da advogada Maria, ainda que não seja essa a postura da bancária de São Paulo. Isso também pode ser explicado pela convivência, ainda que pequena, com alguma "superioridade" dos negros na vida cotidiana, elementos que Goldman e Sant´ana[299] utilizam para referendarem sua defesa de aspectos antropológicos a justificarem algumas escolhas. Neste olhar mais antropológico e trazendo para perto algo que pudesse fazer com que Aline desejasse ser

[298] Áudio em 44'00''.
[299] GOLDMAN & SANT´ANA, 1996.

"como uma negra", é interessante notar a forma como esta percebe os prós e os contras de se ter a pele escura no Brasil.

> Quando eu era pequena eu não era tão racista; eu não sou tão racista. Mas, quando eu era pequena eu achava o máximo minha amiga que era mulata, porque ela podia correr, e os negros corriam muito bem; tudo bem, eu corria duas quadras e ficava morrendo, assim, eu achava que era uma superioridade, eu falava pra minha mãe que eu queria ser como ela e ter o gênio que ela tem pra ganhar nos esportes, porque eu sempre fui fraca pra isso. Aí depois você vê todos os preconceitos que a pessoa sofre, eu poderia ter me dado, assim, eu tive alguma sorte ou qualidade por eu ser branca, e se eu fosse negra, eu não teria. Assim, eu sempre estudei, sempre gostei de estudar. Daí eu fui trabalhar e estudar e eu fazia tudo assim, direitinho e tudo mais, e eu acho que, se eu fosse negra, eu não teria sido promovida, eu acho que se eu fosse branca tendo as mesmas qualidades de uma negra, eu fui promovida antes, mas assim, na época não tinha uma pessoa negra nas mesmas condições que eu pra comparar e poder dizer que isso aconteceu mesmo. Mas eu acho que se tivesse duas pessoas na mesma condição técnica... eu não acho que fui promovida erroneamente, eu tinha algumas qualidades, sim, não é que nem faculdade pública, mas eu acho que uma pessoa negra, na mesma condição que eu, não teria sido promovida. É difícil de comparar porque a gente não tem a pessoa ali lado a lado. Não sei até que ponto isso influencia, mas no trabalho é muito nítido isso, porque é alguém que escolhe. E a pessoa que escolhe, assim, acho que o negro teria de ter muito mais qualificação, um currículo muito melhor pra ser escolhido. [300]

Como é possível ver, à medida que se consegue perceber o outro em suas qualidades, a visão acerca da diferença pode ganhar outros contornos. No entanto, a admiração por características que são "dos negros" não é suficiente para suplantar a "sorte ou qualidade por ser branca". A percepção do racismo estrutural, ou institucional, é algo que contribui significativamente para uma visão mais favorável às cotas raciais, o que se pode ver na posição de Aline em relação ao tema, posição que, como era de se esperar, é oposta à veemente negativa da curitibana Maria.

Continuando a ser favorável a políticas contempladoras do pleito de negros e negras, mas voltando ao argumento de que, tal como o Bolsa Família, "tem de ter um tempo para acabar", Aline entende que, em relação às cotas, "oito ou dez anos são o suficiente". Nesta direção, a bancária se coloca favorável à política aqui analisada, justificando tal postura no fato de que "*tem bons lados; é bom porque existe uma defasagem e deixa ter muito mais dificuldade, mas eu acho que muito mais de oportunidade, de ter acesso com um ensino um pouco melhor, do que propriamente a cor*". Assim, com foco na questão da oportunidade, Aline entende que

[300] Áudio em 47'00''.

> se tiver o mesmo cursinho pré-vestibular para todos, tudo gratuito, da mesma qualidade pra todo mundo, aí você não precisa da questão da cota, porque você elimina essa diferença de base; agora se você tem uma diferença de base muito grande, fica complicado, porque, por mais que o negro queira fazer uma faculdade, ele não vai ter capacidade de fazer do branco, porque não teve a mesma oportunidade que o branco. [301]

Se a percepção de uma jovem branca revela um racismo estrutural, fazendo-a concordar com políticas que seriam entendidas por muitos como "do partido oposto", é interessante notar uma das maneiras possíveis de se justificar o voto negro mais num partido como o PT, corroborando a tese trabalhada nas obras analisadas no início deste trabalho e as análises bivariadas confeccionadas ulteriormente.

Buscando então ancoragem na própria fala de uma eleitora de José Serra e do PSDB, é curioso notar que, ao pensar na responsabilidade pelas políticas públicas que estariam contemplando um contingente grande de negros e negras, a jovem eleitora de Serra se lembre do Partido dos Trabalhadores, de Lula e Dilma. Perguntada sobre se liga a algum específico partido político os programas Prouni, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, além das cotas raciais, Aline, embora não apresente certeza de que se isso tudo tenha vindo ou não "lá de trás", é bastante clara em sua percepção.

> Sim ao PT. Eu ligo, porque surgiram nesse governo. Não teve essa preocupação em outros governos. Agora, eu não sei porque veio muito mais à tona agora, mas a política de transferência de renda não era nova, eu sei que já tinha, mas não sei como era feita e nem se realmente era feita. Eu só fiquei sabendo agora. Por isso eu acho que é uma coisa do PT, porque, no final das contas, é uma coisa que já vem sido discutida antes, mas que só agora foi colocado. Eu acho que até a questão da cota não era uma coisa nova, mas que só surgiu no governo do PT e está implementada no governo do PT, alguém falou "Ah, eu vou colocar", é por isso que eu ligo. Primeiro porque eu acho que está ligado a este partido, mas eu não tenho certeza. **(***Então, você acha que está ligado ao PT, tanto o Bolsa Família quanto o PROUNI, o Minha Casa Minha Vida e as cotas pra negros?).* Eu acho que sim. O PROUNI, mais, e o Minha Casa Minha Vida, também mais, mas, é isso que eu digo, às vezes a ideia veio lá atrás, talvez antes do governo do PT, mas foi implementado no governo do PT. Posso estar fazendo uma ligação errônea, mas a ligação que eu faço é essa. [302]

Se a ligação que Aline faz é essa, mesmo que ela não tenha certeza de estar fazendo "uma ligação errônea", seria fácil esperar que a maioria dos negros e negras tivessem opinião similar, haja vista o fato de que até alguém que está "do outro lado' percebe que para os negros um governo com a visão apresentada pelo PT é mais favorável. Deste modo, cabe perguntar sobre as razões que fizeram do PT a imagem de

[301] Áudio em 51'00''.
[302] Áudio em 52'10''.

partido que contempla o pleito dos negros e negras, já que, segundo Aline, "*é uma coisa do PT, porque, no final das contas, é uma coisa que já vem sendo discutida antes, mas que só agora foi colocada*".

Percebendo que existe uma racionalidade diferente no *tipo de centro*, a bancária Aline, em relação ao eleitor-tipo mais radical, a advogada Maria, visto que para aquela é possível perceber posturas positivas no PT, caberia questionar acerca da qualidade de vida vivenciada nos últimos anos, o que talvez referende a possibilidade de mudança de voto, a depender das circunstâncias e de posturas dos candidatos e partidos.

Deste modo, para Aline, a bancária paulistana, diferentemente do que foi para Maria, a advogada curitibana, para quem "*está tudo revirado, tudo desorganizado, nada funcionando, e pior do que isso, está bem ruim a curto prazo*", existem benefícios que foram conquistados nos últimos anos e que justificam uma postura muito diferente da de Maria, sobretudo quando se trata da categoria de análise *percepções acerca da qualidade de vida*. Neste quesito, Aline percebe uma similaridade entre os dois governos, o do PSDB e o do PT, enxergando uma sequência de ações que a impedem de ter uma postura tão radical em relação aos partidos.

> Eu acho que o governo do PT melhorou a minha vida no sentido de moradia, principalmente, de ter acesso mais facilitado à casa própria. Mas eu não atrelo muito essa questão da moradia mais, agora as outras coisas eu não a atrelo tanto ao governo, porque quando era o governo do PSDB eu era estudante e não trabalhava, então, minha vida tinha limitações, antes eu não trabalhava, por isso não tinha renda, minha situação financeira era outra. Hoje eu trabalho e tenho minha renda, mas não por causa do governo, então, assim, quando eu prestei concurso pro Banco e quando eu entrei na faculdade era o governo do PSDB, no governo do Fernando Henrique, então naquela época a minha vida melhorou porque eu tive oportunidade de tudo, de trabalho e curso superior, então no governo do PSDB minha vida melhorou. Mas no governo do PT eu tive acesso à moradia e melhorou no sentido de eu já tinha um trabalho, e mais renda e com isso você vai tendo mais coisa. Acho que da minha família em um modo geral também. Eu vejo um pouco atrelado a isso, se eu for pensar um pouco na vida do meu pai e da minha mãe foi meio que igual, não teve uma diferença muito grande em relação ao governo. Eu acho que a diferença maior foi em relação ao acesso à informação, mas isso não está atrelado ao governo, assim, quando a minha mãe foi tirar a aposentadoria foi muito difícil de conseguir porque tinha de ir no INSS, mas conseguiu depois de muito esforço e aí a minha mãe faleceu, e o meu pai não sabia que a gente tinha direito a pensão da minha mãe, por exemplo. O meu pai já era aposentado; quando a gente descobriu que a gente tinha direito, a gente foi atrás pra ver, a vida dele financeira melhorou. Eu acho que em outros aspectos como segurança pública, só piorou. [303]

[303] Áudio em 56'00''.

A fala de Aline apresenta uma sequência de fatos que contribuíram para a sua melhoria de vida, sendo que tal sequência contempla os dois governos, o que faz, em seu modo de pensar, o governo petista ser como que uma sequência do peessedebista, algo com que os dois partidos em questão não parecem muito concordar. É claro que, sendo Aline branca, não teria como justificar o acesso ao ensino superior via cotas, como acontece com os negros, além de não ser "novidade", já que, pelo que foi por ela trazido, poucas coisas a impediriam de acessar um curso superior, algo que se mostrava muito diferente para negros e negras, antes das chamadas cotas raciais, como os números aqui anteriormente apresentados mostram.

Quando se fala de diferenciar os partidos como conservador ou progressista, Aline se mostra extremamente cética, defendendo que a questão de o PT ser mais progressista, a favor dessas minorias, se pode ver, mas considera na pratica é difícil, pois "*na hora de fazer uma lei pra casamento gay é complicado e o que é pra fazer não faz; apesar de ser progressista, ninguém banca, porque a sociedade é conservadora, no meu ponto de vista*". [304]

Para Aline, em relação às minorias, "*a minoria não é tão minoria; são votos envolvidos. Se um partido disser que é contra os gays hoje, ele perde muitos votos, então, isso pode não estar na prioridade dele*". Assim, a bancária defende que os dois partidos são neste aspecto muito parecidos, pois, falando especificamente do PT, "*mesmo aquele que se declara a favor das minorias e de temas como o casamento gay, também não banca de fato a lei*". [305]

Assim, se não se pode afirmar pela fala de Aline a diferença entre os partidos em questão sobre os direitos das minorias, é notória a diferença de opinião entre as duas eleitoras tipicamente de Serra e do PSDB, pois, enquanto para Maria "*o casamento deve ser entre pessoas que possam formar seres humanos, o que não acontece com os casais gays, que poderiam estar juntos, mas é preferível que não adotem uma criança, pois isso não seria bom, pois teria repercussões perante a sociedade*", para Aline

> hoje em dia esse conceito de família é muito amplo. Você dizer que um casal gay não é uma família é errado, porque eles são uma família. Até nessa questão de adotar criança... assim, eu não tenho muito contato com casais gays, mas eu conheço algumas pessoas que são ricas, têm uma ótima situação financeira e não teriam nenhum problema em adotar uma criança, por exemplo. Teria muito mais condições de cuidar e ia criar muito mais valores morais do que alguns casais héteros, que às vezes não têm; nem é tanto a

[304] Áudio em 1.02'10''.
[305] Áudio em 1.04'15''.

> condição financeira, mas não tem valores morais pra passar pra criança. Valores morais; não digo do tipo: 'Ai, vai ter de ter pai, mãe, a família'... eu digo, valores de respeito ao próximo. Valor de valor à vida, de 'não vou fazer tal coisa errada, porque é errado, eu não vou passar na frente do outro na fila, porque eu não cheguei primeiro que o outro, então, eu vou ficar na fila'... assim, princípios básicos. Não digo morais igual costumes, por exemplo, é certo parar em fila dupla? Não é certo. Por que não é certo? Porque existe uma lei que diz que isso é errado. Moralmente eu posso fazer isso? Posso, ninguém vai me multar, então, moralmente mais nesse sentido. Acho que a questão de gênero é uma questão mais secundária nesse aspecto, porque é questão de ter uma boa índole e uma má índole. E a má índole nesse sentido de prejudicar o outro, passar a rasteira no seu colega de trabalho, de julgar as pessoas; tem pessoas homossexuais que não fazem isso, que são pessoas boas, não são ruins, com maldade digamos. Mas têm homossexuais que são maldosos, toda generalização é complicada. [306]

Como se pode notar, a postura de Aline foge muito ao imaginário do tipo mais polarizado, encontrado em Maria, uma vez que a atenção está não em um conjunto conservador que valida o certo e o errado em valores morais que "poderiam ter repercussões perante a sociedade", mas em valores como o respeito mútuo, a atenção às necessidades do próximo e a honestidade, que independem da identidade sexual. O que se vê, pois, é que um discurso de cunho mais intolerante afastaria pessoas como Aline do voto, ainda que esta continue se apresentando como eleitora de um partido que tem em sua base eleitoral um contingente bastante significativo de pessoas com um discurso que se chama usualmente de conservador.

Se é possível comparar os dois perfis de eleitores de Serra em questões que envolvam valores e moralidade, também é possível notar grandes diferenças naquilo que mais interessa a este momento da pesquisa, onde se poderá perceber a razão de se ter um tipo que refuta peremptoriamente um partido, chegando a dizer que o critério de escolha é "qualquer coisa que seja diferente do que está aí", e um que se mostra flexível a mudanças, desde que estas contemplem certos critérios. Nesta direção, Aline, instada a pensar sobre a categoria *justificativas para a escolha ou rejeição de uma candidatura*, se mostra bastante distante do discurso de Maria, *o* tipo de eleitor mais afeito a Serra.

Opinando que é a condição de ex-guerrilheira o que fez Dilma perder voto entre as mulheres em 2010, bem como citando – mas de modo bem diferente do de Maria – a falta de interesse de negros e negras como fator preponderante para a presença menor deste espectro de cor entre os beneficiários do Prouni, Aline entende que, por viver em uma estrutura racista, os negros e negras desistiriam antes de chegar ao objetivo:

[306] Áudio em 1.06'05''.

> Eu acho difícil dizer que a pessoa não tem interesse, mas, assim, talvez não vê tanta importância naquilo. Entra naquela questão racial, a pessoa vai, termina a faculdade e vai procurar um bom emprego; aí ela vai ter de estar sempre lutando mais, mais e mais, e aí pensa: 'eu vou ter de passar por tudo isso e ser discriminado, talvez seja melhor eu fazer algo que eu não precise me esforçar tanto, que eu não precise de tanta qualificação, mas que eu me garanta nisso', sabe? [307]

Percebe-se pela fala acima uma diferença muito interessante na fala de Aline e Maria, uma vez que para a advogada entrevistada "os negros não se interessam" e isso é apresentado de forma bastante negativa, pois é como se não tivessem vontade, e na fala da bancária paulistana a questão versa sobre o enfrentamento do racismo, justificativa mais do que viável para a evitação de uma concorrência no mundo "dos brancos".

A sutileza de Aline na diferenciação em relação à Maria se estabelece de forma a torná-la alguém que corrobora a tese de qualificação e mérito para governantes e governados, como Maria, mas, entendendo que a base não é a mesma para todos, e que a luta deverá ser sempre mais e mais intensa para que negros e negras alcancem os mesmos postos que os brancos alcançam, a bancária se diferencia bastante, a ponto até de se colocar numa situação de flexibilização do seu voto, referendando a ideia de "eleitor médio", elemento muitíssimo disputado pelos partidos.

Nesta direção, quando perguntada sobre as razões de uma possível migração de voto, a bancária de São Paulo afirma, tratando de seu candidato José Serra: "*essa questão de escândalo e corrupção, de repente ele está envolvido, eu não sei explicar exatamente, mas alguma ação, por exemplo, muito contrária... sei lá... até em direitos humanos mesmo, alguma discussão muito discriminatória, falar alguma coisa nesse aspecto, eu acho que eu não votaria*"[308]. Para completar, Aline, perguntada se neste caso mudaria seu voto para Dilma, afirma que "*sim, mas teria de melhorar algumas coisas, bastante atreladas a essa questão da corrupção também, e da qualificação da equipe*", algo impensado, como já foi mostrado, para Maria, uma eleitora-tipo do PSDB.

[307] Áudio em 1.27'45''.
[308] Áudio em 1.29'00''.

## 5.5 Quando os brancos são de Dilma

Embora seja possível perceber que há um esforço para além das estatísticas para se defender o voto negro como um voto eminentemente petista e o voto branco como eminentemente peessedebista, como aqui foi apresentado em texto introdutório, baseado em noticiário político cotidiano, via análises bi e trivariadas, é possível também perceber que, para além da contribuição quantitativa, a análise qualitativa ajuda a problematizar tal posicionamento, visto ser interessante dar voz ao que se convenciona chamar de "grupo-controle". No caso em questão, eleitores que, embora tenham as "características típico-ideais" para o voto em um candidato, optam pelo candidato que seria "contrário" ao que se espera de tais eleitores.

Nesta direção, o intuito deste momento do trabalho é focar a atenção em eleitores brancos que rejeitam peremptoriamente a candidatura de Serra, e do PSDB, bem como em eleitores negros que rejeitam peremptoriamente a candidatura de Dilma, e do PT. Deste modo, será possível comparar os argumentos dos grupos, encontrando convergências e divergências entre a rejeição e a aceitação dos tipos ideais anteriormente apresentados e o grupo-controle agora analisado.

Assim, e focando o primeiro destes eleitores, é possível já notar que, embora tenha as características típico-ideais para aquilo que o senso comum, fomentado por leituras bivariadas do jornalismo cotidiano, chamaria de "um eleitor de Serra, e do PSDB", o advogado Heitor, autodeclarado branco, 37 anos de idade, servidor público e com renda mensal superior a 5 mil reais, é um eleitor de Dilma e do PT. Tal como os entrevistados já apresentados aqui, Heitor foi colocado diante das mesmas categorias de análise, a saber: *histórico de vida, família e opção político-partidária*; *comparações entre os governos FHC e Lula, entre PSDB e PT*; *relações raciais e identificação com um projeto político-partidário*; *percepções acerca da qualidade de vida, na comparação de dois diferentes governos*; e *justificativas para a escolha ou rejeição de uma determinada candidatura*. [309]

O interessante, já na primeira categoria, é que, embora as características de um eleitor filho de imigrantes brancos pudessem ser construídas à luz de um histórico familiar que prezasse pela meritocracia e pelo esforço familiar na transmissão de

[309] Entrevista feita em junho de 2015.

valores, como no caso da também advogada Maria, incluindo-se aí a ideologia política, o advogado diz que não se interessa por política, "mas sim por questões sociais" e que só veio se interessar por política "depois de velho", mesmo tendo um pai ligado a políticos e ao PT. Para um filho de imigrantes que trabalharam na lavoura, adquiriram propriedades e chegaram ao serviço público com grande esforço (o pai é aposentado de um banco outrora estadual), Heitor é um branco que não atrela sua história de vida e sua opção político-partidária a esse histórico de cunho mais meritocrático, como o faz a advogada curitibana anteriormente citada.

Sobre um possível histórico de escolhas políticas transmitido pela família, Heitor é enfático ao declarar que, embora o pai sempre estivesse ligado ao PT e a mãe, tal como o próprio Heitor, simpatizante de questões sociais, também compactuasse de tal visão, o advogado diz que "*em absoluto a questão partidária da minha família com o PT me influenciou, mas o que sempre me chamou atenção e me atraia era a questão social. Não absolutamente perfeito, mas as propostas que eram apresentadas sempre voltadas pro social*". [310]

Ao contrário da colega advogada de Curitiba, o advogado fluminense não foca o mérito de ter conseguido estudar e nem de ter tido o apoio familiar para tal, escolhendo apontar para uma intervenção estatal, intervenção esta benéfica, segundo Heitor, pois, embora ele tenha tido de pagar por estudos universitários (tal como os pais de Maria pagaram os seus e os de seus dois irmãos), sua esposa, mais jovem, e que se formou sob o governo Lula, não teve de pagar, pois teve o benefício de um programa social do governo, o Prouni. Justificando, pois, tal situação e a opção por um partido "mais voltado pro social", o advogado explica sua escolha partidária:

> Eu fiz faculdade particular, paga, me formei em 2002, em Direito. Só que, o que acontece, eu paguei... já com tudo isso acontecendo, a Joana, minha esposa, é óbvio, fez faculdade e sem pagar um real, porque na época dela já existia o programa Prouni. Fora que antigamente as faculdades viviam em greve (...). A minha preferência partidária é PT**.** Antigamente não tinha tanto incentivo para estudar. Depois que o PT entrou... bom, eu tenho 37 anos e eu nunca vi tanto incentivo em áreas diversas, isso é só um exemplo, o que perde agora com a crise... eu vivi crises muito piores do que essa. O próprio confisco de poupança, do Collor, as questões de privatizações do governo FHC, que eu, sinceramente, não achei interessantes e tal, e por ai vai... essa é uma coisa que eu acho importante sobre o governo; Educação, pois o país sem educação não chega a lugar nenhum. [311]

[310] Áudio em 04'05''.
[311] Áudio em 04'40''.

Como se pode ver, o advogado fluminense, encaixando-se na variável que mais explica a intenção de voto no PT, defende o governo petista, sobretudo por conta de programas sociais, dos quais a esposa foi beneficiária, já que se graduou com bolsa Prouni. Teoricamente falando, à luz da fala de Heitor, é possível perceber uma comparação de pacotes de benefícios, o que, segundo Moro, após leitura da teoria downsiana, justifica a escolha de grande parte dos eleitores brasileiros, inclusive a do advogado fluminense, que diz que "*antigamente não tinha tanto incentivo para estudar*" e que em 37 anos, "*nunca viu tanto incentivo em áreas diversas*", incluindo a educação, o que é muito positivo, pois "*o país sem educação não chega a lugar nenhum*". Nesta direção, é possível referendar a escolha racional de Heitor, já que, retificando essa teoria, "*o eleitor compara duas rendas de utilidade e opta por uma delas, devido à possibilidade de o cálculo ser realizado em vista de uma situação real*". [312]

Se a fala do advogado pode ser colocada realmente numa postura de comparação de pacotes, isso se confirma mais ainda quando o mesmo está diante da possibilidade de comparar dois governos, a saber, o de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e o de Luis Inácio Lula da Silva, do PT. Assim, perguntado sobre os momentos mais marcantes dos dois governos, Heitor é enfático em questões que sempre estiveram no centro do debate, tal como o episódio das privatizações, em relação ao qual o advogado se posiciona contrariamente. Comparando, pois, os dois governos, Heitor o faz do seguinte modo:

> Pra mim o que mais marcou no governo do FHC foi a falta de investimento nos órgãos de fiscalização; eu te digo, Policia Federal é... todos os órgãos que vivem um tipo de discriminação ou de repressão, eu não vi investimento nessa área. E também a questão de privatização, que até hoje eu não concordo com o que foi feito que tem todo um contexto junto que fizeram com a Vale do Rio Doce e quiseram também fazer com a Petrobrás... por achar que são pontos estratégicos de uma nação: um é o subsolo e outro é o combustível. Por exemplo, se você privatiza uma, como a vale do rio doce, normalmente vem mais capital estrangeiro, estão interessados em um subsolo e quando esse for, aí tudo acabou, não é uma coisa que é administrada por brasileiros, como era, com interesse brasileiro... a própria Petrobrás, ainda acho que é uma empresa de suma importância para o nosso país, isso pra mim foi o que mais marcou no governo FHC. O que mais marcou pra mim no governo Lula foi ver investimento maciço nesse mesmo órgão e não... a Policia federal ter um investimento maciço no governo Lula, os órgãos de fiscalização foram modernizados, o investimento no social foi ampliado muito, de forma gigantesca, inclusive quanto à concessão, então, eu acho... que, nada nada, ele teve... ele saiu de um governo de um jeito fantástico, com

[312] MORO, 2009, p. 12.

> 80% de aprovação; isso não é para qualquer um! Eu acho que tem que ter feito algo muito excepcional para ter conseguido isso. [313]

Como se pode ver acima, a comparação dos dois governos, o de PSDB e o do PT, segue uma lógica que referenda a ideia da teoria da escolha racional, já que o eleitor acima entrevistado analisa todas as fases de ação para descobrir onde os partidos se comportam de modo distinto, verificando como essas diferenças afetam a renda de utilidade e chegando a um número que mostra o quanto um partido é melhor que o outro. É dessa forma que, segundo a leitura que Moro fez de Downs, se comporta um eleitor racional em um mundo com informação completa e sem custos. Todavia, como também defende aquele autor, no mundo real a incerteza e a falta de informação afetam tal comportamento. Diante disso, o eleitor se baseia nas áreas da atividade governamental onde a diferença entre os partidos é maior, que foi o caso da postura do advogado Heitor, lembrando que o modelo também conta com uma incerteza, já que, como foi anteriormente mostrado, devem-se considerar os erros, a informação falsa e a ignorância, ainda que se suponha que não exista mentira deliberada. [314]

Algo importante a se notar também é que, talvez por ser advogado e trabalhar mais de perto com órgãos de fiscalização, Heitor tenha trazido à tona a questão da Polícia Federal e órgãos de controle. O curioso, porém, é que o tema da estabilidade da moeda, tão caro a todos os que falam sobre o governo FHC, não ganha destaque em sua fala. Nesta direção, é possível talvez enxergar a tentativa de se apresentar *o melhor de um e o pior do outro*, algo que o faz se assemelhar a Maria, também advogada, eleitora de Serra entrevistada para este trabalho, sendo que esta se posiciona à direita do espectro político, como foi mostrado. De todo modo, é importante diferenciar teoricamente tais eleitores no que diz respeito a uma análise mais macro da parte do pesquisador, o que faria referendar a tese de que

> uma teoria realmente explicativa do voto deve incluir as variáveis macrossociológicas, que compõem os contextos socioeconômicos e institucionais dos indivíduos, aos atributos sociodemográficos dos eleitores, que definem posições específicas na estrutura social e experiências de relações sociais em grupos diversos, e, finalmente, os fatores políticos de nível micro, especialmente a preferência partidária e a sofisticação política. [315]

Nesta direção, o diferencial do advogado fluminense parece ser a tentativa de justificar seu posicionamento político com dados e episódios históricos, algo que não

[313] Áudio em 08’00’’.
[314] MORO, *op. cit.*, p. 13.
[315] CASTRO, *op. cit.*, p. 203.

acontece com Maria, já que esta simplesmente diz que "*é preciso mudar tudo o que está aí*", referindo-se aos governos petistas, entendendo, como ponto positivo, apenas o fato de ser "*admirável que um homem como Lula tenha chegado ao poder*".

Assim, se para a advogada curitibana é preciso mudar tudo o que está aí, para o advogado fluminense é preciso comparar os dois governos e perceber que um é muito melhor do que ou outro, já que, segundo suas palavras, ao tentar apresentar em que aspectos os dois governos são parecidos e onde se diferenciam, Heitor diz que tem de

> pensar bastante pra encontrar algo em que se parecem, porque eu não vejo semelhança no governo, na forma de governar, eu acho que são totalmente diferentes. O FHC, na minha concepção, ele tentou governar pra uma minoria, ele não investiu em questões sociais, ele não criou benefícios, ele não tentou melhorar a Educação, nada disso, ou seja, tudo o que o Lula fez. No que pese os dois terem os momentos em comum, foi que o Lula seguiu o que já havia sido feito do governo, pois o Plano Real estava dando certo então vamos tocá-lo para frente com algumas mudanças, mas fora isso eu não vejo semelhança. Um governo para minoria e outro governa para a maioria. Não sei se você concorda, creio que sim no final do governo FH como havia pichações no muro escrito: Fora FHC, pra ver quantas críticas havia do governo dele, e quanto ao Lula, saiu ao contrário; 80% queriam ele de volta. Por isso eu tenho dificuldade em encontrar semelhança. [316]

A comparação entre "fora FHC" e "80% de aprovação" é clara, fazendo com que, ao contrário de eleitores mais ao centro defendem, o advogado Heitor entenda que não haja qualquer semelhança entre os dois governos e partidos. Neste aspecto, se distancia das eleitoras mais ao centro, como o caso de Aline e Raquel, aqui apresentadas, e se assemelha muito ao eleitor negro e nordestino, também votante em Dilma, José, que também diferencia radicalmente os partidos, já que "*só votaria no PSDB, se eles fizessem o que o PT faz e só deixaria de votar no PT, se eles deixassem de fazer o que fazem*", isto é, José *só votaria em um se este se tornasse o outro*, o que mostra que ambos são radicalmente diferentes, tal como percebe Heitor, que, justificando como racional e estudada a sua preferência, diz que mudou muito como eleitor, já que foi de alguém que não queria se envolver ou tomar conhecimento, em "*alguém que começa a buscar a ter uma consciência maior pra saber o que estava acontecendo, pra saber se era... se tinha votado de forma correta, sabe?! E acho que fiz uma boa escolha em todas as vezes que votei*". [317]

É curioso notar que, embora se diferencie radicalmente da advogada curitibana, quando compara PSDB e PT, o advogado fluminense a ela se assemelha muitíssimo

[316] Áudio em 10'40''.
[317] Áudio em 14'00''.

quando se trata de pensar o racismo e as relações raciais no Brasil. Ao ser questionado acerca da existência ou não desta mazela social entre os brasileiros, Heitor entende que o mesmo existe, mas é algo mais amplo, não tendo a ver com a identificação de cor ou etnia de alguém, dizendo que este ou aquele é branco ou negro, por exemplo, mas tem a ver com "*impedir alguém, por causa da sua cor, de exercer direitos, o que é racismo e acontece sim no Brasil, em vários lugares*", mas não tem a ver com algum gracejo que for feito com alguém, pois

> há muitos exageros... exageros que se você... por exemplo, se eu sou branco e alguém vira pra mim e faz uma piada ou gracejo, será o que é uma piada ou gracejo, uma brincadeira, mas quando você faz com um negro sem qualquer cunho... sem qualquer intenção de ferir, magoar ou machucar, já se torna racismo. Mas não é racismo. Racismo é impedir alguém de exercer algum direito que é garantido a ele pela Constituição. Eu já presenciei (cenas de racismo)... eu só acho que a questão racial no Brasil, não apenas a racial, está indo pra um rumo agravante, partindo pro radicalismo e isso me preocupa bastante. [318]

Entendendo que piadas e gracejos relacionados à raça não são problemas, mas apenas o é o impedimento de acessar direitos, Heitor mostra-se contrário às cotas raciais, entendendo-as justas apenas para pessoas "*hipossuficientes em termos de recursos*", já que podem existir negros com recursos e carros caríssimos, tomando vaga de "*uma pessoa de origem mais humilde, que é asiático, mas é branco, e não será beneficiado, porque aquele tomou a vez dele; então eu acho que as cotas devam existir, sim, mas para pessoas que não tem recursos, só pra essas*". [319]

A fim de confrontar a refutação das cotas raciais em relação a outros programas sociais, o advogado foi instado a responder se atrela determinados programas sociais (Bolsa Família, Prouni, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos, Cotas para negros em universidades e serviço público) a algum governo especificamente, e foi enfático ao atrelar ao Partido dos Trabalhadores todos os programas citados, incluindo as cotas raciais. Nesta direção, Heitor diz que

> Sim, eu ligo isso ao PT. Não me vem outro partido, é o PT. Porque eu vi mais ênfase desse tipo de política no PT; desde que ele entrou no governo foi esse tipo de política, eu venho de algum tempo acompanhando a repercussão dos programas, o aumento dos beneficiários, já venho acompanhando desde o governo dele. Então desde o primeiro governo dele que eu vi isso alçar voo

[318] Áudio em 14'50''.
[319] Áudio em 17'30''.

> do papel para virar realmente benefício para quem necessita, é por isso que eu associo. [320]

Embora se possa atrelar a escolha de Heitor apenas aos benefícios recebidos particularmente por sua família, o que o aproximaria de José, o eleitor-tipo mais polarizado para Dilma, é interessante notar que, para além dos programas sociais, o advogado fluminense foca a ampliação do crédito como fundamental para que os que antes não podiam pudessem adentrar no mercado – onde ele afirma não ter ingressado até o momento de Lula chegar ao poder – e adquirir o que antes não podiam. Assim, chamado a apresentar como sua vida familiar melhorou ou piorou, a depender do partido governante, Heitor não faz qualquer menção ao governo FHC, focando apenas nos benefícios de abertura e ampliação de crédito e financiamentos fomentados, segundo ele, pelo PT. Nesta direção, o advogado diz:

> Minha vida melhorou bastante, por ter mais acesso a mais crédito, forma de financiamento, no governo do PT, com o Lula, agora que a coisa começou a apertar por causa da crise, mas nos dois governos do Lula e o primeiro governo da Dilma, eu tive mais acesso a crédito, a financiamento de veículo, financiamento de imóvel mais facilitado, entendeu? ... O próprio... a expansão de créditos consignados... o que me possibilitou a ter mais acesso ao mercado, pois eu não havia ingressado até o momento, não havia estado até o momento, mesmo com... mesmo quase me formando, com curso superior, trabalhando... como servidor público, eu sou servidor público há mais de... há quase 15 anos é que eu comecei a ter acesso a algumas coisas que eu não tinha no passado, eu vi a ampliação do credito de uma forma antes nunca vista. [321]

Embora tenha afirmado anteriormente que PSDB e PT não se assemelham em nada, é interessante perceber que a opinião de Heitor muda radicalmente, quando se trata de pensar em um possível conservadorismo ou progressismo de ambos os partidos, já que, neste aspecto, incluindo-se aí a discussão sobre os movimentos pelos direitos de minorias, como o movimento LGBT, o advogado entende que tanto PSDB quanto PT se aproveitam do momento midiático para angariar votos, independentemente de ser ou não progressista, já que ambos os partidos iriam "na onda" do que estiver em alta. Assim, o advogado prossegue sua análise, dizendo:

> Eu acho que eles vão na onda, no que tá em destaque na mídia, nenhum deles quer perder votos, então, nesse aspecto tanto um como o outro defendem bandeiras, mesmo sendo conservador ou não, para ganhar votos, ninguém quer levantar uma bandeira que é contra, são raríssimas as exceções, talvez

[320] Áudio em 20'00''.
[321] Áudio em 21'30''.

> partidos, com umas tendências neopentecostais que tem uma tendência a se posicionar contra movimento LGBT; fora isso não vejo nenhum partido, seja ele conservador como os partidos de direita ou os próprios partidos de esquerda, que já tem uma tendência mais liberal, entendeu, nenhum deles se posiciona contra, o que seria antiprodutivo (...) o antigo papa que condenou o homossexualismo, eu não acho que ele deveria ter pronunciado esse tipo de frase, eu acho que ele foi muito infeliz, não acho que ele teria fundamentação religiosa, eu acho que nem ele e nem ninguém teria que condenar, pois esse tipo de comportamento é particular de cada um entendeu? E é garantida pela Constituição, a orientação sexual é garantida pela Constituição, contudo, falando desse movimento, eu achei de muito mal gosto a ultima manifestação de tentar afrontar a igreja católica, eu não acho legal nenhum dos dois lados afrontar, nem de um lado e nem de outro, porque são direitos de um com a religião e do outro a orientação sexual, então não acho que deva haver afronta de nenhum dos dois lados. E quanto ao partido cara, nesse aspecto, tanto um como o outro, haverá singularidade, porque eles vão ver no final das contas os votos. [322]

Como se pode perceber, para Heitor o voto é o que conta para os partidos, independentemente da sigla e do posicionamento no espectro político brasileiro. Pelo menos em relação às questões de direitos de minorias seria assim, já que em outros aspectos a diferenciação continua a ter força, já que, na tentativa de explicar porque Dilma tem mais intenção de voto entre homens nordestinos, com baixa renda e escolaridade, ao contrário de Serra, que tem mais intenção entre mulheres, do sul, com alta renda e escolaridade, o advogado fluminense volta a falar de programas sociais, que tendem a atender mais o povo que está em situação de maior vulnerabilidade social, exatamente o que ele defende como o que seria um bom governo. Assim, justificando as escolhas dos brasileiros em 2010, Heitor diz:

> A questão do estudo; nas ultimas eleições eu votei no Lula, votei na Dilma e tenho um bom estudo, tenho uma condição de vida razoável, mas parece-me que houve mais pessoas com menos acesso que votaram mais, vem de encontro (*sic*) àquilo que te falei antes, é lógico; você teve uma ampliação de benefícios sociais e uma região que era esquecida do país, que era o Nordeste, passou a ser reconhecido pelo governo do Lula e por consequência no governo de Dilma. Na realidade foi um golpe de agradecimento, porque você viu na *Voz do Brasil*, eu to ouvindo agora sobre programas que dão certo, é por isso que eu ouço, estava ouvindo do *Luz para Todos*, que está levando luz para lugares onde o cara pagava 900 reais por mês pra ter 4 horas de luz, que era gerador, um programa *Água para Todos*, um programa que acabou com a seca em vários lugares do nordeste. Isso não é ficção, isso existiu, ou seja, o acesso à melhoria nas regiões que mais necessitavam, ele chegou, eu creio que o voto veio por conta disso, o voto não veio por conta de instrução, quem tem mais instrução pensa: "Eu estou pagando mais imposto pra sustentar pessoas que não querem trabalhar", isso é o que eu ouço muito, eu penso muito pelo contrário, eu pago o meu imposto, se estiver sendo usado para ajudar pessoas que necessitam, como eu vejo que está acontecendo, então eu só tenho a ter regozijo com isso, sinceramente, porque eu ouço dizer Bolsa Família, eu vi que o beneficio médio é de torna de 136

[322] Áudio em 24'50''.

> reais, não sei você, mas eu não acho que 136 reais seja muito dinheiro, mas pra mim, mas pra pra... pessoas que não têm o que comer é a refeição delas, e ninguém tem como fazer nada com fome. Então, o voto... eu creio que os que votaram tiveram acesso a mais benefícios sociais e mais pessoas que têm dinheiro e têm instrução, não foram privilegiadas pelo governo, porque elas já tinham isso, elas queriam ficar mais ricas, pagar menos impostos e não foi isso que aconteceu, daí a votação de classes sociais elevadas tem sido menor para Dilma e pra Lula, e ter sido maiores das classes sociais menos favorecidas, creio que foi muito exclusivamente por isso. [323]

Como se pode ver, ao justificar o voto dos menos escolarizados e de menor renda em Dilma, Heitor mostra que foi um "*golpe de agradecimento*", voltando a falar de benefícios sociais dos governos do PT, incluindo agora os que atingiram mais diretamente a região nordeste, a saber, o *Bolsa Família*, o *Luz para Todos* e o programa para a erradicação da seca no semiárido nordestino, chamado *Água para Todos*.

Seguindo a lógica do advogado Heitor, pode-se perceber que o voto seria uma resposta ao cálculo racional do eleitor, que reconheceria os benefícios dados por um governo e não por outro, o que faria corroborar a ideia de escolha racional, defendida por Downs, Moro e outros adeptos da chamada *Racional Choice*.

Instado a elencar motivos que o fazem rejeitar candidatos do que ele chama de "partidos de direita", o advogado diz que não votaria de jeito nenhum neles, pois estiveram por muito tempo sem fazer nada pelos mais necessitados, algo que ele justifica na fala que conclui sua percepção acerca da política no país.

> Eu não votaria nele (PSDB de Serra) porque eles não têm, a meu ver, nenhuma intenção, posso estar errado, de ajudar as pessoas que necessitam de melhoria, a intenção deles é de melhorar a vida da minoria e não da maioria, nunca fizeram em anos de governo, em anos e anos de governo e o que melhorou para as pessoas que mais necessitam? Nada; só houve mais distanciamento entre os mais ricos e os mais pobres, só aumentou a distância, então eu não votaria neles, porque eu não acho que eles sejam comprometidos com as causas sociais ou com a melhoria dos que mais necessitam de acesso à saúde, à educação, a uma boa alimentação, entendeu? A única coisa que me faria não votar na Dilma era se ela fosse parar com aquilo que eu considero importante, então, que é a ampliação de causas sociais, dos investimentos em educação, nos investimentos de fiscalização, pois aqui no Brasil existem atitudes se uma coisa que está dando problema, você tem um programa que é muito bom que é o Bolsa Família, se o Bolsa Família começa a ter problema, então eu vou acabar com o Bolsa Família, e não é assim, tem que ter mais fiscalização, porque o programa é bom, é ótimo, mas onde está o problema? Está tendo vários desvios, vários problemas então é preciso fiscalizar mais, se ela parasse de investir em Policia Federal, vigilância, e reduzisse benefícios sociais, reduzisse de forma

[323] Áudio em 30'10''.

> drástica em investimento em educação, isso me faria procurar um candidato melhor. [324]

Voltando ao que o motivou a votar em Dilma, Heitor finaliza dizendo que só deixaria de manter o voto nela e no PT se os programas sociais e a fiscalização da Polícia Federal fossem abolidos. Assim, concordando com o eleitor-tipo mais polarizado para Dilma, o paraense José, anteriormente citado, o advogado fluminense só deixaria de votar no PT, se o partido deixasse de contemplar as políticas que tem contemplado, deixando de ser um partido popular e encampando uma agenda distante das lutas sociais, que Heitor entende como fundamentais para a melhoria do país.

Para além do fato de Heitor ser homem e isso significar um voto mais à esquerda, segundo análise até aqui desenvolvida, será também interessante atentar para outra integrante do grupo-controle aqui estudado, já que, se a intenção do voto feminino e branco tende, em análises bivariadas, à direita, uma mulher branca que rejeita tal espectro político, sendo sempre eleitora do PT de Lula e de Dilma, também ajudará na compreensão das justificativas que eleitores brancos e não-brancos dão para as suas escolhas políticas.

Antonia é branca, filha de imigrantes italianos, tem 33 anos de idade, é médica veterinária e ganha em torno de 5 mil reais por mês, segundo seus cálculos, o que configuraria uma eleitora tipicamente ideal para o PSDB de Serra, mas que vota sempre e com muita convicção no PT de Lula e Dilma[325]. Dona de uma clínica veterinária no interior do Rio de Janeiro, Antonia narra sua trajetória de vida, relembrando a luta das mulheres de sua família, sempre "alicerces" familiares, o que a faz chamar a todas de "mulheres fortes", já que praticamente todas, desde a avó, passando pelas tias, e pela própria mãe, criaram os filhos praticamente sozinhas, dadas as histórias de traições, abandonos e alcoolismo da parte dos maridos.

Com uma família desestruturada desde cedo, Antonia não reconhece qualquer influência familiar em suas escolhas políticas e a única lembrança que a faz reconhecer alguma relação de sua família com a política é o fato de ter participado, ainda pequena, de passeatas de professores, reivindicando direitos, já que sua mãe, hoje aposentada, fez parte de tal segmento profissional. Ainda assim, em princípio, a veterinária não apresenta de imediato a sua preferência político-partidária, dizendo que vota em quem

[324] Áudio em 35'30''.
[325] Entrevista feita em junho de 2015.

governa melhor, ou, pelo menos, em quem governa "menos pior". Na direção de explicar o que seria o menos pior, Antonia defende suas escolhas eleitorais:

> Olha, eu não tenho preferência partidária, um partido; apesar de que hoje parece é tudo dividido, se você vota em qual... na verdade, não é hoje, a população é muito assim, se você vota em quem está no governo hoje, meio que te rotulam e eu nunca vi diferente. Se você votasse é... é.. em um candidato, na verdade você vota em um candidato e não no partido, e quando você vota em um candidato você rotula o seu partido. E na verdade não é por aí; você vota porque buscou conhecer o candidato, se houve envolvimento com alguma coisa. Hoje é tão complicado que parece que todo mundo já esteve envolvimento com alguma coisa. Por isso que eu falei que no final a gente acaba votando no menos ruim. [326]

Assim, como se pode ver, a veterinária diz que não vota em partidos, mas em candidatos, após ter buscado conhecer os mesmos, a fim de ver se o escolhido esteve ou não envolvido em algo que poderia torná-lo não merecedor de seu voto. A escolha, neste caso, tenta se mostrar racional e bem justificada, já que fruto de uma análise do currículo do candidato, sobretudo em relação a casos possíveis de corrupção. Nesta direção, Antonia referenda a ideia de Norris, quando esta defende que o tal

> contexto de emergência de comportamentos políticos eleitorais influenciados por identidades de grupo favoreceu para que os eleitores passassem a se orientar mais por considerações 'racionais' que 'sentimentais ou irracionais'. Percebendo que este momento era marcado também pela emergência de campanhas embasadas no uso dos meios de comunicação de massas e das técnicas de *marketing* aplicados à política, outros autores assinalaram que os eleitores neste novo contexto também se tornaram mais suscetíveis aos apelos das campanhas eleitorais, à imagem do candidato e ao desempenho dos mandatários (...) a identidade com o partido passou apenas a ser informada por outros elementos além da classe, como, por exemplo, os interesses do grupo racial, étnico, gênero, etc., aos quais o eleitor também se sente ligado.[327]

Ao adentrar na segunda categoria de análise, onde teria de comparar os governos FHC e o de Lula, Antonia, que se confessa eleitora de Dilma em 2010 e também em 2014, apresenta uma comparação onde visivelmente os governos do PT são considerados melhores, com o governo FHC sendo responsável por paternalismos políticos, CPI´s que acabavam em pizza e privatizações equivocadas. Nesta direção, a comparação apresenta também, sem qualquer menção ao Plano Real, o aumento do poder de compra, mas atrelado apenas ao governo petista.

[326] Áudio em 08'00''.
[327] NORRIS, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 45.

> A sensação que eu tenho do governo do FHC foi que *vamos botar tudo pra fora porque não está dando certo, e nada tá dando certo*, então tinha muito discurso do paternialismo político e que tudo se resolveria se não tivessem mais estatais, as coisas fossem privatizadas. CPI vem desde o Fernando Henrique, entendeu? Teve muita piada com a CPI, é uma piada que vem do governo do FHC, e elas acabavam em pizza. Na época do Fernando Henrique eu me lembro também de muitos problemas com os colégios, me lembro das faculdade do Rio de Janeiro, estavam sucateadas, me lembro que as faculdades de São Paulo estavam sucateadas, tinha muitas matérias a respeito disso e parece que a mídia gosta muito de criar o caos, simular o caos, porque eu não vejo diferença do que estão fazendo com o governo de agora com o que fizeram com FHC, é mais ou menos a mesma coisa; vamos mostrar só o péssimo, o horrível e disseminar o caos. Foi também uma situação política diferente da de agora, diferente, a visão de mundo era diferente, não tinha tanta abrangência, ninguém tinha tanto acesso à informação, à internet. O que mais marcou no governo Lula foi pela primeira vez ter ouvido falar de ter acabado com a dívida externa, eu desde pequenina ouvia falar da dívida externa, dívida, externa, dívida externa... E a inflação ter caído tanto e o poder aquisitivo ter melhorado tanto. Na verdade é aquilo que a gente... que impacta mais o brasileiro, que é você poder comprar, você poder gastar, você poder viajar. [328]

Se para os eleitores do PSDB o poder de compra e a inflação controlada são considerados como obra do governo FHC, obras aproveitadas e "apenas continuadas" por Lula e pelo PT, vê-se pela fala de Antonia que isso é relacionado ao governo do PT, sem qualquer menção à tão falada estabilidade da moeda, talvez o principal trunfo dos que defendem os governos peessedebistas.

É interessante a maneira como a veterinária entrevistada percebe as diferenças entre os governos FHC e Lula, já que consegue articular diferenças bem marcantes, dizendo que, enquanto Lula se preocupava com uma postura nacionalista, intentando mostrar o melhor do Brasil lá fora, Fernando Henrique buscava mostrar o quanto éramos ruins e o quanto precisávamos de críticas de fora do país. Diferenciando-os radicalmente, pois, Antonia também analisa onde os partidos se comportam de modo distinto, verificando como essas diferenças afetam a renda de utilidade e chegando a um número que mostra o quanto um partido é melhor que o outro[329]. Nesta direção, entende que

> FHC pegou o governo sem a intenção de uma melhora no brasileiro, no social, sabe? Eu não acho que ele foi o presidente que... que muitas coisas que aconteceram no governo dele terem parecido isso, ele tem uma formação que funciona e tudo mais, mas ele não queria parecer isso, e sabemos que um governo não funciona sozinho, às vezes se faz o que se dá pra se fazer. Eu acho que a intenção de quem pega o governo de um país e que mora nesse país é de melhorá-lo, mas eu não sei se vejo tanta semelhança na forma de

[328] Áudio em 09'45''.
[329] MORO, *op. cit*., p. 13.

> governar, até culturalmente eles são diferentes. O cara que era proletariado e vivia trabalhando em indústria e o outro é o cara que cursou uma faculdade, que viajou pelo mundo, falava mais de uma língua, entendeu? Culturalmente a visão de tudo deles é muito diferente. Então eu acho que ele tentou fazer com que quem já tem uma empresa pudesse crescer para poder gerar emprego entende? E o outro teve a intenção de fazer com que o que estava por baixo crescesse pra poder virar patrão. Esse seria o Lula. [330]

Concordando com o advogado Heitor, Antonia entende que os governos do PSDB e do PT são radicalmente diferentes, já que um governaria para os que já têm posses e o outro governaria para que os que não as têm venham a ter, que seria o caso de Lula e Dilma, candidatos escolhidos pela veterinária do interior do Rio de Janeiro.

Ao ser questionada sobre como cada governo mudou sua maneira de pensar, Antonia diz que, por conta de acompanhar a mãe professora em greves e ver a forma como os governos peessedebistas tratavam tal situação, a influência do governo do PSDB sobre sua forma de pensar é bem negativa, inclusive a veterinária não cita a tão falada estabilidade da moeda, continuando a entender a inflação como um problema muito grave, já que "*os salários estavam defasados e a inflação era muito alta e o poder aquisitivo não era o mesmo de hoje*" [331]

Justificando o governo Lula e do PT como melhor, Antonia diz que nestes governos teve a oportunidade de fazer duas faculdades, sendo que abandonou uma no último período, pois considerava a outra melhor, também comprou uma casa e viu sua mãe, agora aposentada, reformar a própria casa "várias vezes". Tudo isso explica, segundo a veterinária, a forma positiva de pensar, deixada pelos governos petistas, e a forma negativa de pensar, deixada pelos peessedebistas. Nesta direção, a veterinária nos faz voltar a uma teoria do comportamento eleitoral já citada, quando da atenção à leitura de Converse por Marcus Figueiredo, uma vez que a fala da veterinária remete aos conceitos de *motivação para a política* e *grau de centralidade*. Pensando tais construtos, como já foi mostrado, Figueiredo defende que

> Converse demonstra que o elemento que, endogenamente, dá maior coerência aos mais diversos níveis de conceitualização é o *grau de centralidade* que os temas da vida pública têm na vida cotidiana do cidadão. A solução está em conjugar os níveis de estruturação dos sistemas de crenças com o *grau de motivação para a política* que os indivíduos desenvolvem. [332]

[330] Áudio em 13'46''.
[331] Áudio em 16'30''.
[332] FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 25.

A fim, portanto, de se perceber o quanto tal grau de motivação influencia na questão maior deste trabalho, a que versa sobre o racismo estrutural brasileiro, foi interessante colocar a veterinária Antonia diante do tema, o que fez perceber que a mesma elabora seu raciocínio de forma bastante interessante, uma vez que parece negar o racismo num primeiro momento, voltando a compreendê-lo como existente num segundo. Nesta direção, Antonia diz que

> o racismo no Brasil, não é um racismo, o brasileiro não tem problema com a raça, o brasileiro tem problema com o pobre. E como a gente tem historias da escravatura, que depois os negros foram colocados pra fora das fazendas e não tinham nenhum estudo, nunca tinham trabalhado em nada, além da lavoura e criaram as comunidades e as fazendas... e é um povo mais pobre, a população negra é mais pobre, então é difícil você estar em um lugar onde o cara que tem mais condição na mesa seja negro, normalmente quem tem menos condição é o negro, então eu acho que a discriminação no Brasil seja com o pobre, e normalmente ocorre do pobre ser negro, por causa da sua história, eu já vi gente sendo discriminada por causa disso que eu estou falando e não ser negro, é porque é pobre. [333]

O que se pode perceber, pois, é que, seguindo uma lógica que poderia defender que apenas a pobreza é um problema, a veterinária consegue perceber que tal situação atinge muito mais aos negros e negras. Num movimento que parece negar o racismo, Antonia parece deixar tal mazela social para um segundo plano, mas logo percebe que dificilmente você poderá "*estar em um lugar onde o cara que tem mais condição na mesa seja um negro, normalmente quem tem menos condição é o negro*". Tal frase é muito significativa, pois referenda os dados apresentados anteriormente, e que justificam um racismo estrutural no país, já que os números de acesso à renda, educação, saúde e bens sociais variados atingem muito mais aos brancos do que aos não-brancos, o que chama a atenção para a condição dos negros e negras no Brasil, que, segundo Antonia, após a escravatura tem os negros botados para fora das fazendas, mas sem estudos e sem condições técnicas para assumir outras funções sociais, já que não sabiam nada além da lavoura escravista.

Conseguindo fazer uma análise histórica do evento escravidão negra no Brasil, Antonia se posiciona favoravelmente às chamadas ações afirmativas, incluindo-se aí as cotas raciais, uma vez que com elas, o que "*o governo tenta fazer hoje é corrigir esse histórico de descaso com a população negra, nesse sentido eu sou muito a favor, e de políticas sociais*". A veterinária continua sua análise favorável às cotas raciais, mas

[333] Áudio em 18'00''.

entende que elas e outras políticas do governo não devem se perpetuar, ainda que sejam medidas positivas no curto prazo, devendo-se pensar em outras, de longo prazo. Assim, defende ela que tais políticas hoje

> são positivas porque o nosso país ficou por tanto tempo estagnado, que hoje pra você ter um avanço social, você precisa abrir determinadas portas, abrir determinadas oportunidades, abrir determinadas condições paternalistas para que a gente evolua, sabe? Porque nós somos um país muito grande, uma população muito grande onde a grande maioria vivia na pobreza, então a gente tem que hoje pra crescer e evoluir, não tem nada que evolua mais do que educação. É uma medida que no momento é necessária, uma medida pra resolver a curto prazo, um problema a curto prazo, mas tem que ser pensado em medidas a longo prazo, eu não acho que isso tenha que se perpetuar, eu acho que isso pode ser feito agora, no momento, mas não acho que isso tenha que perpetuar. [334]

Como se pode ver, Antonia articula as ações governamentais a um processo que fomenta a educação. Sua fala, neste sentido, parece articular a pobreza e a saída da mesma, mas não é clara sobre uma possível articulação de políticas como cotas nas universidades e Bolsa Família, por exemplo. Isto é importante, pois este último é um programa que também abarca a questão educacional, já que a criança deve estar matriculada e com a carteira de vacinação em dia (o que também se torna uma política de saúde) para que a família possa ser contemplada com tal benefício governamental.

O mais curioso na fala de Antonia é não atribuir, em princípio, os programas sociais aqui abordados como do Partido dos Trabalhadores, mas personalizá-los como sendo algo vindo diretamente do ex-presidente Lula e da presidente Dilma. Nesta direção, questionada se liga programas como Bolsa Família, Prouni, Minha Casa Minha Vida e cotas raciais como sendo de algum partido especificamente, a veterinária volta a justificar seu voto em um candidato e não em um partido, mas de uma forma bem interessante, já que diz:

> eu não ligo ao partido, eu ligo ao candidato, eu ligo ao candidato Lula e a Dilma, que tentou manter esse tipo de programa, eu acho que esse tipo de programa é necessário para que possa haver um nivelamento, pra você nivelar a população a uma condição social, porque não adianta, é nítido, é... sabe... achar que se você não tiver esse nivelamento social você vai alcançar uma evolução, você vai crescer, você vai gerar emprego, que você vai gerar renda, que você vai gerar... não vai, você tem que ter um nivelamento. Os candidatos são petistas e as políticas vieram destes candidatos que são destes

[334] Áudio em 20’50’’.

> partidos, entendeu? As ideias, os ministros, toda a questão, todos esses programas vieram deste partido. [335]

Assim, embora queira personalizar tais políticas sociais, Antonia entende que as mesmas vieram de um específico partido, ainda que queira ela vincular apenas aos candidatos, como se viu. Mais curioso é perceber a visão de "nivelamento" apresentada pela entrevistada, já que isso parece referendar uma postura do "ganha ganha", onde todos, pobres e ricos saem ganhando num processo, o que culminaria numa aprovação atribuída a Lula de 80% de toda a população, como foi lembrado pelo advogado Heitor.

Embora pudesse fazer como Maria, a advogada curitibana que atribui à própria saga familiar a sua ascensão social, Antonia entende que foi fundamental a presença do governo em sua vida familiar. Aqui, percebemos uma diferença gritante entre uma visão de intervenção estatal na vida das famílias, pois, sendo favorável a tal empreitada, a veterinária atrela aos governos debatidos a condição de melhoria radical de sua condição social. Nesta direção, ela narra a saga de alguém que ascendeu graças a políticas e intervenções estatais perpetradas pelo governo petista:

> A gente não tinha, quando era o partido do Fernando Henrique... a gente morava de aluguel. Pra você entrar numa faculdade tinha que estudar muito, muito mesmo. Se conseguisse entrar em uma faculdade, ela estaria constantemente em greve, o salário da minha mãe estava muito defasado. Agora, eu fiz uma faculdade, o salário da minha mãe faz com que ela tenha uma vida digna, a minha mãe tem casa, a minha irmã tem casa, eu tenho casa própria, e.. eu tenho carro, o meu marido tem um carro, eu montei uma empresa, tenho nível superior e a minha filha provavelmente terá nível superior. [336]

Como se pode ver, a escolha eleitoral de Antonia se dá por uma comparação de pacotes de benefícios, tal como Moro apresenta em sua leitura da Teoria da Escolha Racional, de Antony Downs. Comparando dois pacotes, o do PSDB e o do PT, a veterinária percebeu ter no pacote petista tudo aquilo que faltava no pacote peessedebista, como é claro ver na comparação feita acima.

Acompanhando a opinião do advogado Heitor, mas por outro viés, Antonia não vê conservadorismo e progressismo nas posturas de PSDB e PT, respectivamente, mas entende que os partidos são simplesmente condicionados por mudanças globais e não locais. Assim, se o movimento LGBT, por exemplo, está em alta, é porque isso acontece lá fora e nos chega já como conquista. Para a veterinária, então,

[335] Áudio em 22'15''.
[336] Áudio em 24'45''.

> você tem uma cobrança da mídia, você tem uma cobrança da população, você tem uma cobrança de políticas que estão sendo feitas em outros locais, em outros países, então isso, nesse momento os petistas estão no poder... então eu acho que é por conta disso também, mas sempre na minha ideia de conservadorismo ligada ao PSDB sempre foi em questão a política econômica, eu sempre achei na minha ideia que eles foram voltados para as classes mais altas (...) só que o Brasil tem uma população que vai ser sempre uma população pobre, que vai sempre viver de um salário mínimo e que vai sempre viver debaixo do pé do patrão lá, que é dono de empresas enormes e... e vai sempre ditar as regras do negócio. A minha visão de conservadorismo desses partidos é econômica. Eu acho que até nessa área eles são diferentes, políticas econômicas diferentes. [337]

Se o advogado Heitor chama os partidos de oportunistas, já que os pleitos de minorias são apenas apropriados por eles, a veterinária Antonia reverte a questão, defendendo que o conservadorismo do PSDB seria econômico e não moral, já que tal partido, ao contrário do PT, não se importaria com a situação dos menos favorecidos economicamente numa estrutura desigual.

É interessante notar a forma como Antonia se aloca no que ela diz, já que chegou a ser empresária por causa daquilo que ela entende ser uma ação do governo do PT, uma vez que, segundo ela, o partido nivelou a questão econômica da população, fazendo com que houvesse uma distribuição de renda entre os estratos mais pobres e retirando dos mais abastados. Deste modo, segundo a veterinária,

> quem era rico durante esse governo, o governo do Lula e o governo de agora, não são tão ricos, e a população miserável e pobre está na classe média, e quem é nivelado, hoje já está melhor, como está acontecendo esse princípio de nivelamento social, eu acho que quem tinha o poder aquisitivo maior e tinha o poder de escolha, tinha o poder político, porque você sabe que existe que é óbvio que quem tem dinheiro põe e tira muita gente do poder e tem poder de negociação... isso incomodou muita gente que estava nesse nível social. [338]

Numa referência não proposital, Antonia traz à tona a ideia marxiana apresentada em obra escrita juntamente com Engels[339], atribui o poder político de uma época ao poder econômico dos indivíduos desta mesma época. Criticando diretamente tal processo, a veterinária entende que o governo de Lula e o de Dilma incomodaram aos mais ricos, já que refutaram tal lógica, empoderando os menos favorecidos pelos governos peessedebistas.

[337] Áudio em 27’55’’.
[338] Áudio em 32’20’’.
[339] MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Edições Avante, 1981.

Buscando entender as justificativas para não votar em Serra, bem como as razões que a fariam deixar de votar em Dilma, a presente pesquisa colocou a veterinária Antonia diante da última categoria de análise, a saber, justificativas para não votar de jeito nenhum em um candidato e razões para mudar o voto. Diante de tal provocação, Antonia cita programas que atingiram o microempreendedor individual, defendendo que tal iniciativa nunca acontecera nos governos peessedebistas. Assim, justifica, racionalmente, em termos teóricos, na política econômica a rejeição a Serra, bem como elenca as razões que a fariam retirar o voto em Dilma e procurar outro candidato.

> Eu não votei de forma alguma no Serra por causa da política econômica, eu nunca concordei com a política econômica que ele faz de preferenciar quem tem mais, de fazer uma política econômica para a minoria. Hoje por exemplo eu estava lendo dados, porque eu estou montando agora uma clínica e vou montar como MEI (microempreendedora individual), e eu estava vendo que hoje eu posso montar a minha empresa e ter um microcrédito já pré-aprovado pelo governo e com taxas mínimas e já ser dona do meu negócio, eu já sou dona de um negócio! Mas se não fosse o caso de ser dona do negócio meu, que eu nunca vi isso em outros, na política do... Serra, Fernando Henrique, nunca vi isso, essa intenção na política deles de fazer um pipoqueiro, um cabeleireiro, a manicure como um profissional, o profissional liberal como um empresário, podendo dar emprego pra uma segunda pessoa, sabe, ter benefícios com isso... porque a gente sustenta a família assim, só que nunca foram valorizadas, eu acho isso uma política muito boa para o país, eu acho que isso faz... isso aumenta até essa questão de autoestima do brasileiro de querer ser brasileiro, a gente detona muito o nosso país, porque a gente não se sente à vontade. Por isso que eu não votaria nesse monte de política econômica, se me mostrasse que teria um investimento nessas áreas que favoreceria o pobre, e continuasse esse nivelamento, eu não teria problema nenhum em votar nele. Hoje, se ela (Dilma) tivesse se desvirtuado para um tipo de projeto social, de projeto econômico, eu com certeza teria votado em outro candidato, se eu visse que os interesses dela fossem por exemplo de... de privatizar determinadas empresas, de cortar os incentivos sociais, de cortar os projetos dessa área, entendeu?! Como você mencionou, Minha Casa minha Vida, PROUNI, que são voltados para a população mais carente, eu desistiria dela. [340]

Como se pode ver, uma mulher branca, de nível superior, do sudeste e com alta renda, pode justificar seu voto do mesmo modo que um homem negro, nordestino, de baixa escolaridade e renda mensal, já que os argumentos de Antonia e os de José são exatamente os mesmos. Comparando pacotes de benefícios e defendendo o melhor deles, em suas opiniões, os dois justificam que só votariam no candidato oposto se este viesse a fazer o que o candidato escolhido, no caso, Dilma, faz, sendo que o escolhido deixaria de ter o voto, caso se portasse como o não escolhido, isto é, o voto iria para o

[340] Áudio em 34’30’’.

PSDB se este tivesse a postura do PT e o voto deixaria de ir para o PT, se este viesse a se comportar como o PSDB.

Encerrando sua fala, Antonia volta ao princípio, mostrando que não vota em partido, mas em pessoas, e defende que a maioria da população faz o mesmo. É curioso perceber que alguns dos teóricos aqui apresentados cabem bem na explicação da veterinária, já que o voto personalizado e praticamente a-partidário aparece na justificativa de escolhas da entrevistada, quando ela diz:

> Quando eu voto, eu voto no candidato e eu acho que a maior parte da população também. Por isso que os marqueteiros prezam tanto que os candidatos tenham carisma, uma boa aparência, ter uma boa dicção, uma boa oratória, porque o povo ainda vota na pessoa, não é igual os Estados Unidos que você tem dois partidos políticos, ou três, e você tem uma população dividida ente partidos, democratas e republicanos. A pessoa nasce republicana, a família é republicana, ele é republicano, a maior população dos americanos é republicana... então, aqui no Brasil a gente não tem essa cultura partidária, nem os próprios governantes são... mostram muito carisma para o próprio time, porque precisou de uma lei pra isso não acontecer "a dança dos partidos" entendeu?! Está num partido hoje e amanhã está no outro, hoje o outro está melhor, ele está no outro e por ai vai, nem os próprios políticos tinham um partidarismo assim tão... tão... fiel, então não pode cobrar da população que tenha. [341]

Embora se apresente como eleitora do PT, Antonia se mostra em primeiro plano eleitora de Dilma e de Lula, justificando o distanciamento da população do conhecimento acerca dos partidos, o que faz com que os eleitores sejam atingidos pelo carisma e pela construção de uma imagem de cada político. Nesta direção, corrobora a tese de Silva e Soares, quando os mesmos analisaram o carisma de Brizola e a consequente e praticamente improvável vitória do falecido líder pedetista. [342]

## 5.6 Quando os negros são de Serra

Se existem números que referendam uma preferência maior de pretos e pardos por Dilma Rousseff, também é importante, à luz da análise de entrevistas com o grupo-controle construído, dimensionar, além das razões de brancos bem posicionados socialmente que rejeitam Serra, as justificativas de negros que não votam de maneira

[341] Áudio em 39'10''.
[342] SILVA, Nelson V. & SOARES, Gláucio. O charme discreto do socialismo moreno. Rio de Janeiro: *Dados*: 1985, 28(2): 253-273.

alguma na candidata petista, até porque tal recusa pode não ter as mesmas explicações de brancos que rejeitam a candidata do Partido dos Trabalhadores. Nesta direção, a pesquisa se preocupou em analisar a fala de um homem e a de uma mulher, sendo ambos negros e eleitores de Serra e do PSDB, numa refutação da lógica que se apresentou nas referências ao pleito de 2010, quando a intenção de voto de negros e negras tendeu mais para o PT de Dilma.

O senhor João é militar aposentado do corpo de bombeiros, casado e pai de quatro filhos. Ao falar de sua vida familiar e das possíveis influências desta na escolha político-eleitoral, João diz que a questão da política chegou à sua vida muito tardiamente e "*depois de um amadurecimento muito grande*", já que, por ser militar, até a Constituição de 1988 não tinha direito ao voto, o que faz sua vida política ser "muito curtinha". [343]

O militar aposentado, ao narrar a saga de sua família, começa por si mesmo, já que, aos 63 anos, entende que já é possível contar a trajetória de sua prole a partir de si mesmo e de sua esposa. Assim, apresentando-se como músico, relata que a música sempre foi a maneira de a família completar a renda da casa, já que a esposa é do lar e apenas o salário de bombeiro não tinha como suprir à demanda de uma casa com seis pessoas. Vivendo de música e como militar, João diz ter criado os filhos "*com uma vida muita digna*".

Se a narrativa acerca da saga familiar não traz muita informação, a chegada da política à vida de João é emblemática. Mesmo aposentado, o bombeiro diz ter participado de uma invasão a um quartel no Rio de Janeiro, quando do movimento dos bombeiros por melhores condições salariais, movimento este que culminou na exoneração do Cabo Daciolo, que João diz ter ajudado a eleger deputado federal pelo PSOL. Embora a família esteja à margem do processo, já que, segundo palavras do próprio João, "*apoia, mas corre ao longo da história, não tendo nada a ver*"[344], ele agora é assessor do parlamentar carioca. Ainda que pudesse referendar um aporte teórico que defende o voto negro mais atrelado a movimentos sociais que lutam há tempos por direitos, a fala do ex-bombeiro mostra que posições "radicais" podem não estar mais encantando grande parcela do eleitorado negro, visto que, seguindo a leitura

[343] Entrevista feita em julho de 2015.
[344] Áudio em 04'30''.

de Valente, estes indivíduos "*poderiam estar optando pela acomodação, e não pela revolução estrutural, como técnica de conquista social*". [345]

Por isso é curiosa a opção de João, já que a mesma referenda em parte o que foi dito pela veterinária Antonia, que diz que "*no Brasil se vota na pessoa e não no partido*". Com um discurso bastante conservador, o ex-bombeiro não teve qualquer problema em se filiar e se tornar assessor de um deputado do PSOL, partido de ideologia completamente oposta à sua, o que referenda o pensamento da veterinária Antonia, que também diz votar na pessoa e não no partido. João votou no colega bombeiro, e não especificamente no PSOL, buscando, ao que parece, referendar um processo de acomodação, e não uma mudança estrutural, exatamente o que o PSOL diz propor. O que se pode perceber em termos teóricos, então, é que talvez o contato direto com o candidato fez com que a negociação por favores em troca de voto se tornasse preponderante na valorização da pessoa e não do partido, justificando a tese de que "*o povo pode não votar de acordo com o que os políticos, os militantes e os intelectuais imaginam que ele devesse votar, mas ele faz escolhas de acordo com sua própria lógica e interesse*". [346]

Sem focar tais interesses, no entanto, ao responder sobre as razões que o fizeram ter escolhido José Serra em 2010 e até mesmo Aécio em 2014, João se aproxima de Maria, advogada branca de Curitiba, que, mesmo sem elencar os motivos para sua escolha, disse que é "contra tudo o que está aí". Na mesma direção da advogada, o bombeiro aposentado defende seu voto dizendo que é "*questão de visão, pô! A gente tá vendo que esse grupo tá enterrando o país; eu como brasileiro não vou ser conivente com isso, eu não sou conivente com as coisas ruins*". [347]

Em busca das explicações sobre as "coisas ruins" com as quais João não é conivente, o bombeiro aposentado foi colocado diante da possibilidade de comparar os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva. Animado com a possibilidade, João diz que

> o importante do Fernando em Henrique foi o plano real, que tá aí até hoje, de uma certa forma tá indo. Agora, coisa boa que o Lula fez... Boa, boa pra esse país... eu não sei, mas acho que ele fez pra ele. Não é à toa que ele está entre os dez mais ricos do país hoje, então eu acho que ele fez muita coisa pra

[345] VALENTE, *op. cit.*, p. 83.
[346] MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 10.
[347] Áudio em 05'17''.

> enganar o povo... tem muita gente que se ouvisse o que eu tô falando aqui me tacava pedra. [348]

Não é com pouca veemência que João fala contra Lula, nem mesmo ao dar a informação de que o ex-presidente "*está entre os dez mais ricos do país*", informação que não procede, como é sabido. Ainda que não consiga provar tal informação, João segue sua fala numa direção bem parecida com a de Maria, a advogada curitibana, já que o importante parece ser e estar contra Lula e o PT, independentemente de se ter ou não razões que se possam justificar historicamente. Nesta direção, ao tentar comparar os dois governos, apontando em quais aspectos seriam iguais e em quais seriam diferentes, João diz:

> Em todos, em todos! Eles são totalmente diferentes, não tem nada a ver um com o outro, não, ué! Não tem nada a ver, rapaz! Olha a roubalheira que tá aí, que se implantou no país desde 2003 pra cá; eles querem levar aí mais... teve no Fernando Henrique, só que nunca foi tão gritante assim, isso é... [349]

Mesmo diferenciando radicalmente os dois partidos, o bombeiro fluminense acredita que nenhum dos dois partidos influencia a sua maneira de pensar, já que sua família "*sempre teve uma opinião formada, então, a política nunca nos influenciou, sempre tivemos nossas opiniões e foi nelas que a gente sempre acreditou, até hoje a gente vota quando a família se conscientiza; aí a gente vai e faz*". [350]

Se em termos de escolha política João se parece muito com a advogada branca do sul do país, será interessante notar sua postura acerca do racismo brasileiro e de suas implicações em políticas públicas de cunho igualitarista, já que o mesmo se diz negro com todas as letras. Assim, ao ser questionado sobre a existência ou não de racismo no Brasil, o ex-bombeiro diz:

> Pô, eu sou negro; não existe pior racismo no planeta que o Brasil, é o pior de todos, sabe por quê? Porque é um racismo frio. E em Porciúncula foi o pior de todos, eu sou nascido e criado aqui. Quando eu era jovem aqui tinha duas praças, nego; uma pros brancos e ricos, outra, pros negros e pobres; era admitido! O racismo no Brasil existe sim, e é muito grande! [351]

Concordando com um racismo muito forte no país, João vai apresentar sua posição quanto às ações afirmativas, especificamente as cotas raciais, com as quais

[348] Áudio em 05'50''.
[349] Áudio em 06'55''.
[350] Áudio em 07'45''.
[351] Áudio em 09'23''.

concorda, uma vez que sua vivência em uma estrutura racista o fez perceber que "*a concorrência com os brancos é muito desigual*". Deste modo, concordando com políticas baseadas na cor da pele, o bombeiro aposentado diz:

> Eu acho isso viável, porque no meu tempo... eu, por exemplo, o racismo aqui é tão grande e o poder aquisitivo mandava tanto, aqui meu amigo, ninguém tinha direito de fazer ginásio, você estudava primário somente e o ginásio na minha época era dois salários mínimos por mês, você tinha que pagar... e eu então, não tinha, não tinha a opção... faculdade de criolo era... era... era algo assim... Nossa Senhora, quando se ouvia se falar que tinha um escurinho cursando um Direito ou uma coisa assim, ficava todo mundo endeusando o cara. Então eu acho que tinha que ter sim essa política aí; não sou contra as cotas, não, porque é muito desigual a concorrência. [352]

É bastante curioso o posicionamento do ex-bombeiro João, pois este se mostra favorável às cotas, mas, ao ser questionado sobre outros programas sociais, coloca-os todos, incluindo as cotas raciais que ele apoia, como "*uma forma de o PT manter as pessoas presas em suas garras*". Em tom provocador, o aposentado diz que Bolsa Família, Prouni, Minha Casa Minha Vida e Cotas para Negros é "*pra manter na rédea né, ô parceiro?! Quem que você acha que elegeu a Dilma duas vezes? Ela é tão boa assim? O que elegeu ela foi a Bolsa Fome!*". [353]

Num outro momento que o aproxima da advogada sulista, também eleitora de Serra, João lança mão da meritocracia para defender que sua vida melhorou não por causa de qualquer dos dois partidos analisados no poder, mas entende que o próprio esforço o levou à vida que ele chama de digna. Nesta direção, afirma categoricamente: "*a minha vida quem melhorou primeiro foi Deus, e depois foi eu mesmo. Eu não acredito que partido possa melhorar a vida de alguém, a não ser que o cara esteja lá dentro, mamando nas tetas do partido junto com a nação, e no meu caso não*". [354]

Se não coloca o PSDB como um partido a lhe melhorar a vida, tampouco o PT, ao menos João volta a citar o partido de Fernando Henrique, José Serra e Aécio Neves, ao defender que há uma diferença entre os dois partidos quando à questão de ser mais conservador ou mais progressista, com relação a temas como os pleitos do movimento LGBT. Assim, defendendo o partido que escolheu em 2010 e em 2014, o bombeiro aposentado diz que acha "*o PSDB mais... mais... mais família, mais centrado, e acho o PT mais oportunista em todos os sentidos, inclusive nesse daí, falando da bandeira gay,*

[352] Áudio em 10'20''.
[353] Áudio em 11'23''.
[354] Áudio em 13'05''.

*falando da bandeira dos sem terra e o Lula há pouco tempo ameaçando a gente com o exército de Stédile*". [355]

Insistindo na ideia de oportunismo petista, que os outros partidos não teriam, e rejeitando veementemente os candidatos de tal partido, João analisa a possível preferência de brancos bem escolarizados e com alta renda por Serra e negros de baixa escolaridade e baixa renda por Dilma. Para ele, o oportunismo do PT se dá da seguinte maneira:

> Eu explico isso: o Bolsa Fome resolvendo os problemas dos vagabundos que nós temos, porque hoje em dia, a vagabundagem grande que está aí... então eu acho que o Serra teria como ganhar ela, se ele criasse uma história em cima do Bolsa Família, mas ele preferiu ser mais... ser mais o Serra e o outro aí, o Aécio, mas os caras preferiram não mentir. Ele não fizeram como ela, ela mentiu uma porrada de coisa, ela disse que ia aumentar isso, ia aumentar aquilo e agora nós estamos aí... O PT é um partido oportunista. Eu não voto de forma nenhuma em candidato do PT, eu não voto de forma nenhuma em candidato do PT! Eu até tenho um amigo meu aqui que está pra vim candidato pra prefeito aqui, me pediu voto; eu disse: "bicho, saia do PT que eu te voto e ainda garanto o voto da minha família". Então eu não votaria em nenhum candidato do PT porque é um partido oportunista e foi mandada uma quadrilha pra dentro do nosso país com ele; acabou! [356]

Assim, tal como a advogada branca curitibana, o ex-bombeiro negro também recusa com muita energia o Partido dos Trabalhadores, ainda que não consiga elaborar tal escolha com dados, e ainda que atribua ao PT programas com os quais convive, dos quais é beneficiário e com os quais concorda (no caso das cotas raciais e Prouni). Tentando justificar sua condição de beneficiário de um programa do partido político que lhe incute um sentimento de repulsa, João termina sua fala com a seguinte colocação:

> Olha só, irmão, o grande problema é o seguinte: o negro tem pouquíssimas oportunidades no nosso país, então, dificilmente o negro alcança ao nível de faculdade, ele vai mal e porcamente até o 2° grau e depois tem de partir pra luta. Então, é por isso que nós temos essa quantidade ínfima de negros na faculdade, tentando fazer alguma coisa é justamente por isso, porque o cara tem que correr atrás das oportunidades, porque as oportunidades para negros são parcas, são vagas mínimas demais. Eu não sou contra o PROUNI de jeito nenhum, pelo menos alguma coisa do PT. Eu não sou contra PROUNI, não sou contra as cotas, por que? Mas eu sou suspeito de falar, porque eu sou negro, então eu sofri na carne o que muitos não sofreram, é... o negro no país é uma merda, e outra, eu não sou contra também, porque eu tenho dois filhos formados pelo PROUNI, então... também o cara não pode só fazer cagada, cagada, cagada...pelo menos alguma coisa tem que... né? (*Por que os outros*

[355] Áudio em 14'10''.
[356] Áudio em 15'23''.

> *não fizeram?*) Os outros partidos não tiveram a visão, a visão de oportunismo, como teve o PT. [357]

Assim, referendando o racismo estrutural brasileiro e mesmo sendo beneficiário de programas sociais do governo petista, um ex-bombeiro aposentado repete grande parte do discurso de uma mulher branca e com a situação praticamente oposta em relação às oportunidades, o que provoca reflexão acerca da teoria do comportamento eleitoral no Brasil, já que em condições radicalmente opostas Maria e João entendem, ainda que o segundo seja um beneficiário direto, que "*o Bolsa Família, o Prouni, o Minha Casa Minha Vida e as cotas, raciais e sociais, são apenas tentativas de manutenção do poder, pois os outros partidos não tiveram a visão de oportunismo do PT*". [358]

Na mesma direção de intenção de voto, mas sem a veemência do senhor João, a dona de casa Norma também é uma eleitora de Serra. Carioca de 58 anos e radicada no interior do Rio de Janeiro, ela se diz do lar e com uma lojinha de acessórios na cidade[359]. Criada pela mãe e sem pai, Norma narra a difícil saga de sua mãe para criar 6 filhos sozinha. Como era de se esperar para a época, Norma é de um momento histórico em que era difícil para o pobre estudar, segundo suas palavras, pois

> eles achavam que a mulher não precisava de estudo; ela tinha que casar com um cara que sustentasse ela e tudo estava bem. Na escola a mulher só aprendia o que não era bom pra dignidade dela, né?! Então eu vim estudar um pouco mais depois que eu cresci e... me casei e vim morar aqui. [360]

Como se pode ver, para essa mulher negra a vida não foi fácil e começou com questões que, se hoje não atingem tanto as mulheres, há meio século era a praxe das relações sociais no Brasil. Se algo pode ser notório na saga de Norma, no entanto, é o fato de ter quatro filhos, sendo todos formados e bem empregados. Uma formada em Direito, outros dois em Engenharia do Petróleo e uma em Odontologia, o que dignifica qualquer família negra e com poucas oportunidades oferecidas aos pais.

Norma não reconhece qualquer posicionamento político que lhe tenha sido transmitido pela família e afirma que a família nunca se envolveu com política e que ela nunca recebeu nada de políticos do município, sendo que nas poucas vezes em que foi

[357] Áudio em 17'40''.
[358] Áudio em 19'10''.
[359] Entrevista feita em julho de 2015.
[360] Áudio em 02'14''.

procurar algum auxílio, não recebeu. Assim, tentando construir alguma referência que pudesse alocar Norma em um espectro político-partidário, quanto à preferência partidária, não foi possível, haja vista a curiosa resposta dada pela dona de casa: "*eu não tenho preferência; isso depende dos políticos*" [361]. Tal resposta corrobora a ideia de que grande parte dos eleitores vota em pessoas e não em partidos, como defendeu a veterinária Antonia. Nesta direção, ambas corroboram a ideia de Castro, quando tal pesquisadora defende que eleitores com baixa sofisticação política, grande maioria do eleitorado brasileiro, sempre se identificam com os candidatos, independentemente da preferência partidária. [362]

Se a preferência não recai sobre partidos, então, mas sobre a pessoa do político, será interessante notar como Norma os diferencia. No caso do presente estudo, a dona de casa foi colocada diante da possibilidade de comparar os governos FHC e Lula, o que fez com muita propriedade, em termos lógicos, pois conseguiu se apropriar de duas importantes referências dos governos, entendendo-se beneficiária de ambas. Assim, instada a falar sobre o que mais marcou tais governos, Norma diz que

> do Fernando Henrique foi que o Real começou a pegar mais força e aí o pobre começou assim a ter o poder de compra, e vieram as privatizações, o que também é bom, porque o país não recebe os lucros, no total, mas em compensação melhora bem, melhorou bastante a qualidade do serviço, emprego. Acho que é isso. Do Lula, pra mim, foi a questão do PROUNI, né?! Que... porque os meus filhos... eu tenho dois filhos que se formaram pelo PROUNI e nós não teríamos condição de pagar a faculdade deles, foi a Neirinha com o Odonto e o Tom com a Engenharia de Petróleo, então o que mais marcou no presidente Lula pra mim foi isso. [363]

Como se pode ver, as palavras de Norma referendam teorias interessantes acerca do comportamento eleitoral, mas não radicaliza o posicionamento político, pois entende que existem benesses nos dois diferentes governos, elogiando o Plano Real e o que para ela é uma melhoria dos serviços, via privatizações, sem deixar de valorizar um programa social petista, do qual dois de seus quatro filhos foram beneficiários.

Assim, se a estabilidade da moeda é algo mais macro, bem como a privatização de serviços públicos, que atinge a toda a população, era de se esperar que uma mulher pobre e negra, beneficiária direta de um programa social petista e com pouca escolaridade, optasse pelo partido do benefício que mais diretamente lhe atingiu, isto é,

[361] Áudio em 06'10''.
[362] CASTRO, *op. cit.*, p. 206.
[363] Áudio em 07'10''.

o PT do Prouni. No entanto, a escolha de Norma é pelo PSDB de Fernando Henrique, Serra e Aécio, o que lança curiosidade sobre a sequência de suas respostas e referenda a justificativa dela sobre a categoria de análise que diferencia os governos PSDB e PT, sobre a qual Norma é bastante direta e com poucas palavras. Para a dona de casa, "*o governo Lula teve mais corrupção, foi mais marcado pela corrupção, e o Fernando Henrique... não lembro de nada marcante negativo*". [364]

Se não se lembra de nada de negativo da era FHC e tem a corrupção como marcante no governo Lula, é ainda mais curiosa a resposta de Norma ao justificar de que forma um ou outro partido influenciou sua vida, seu modo de pensar e a vida de sua família. Nesta categoria de análise, a dona de casa, que não lembra nada de negativo do governo peessedebista, e foca na corrupção petista, não cita nada que lhe tenha influenciado ou beneficiado sua família a ponto de fazê-la mudar o modo de pensar, mencionando apenas o programa petista da qual é beneficiária através de seus filhos. Assim, justificando a influência governamental sobre a sua história de vida e tentando trazer à tona o que mais foi fundamental, Norma diz que "*o Prouni, com certeza; isso foi muito importante, que mudou bem minha maneira de pensar, porque até então eu nunca tinha recebido entre aspas nenhum benefício político e foi aí que começou a mudar minha vida e com certeza minha família*". [365]

Como se pode perceber, não é fácil a compreensão de uma escolha eleitoral, pois o imaginário do eleitor é construído com base em fatores que não são tão objetivos, como defendem alguns autores da Psicologia Social, tal como os teóricos de Michigan, aqui já citados. Se Norma entende que só a partir de um programa petista conseguiu ter a vida mudada, tendo também a maneira de pensar modificada, fica ainda mais árdua a tarefa de encontrar as explicações para o voto dela seguir para o PSDB de FHC e Serra, já que a fala da eleitora corrobora a análise feita por Jaccoud, quando esta defendeu que

> políticas sociais sólidas e universais são imprescindíveis para o combate às desigualdades raciais em um país com o histórico de racialização da pobreza, como é o caso do Brasil. No entanto, estas são respostas que precisam ser complementadas por *ações específicas* de eliminação das desigualdades raciais nas várias dimensões da proteção e da promoção do bem-estar social. Nesse sentido, é necessário destacar os processos sociais que estão na origem das desigualdades raciais: a discriminação racial e o racismo que atuam de

[364] Áudio em 09'00''. Lembrando que, por se tratar de uma entrevista feita em meio à chamada Operação Lava Jato e após prisões de operação anterior que também atingiu fortemente o PT, é possível que haja uma qualificação negativa ainda maior na resposta dada.
[365] Áudio em 09'30''.

> forma a restringir a igualdade de oportunidades e alimentam a manutenção da população negra nas piores posições da sociedade brasileira. [366]

Embora não corrobore a fala acima, o que poderia fazer com que a dona de casa votasse em um partido que lhe pareceria o "mais natural", é interessante também notar seu posicionamento em relação ao tema maior deste trabalho. Assim, a fim de pessoalizar ainda mais a escolha de Norma, a categoria relações raciais e possível influência no voto foi colocada, no intuito de que essa dona de casa negra e beneficiária de programas petistas, mas eleitora peessedebista, se posicionasse acerca de programas que também diretamente atinge aos negros da nação, como é o caso das cotas raciais.

Numa articulação entre cor e situação socioeconômica, Norma justifica a existência do racismo no Brasil, mas, tal como faz Maria, a advogada branca do sul do país, se posiciona contra as cotais raciais, num movimento que geralmente não se espera de uma negra beneficiária de programas sociais de um governo no qual não vota. Articulando, pois, racismo, situação econômica e apoio ou não às cotas raciais, a dona de casa carioca assim se justifica:

> Ah, eu acho que existe racismo no Brasil! Eu sei porque eu sou negra, eu sou pobre e.. existe muito racismo, eu já senti! Existe o racismo da cor e também do social, isso não resta a menor dúvida. A gente encontra o racismo em pessoas simples assim como a gente, mas tem um emprego melhor e ela já acha que ela é... ela quer se impor a uma outra pessoa que é um pouco mais pobre, um pouco mais humilde. Às vezes por uma questão de emprego, uma casa melhor, o racismo é notório. (*Você acha que isso tem há ver com a cor da pele?*). Com certeza! A cor da pele principalmente! A cor da pele e a situação econômica, o dinheiro com o racismo batem bem! (*o governo deve fazer algo, como cotas, por exemplo?*). Eu acho que o governo deveria... eu acho que não, porque o negro não tem mais... não tem menos capacidade que o branco, o pobre é que tem menos estudo. Eu não acho muito positivo. Eu acho que a cota deveria ser por colégio público e não pela cor. [367]

Como se pode ver, Norma consegue articular argumentos que seriam encontrados em tipos radicalmente diferentes, pois transita sem problemas entre posicionamentos que não conseguiriam em tese fazer parte de um mesmo modo de pensar, já que traz elementos que seriam conflitantes. Nesta direção, ao ser instada a ligar programas sociais como Bolsa Família, Prouni, Minha Casa Minha Vida e cotas raciais a um específico governo, defende: "*não, eu acho que é uma situação que o*

[366] JACCOUD, *op. cit.*, p. 230.
[367] Áudio em 10'00''.

*governo de forma geral seria obrigado a fazer. Não, eu não acho que esteja ligado a algum partido*". [368]

Não ligando tais programas sociais a um específico partido, mas entendendo-os como frutos de uma situação que acontece de forma geral, Norma também se posiciona sobre em quais aspectos sua vida poder ter melhorado ou piorado, a depender da influência e dos serviços oferecidos pelo partido que estivesse governando. Nesta direção, a dona de casa também é enfática: "*Não. Eu não acho que nenhum dos dois. A situação econômica do país melhorou de forma geral. O PT talvez possa ser atribuído pelo Prouni, mas diretamente assim, acho que não*". [369]

Se não percebe diferenças específicas nos pacotes de benefícios oferecidos pelos partidos aqui analisados, Norma, tal como o advogado branco Heitor, não diferencia os dois partidos em questão acerca de um possível conservadorismo ou progressismo em relação a temas que abarcam pleitos de minorias sociais como o movimento LGBT. Em sua justificativa, a dona de casa negra entende que também é uma questão de oportunidade aproveitada pelo partido que está governando, pois, segundo ela,

> hoje em dia tem muito disso de gays, lésbicas; como o PT está no governo atualmente, então ele tem que ver por esse lado. Eu acho que se fosse um outro governo que tivesse na ativa hoje, eles também iriam fazer a mesma coisa. Eu não acho que seja uma característica de um partido, é quem estiver no governo. [370]

Como se pode ver, o posicionamento de Norma não obedece a uma lógica que se chama de racional, em termos de teoria política, mas opta pela chamada "irracionalidade do eleitor", sem qualquer juízo de valor no termo aqui exposto. Tanto que, ao ser colocada diante de dados que apresentam Dilma como mais preferida por homens e Serra por mulheres, a dona de casa carioca surpreende na resposta, justificando que as mulheres escolhem seus candidatos também pela beleza, mas os homens não teriam tido essa opção em 2010, já que Dilma não é, segundo suas palavras, uma mulher bonita. Nos dizeres da própria Norma:

> Eu acho o seguinte; eu me recordo que na época do Collor a mulherada ficou muito ouriçada por ele ser um homem muito bonito, atualmente eu não sei, porque eu nem na TV o vejo mais, e eu recordo também que tinha umas

[368] Áudio em 13'20''.
[369] Áudio em 14'05''.
[370] Áudio em 15'25''.

> senhoras que moravam perto de mim que diziam: "Vou voltar nele, porque ele é muito bonito", então eu acho que quando a pessoa não tem um objetivo, e não entende muito, politicamente falando, muitas delas votam na beleza do candidato, o cara é bonito, falou bonitinho, então, votam nele. Assim como também tem pessoas que votam no político regional, por conta de ter recebido propina. A gente tem que avaliar, mas tem muita mulher que vota no homem por ele ser bonito. Agora na cabeça do homem não sei se rola dessa forma, mas vendo por outro lado, nenhum homem votaria na Dilma por beleza, né?! (risos). [371]

Assim, à luz da resposta de Norma, pode-se perceber a justificativa do pensamento teórico que entende o voto também como uma escolha irracional, já que leva em consideração aspectos que não estariam atrelados ao que se poderia chamar de uma escolha eleitoral racional. Referenda tal tese o posicionamento de antropólogos que pensaram o tema, já que para estes no Brasil

> vota-se em um ou alguns atributos do candidato, ainda que se reconheça a existência de outros, muitas vezes, aparentemente contraditórios com aqueles que se privilegiou. Mais uma vez, a hierarquização destes aspectos é um processo complexo e dinâmico efetuado sob a influência de múltiplas variáveis. [372]

Doutro modo, e tentando responder à questão sobre o contingente de interessados em votar em Dilma atingir mais homens negros, de baixa renda, pouca escolaridade e do nordeste, Norma muda o tom e diz que "*esse ponto político do PT é porque o sistema político deles é mais voltado pro pobre, né?! Eu acho que é por isso*" [373]. Como se vê, o acesso a tal informação a faz lançar mão do que foi também percebido nos outros entrevistados; o governo petista seria mais voltado para os pobres e negros, grupo do qual ela faz parte, sendo que a mesma direciona seu voto para o PSDB.

Na última questão colocada, a que versa sobre a rejeição a um candidato e a possibilidade de migrar o voto de um para o outro, Norma diz que o mesmo não aconteceria, já que a tal corrupção que ela enxergava no governo Lula continuaria a acontecer no governo Dilma, o que a faz dizer taxativamente:

> Pra eu votar na Dilma eu acho que seria impossível, porque ela teria que provar que ela não tem "muito há ver com toda essa corrupção e com tudo

[371] Áudio em 17'30''.
[372] GOLDMANN, Márcio & SANT´ANA, Ronaldo. Elementos para uma análise antropológica do voto. In; PALMEIRA, Moacir & GOLDMANN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996, p. 26.
[373] Áudio em 19'20''.

> isso aí que nós temos visto". Sabe que de uma certa forma é verdade, porque se você, qualquer pessoa que é acusada por uma coisa muito injusta, ela vai buscar os meios pra se defender, os meios legais, coisa que ela não faz, então eu acho que seria impossível eu votar nela, porque não conseguiria reverter essa situação. [374]

Assim, ligando Lula e Dilma num processo de corrupção que o PSDB não teria, Norma recusa qualquer possibilidade de mudar seu voto para o PT. Concordando com a advogada curitibana, que tem como critério eleitoral o candidato não ser do PT, a dona de casa carioca justifica a perda de seu voto, por parte de Serra e do PSDB, se estes viessem a fazer o que está sendo atribuído ao PT. Assim, Norma diz o que seria preciso acontecer para ela desistir de votar no seu candidato, sendo que recusa a possibilidade de migrar seu voto para qualquer candidato que seja do Partido dos Trabalhadores:

> Muitos escândalos, corrupção, não discriminar uma determinada classe, ser uma pessoa de igualdade, ser um político pra todos, não direcionar a política pra raças, cor. Eu não votei no Serra só porque eu voto nele, a proposta dele me pareceu melhor, eu achei bacana o jeito dele falar, porque bonito ele também não é né?! (Risos). Eu não fiquei muito satisfeita com o governo do Lula, então eu achei que ele (Serra) faria, que ele teria uma proposta bacana pra nós brasileiros. Como ele não entrou, de uma certa forma, ele precisaria vir, se ele viesse eu votaria nele de novo, se ele tivesse uma boa proposta, claro! E aí, pra eu... pra ele deixar de ter o meu voto ele teria que fazer praticamente isso que está acontecendo no atual governo, aí eu não votaria mais nele, porque eu não voto em partido, eu voto no político que tem uma boa proposta, embora que eu diga que hoje nenhum candidato do PT, independente da proposta, eu votaria nele, não. [375]

O que se pode perceber, portanto, é que Norma tem um imaginário onde a corrupção está diretamente atrelada aos governos do PT, o que talvez possa ser explicado pela força da grande mídia, bastante empenhada em mostrar os desvios de conduta que ajudaram a formar a opinião que Norma tem do partido de Lula. Se é possível perceber incoerência no argumento, esta está atrelada ao fato de a dona de casa referendar a ideia de que não se vota em partido, mas em candidato, mas terminar sua fala dizendo que, independentemente da pessoa e da proposta, não votaria em nenhum candidato do PT como é possível ver na citação acima.

Confrontada, finalmente, com os dados que mostram pretos e pardos, como ela, sendo beneficiários mais do Bolsa Família (programa que oferece 70 reais mensais por criança pobre na escola e com carteira de vacinação em dia) e brancos sendo mais

[374] Áudio em 20'40''.
[375] Áudio em 21'45''.

beneficiários do Prouni e do Minha Casa Minha Vida (programas que oferecem universidade gratuita e casa própria a preços e taxas acessíveis), Norma justifica sua fala, aproximando-se do ódio de classe mostrado por Maria, a advogada curitibana, de forma a parecer mostrar um esforço maior de brancos e uma acomodação maior de pretos e pardos, que prefeririam não trabalhar e ficar jogando, bebendo e fumando maconha e cigarros comuns. Na fala da própria dona de casa negra,

> o Bolsa Família acaba deixando as pessoas muito acomodadas, eu acho que é uma boa ajuda, tem muita gente que precisa, por exemplo, na época que eu tinha meus quatro filhos pequenos, porque era só o marido trabalhando pra nós cinco, poxa, pra nós seis, era uma época que se já existisse esse Bolsa Família teria sido bastante proveitoso, mas a gente não teve isso, e automaticamente se os negros recebem mais do governo né?! É os brancos que estão procurando melhorar de vida, estudando, comprando mais, se formando. Agora eu também acho que é uma ajuda muito boa, mas em compensação tem muita gente se habituando, tem muita gente, às vezes você passa em lugares que assim é pobre, e você vê homens sentados segunda, terça, durante a semana, jogando baralho, jogando bola, não tem garra de crescer, porque ele sabe que às vezes ele vai ficar fumando uma coisas que... maconha, fumando cigarro comum, bebendo, porque ele sabe que não precisa trabalhar, afinal, o dinheiro vem fácil, entre aspas, é pouco, mas é constante, então ele já vicia; todo mês ele vai receber aquele dinheirinho e ele não tem mais nada pra trabalhar, em compensação tem muita gente que não precisa receber e recebe desse benefício, então eu acho que deveria ser melhor trabalhado, para dar a César o que realmente é de César. Eu sou a favor, porém, com uma melhor distribuição. Eu acho que o governo, as pessoas deveriam ter um prazo pra receber se estivesse desempregado, assim também fazer uma pesquisa pra saber quem mais precisa, quem realmente precisa receber essa ajuda, e dá um tempo pra essa pessoa trabalhar, e se ela tivesse uma pessoa doente, uma pessoa entrevada, que aí no caso essa pessoa receberia pra sempre, ou no caso da pessoa precisar de uma ajuda momentânea, porque está sem emprego, tem família, ou que não tivesse família, que fosse pra si mesma, acho que deveria só se organizar dessa forma. [376]

Concluindo sua fala, Norma, ainda que tenha duras críticas a problemas de distribuição do Bolsa Família, admite que se pudesse ter recebido tal benefício, quando tinha 4 filhos pequenos e só o marido trabalhava, seria de grande importância, o que a faz concordar com o programa social atribuído ao Partido dos Trabalhadores.

[376] Áudio em 24’50’’.

## CONCLUSÃO

Ao concluir o presente trabalho, cabe explicitar a tradição intelectual a que o mesmo pretende honrar. Durante mais de duas centenas de páginas, o intuito desta pesquisa foi honrar os estudos das Relações Raciais no Brasil, tendo como objetivo trabalhar de forma séria e sistemática as contribuições sobre o voto étnico, atentando também para as obras de teóricos e analistas do comportamento eleitoral.

Se em um primeiro momento do trabalho a intenção foi contemplar o comportamento eleitoral de uma maneira mais geral, como foi visto, num segundo interessou a análise da apropriação das teorias sobre tal comportamento para o caso dos brasileiros – sobretudo o comportamento eleitoral de negros e negras – e, em um terceiro momento, uma análise dos dados da pesquisa Ibope de intenções de voto para o segundo turno em 2010, o que redundou em um modelo explicativo para mostrar que o voto étnico não teve presença na primeira eleição vencida por Dilma Rousseff, ainda que tenha sido defendido em eleições anteriores, como foi mostrado através de análises de trabalhos acessados aqui.

Com uma metodologia socioantropológica, onde entrevistas com estudos de casos e de percursos históricos de alguns tipos ganharam destaque, oito perfis de eleitores puderam ser pensados à luz de 2010, a fim de, levando em consideração uma análise bivariada contempladora da relação região/cor/voto, se analisar as características demarcatórias apresentadas pelos eleitores de Dilma e Serra, o que levou em conta algumas variáveis já tidas como clássicas, mas tudo sendo contemplado por um modelo explicativo da intenção de voto em Dilma, o que colocou em xeque uma série de inferências que foram construídas pela grande mídia brasileira, de onde surgiu a primeira ideia para o presente trabalho.

Articulando, pois, o modelo explicativo para a intenção de voto em Dilma, a análise dos dados obtidos com as entrevistas e os estudos de casos com percurso histórico dos oito *tipos* construídos, após acesso aos dados da chamada *desigualdade racial estrutural brasileira*, bem como às teorias do comportamento eleitoral no Brasil e no mundo, é possível inferir, analisando os trabalhos que se apresentam como marcos teóricos da interface voto/raça, que o voto étnico se fez perceber em outros momentos históricos no Brasil, diferenciando negros – pretos e pardos – dos brancos, todavia, a presente pesquisa defende em tese que o mesmo não aconteceu em 2010, o que se confirma pelo modelo explicativo da intenção de voto em Dilma aqui apresentado.

Assim, ainda que encontrando resultado contrário para 2010, fica aqui registrado o respeito pela contribuição e pelo posicionamento de Nelson Silva e Gláucio Soares, ao proporem a diferenciação do voto de negros e de brancos na Era Vargas, justificada em pesquisa seriamente conduzida, a qual percebeu um *gatilho racial* no partido conservador da época, uma vez que este tratou a plataforma eleitoral varguista como lugar de "pretos desqualificados", o que fez com que, para Amaury de Souza, seguidor da linha de pensar de Silva e Soares, Vargas e o PTB, sem lançar mão de um expediente racial, tivessem a simpatia de um imenso contingente de negros e negras.

Pode-se falar, do mesmo modo, das eleições paulista e fluminense do início dos anos 1980, já que, como aqui foi mostrado, em São Paulo o gatilho racial foi provocado pelo próprio Movimento Negro, ávido por diferenciar seus candidatos e buscar votos por identificação étnica da parte dos eleitores, e no Rio de Janeiro, com o mesmo *gatilho racial* acionado pelo discurso brizolista de um "socialismo moreno". Também foi possível apontar, por fim, para 1994, quando, segundo Reginaldo Prandi, o voto étnico encontraria gatilho racial na fala que defendia Lula como o "*em tudo diferente da elite branca*" representada por Fernando Henrique Cardoso.

Lançando mão das ricas contribuições das teorias supracitadas, mas buscando propor algo particular, o intuito da pesquisa que aqui ganha termo propõe que em cada uma das épocas em que uma obra de valor acadêmico analisou a interface voto/raça, encontrando particularidades na escolha dos negros, foi possível perceber o *gatilho racial*, algo que aconteceu desde a Era Vargas, simbolizada no "pai dos pobres", ideia que contemplava mais pretos e pardos, até a Era Lula, simbolizada no *outsider*, o "mais igual" aos menos favorecidos (grupo no qual se aloca quase que a totalidade dos sujeitos autodeclarados pretos e pardos) e em tudo diferente de uma elite branca, sempre em busca de diferenciação em relação àqueles que estariam tendendo à esquerda, a saber, os negros.

Como foi mostrado, porém, para o pleito de 2010 não se conseguiu falar em gatilho racial, ainda que, por outro viés, se pudesse perceber, pelo menos em termos qualitativos, após entrevistas de lideranças religiosas no país, uma questão religiosa muito forte, um *gatilho religioso*, algo que não é foco da presente pesquisa.

Refutando tal gatilho, pois, como foi possível perceber pelo modelo que explica a intenção de voto em Dilma em 2010, as variáveis que explicam o voto de 2010 *são preferência pelo PT, interesse por eleições, nota alta para o governo Lula* e ser *homem*, o que deixou renda, escolaridade, região e também cor/raça como variáveis sem

efeito estatisticamente significativo, ainda que tais indicadores ajudem na construção de tipos e na compreensão de seus argumentos. Assim, Dilma venceu a eleição pelas razões acima elencadas, independentemente de serem tais eleitores brancos ou negros, pobres ou ricos, jovens ou velhos, do sul ou do nordeste, ainda que o nordeste, numa análise bivariada, tenha aparecido como uma boa possibilidade ilustrativa, como foi aqui mostrado.

A questão que o trabalho intentou também responder, portanto, foi: se o modelo explicativo confeccionado mediante regressão logística não referenda a ideia de voto étnico em 2010, o que justificaria, então, as inferências apresentadas no início deste trabalho, inferências essas construídas à luz de reportagens que também traziam dados que claramente mostram um voto a diferenciar brancos e negros, sendo tais dados da mesma pesquisa Ibope aqui trabalhada?

Como se pode ver, à luz do trabalho que aqui se conclui, atentando para análises bivariadas – e até para o modelo multivariado, considerando médias, mas não cada indicador tomado em conjunto – é possível ainda falar em um peso considerável de variáveis que "somem" em um modelo explicativo, tal como foi o caso da *renda* e da *região*, ainda que essas sejam tidas como muito caras, referendando construções até acadêmicas, mas, sobretudo, de senso comum, como o "nordeste de Dilma" e o "sul de Serra", bem como "os ricos de Serra" e os "pobres de Dilma", como foi aqui mostrado.

Por conta disso, não ignorando de todo, mas entendendo a importância de análises bivariadas, sobretudo para a compreensão do imaginário social sobre um tema, a construção tipológica de eleitores, foco do quinto e último capítulo, contemplou não apenas o modelo explicativo, mas também atentou para as tais variáveis clássicas da pesquisa social, encontrando números bastante significativos em se tratando de análises bivariadas contempladoras das variáveis *renda* e *região*, já citadas.

Assim, no intuito de construir tipos que pudessem servir de grade de leitura para o eleitorado de Dilma e Serra em 2010, a presente pesquisa encontrou na articulação entre análises bivariadas e modelo multivariado a justificativa para se buscar no sexo feminino, na região sul, na alta renda, na cor branca e na alta escolaridade o eleitor-tipo mais próximo a Serra, bem como encontrou no sexo masculino, na região nordeste, na baixa renda, na cor negra e na baixa escolaridade o eleitor-tipo de Dilma.

Contemplando o maior colégio eleitoral do país, a região sudeste, e dividindo-o em partes onde claramente PSDB e PT se antagonizam com muita força, a saber, em São Paulo, com vantagem para os tucanos, e no Rio de Janeiro, com vantagem para os

petistas, a construção de perfis de eleitores também acessou o chamado eleitor tipo "de centro", o também chamado "eleitor médio" ou "mediano", o mais disputado em um pleito, haja vista a não radicalidade do seu voto. Assim, como se viu no capítulo anterior, a construção propositadamente escolheu uma paulistana branca, eleitora do PSDB, e uma carioca negra, eleitora do PT.

Para além dos quatro tipos supracitados, foi possível encontrar razão para a construção de um grupo-controle, com outros quatro eleitores, onde se alocou um casal de negros, beneficiários de programas sociais atribuídos ao PT de Lula e Dilma, mas que escolhem votar no PSDB de Serra, e um casal de brancos, de alta renda e escolaridade, características que os "empurrariam" para o PSDB de Serra e FHC, mas que são eleitores do PT de Lula e Dilma.

Embora fosse de se esperar que apenas o voto dos brancos respondesse a um distanciamento do Estado, visto conservar, ou tentar conservar, um olhar para o mérito pessoal, a meritocracia, fortemente construída no interior das famílias caucasianas, ao passo que aos negros restasse um clamor pela intervenção estatal em políticas públicas de reparação, os negros do grupo-controle tendem a responder do mesmo modo que os brancos de alta renda e escolaridade, perfis com intenção de voto no PSDB. Do mesmo modo, a justificativa do voto dos brancos superescolarizados e de alta renda que preferem o PT leva em consideração a mesma racionalidade do voto negro menos escolarizado e de menor renda, o que remete à escolha racional, tendendo à comparação de pacotes de benefícios de PSDB e PT.

Um interessante resultado da análise do capítulo quinto, portanto, remete à questão de se identificar em termos teóricos a racionalidade da escolha de negros e brancos brasileiros, o que aponta, à luz dos estudos de casos contemplados no referido capítulo, a uma relação bastante curiosa. O voto de centro, o do eleitor médio, é um voto, em termos teóricos, sempre racional, visto que, independentemente da cor do eleitor, tende sempre à comparação de pacotes de benefícios, o que não acontece nos votos radicalizados do eleitor-tipo polarizado, branco e à direita, e nem nos do grupo-controle contemplador do voto negro também no PSDB.

Assim, em relação a 2010, pode-se afirmar que a busca pelo eleitor médio é também uma busca por um voto racional, já que o voto, por outro lado, tanto do branco quanto do negro, desde que sendo no PSDB, é baseado em resquícios de paixão, o que referenda uma explicação que não consegue ultrapassar a recusa de "tudo o que está aí",

ainda que não se aponte o que significa "o que está aí", além de ser um voto do tipo: "se for do PT, nem olho, nem quero saber, recuso na hora".

Do mesmo modo, o voto negro, de eleitores beneficiários de programas sociais do PT, mas escolhendo o PSDB, é um voto que se justifica por uma racionalmente muito particular, e que foge à regra esperada, já que é um voto de quem entende que a única questão que de fato poderia ser colocada em uma relação de comparação de pacotes de benefícios, aquela que mudou radicalmente a vida da família, o Prouni, no caso dos negros do grupo-controle, é atribuída ao partido que deve se peremptoriamente negado, como se viu na entrevista com os negros eleitores de José Serra.

O chamado voto racional, por outro lado, para além de "não ter cor" entre os eleitores de centro, em se tratando de teoria, é um voto à esquerda, já que os estudos de caso aqui trabalhados mostram tal voto sempre como fruto de análise comparativa, enquanto que o voto à direita, tanto no grupo-controle quanto no eleitor-tipo polarizado, que foi o caso da advogada Maria, da região sul, é um voto de quem não só não compara pacotes, como também "nem olha, nem quer saber".

À luz de 2010, também, a construção dos oito perfis de eleitores possibilitou perceber que os dados sobre a desigualdade social baseada na raça não são conhecidos pelos indivíduos, nem mesmo os negros, que seriam possivelmente os mais interessados em tais dados, já que os próprios negros, reconhecendo a estrutura racista do país, mas sem acesso aos números que a referendam, não reconhecem as ações afirmativas como algo positivo, entendendo – até mesmo quando se trata de um negro eleitor-tipo polarizado para o PT – que não devem existir, pois "tem de ser tudo igual", como mostrou a fala do piauiense José, concordando, muito curiosamente, com a eleitora-tipo polarizada para José Serra, da parte de quem tal discurso não soaria tão estranho.

Assim, o que se pode concluir não é que não exista racismo no país, já que os números referendam uma sociedade estruturalmente racista, mas percebe-se que, na percepção dos eleitores, brancos e negros, em todos os matizes possíveis, o racismo não se consegue transmutar em opção de voto, exceto quando há um *gatilho racial*, algo que não aconteceu em 2010, como aqui foi mostrado e referendado no modelo construído.

A fim, então, de referendar a tese de que o racismo diluído no Brasil impede que se tenha uma percepção das mazelas provocadas pelo acesso diferenciado aos bens públicos da nação, o que ratificou por vezes a crença em uma "democracia racial", tão refutada pelos dados do IPEA e da PNAD aqui analisados, ficam as contribuições dos tipos construídos como grade de leitura, tipos esses que trazem a branca sulista contrária

às ações afirmativas e cotas, o negro nordestino pouco escolarizado, mas discordando de cotas, pois "tem de ser tudo igual", os brancos que votam em Dilma e no PT, mas que acreditam que "não é bem racismo o que se vive por aqui" e os negros que, reconhecendo o racismo e usufruindo das benesses de um governo que eles reconhecem que é o único fator governamental a influenciar sua família, optam por votar no partido oposto, já que "o PT só fez cagada e tinha de acertar pelo menos uma", como disse o bombeiro aposentado João.

De teoricamente racional, e contemplando os espectros opostos de cor, por mais que possa parecer estranho, aparece a intenção de voto do eleitor "de centro"; aquele que, pendendo para a direita ou para a esquerda, reconhece a estrutura racista do país, buscando sempre, em termos eleitorais, comparar pacotes de benefícios governamentais, a fim de escolher qual o melhor lugar para depositar o seu voto, justificando tal escolha com bases bastante convincentes.

À guisa de conclusão, pois, atentando para o discurso dos oito tipos aqui construídos, para a percepção dos mesmos acerca da estrutura racista *tupiniquim* e levando-se em consideração a tese de que historicamente a estruturação familiar do negro e da negra esteve atrelada a uma intervenção estatal de partidos populares ou populistas, algo refutado pelos brancos, sempre mais conservadores, visto que detentores de estrutura e histórico de vencedores "pelos próprios méritos pessoais e familiares", a presente pesquisa chega ao seu fim, entendendo-se não como definitiva, mas exaustivamente atenta ao que a história produziu em termos de contribuições para a interface voto/raça no Brasil, e mostrando que o voto dos brasileiros não tem cor.

## REFERÊNCIAS


ADORNO, Theodor. *La personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.

ALMEIDA, Jorge de. *Como vota o brasileiro*: perfil ideológico do eleitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994. São Paulo: Xamã, 1998.

A QUESTÃO racial no sistema educacional do Brasil de nossos dias. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml>. Acesso em: 10 ago. 2012.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAQUERO, Marcello. Paradigma de Converse: sistema de crenças e o processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: 1985, vol. 13.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

_____; *A profissão de sociólogo*: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____; *O poder simbólico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAMS, S. J. *The presidential election game*. New Haven: Yale University Press, 1978.

CAMPBELL, A. et al. *The American voter*. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

CAPELLE, Mônica Carvalho Alves et. al. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. In; *AntConte Revista*, v. 5, n. 1. Lavras: UFLA, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, Maio/Ago. 2013.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. In; *Texto Contexto Enferm*. Florianópolis, 2006, Out-Dez; 15(4): 679-684.

CARTA pública ao Congresso Nacional: A universidade e a contemporânea questão das cotas raciais. Disponível em: <http://www.observa.ifcs.ufrj.br/carta/index.htm>. Acesso em 10 jun. 2012.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. *Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992.

COHN, Gabriel. *Crítica e resignação*: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

_____; *Weber*. São Paulo. Editora Ática: 1989.

CONVERSE, P. The problem of party distantes in models of voting change. In: JENNINGS & ZEIGLER. *The electoral process*. New York: Prentice-Hall, 1966.

_____; Public opinion and voting behavior. In: GREENSTEIN & POLSLCY. *Handbook of political science*. vol.4. Princeton: Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

D´ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo*: racismos e antirracismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DOMINGUES, J.M. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In; SOUZA, Jessé (org). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: Ed. UNB, 2000.

DOWNS, Antony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: FFLCH/USP, 1964.

FIGUEIREDO, Marcus. *A decisão do voto*: democracia e racionalidade. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1991.

FIGUEIREDO, Marcus et. al. *Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, mimeo, 1984.

FREUND, Julien. *Sociologia de Max Weber*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FRY, Peter. *A persistência da raça*: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; As aparências enganam: reflexões sobre "raça" e saúde no Brasil. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.121-136.

_____; Ciência social e política "racial" no Brasil. In; *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 180-187, dez./jan./fev. 2005-2006.

_____; Ossos do ofício. In; *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 271-272, jan./jun. 2005a.

FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. Cotas raciais: construindo um país dividido? *Econômica*: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Dossiê: Ação afirmativa, Niterói, v.6, n 1, p. 153-161, jun. 2004.

GOLDMANN, Márcio & SANT´ANA, Ronaldo. Elementos para uma análise antropológica do voto. In; PALMEIRA, Moacir & GOLDMANN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

GRIN, Monica. Políticas públicas e desigualdade racial: do dilema à ação. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.331-344.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). São Paulo: *Tempo Social* - Rev. Sociol. USP, 13(2), 2001, pp.121-142.

HARRIS, Marvin. *Patterns of race in the Americas*. New York: Norton, 1964.

IANNI, Octavio. *Raça e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE mostra que desigualdade de renda caiu no país. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/800327-desigualdade-de-renda-no-pais-caiu-entre-2001-e-2009-aponta-ibge.shtml>. Acesso em: 17 set. 2012.

JACCOUD, Luciana *et alli*. *A construção de uma política de igualdade racial:* uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

JONES, J. M. *Prejudice and Racism*. New York: McGraw-Hill, 1997.

KALBERG, Stephen. *Max Weber´s corporative-historical sociology*. Cambridge: Polity Press, 1994.

LAHIRE, Bernard. *Homem plural*: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar. Raça e classe na política brasileira. In; *Cadernos Brasileiros*. Rio de janeiro: 1968. Ed.47. pp. 39-50.

LAVILLE, Christian & DIONNE, Jean. *A construção do saber*: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAZARSFELD, P. et al. *The people's choice.* New York/London: Columbia University Press, 1965.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. Análise do discurso e/ou análise de conteúdo. In; *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 9, n. 13, p. 76-88, jun. 2003.

LIPSET, M. S. *O homem político.* Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. *O povo sabe votar*: uma visão antropológica. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MAGGIE, Yvonne. Em breve, um país dividido. In; *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 dez. 2004.

_____; Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão. In; *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 20, n. 58, p. 5-26, jun. 2005a.

_____; Política de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas. In; *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 286-291, jan./jun. 2005.

_____; Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. In; *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 96 – Especial, p. 739-751, out. 2006.

MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. O Debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. In; *Enfoque: Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 93-117, 2002.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Edições Avante, 1981.

MATTOS, Patrícia. *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser*. São Paulo: Annablume, 2006.

MONTEIRO, Simone. Desigualdades em saúde, raça e etnicidade. In; MONTEIRO, Simone e SANSONE, Lívio (orgs.). *Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, pp.45-56.

MORO, Eduardo João. A teoria da escolha racional e a explicação do voto. Rio de Janeiro: *Intratextos*, vol. 1, n.1, pp. 6-21, 2009.

MUNCH, Richard. A teoria parsoniana hoje: a busca de uma nova síntese. In; GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan (orgs.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. Edusp, 1999, p.193.

NASCIMENTO, Abdias do. Quilombismo: an Afro Brazilian political alternative. In; *Journal of black studies*, 11(2). Philadelphia-Pennsylvânia: 1980, p. 141-178.

NIE, N. H. et al. *The changing american voter*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

NORRIS, P. *Electoral change in Britain since 1945*. Cambridge: Blackwell, 1997.

NÚMEROS mostram uma possível relação entre a cor e o voto. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso.a-cor-do-voto>. Acesso em: 10 jan. 2011.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. *A inevitável visibilidade da cor*: estudo comparativo das campanhas de Benedita da Silva e Celso Pitta, às prefeituras do Rio de Janeiro e São Paulo, nas eleições de 1992 e 1996. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*: do movimento dos sentidos. Campinas: Unicamp, 1993.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Brasília: UnB, 2009.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMANN, Márcio. *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: A study of race contact in Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

PRANDI, Reginaldo. Voto e raça na eleição de 1994. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, nº 30, p. 61-78, 1996.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. *O eleitor brasileiro*: uma análise do comportamento eleitoral. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

REIS, Fábio Wanderley. Identidade, política e teoria da escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.6, n.6, 1988.

ROBERTSON, D. A. *Theory of party competition*. London: John Willey & Sons, 1976.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"?: raça, biologia, identidades e política na era da genômica. *Revista Mana*, Rio de Janeiro: v. 10, n.1, p. 61-95, abr. 2004.

SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos negros, educação e ações afirmativas*. Brasília: UNB, 2007. Tese de doutorado.

SEGADY, Thomas. *Values, new-kantianism and development of weberian methodology*. New York: Peter Lang, 1987.

SILVA, Josenilton *et alli*. A promoção da igualdade racial em 2007 e as políticas universalistas. In; JACCOUD, Luciana (org.). *A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos*. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA, Nelson V. & SOARES, Gláucio. O charme discreto do socialismo moreno. Rio de Janeiro: *Dados*: 1985, 28(2): 253-273.

SILVEIRA, Flávio. *A decisão do voto no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1988.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*: a identificação ideológica nas disputas nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: EDUSP, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Gláucio. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis: Vozes, 1984.

SOARES, Sergei. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In; THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a Abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

SOUZA, Amaury de. Raça e política no Brasil urbano. Rio de Janeiro: *Revista de Administração de Empresas*, outubro-dezembro/1971, XI: 61-70.

SOUZA, Cleinton. *Religião, racismo e etnicidade*. São Leopoldo – RS. Oikos, 2010.

_____; *Sim, somos racistas*: análise sociológica do racismo à brasileira. Dissertação de mestrado. Niterói: PPGSD/UFF, 2011.

STOKES, D. E. Spatial models of party competition. In: CAMPBELL, A. *et alli*. *Elections and the political order*. New York: John Willey and Sons, 1967, pp.161-179.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. *Política e relações raciais*: o negro e as eleições paulistas de 1982. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

VIEIRA, Vinícius Rodrigues. *Democracia racial, do discurso à realidade*: caminhos para a superação das desigualdades sociorraciais brasileiras. São Paulo: Paulus, 2008.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Ed. Vol. I. Brasília: Editora UNB, 2009.

_____; Max Weber: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo. Abril Cultural: 1980.

_____; Max Weber: *Coleção Os economistas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.